



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Thársyla Glessa Lacerda da Cunha

**Entre o discurso e a prática: o projeto de democracia proposto por  
Carlos Lacerda (1945-1968)**

Rio de Janeiro

2022

Thársyla Glessa Lacerda da Cunha

**Entre o discurso e a prática: o projeto de democracia proposto por Carlos  
Lacerda (1945-1968)**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-  
Graduação em História, da Universidade do Estado  
do Rio de Janeiro

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

L131 Cunha, Thársyla Glessa Lacerda da.  
Entre o discurso e a prática: o projeto de democracia proposto por Carlos Lacerda (1945-1968) / Thársyla Glessa Lacerda da Cunha. – 2022.  
246 f.

Orientador: Ricardo Antonio Souza Mendes.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Lacerda, Carlos, 1914-1977 – Teses. 2. Democracia – Teses. 3. Brasil – História – 1945-1968 – Teses. I. Mendes, Ricardo Antonio Souza. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 321.7

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Thársyla Glessa Lacerda da Cunha

**Entre o discurso e a prática: o projeto de democracia proposto por Carlos  
Lacerda (1945-1968)**

Tese apresentada, como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-  
Graduação em História, da Universidade do Estado  
do Rio de Janeiro.

Aprovada em 18 de julho de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes (Orientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof. Dr. Marcus Dezemone

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof. Dr. Orlando de Barros

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Janaína Cordeiro

Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Luis Edmundo Moraes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2022

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente a Deus por mais um sonho realizado, acredito que o mais almejado de tantos que tenho. A graça e a benção do Senhor com certeza me trouxeram até aqui e continuarão me guiando.

Agradeço a minha família. Aos meus pais – Hérica e José Luís – que tanto se dedicaram a mim, por sonharem comigo e por acreditarem que meus sonhos são possíveis. Aos meus irmãos – Scarlet e Kalebe – pelo apoio e amizade de sempre.

Agradeço à UERJ por me receber tão bem desde 2014. Ao meu orientador, Professor Ricardo Mendes que acreditou em mim e se dedicou a esse trabalho ao meu lado. Agradeço aos professores Marcus Dezemone, Janaína Cordeiro, Orlando de Barros e Luís Edmundo Moraes pela disponibilidade e gentileza em participarem da Banca Avaliadora desse trabalho, bem como aos professores Karla Carloni e Carlos Eduardo Pinto que se dispuseram a ser suplentes da mesma. Meu respeito e carinho por todos vocês.

Deixo meus agradecimentos a algumas pessoas que são importantes na minha vida e que também contribuíram para que a realização plena dessa tese fosse possível: Maira Alluchan, minha terapeuta que esteve sempre presente me ajudando com os desafios do doutorado e da vida; Vanessa Albuquerque, amiga de UERJ, sempre solícita às dúvidas e agonias acadêmicas; Sônia Lopes pela ajuda com a revisão de texto e detalhes finais e a todas as pessoas amigas que estiveram presentes e torcendo por mim.

Por fim, agradeço à Faperj pelo financiamento da pesquisa.

## RESUMO

CUNHA, Thársyla Glessa Lacerda da. *Entre o discurso e a prática: o projeto de democracia proposto por Carlos Lacerda (1945-1968)*. 2022. 246 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O objeto de estudo deste trabalho é o político e jornalista Carlos Lacerda e a sua ideia de democracia. O recorte temporal está compreendido entre os anos de 1945 e 1968, período em que o Brasil viveu a experiência democrática após a ditadura do Estado Novo e, em seguida, por meio do golpe civil-militar, em 1964, teve novamente a sua democracia derrubada por duas décadas. Nesse contexto, em que se desejava estabelecer diretrizes para o desenvolvimento do país e esclarecer de que maneira a democracia poderia ser vivenciada, Lacerda se colocou no centro das principais discussões e expectativas sobre os rumos da política brasileira. Desse modo, conhecer sua concepção sobre tal conceito é fundamental para a compreensão dos embates políticos dos anos 1950 e 1960. Através das análises de livros, discursos, entrevistas, artigos e editoriais de Lacerda, buscou-se mais do que reconstituir a sua vida pública bem como a história brasileira nas décadas de 40 a 60. O objetivo principal é recuperar o sentido de democracia que mobilizou as suas ações, não para justificá-las, mas para entendê-las e contextualizá-las. O interesse aqui presente é o de compreender as principais influências que foram recebidas por Lacerda ao longo de sua carreira política, a maneira como se estabeleceu como uma forte liderança tanto no seu partido quanto no cenário nacional e como atuou durante os períodos de crise política, sempre relacionando seus pensamentos e ações à visão que propagava sobre o que é democracia e às diretrizes que apresentava para que o Brasil alcançasse o que ele chamou de “verdadeira democracia”. Compreendendo as características presentes na concepção de democracia de Lacerda, torna possível conhecer e analisar o Projeto de Reforma Democrática elaborado pelo político com vistas a implantar no seu esperado governo como presidente da República. Mais do que enquadrar Lacerda em rótulos novos ou naqueles há muito explorados, essa pesquisa se aprofunda em reconhecer as motivações e o sentido das suas ações em prol de se estabelecer como um “salvador” do Brasil e paladino da democracia. Além disso, o presente trabalho permite e provoca a reflexão sobre os significados da democracia para o Brasil não apenas naquele momento, mas também nos tempos atuais e os desafios que permeiam a luta por sua manutenção e legitimidade.

Palavras-chave: Carlos Lacerda. Democracia. Lacerdismo. República. Direitas.

## ABSTRACT

CUNHA, Thársyla Glessa Lacerda da. *Between discourse and practice: the project of democracy proposed by Carlos Lacerda (1945-1968)*. 2022. 246 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This study main focus is on the politician and journalist Carlos Lacerda and his democratic idea. The temporal cut is understood between the years 1945 and 1968, period that Brazil lived a democratic experience after the new state dictatorship and, after, by means of the civil-military blow, in 1964, It had again its democracy overflow for two decades.

In this context, which was desired to establish guidelines to the country's development and clarify the way the democracy could be experienced, Lacerda put himself on the Spotlight of the main arguments and expectations about the Brazilian political course.

This way, Knowing his conception about such concept is vital to the understanding of the political conflicts of the years 1950 and 1960. Through book analysis, debates, interviews, articles and Lacerda editorial, It was sought more than reconstruct his public life as well as the Brazilian history of the 40 and 60 decades. The main objective is to recover the democracy sense that mobilized his actions, not to justify them, but to understand and contextualize them.

The present interest here is to understand the main influences which were received by Lacerda during his political career, the way as he established himself as a strong leadership not only in his political party but also in the national scenery and as he acted during the political crises periods, always connecting his thoughts and actions to the vision that he spread about what is democracy and the guidelines that he presented so that Brazil reached what He called by "true democracy". Understanding the present characteristics in Lacerda's democracy conception, It becomes possible to know and analyze the democratic reform project elaborated by the politician with sights to implement in his expected government as republic president. More than to frame Lacerda on new labels or on those pretty much explored, this research goes further in knowing his motivations and his actions sense so as to establish himself as a Brazil "savior" and democracy paladin. Besides, the present work allows and provokes the reflexion about the democracy meanings to Brazil not only at that moment, but also these days and the challenges that permeates the fight towards its maintenance and legitimacy.

Keywords: Carlos Lacerda. Democracy. Lacerdism. Republic. Rights.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1 TRAJETÓRIA PESSOAL E CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO DE LACERDA. ....</b>	<b>18</b>
1.1 Aspectos fundamentais do pensamento político de lacerda e a construção do lacerdismo.. ....	32
1.1.1 <u>Desenvolvimento do carisma político de Lacerda</u> .....	40
<b>2 LACERDA E A UDN: LIDERANÇA E PROJETOS POLÍTICOS. ....</b>	<b>46</b>
2.1 A UDN e o udenismo. ....	46
2.2 O liberalismo udenista.. ....	52
2.3 Projetos de poder da UDN: uma análise à luz dos programas de governo. ....	61
2.4 Liderança de lacerda na UDN.....	81
<b>3 LACERDA E A NOÇÃO DE DEMOCRACIA NOS PERÍODOS ELEITORAIS ENTRE 1945 E 1961.. ....</b>	<b>93</b>
3.1 Transição do Estado Novo para o governo Dutra.....	94
3.2 Carlos Lacerda e a sucessão presidencial de 1950. ....	106
3.3 De Juscelino a Jango: possibilidades da UDN chegar ao poder.....	129
<b>4 A DEMOCRACIA E SUA RELAÇÃO COM POLÍTICA, ECONOMIA, ANTICOMUNISMO E SOCIEDADE EM CARLOS LACERDA .....</b>	<b>142</b>
4.1 Aspectos políticos da concepção de democracia em Lacerda.....	145
4.2 Aspectos econômicos relacionados à perspectiva de democracia de Lacerda.....	157
4.3 O anticomunismo e sua relação com a democracia em Lacerda.....	167
4.4 A questão social e os vínculos com a democracia segundo Lacerda.....	179
4.4.1 <u>Sobre a questão trabalhista.</u> .....	189
<b>5 LACERDA NO PODER E A PROPOSTA DE REFORMA DEMOCRÁTICA.. ....</b>	<b>205</b>
5.1 Plano de governo para o estado da Guanabara e a ideia de democracia.....	205



<b>5.2 Visão de Lacerda sobre seu governo e candidatura à presidência .....</b>	<b>218</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS. ....</b>	<b>231</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>236</b>

## INTRODUÇÃO

Os anos entre 1945 e 1964 representaram o processo de reconstrução da democracia brasileira após a ditadura instaurada em 1937, por Getúlio Vargas. Trata-se de um período de grande repercussão na historiografia, pois foram apresentadas possibilidades de organização para levar o Brasil ao desenvolvimento político, econômico e social. “Projetos de Brasil” estiveram em evidência, principalmente divididos entre uma proposta liberal alinhada aos grupos das direitas com influência dos capitais e investimentos estrangeiros e uma proposta nacionalista, voltada para as políticas sociais, herdeira do trabalhismo que caracterizou a política de Vargas.

Também esteve em voga no período citado o fenômeno político denominado populismo que contribuiu para que essa fase da República levasse, por alguns historiadores, a denominação de República Populista. Esse fenômeno influenciou diretamente na formação política daqueles que pretendiam chegar à Presidência da República e nos conflitos e desafetos que se estabeleceram no campo político ao longo dessa experiência democrática.

Vale ressaltar que no período aqui abordado, houve a ampliação da mobilização social e da capacidade de organização dos trabalhadores no campo e na cidade, de modo que havia, da parte dos políticos, um maior interesse em conquistar a população e tentar conduzi-la ao exercício do modelo de democracia por eles almejado. Outro ponto influenciador dos modelos de governo e ideias de desenvolvimento para o Brasil foi o contexto internacional da Guerra Fria. Esse cenário trazia dúvidas e rivalidades para o cerne da política, com a perseguição ao comunismo se acirrando, especialmente na década de 1960.

No entanto, tais conflitos, desafetos e tentativas em torno de um projeto democrático para o Brasil teve como consequência, justamente, uma ditadura. Os diversos pontos de vista e diferentes articulações partidárias, bem como as ações diretas dos governos que se sucederam nesse período, acirraram as disputas pelo poder, de modo que o Brasil se viu diante de um golpe articulado por forças militares e civis que destronou a democracia por 21 anos, contribuindo para um trauma social relacionado à política que ainda busca ser sanado.

Posicionamentos radicalizados como o antigetulismo, antivarguismo, anticomunismo, antipopulismo, antinacionalismo estiveram no cerne da política brasileira entre 1945 e 1964 e

guiaram os passos rumo a decisões radicais como no caso do golpe de 1964. De acordo com Rodrigo Sá Motta<sup>1</sup>:

Ser “anti” significa combater o inimigo sem trégua, até sua eliminação, que não precisa necessariamente ser física (embora em alguns casos se chegue a tal ponto), mas, sobretudo, política. Ser anti alguma coisa, portanto, implica adotar atitudes que vão além da simples oposição, com base em recusa integral, uma repulsa que gera estímulos para destruir as ideias oponentes, às vezes também as pessoas que as professam.

Embora já tenham transcorrido tantos anos de reabertura à democracia, ainda encontramos no Brasil reflexo dos “anti”. Alguns remetem ao período mencionado, como o anticomunismo, e outros, mais recentes, como o antipetismo, o antiesquerdismo e o antilulismo. Estes tomaram o lugar central do debate político brasileiro diante da atual onda direitista percebida no país, aliás, desde 2014 e que mesclou as tendências anticomunistas ao emergente antipetismo. Durante o processo de *impeachment* aprovado pela Câmara dos Deputados contra Dilma Rousseff, em 2016, observa-se novamente a alegação de que era necessário afastar da Presidência alguém que representava o perigo comunista.

O avanço direitista e a transição de uma direita moderada para uma direita radical trouxeram de maneira negativa elementos como foices, martelos, imagens de Karl Marx, Che Guevara, devido à relação que possuem com o comunismo. Além desses elementos, um ponto bem específico é a aversão à cor vermelha presente na bandeira comunista e na bandeira do PT, partido político ao qual Lula pertence, e que se tornou o maior algoz dos direitistas, de modo que nas manifestações antiesquerdistas são frisadas as cores da bandeira nacional ao som de lemas como: “Nossa bandeira jamais será vermelha”.

Partindo dessas observações, deparamo-nos com um contexto bastante desafiador, pois é necessário falar e refletir sobre o destino da nossa democracia diante de um cenário que retoma o anticomunismo. Vale ressaltar que a “ameaça comunista” já foi justificativa para duas ditaduras no Brasil, portanto retomar o contexto histórico em que se deu a experiência democrática e a concretização do regime militar se torna ainda mais instigante e de relevância acadêmica no tempo presente e para o futuro próximo.

Nesse sentido, trazer uma pesquisa de doutorado tendo Carlos Lacerda como objeto de estudo significa analisar a memória construída sobre seu modelo de governo e projeto de Estado para um Brasil, na sua perspectiva, democrático. A vida de Lacerda e os caminhos percorridos

---

<sup>1</sup> MOTTA, Rodrigo Sá. Anticomunismo, Antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Sá; BOISARD, Stéphane (org.). *Pensar as Direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019.p. 4.

por ele nos trazem abordagens distintas e um vasto acervo documental produzido ou resguardado por historiadores, memorialistas, jornalistas, sociólogos e cientistas políticos.

Reconhecemos em Lacerda uma figura crucial para a compreensão do cenário político sobre o qual nos debruçamos. O jornalista e político aqui abordado se apresentou em diversos momentos da História como um possível “Salvador” do país que outrora vivera sob o impacto de uma ditadura e de uma política que julgava demagógica. Tratamos aqui do pensamento, discurso e prática de Lacerda a respeito da democracia no Brasil. A discussão aqui proposta nos leva para além da persona de “demolidor de presidentes” já bastante abordada pela historiografia, pois a intenção é capturar a base de sua política, compreendendo suas motivações e, principalmente, seus fundamentos.

Ao tomar a decisão de estudar a fundo um indivíduo que foi influente, criticado e rotulado, também se decide por conhecer melhor esse indivíduo. Para isso, busca-se realizar um diálogo com as fontes disponibilizadas e pela reconstrução do contexto em que se deu sua carreira política. Essas ações nos permitem tanto compreender a experiência democrática de 1945 a 1964, como também a refletir sobre o contexto e possibilidades atuais, partindo de referências como Lacerda.

Embora não seja nosso objetivo escrever uma biografia, deve-se ressaltar que a trajetória de Lacerda se faz presente na pesquisa desenvolvida, com atenção à advertência feita por Bourdieu<sup>2</sup> de que nenhuma trajetória é linear, mas se apresenta como descontínua e contraditória. Desse modo não há intenção de traçar ou encaixar o nosso objeto de estudo em uma definição ou conceito, mas compreender de que maneira a sua trajetória é fundamental para as ideias de democracia, moral, demagogia, ditadura, entre outras que fizeram parte da estrutura que se buscava criar numa fase ainda frágil da política brasileira após vivenciar um período de ditadura.

Diante das perspectivas da Nova História Política, é no imaginário e na memória que se encontram representações para o estudo do historiador numa abordagem instigante para com o político. No campo da memória, estudar as trajetórias permite construir narrativas que levem à construção da identidade de um povo. Michel Pollak<sup>3</sup> nos adverte que a memória é um fenômeno construído pois, aquele que narra bem como o leitor ou ouvinte, estão também

---

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

<sup>3</sup> POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

interpretando, desse modo a lembrança que é um ato biológico se constrói como memória socialmente.

Nesse sentido, torna-se importante atentar para o discurso e prática de Lacerda, em fontes que constroem uma imagem de si como biografias, autobiografias, discursos, cartas, depoimentos e entrevistas. Ou seja, diversos meios que Lacerda se utilizou para construir a sua imagem na memória nacional. Ao narrar sua trajetória, Lacerda destaca os acontecimentos desde sua infância até a vida adulta, tratando desde as questões mais íntimas como a difícil relação com seu pai e sua relação mais afetuosa com sua mãe, ressaltando o quanto a sua formação política sofrera influência de seus familiares.

Existe, nas autobiografias, o interesse em criar sentido na existência narrada. Portanto há propensão de o indivíduo em se tornar o ideólogo de sua própria vida, selecionando acontecimentos que possam ser considerados significativos. Assim, a única maneira de encontrar tal sentido possa ser tentar recuperar essa vida por meio da unidade de um relato totalizante, nas diferentes formas de falar de si.

De acordo com Angela de Castro Gomes<sup>4</sup>, o relato da vida varia tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, conforme a qualidade social do mercado para o qual é oferecido e, diante da apresentação pública do discurso sobre si, sobre a vida privada ou pública pode lhe implicar coações e censuras específicas. Logo, tentar compreender a vida como narrativa única e de acontecimentos sucessivos sem associá-la ao sujeito é um equívoco, uma vez que não considera as diversas relações entre sujeito, acontecimentos e narrativas até compor uma trajetória.

Faz-se necessária essa discussão sobre a problemática em torno das escritas de si, para que esteja esclarecida a maneira como lidamos com as fontes de natureza biográfica e autobiográfica de Lacerda, para encontrar o sentido de sua política, em especial de sua relação com a democracia. É importante lembrar que, desde os anos 1980, os brasileiros passaram a se interessar muito por biografias e autobiografias, o que possibilitou a existência de novos trabalhos no mercado editorial.

Quando se trata desse tipo de construção literária, em que se quer retratar pessoas que, de alguma forma, alcançaram o lugar de mito na história de um país, as histórias sobre políticos são as mais atrativas<sup>5</sup>. Diante do destaque que essas obras alcançaram como fontes históricas, hoje elas se tornam o próprio objeto das pesquisas e, por isso, a historiografia cuidou em

---

<sup>4</sup> GOMES, Ângela de Castro (Org). *Escrita de si*, escrita da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

<sup>5</sup> *Ibidem*.

disponibilizar diversos documentos que possam contribuir com as pesquisas e em estabelecer métodos e teorias sobre como lidar com essas fontes/objetos.

Nos critérios historiográficos para se estabelecer uma pesquisa nesse sentido, tratamos de conceder relevância ao fato de que as escritas de si são carregadas da subjetividade de seu autor que age em função de construir a sua verdade. Ou seja, “toda a documentação de “produção do eu” é entendida como marcada pela busca de um “efeito de verdade”<sup>6</sup>. Uma vez que tomamos esse conhecimento por base, compreende-se que as fontes não representam exatamente os acontecimentos. O que foi dito ou escrito em função de si é uma representação do autor em torno da identidade que deseja consolidar, concedendo-lhe por um pequeno espaço a possibilidade de controlar sua vida.

No entanto, apesar de ter ciência do caráter de manipulação e seleção dos acontecimentos e narrativa sobre uma vida com vistas à construção de identidade, sabemos da relevância do testemunho, inclusive como novas fontes e objetos de estudo fomentados pela Nova História Política, apenas atentamos para o cuidado de não recorrer a ele como se fosse uma resposta final e isenta.

Sendo assim, retomamos a crítica de Bourdieu a respeito da unidade da narrativa, entendendo os perigos de analisar as biografias como escritas coerentes, lembrando sempre da pretensão biográfica de organizar uma sequência ordenada que conceda sentido de vida ao biografado. Também salientamos as diferenças na maneira de analisar os relatos biográficos constituídos livremente pelas lembranças e interesses do autor da maneira de analisar os depoimentos obtidos em entrevista, pois as entrevistas contam também com o conhecimento, a imagem e expectativas que o entrevistador tem em relação ao entrevistado. Ao orientar a fala, o assunto a que se quer rememorar, o entrevistador torna-se coautor da construção narrativa, em que a memória é construída por ambas as partes: entrevistador e entrevistado.

Partindo desses esclarecimentos, podemos traçar os caminhos que as fontes nos apontam para compreender a construção de memória de Carlos Lacerda que muito nos chamou atenção para a elaboração desta pesquisa. José Honório Rodrigues sintetizou o que o ex-governador da Guanabara representa para a construção da História do Brasil Contemporâneo. Segundo ele: “ninguém sozinho influenciou tanto no processo histórico brasileiro como Carlos Lacerda de 1945 a 1968”.<sup>7</sup> Diante da relevância que existe em estudar sobre o político e em conformidade com o que mencionamos anteriormente sobre o interesse que se passou a ter em obras biográficas a

---

<sup>6</sup> GOMES, Ângela de Castro (Org). Op. Cit. p. 14.

<sup>7</sup> RODRIGUES, José Honório. “Introdução”. In: LACERDA, Carlos. *Discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 1.

partir dos anos 1980, principalmente no caso de políticos influentes, tivemos a produção de algumas obras e documentos em maior destaque sobre Lacerda.

A proliferação de fontes a respeito da vida e obra de Lacerda também se insere no contexto do fim da ditadura civil militar em que muitas publicações foram feitas sobre as memórias dos opositores da ditadura, onde os historiadores, jornalistas e cientistas sociais buscaram dar voz a relatos que foram escondidos durante os anos de repressão e censura, o que já traçava uma ideia de que tais memórias fossem associadas à veracidade diante do que até então não fora revelado.

A memória institucionalizada que ganhou ênfase no cenário nacional é de que Lacerda foi instigador da instabilidade política do país, produzindo uma imagem de oportunista e golpista, utilizando-se dessas estratégias para alcançar a Presidência da República. Sua imagem se estabelece entre o demolidor de presidentes e o construtor de Estados. Segundo Delgado<sup>8</sup>, um sentido positivo que é atribuído a Lacerda ressalta o discurso da defesa de elementos caros aos liberais históricos: a democracia, a liberdade individual, a liberdade econômica e o moralismo. De outro lado, uma conotação negativa associada ao político coloca-o como a expressão máxima do antigetulismo, antipopulismo, anticomunismo, defendendo o golpismo em nome de uma “democracia pura”.

No entanto, ainda no contexto da ditadura, Lacerda começou a deixar seus depoimentos e entrevistas com a intenção de elaborar a sua versão sobre si mesmo e por meio desses materiais é possível compreender a maneira como ele construiu sua identidade partindo de uma narrativa única que pudesse fazer suas memórias coerentes com a visão que desejava passar sobre si. A noção de vida como uma história, um caminho linear possuidor de começo, meio e fim pressupõe uma finalidade para essa “trajetória”, um sentido que a torne coerente e orientada.

Conhecemos um Lacerda que se coloca como alguém que possuía uma vocação nata por política e paladino da democracia. Nesse caso, vale a observação de Hartog que afirma que a memória ativa, ou seja, intencionalmente construída não é um movimento involuntário do passado no presente, mas uma ação que ao olhar para o passado, busca transformá-lo, é uma memória exercitada<sup>9</sup>.

Ressaltamos que as fontes aqui utilizadas não se restringem às escritas de si de Lacerda, mas sem dúvida essas fontes também nos guiam na busca pelo fundamento e objetivos de suas ações. Para isso se confronta não apenas o que é apresentado intencionalmente por ele, mas

---

<sup>8</sup> DELGADO, Márcio de Paiva. *O Golpismo Democrático: Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da ilegalidade (1949-1964)*. Juiz de Fora, 2006.

<sup>9</sup> HARTOG, François. *Regimes d'historicité : présentisme et expériences du temps*. Paris : Seuil, 1997, p.143.

também seus interesses que podem ser identificados através de suas ações. As inquietações que mobilizaram essa pesquisa se sustentam na observação de que as ideias políticas de Lacerda se sustentam na defesa de uma democracia que garanta as liberdades individuais a partir da atuação do Estado. Apesar de ter utilizado, muitas vezes, de soluções golpistas que parecem contraditórias aos princípios democráticos, na sua concepção de democracia elas não o são, pois estão em acordo com o que ele defende como necessidades urgentes para que de fato esse regime existisse no Brasil.

Inquietou-nos pensar que o “demolidor de presidentes” e o “construtor de Estados” estão na mesma pessoa e que ambos fazem parte de um único projeto de Lacerda, que é a sua ideia de democracia para o país. Em que ponto as duas imagens se encontram de modo que se pode compreendê-las como complementares e não contraditórias? Esses questionamentos nos levaram a mergulhar em nosso objeto de pesquisa de maneira a investigar sua formação familiar, acadêmica, religiosa e política bem como sua relação com o jornalismo para que, assim, pudéssemos alcançar a análise de suas ações como seguimento de seus pensamentos como fruto de sua formação, experiência e expectativa.

Traçaremos nosso estudo a partir de 1945, ano em que o Brasil voltou à democracia após a ditadura experimentada pelo Estado Novo (1937-1945). Esse foi o ano em que Lacerda se filiou à UDN, que também foi criada naquele ano. Nesse partido ele apresentou suas visões políticas para o Brasil, construindo e moldando as características de seu discurso. O recorte temporal se estenderá até o ano de 1968, quando teve seus direitos políticos cassados pelo AI-5, sendo este fato considerado o fim de sua carreira política, já que faleceu antes de recuperar esses direitos. Esse recorte temporal também nos remete às questões referentes à nacionalização e/ou internacionalização da economia diante do cenário da Guerra Fria, questões estas que estiveram no cerne das discussões políticas desse período das quais Lacerda fez parte.

Conforme a observação feita por Ricardo Mendes<sup>10</sup>, o posicionamento do país nesse embate ganhou dimensões que representaram elementos fundamentais para elaborar estratégias que poderiam apresentar como resultado a consolidação ou a eliminação das desigualdades. Lembrando que a crença nesses elementos estava presente em todo o espectro político latino-americano, reforçado pelos interesses econômicos internacionais.

As ideias e representações sobre a realidade têm sido centro de discussões frequentes, de modo que a historiografia apresenta diferentes interpretações sobre o papel que elas ocupam

---

<sup>10</sup> MENDES, Ricardo Antonio Souza. *Visões das Direitas no Brasil (1961-1965)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020.



nas práticas sociais, buscando compreender como elas influenciam num certo contexto histórico. Nesse sentido, inspirando-se num dos trabalhos significativos a respeito desse político, produzido por Marina Mendonça, em 2002, os questionamentos sobre suas ações, a princípio contraditórias, ficaram mais instigantes. O trabalho de Mendonça somado às fontes diretamente produzidas e/ou cedidas por Lacerda nos permitiu investigar seus pensamentos e práticas numa perspectiva mais profunda, isto é, para além dos rótulos, visando compreender o espírito e a mentalidade do jornalista e político por trás de suas ações e, principalmente, do seu governo na Guanabara.

De modo a atender os objetivos dessa pesquisa, a presente tese foi organizada em cinco capítulos. O capítulo “Trajetória pessoal e construção do pensamento político de Lacerda” é dedicado à análise da trajetória pessoal e política de Lacerda, compreendendo o contexto em que se dá sua formação enquanto indivíduo e profissional, compreendendo suas ideias e ações na política, bem como os fundamentos para tais posicionamentos. Também é realizada, nesse primeiro momento, a reflexão sobre como as ideias e práticas de Lacerda se configuraram como o movimento político denominado lacerdismo, compreendido como o conjunto de ideias e valores políticos compartilhados por Lacerda. Uma vez que nosso objeto de estudo se denominava um democrata cristão, busca-se entender a influência do cristianismo na construção do pensamento político de Lacerda, visto que sua relação intensa com o catolicismo contribuiu bastante para que fosse ressaltado o moralismo e o anticomunismo em seu discurso.

No capítulo “Lacerda e a UDN - liderança e projetos políticos” é feita a análise sobre a trajetória de Carlos Lacerda e sua vinculação com as direitas, valendo contextualizá-lo historicamente, observando a sua crescente hegemonia no partido ao qual estava filiado - a União Democrática Nacional (UDN) -, hegemonia esta que caracterizou, no partido, a existência de uma ala lacerdista. Diante de tal objetivo, foi necessário compreender como surgiu a UDN, quais setores sociais estavam ligados a esse partido, que características constituem o udenismo, bem como analisar o papel que Lacerda foi assumindo na agremiação desde o início de sua vinculação.

Refletimos sobre sua influência durante o período democrático entre 1945 e 1964, questionando a forma como suas propostas foram apresentadas e principalmente a relação do partido com o compromisso que assumia em prol de um governo democrático no Brasil. Essa reflexão foi delineada pelo estudo dos programas de governo da UDN, bem como o programa paralelo apresentado por Lacerda para o partido e aquele que elaborou como característica própria sem relação direta com a agremiação mencionada. Além disso, o estudo insere a discussão a respeito da liderança exercida por Lacerda na UDN, configurando seu movimento

como uma ala da mesma, pelo estilo de atuação e projetos que ele apresentava para o Brasil, enquanto um político que aspirava a um dia exercer o cargo de presidente da República.

Separamos o momento do capítulo “política, economia, anticomunismo e sociedade em Carlos Lacerda” para analisar como a ideia de democracia de Lacerda foi desenvolvida e colocada em prática nas eleições dos anos de 1945, 1950, 1955 e na transição do governo Jânio Quadros para o vice João Goulart, em 1961. Perceber o discurso e atitudes de Lacerda nesses contextos é fundamental para que possamos delinear o seu pensamento e compreender suas contestações sobre os resultados eleitorais e sua percepção sobre o papel das eleições na vigência de um regime democrático.

No capítulo “Lacerda e a noção de democracia nos períodos eleitorais entre 1945 e 1961” o objetivo foi fazer um panorama dos principais aspectos do pensamento de Carlos Lacerda em questões pontuais como: política, economia, questões sociais e o anticomunismo. Conhecer esses aspectos é fundamental para compreender a maneira como a sua ideia de democracia permeava essas diversas áreas e, principalmente, permite esclarecer como ele construiu sua imagem como representante da democracia.

São ressaltados os pontos básicos em que o pensamento lacerdista ascendeu e se consolidou, como o moralismo e a construção do carisma, compreendendo como esses valores estão interligados e são determinantes para suas ações. Tendo o anticomunismo como um princípio que esteve representado como necessidade de urgência na prática política de Lacerda, há uma seção dedicada a tratar dessa temática, elucidando os pontos sobre os quais esse posicionamento se justifica. São considerados, nesse momento, algumas obras e discursos que Lacerda produziu tratando do comunismo como um mal em ascensão no país, que deveria ser amplamente combatido.

No capítulo “Lacerda no poder e a proposta de Reforma Democrática”, foi feito um estudo sobre o período em que Lacerda esteve no cargo Executivo do estado da Guanabara entre 1961 e 1964. A intenção é perceber como as características que foram analisadas nos capítulos anteriores são percebidas em seu governo, bem como de que maneira essas ideias se transformaram em prática com vistas a um possível governo da República, nas eleições de 1965, que acabaram não ocorrendo, em virtude do golpe, apoiado por Lacerda, em 1964. Foi abordado o programa de governo de Lacerda apresentado durante a campanha para a eleição da Guanabara e o detalhado projeto apresentado por ele para a realização da Reforma Democrática que, segundo ele, permitiria que o Brasil vivesse a “verdadeira e pura” democracia.

Sendo assim, estando ciente de que vivemos um momento complexo, cheio de impactos negativos e inquietações que, muitas vezes, causam desesperança a respeito do futuro da vida

acadêmica no país, fazemos votos de que esta publicação possa contribuir para afirmar o pensamento de que as instituições e culturas democráticas possibilitam a construção de um ambiente melhor para as discussões políticas que podem definir o nosso futuro.

## 1 TRAJETÓRIA PESSOAL E CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO DE LACERDA

Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu em 30 de abril de 1914, em Vassouras, cidade do interior do estado do Rio de Janeiro. Foi um político e jornalista de grande influência na sociedade brasileira no cenário político entre os anos 1945 e 1964, período conhecido como democrático, entre duas ditaduras.

Filiou-se à União Democrática Nacional (UDN), em 1945, partido pelo qual foi vereador (1947), duas vezes consecutivas deputado federal pelo Distrito Federal (1954-1958/1959-1960) e primeiro Governador do Estado da Guanabara - estado criado em 1960 com a transferência da capital do país para Brasília - além disso, foi proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*, romancista, empresário e dono da editora Nova Fronteira.

Lacerda exerceu grande influência na política, participando ativamente de momentos decisivos do país. Sempre enfático em suas opiniões, ficou conhecido como “o demolidor de presidentes” por ter colaborado para o fim dos dois governos de Getúlio Vargas (1945 e 1954), pela tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek (1954-1955), pela renúncia de Jânio Quadros (1961) e pela deposição de João Goulart, através do golpe militar, em 1964. Sua vida pública ganhou maior destaque entre 1950 e 1954, visto que o desfecho trágico do governo com o suicídio de Getúlio Vargas, a quem Lacerda fazia oposição ferrenha, foi de certo modo atribuído às suas ações, reforçando a ideia de que ele tinha o “poder” de derrubar presidentes/governos.

Colocou-se em oposição ao trabalhismo e às políticas nacionalistas que foram articuladas no governo de Vargas, sendo as principais características de seu discurso o moralismo ascético na administração pública, o antiesquerdismo e a defesa da moral cristã. No campo econômico, à medida que se aproximou da ideologia e política liberais da UDN, colocou-se junto àqueles que defendiam a propriedade privada, a livre iniciativa e a aproximação do Brasil ao ocidente capitalista<sup>11</sup>. Lacerda assumiu uma postura radicalmente anticomunista, afirmando que tal doutrina representava grande perigo de implantação de uma ditadura.

Lacerda pertencia a uma família ligada à política. Principalmente seu pai, Maurício Paiva de Lacerda, e seu avô, Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda, que foi ministro da

---

<sup>11</sup> DELGADO, Márcio de Paiva. O Golpismo Democrático: Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da ilegalidade (1949-1964). Juiz de Fora, 2006.

Indústria, Viação e Obras Públicas no governo de Prudente de Morais e ministro do Supremo Tribunal Federal entre 1912 e 1925. Também estavam ligados à vida pública seus tios Fernando e Paulo de Lacerda, militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) <sup>12</sup>.

Sua família possuía forte relação com a política, conforme destacado no livro elaborado com suas entrevistas:

Ouvi falar de política em casa desde que me entendo por gente. Meu pai foi político a vida inteira, sempre de oposição e meu avô nessa época era um político em recesso, era ministro do Supremo. [...] De sorte que a política era um assunto de todo dia. Talvez fosse um dos assuntos mais comuns, quer pela frequência de políticos lá em casa, quer pelos comentários dos jornais que muito cedo comecei a ler<sup>13</sup>.

O pai de Carlos Lacerda, Maurício de Lacerda, formou-se em Direito, ingressou na vida política na década de 1910, quando apoiou a candidatura de Hermes da Fonseca que prometia colocar fim à política oligárquica. Foi deputado estadual (RJ), deputado federal (RJ) e prefeito de Vassouras (RJ), buscava se posicionar diretamente nos conflitos políticos no estado do Rio de Janeiro, principalmente por meio de sua revista chamada *O Vassourense*. Maurício de Lacerda buscava atacar veementemente o sistema político vigente até então, voltou-se contra Hermes da Fonseca e uniu-se a figuras de oposição como Rui Barbosa, Irineu Machado e Pedro Moacir.

Na década de 1920 participou de movimentos de operários, apoiou o jornal *A Voz do Povo* que representava trabalhadores de tendências anarquistas e defendia o direito de greve dos trabalhadores. Durante a rebelião no Forte de Copacabana, em 1922, buscou defender os civis presos durante as manifestações, solicitando *habeas-corpus*. Apoiou a candidatura de Getúlio Vargas e o movimento revolucionário que o colocou no poder, em 1930. Maurício de Lacerda se colocou em oposição ao que compreendia como política oligárquica e à falta de atenção à causa dos trabalhadores, de modo que buscava criticar essas questões cada vez que sentia que o cenário colaborava para a manutenção dessa realidade. De modo geral, sua vida esteve ligada a áreas como jornalismo, política e sindicatos trabalhistas nas décadas iniciais da República brasileira<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda X Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

<sup>13</sup> LACERDA, Carlos. *Depoimentos*. Organização de texto de Claudio Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. p. 27.

<sup>14</sup> DULLES, John Foster. Op. Cit.;

[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mauricio\\_lacerda](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mauricio_lacerda)

Muito se conhece sobre a fase “madura”<sup>15</sup> de Lacerda, já vinculado à UDN e atuando como jornalista, sempre se destacando pela sua personalidade, oratória e carisma. De outro lado, as memórias de sua juventude foram exploradas por ele em algumas de suas obras, tais como *A casa do meu avô*, *Crítica e autocrítica* e *Rosas e pedras em meu caminho*. Nessas obras, ele relembra as influências mais primórdias sobre a formação de suas opiniões e interesses profissionais: a sua família.

Segundo Adriana Paiva<sup>16</sup>, a política é o elemento fundamental para compreender a dinâmica familiar de Lacerda, pois as pessoas mais próximas de sua vida e presentes nas suas lembranças foram movidas por ela. Além disso, foi essa dinâmica que lhe incentivou a ter contato com a realidade socioeconômica do Rio de Janeiro.

De início, vale se remeter aos registros feitos por Lacerda que demonstram a intensa admiração que nutria pelo seu avô Sebastião. No livro “A casa do meu avô”, procurou reconstruir momentos da infância e o quanto seu avô foi importante nessa fase, tanto que dizia ter “pena dos que não tiveram um avô. Esses bem cedo ficam adultos. Assim, tardam muito a descobrir o país da infância”<sup>17</sup>. Lembrar-se dessa fase foi uma forma de resistir à “decepção e ao abandono”, pois a morte de seu avô significou para ele o fim da sua infância. Em suas palavras: “[...] de certo modo, aos 11 anos, começava uma espécie de idade adulta”<sup>18</sup>. No livro, comenta que deve a Sebastião a sua formação como orador público e político. Numa entrevista concedida à Revista *Manchete*<sup>19</sup>, Lacerda reconhece que:

Pelo muito que em mim influiu, embora morto quando eu tinha onze anos, creio tê-lo conhecido bastante. Havia no seu espírito um misto de alegria infantil de viver e uma reserva inesgotável de indignação. Suas reações eram fortíssimas, passeava de um lado para o outro, as mãos nas costas investia de dedo em riste, momentos depois, descarregada a tensão, retomava a conversa em tom mais ameno<sup>20</sup>.

<sup>15</sup> Indicada pela autora Marina Mendonça como período da vida adulta de Lacerda, relacionada principalmente à época em que já havia se convertido ao catolicismo, portanto se refere ao período do auge de sua carreira política.

<sup>16</sup> PAIVA, Adriana Gomes de. A incursão literária do jovem Carlos Lacerda: memórias de um Rio de Janeiro em transformação. Estudos Literários - N. 27 – 2014.1.

<sup>17</sup> LACERDA, Carlos. *A casa do meu avô*. Ed. Comemorativa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.18.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>19</sup> A *Manchete* foi uma revista semanal de grande sucesso, criada por Adolpho Bloch, no Rio de Janeiro, em 1952 tendo circulado regularmente até 29 de julho de 2000. Foi o órgão fundador do extinto Grupo Manchete, que se estabeleceria de fato em 1983, com o início das transmissões da Rede Manchete de Televisão, composta de cerca de dez emissoras de TV (e mais dezenas de afiliadas), todas levando o nome do periódico impresso. <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/manchete/>.

<sup>20</sup> LACERDA, Carlos. *Discursos Parlamentares*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1982. p. 21.

Diante dessa fala, percebe-se a influência do avô ao despertar a consciência de um grande orador, porque expressava o valor da palavra escrita e falada<sup>21</sup>. Por estar num contexto familiar favorável à discussão política e que vivenciou grandes experiências nesse âmbito, Lacerda desenvolveu um olhar sensível para os acontecimentos do cotidiano, principalmente no período de sua juventude quando viveu experiências que o ajudaram a compreender seu lugar na sociedade.

Pode-se dizer que a juventude de Lacerda teve realidades conflitantes. Sua família era composta por proprietários de terras que eram advogados e políticos, de modo que sua vida financeira e social se mostrava confortável. Costumava frequentar fazendas no interior e morou em bairros do Rio de Janeiro conhecidos por seu teor aristocrático, como Laranjeiras e Botafogo. Estudou em boas escolas, direcionadas às pessoas com *status* social elevado e, como era comum a essas pessoas, ingressou na faculdade de Direito aos 18 anos<sup>22</sup>.

Um ponto importante a ressaltar é que toda essa estrutura não era proporcionada diretamente pelo trabalho de seu pai - mas na maioria das vezes - suas locomoções e estudos eram possíveis pelo auxílio de alguns parentes. A vida política de Maurício Lacerda lhe rendeu algumas prisões, cassações de mandatos, o que não lhe permitia ter uma vida confortável para criar seus filhos, ou seja, a sua fama e o seu prestígio na política não significavam ter boas condições financeiras.

Essa realidade também é compreensível se levarmos em consideração que no início do século XX, o Rio de Janeiro passou por profundas transformações sociais, políticas e econômicas, além de mudanças de urbanização como as reformas realizadas durante a vigência do governo de Pereira Passos. Após a morte do seu avô, Lacerda e sua família tiveram maiores dificuldades financeiras e se mudaram para a Rua São Clemente em Botafogo<sup>23</sup>, local que também passou por mudanças na sua estrutura que diversificaram a composição social, agregando tanto membros da elite como a população mais pobre, nos cortiços.

Diante desse contexto, todos os filhos de Maurício de Lacerda precisaram de auxílio para conseguir concluir seus estudos. Carlos, por exemplo, apesar de ter recebido ajuda, não estudou nos colégios de Botafogo nível da elite, mas em colégio da rede privada em São Cristóvão, bairro mais “popular”, porém tal instituição de ensino não apresentava menor qualidade do que os de elite. A fase em que esteve nesse colégio foi crucial na sua formação.

---

<sup>21</sup> PAIVA, Adriana Gomes de. Op. Cit.

<sup>22</sup> DULLES, John F. Op. Cit.

<sup>23</sup>O endereço anterior, desde a infância de Lacerda era a Rua Alice, no bairro Laranjeiras, uma das ruas mais tradicionais do bairro, com moradores mais próximos da elite e custo de vida mais alto.

Tratava-se de um internato, o que representou uma experiência negativa em Lacerda que viu sua liberdade cerceada a ponto de planejar uma fuga para explorar a cidade e satisfazer suas curiosidades. No conto o “Pão do Espírito”, publicado no livro *21 Contos Inéditos* de Carlos Lacerda<sup>24</sup>, há detalhes desse momento de aventura pelas ruas da capital:

A rua descia para os dois lados. Correndo, tomou o lado contrário ao habitual. Dobrando esquinas desconhecidas, com um galope no coração, foi parar numa praça enorme. Aí sentiu o primeiro vento da aventura e da liberdade fustigando o rosto. Sentia-se herói, sem exagero nenhum<sup>25</sup>.

Aproveitou para ver os cartazes de cinema e vitrines de lojas, além de visitar uma exposição de automóveis donde levou prospectos com condições de comprar uma soberba limusine que nem em sonhos o tentava. Era apenas o prazer dos prospectos<sup>26</sup>. Adriana Paiva<sup>27</sup> nos leva a perceber que, de início, destaca-se a opção de fugir da rotina ao escolher passear por uma rua diferente, o que mostra uma sensação de aventura. A liberdade para ele estava em descobrir outras possibilidades da cidade. Isso o permitia sentir-se não somente livre, mas também uma espécie de herói, por ter a coragem de realizar essa aventura. Além disso, o prazer que obtinha em olhar as lojas e pegar prospectos sinalizava para o desejo de conhecer outras realidades.

Lacerda foi confrontado pelas transformações sociais próprias de sua época, que aconteciam no âmbito nacional e chegavam à intimidade de sua família. Inclusive chegou à sua família a perseguição comunista, visto que seus tios Fernando e Paulo, comunistas, foram presos pelo governo da década de 1930.

A sociedade, que se modernizava, mudava tanto o *status* social de algumas famílias – ou pelo menos ameaçava – quanto à configuração dos seus bairros, das residências e das rotinas, impondo novos desafios, levando aos jovens a obrigação de lutar e ajudar no padrão econômico do lar. Nesse sentido, para Lacerda, o caminho mais propício foi o jornalismo e a política, devido ao seu histórico familiar.

Vale ressaltar aqui que os parentes comunistas de Lacerda foram importantes referências para que ele se aproximasse do comunismo na sua juventude. Durante muito tempo Lacerda foi proibido de ingressar na juventude comunista, devido à maneira de se comportar e de suas ações nos meios estudantis, pois causava nos líderes comunistas a desconfiança de que um jovem tão

---

<sup>24</sup> LACERDA, Carlos. *21 contos inéditos de Carlos Lacerda*. 1ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

<sup>25</sup> PAIVA, Adriana Gomes de. Op. Cit.

<sup>26</sup> LACERDA, Carlos. *21 contos inéditos de Carlos Lacerda*. 1ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. p. 37.

<sup>27</sup> PAIVA, Adriana Gomes de. Op. Cit.



ardoroso e irrequieto quanto ele seria leal ao partido. Porém, a demonstração de interesse e intensa dedicação por parte de Lacerda convenceu-os de que sua fidelidade era real<sup>28</sup>.

Entretanto, a passagem pelo partido foi curta e desastrosa. Embora não tenha sido filiado oficialmente ao PCB, Lacerda atuou em organizações estudantis, publicou artigos contrários ao fascismo e ao imperialismo, aproximando-se aos ideais da agremiação. Lacerda participou de eventos importantes, chegando a ser escolhido para proferir o discurso de lançamento de Luís Carlos Prestes como presidente de honra da Aliança, tendo assim, bastante reconhecimento por parte desse grupo<sup>29</sup>.

Sua ligação ao PCB, todavia, seria rompida no ano de 1938. Trabalhando no *Observador Econômico e Financeiro* (1938), de Valentim Bouças, Lacerda assumiu a responsabilidade de escrever uma reportagem sobre esse partido, em função da comemoração de um ano do Estado Novo. Segundo ele, quando recebeu a proposta hesitou em escrever, pois possuía uma ligação com os comunistas. Porém, a ideia de que fosse ele a escrever, partia do pressuposto de que o artigo escrito por um deles transmitiria uma imagem com menos preconceito, afirmando que tal partido não oferecia nenhum perigo ao país, como era acusado<sup>30</sup>.

A matéria foi publicada com o título “A exposição anticomunista”. Nela, Lacerda citou os nomes de alguns membros do PCB, o que fez o partido considerar tal nomeação como uma traição, já que isso prejudicaria os citados. Por causa disso, foi acusado, na revista *Proletária*, de ser um: “reles aventureiro a serviço do fascismo que, por algum tempo, conseguiu ludibriar a boa-fé dos meios revolucionários e democráticos”<sup>31</sup>. Com isso, Lacerda sofreu total desprezo desse grupo, passando por um momento delicado de sua carreira.

Segundo Caó<sup>32</sup>, Lacerda cometeu alta traição revelando à polícia todos os planos de ação de vanguarda do PCB, que era a juventude, fornecendo relação completa dos nomes e endereço de seus companheiros, bem como a posição de cada um face ao movimento revolucionário, o que valeu para eles, cadeia segura e violência policial.

Rejeitado pelos setores da esquerda, Lacerda se filiou à UDN, em 1945, aparecendo como paladino da democracia<sup>33</sup> e ferrenho anticomunista. Ao lado de Valentim Bouças, Lacerda se tornou um importante colaborador do Departamento de Imprensa e Propaganda

---

<sup>28</sup> DULLES, John F. Op. Cit.

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> LACERDA, Carlos. *Depoimentos*. Organização de texto de Claudio Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

<sup>31</sup> Apud DULLES, John F. Op. Cit. p. 64.

<sup>32</sup> CAÓ, Epitácio. Op. Cit.

<sup>33</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda X Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

(DIP), recebendo boas quantias em dinheiro de Lourival Fontes para publicar artigos em louvor ao Estado Novo. Enfatizando seu posicionamento agora contrário aos comunistas, mais uma vez Lacerda escreveu no Observador Econômico e Financeiro:

Na verdade, em nosso país o fenômeno comunista ainda não teve quem o encarasse sob o ponto de vista objetivo, procurando melhor conhecê-lo para melhor combatê-lo [...] Ainda não houve quem, aproveitando o seu caráter informativo, e reunindo a essa documentação outros materiais de diversa procedência, pudesse examinar a questão sistematicamente, ao menos como um esboço de organização. Do ponto de vista nacional, esse histórico é urgente: já estamos em tempo de levá-lo a efeito, para que possamos aprender a lição que os passados acontecimentos nos deixaram. [...] eis aí porque, ao mesmo tempo renunciando ao histórico das origens do comunismo no Brasil, nas diversas etapas da sua ação como organização política, como influência ideológica e como ação subversiva, pretendemos realizar a primeira tentativa de um histórico do comunismo no Brasil<sup>34</sup>.

Mediante essa fala, Lacerda se colocava à disposição para produzir a história do comunismo no Brasil, chegando a elogiar abertamente a ação do governo que devido à centralização do poder nas mãos do presidente, garantia uma ação policial que castigava severamente os membros da juventude comunista que foram levados ao cárcere graças a sua delação<sup>35</sup>.

Lacerda dizia que os comunistas poderiam tentar se reerguer para criar um ambiente necessário às suas intenções, desde que tivessem condições para realizar suas manobras. Porém, deixava claro que naquela conjuntura, em que existia uma ação policial repressora eficiente, não haveria espaço para o comunismo se desenvolver. Com isso, estava-se imprimindo um novo rumo à orientação política do Brasil<sup>36</sup>.

Paralelamente ao período em que ingressava na vida política, Lacerda estava construindo sua carreira como jornalista, que se complementou de maneira fundamental à atuação política, pois sua capacidade de expressão e influência por meio do discurso foi potencializada<sup>37</sup>, de modo que a propagação de suas ideias foi eficiente diante de seus interesses. A inserção de Lacerda nas áreas em que mais se destacou, no caso, o jornalismo e a política foi fruto de uma história de vida carregada de experiências que as envolvia. Para Gilberto Velho<sup>38</sup>, a noção de carreira está ligada à ideia de sucessão de etapas em uma profissão ou organização. Nessa concepção o indivíduo possui um potencial de metamorfose que o

---

<sup>34</sup> Epitácio. Op. Cit. p. 15.

<sup>35</sup> Ibidem.

<sup>36</sup> Ibidem.

<sup>37</sup> Ibidem.

<sup>38</sup> VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas* (3a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

permite alterar seus projetos durante sua trajetória, conforme compreende a realidade ao contemplar outros projetos individuais ou de grupos. A influência desses outros projetos pode vir da família, instituições e demais setores coletivos nos quais o indivíduo se insere, todos passíveis de diferentes interpretações individuais “devido a particularidades de *status*, trajetória e, no caso de uma família, de gênero e geração”<sup>39</sup>.

Uma mistura de necessidade, admiração, incentivo e, por que não dizer também um pouco de indignação com o mundo ao seu redor, fizeram de Lacerda um homem que tinha ânsia por expor suas ideias e transformar o seu contexto da forma que mais lhe fosse favorável.

De acordo com seu biógrafo John Foster Dulles<sup>40</sup>, antes mesmo de entrar na Universidade ele já havia apresentado suas habilidades no jornalismo, como “foca” de Cecília Meireles no *Diário de Notícias*, durante a década de 1930, quando tinha 16 anos. Nas suas palavras:

O jornalismo me levou, naturalmente, a tal contato com a política que acabou importando numa espécie de compromisso; à força de dizer todos os dias, num jornal, como é que devem ser feitas as coisas e a fazer oposição, acaba-se, de certo modo, comprometido a fazê-las<sup>41</sup>.

Durante sua carreira jornalística passou por diversas redações, como a revista *Diretrizes* (1938), de Samuel Wainer, o *Observador Econômico e Financeiro* (1938), de Valentim Bouças, como já foi mencionado, a agência de notícias Meridional e *O Jornal* para os Diários Associados, de Chateaubriand, até 1944. Após sua demissão dos Diários Associados, trabalhou no Correio da Manhã, de Paulo Bittencourt, numa coluna intitulada *Tribuna da Imprensa*.

Nesse período, Lacerda escreveu um artigo se manifestando contra a concessão de refino de petróleo a dois grupos privados nacionais - Soares Sampaio e Corrêa e Castro - enquanto defendia a participação do capital estrangeiro na exploração petrolífera. Sua retórica devastadora para expressar suas opiniões, que seria sua marca como jornalista e político, incomodou o dono do jornal por se referir contrariamente ao grupo Soares Sampaio, que era de propriedade de amigos antigos de Paulo Bittencourt e este não permitiu a publicação do artigo de Lacerda, fato que o fez solicitar sua demissão.

Naquele momento, Lacerda decidiu criar seu próprio jornal e, ao comunicar a decisão a Paulo Bittencourt, fez um pedido: “Me empresta o nome da *Tribuna da Imprensa* que eu vou

---

<sup>39</sup>VELHO, Gilberto. Op. Cit. p.41.

<sup>40</sup>DULLES, John F. Op. Cit.

<sup>41</sup>LACERDA, Carlos. *Depoimentos*. Organização de texto de Claudio Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. p. 28.

tentar fazer um jornal”<sup>42</sup>. Seu plano foi concretizado. A criação da *Tribuna da Imprensa* foi viabilizada pela colaboração de empresas ligadas ao capital externo, que proporcionaram o fornecimento dos recursos. A sua presença no jornalismo foi muito marcante: pois a *Tribuna da Imprensa* representava o espaço dele para exposição de suas ideias, na maioria das vezes, polêmicas.

Enquanto jornalista, Lacerda acreditava possuir uma missão, afirmando que “quando se requer [...] que seja construtor está-se a ordenar que ele veja, [...] que não silencie, (...) e não se deixe peitar nem domesticar, nem por dinheiro nem por temor [...]”<sup>43</sup>. Partindo dessa concepção se via autorizado a proferir ofensas que a lei claramente tipificava como crimes de honra. Ao mesmo tempo, não hesitava em se valer das vantagens da mesma para destruir a reputação de seus adversários. Foi no jornal que Lacerda deu corpo e base para suas propostas e lutas<sup>44</sup>.

Lacerda possuía uma oratória demolidora, com uma palavra polêmica, ameaçava os governos, mobilizando-os a tomar providências para impedi-lo de ele expor suas ideias no rádio ou na TV. Os meios de comunicação potencializavam e ampliavam o alcance das suas palavras, ou seja, para ele, o jornal, a TV e o rádio eram instrumentos pelos quais podia dar ênfase ao seu discurso, mostrando a todos os seus ideais e convicções, não estando reduzido à presença das pessoas em seus comícios nem aos colegas da Câmara. Ele definia sua escrita como persuasiva e sedutora<sup>45</sup>.

Além da potência de sua escrita, a oratória de Lacerda também tinha uma presença forte, o seu poder de comunicação se expressava de forma evidente em seus discursos, tal habilidade era reconhecida por ele, quando disse que: “Se eu conseguir falar por cinco minutos, eu consigo dominar.”<sup>46</sup> Em relação a isso, Brunini, contou, numa entrevista, que durante a campanha para governador da Guanabara, em 1960, Lacerda “domou” estudantes rebeldes do diretório acadêmico de Direito. Segundo ele:

Lá no CACO, por exemplo, ele foi convidado, e lá foram vários outros candidatos. Ele ficou meia hora sem poder falar, ele ficou

---

<sup>42</sup> LACERDA, Carlos. *Depoimentos*. Organização de texto de Claudio Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. p. 75.

<sup>43</sup> LACERDA, Carlos. *A missão da imprensa*. São Paulo: Edusp, 1990. p. 12.

<sup>44</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda X Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

<sup>45</sup> LACERDA, Carlos. *Depoimentos*. Organização de texto de Claudio Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

<sup>46</sup> Apud MOTTA, Marly Silva da. As bases mitológicas do lacerdismo. *XX Encontro Nacional da ANPOCS*, Caxambu, 22-26 de outubro de 1996. p. 6.

esperando, esperando, até que o pessoal cansou. Ele começou a falar, e daí dois minutos estava sendo aplaudido".<sup>47</sup>

Esse poder se estendia também à recém-chegada televisão que, a partir da década de 1950, tornou-se mais um veículo de informação utilizado por Lacerda para suas manifestações políticas. Ali conseguiu mostrar, além de suas palavras, a sua imagem vibrante inserindo o tom vivo e apaixonado de sua oratória.

Lacerda também compreendeu que o rádio não era apenas um meio de comunicação, mas uma ferramenta com funções diversas para usos diversos, de modo que sua utilização dessa ferramenta mudou as operações políticas e radiodifusão no Brasil. Enquanto a *Tribuna da Imprensa* se tornou motivo de chacotas pela sua baixa tiragem, o rádio fez de Lacerda uma estrela.

Nas palavras de Villas-Boas Corrêa “sua imagem mudou, porque a *Tribuna* era um jornal com uma pequena circulação [...] De repente, através do acesso ao rádio, seu público cresceu de dez mil para milhões”<sup>48</sup>. Mccann afirma que, na visão de alguns jornalistas da época, o fenômeno Lacerda foi resultado não só das habilidades políticas do jornalista, mas consequência de um rádio amplamente desenvolvido e de uma população consciente de sua transmissão<sup>49</sup>.

Ainda bem jovem Lacerda encontrou os ambientes e as áreas nos quais gostaria de atuar, construir sua carreira e delinear sua personalidade. Assim, deve-se atentar para um fator muito importante para os rumos que ele tomaria como um político de caráter personalista, interessado em apresentar suas ideias políticas como fundamentais para o país: sua conversão ao catolicismo. Depois de praticamente três décadas da sua vida como ateu, Lacerda se converteu ao catolicismo, em 1948, fato esse que mais do que uma decisão religiosa, afetou diretamente as suas opiniões e comportamento no campo político.

A aproximação de Lacerda com a Igreja Católica teve início em 1947, no seio da UDN. Lacerda fazia parte do grupo denominado *Movimento Renovador*, que tinha como membros

---

<sup>47</sup> Apud MOTTA, Marly Silva da. As bases mitológicas do lacerdismo. *XX Encontro Nacional da ANPOCS*, Caxambu, 22-26 de outubro de 1996. p. 7.

<sup>48</sup> Apud MCCANN, Bryan. Carlos Lacerda: The Rise and Fall of a Middle-Class Populist in 1950s Brazil. *Hispanic American Historical Review*, v. 83, n. 4, p. 661-696, 2003, p. 672.

<sup>49</sup> Ibidem.

peessoas como Gustavo Corção<sup>50</sup>, Alceu Amoroso Lima<sup>51</sup>, Hamilton Nogueira<sup>52</sup> e Sobral Pinto<sup>53</sup>, sendo a adesão a esse grupo que fomentou sua candidatura e vitória nas eleições daquele ano para vereador do Distrito Federal<sup>54</sup>.

Dentre os membros do *Movimento Reformador*, os que mais tiveram influência na conversão de Lacerda foram Gustavo Corção e Alceu Amoroso Lima<sup>55</sup>. Além disso, outro fator que, segundo o próprio Lacerda contribuiu para sua conversão, foi sua experiência negativa com o Partido Comunista:

Até então eu era, digamos, perplexo, para ser exato. Não acreditava mais na solução comunista. Eu tinha sido levado para próximo do comunismo porque acreditava que era um regime libertador, mas fui me convencendo que era uma ditadura [...] A derrota do Brigadeiro acabou de me abrir os olhos [...] Mas antes eu já tinha começado a ter o que se poderia chamar um pouco pedantescamente de crise espiritual [...] <sup>56</sup>.

De acordo com Dulles<sup>57</sup>, foi a partir daquele momento que Lacerda começou a se interessar pelo catolicismo. Quando conheceu Gustavo Corção, foi apresentado também a Dom Lourenço de Almeida Prado, passando a visitar, com frequência, o Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Foi também por influência de suas amigadas católicas que decidiu sair do jornal que trabalhava, o *Correio da Manhã*, para fundar seu próprio jornal, em 1949. Inclusive, Adauto Lúcio Cardoso, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Heráclito Fontoura Sobral Pinto e Luiz Camilo fizeram parte de um Conselho Consultivo do jornal recém-criado, que apresentou um conjunto de trinta e cinco itens para promover no jornal uma campanha de “moralização da política”.

Vale traçar brevemente o perfil desse grupo de políticos católicos que influenciaram Lacerda no aspecto religioso. De modo geral, os pontos que uniam esses políticos eram o pensamento sobre as questões sociais do Brasil, a oposição ao autoritarismo e o anticomunismo, com maior destaque nos anos 1960. Eles fazem parte de uma nova geração de católicos que começaram, na década de 1930, a defender a ideia de que a igreja deveria se inteirar mais dos

---

<sup>50</sup> Gustavo Corção nasceu no Rio de Janeiro, em 17/12/1896. Formado em Engenharia, foi escritor e influente pensador católico.

<sup>51</sup> Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro em 1893, foi advogado, jornalista e católico. Desempenhou papéis de destaque no jornalismo, na política e dentro da Igreja católica.

<sup>52</sup> Hamilton de Lacerda Nogueira nasceu em Campos, Rio de Janeiro, no dia 14 de janeiro de 1897 e faleceu em 7 de maio de 1981. Diplomou-se em Medicina. Foi, também, professor, ensaísta, novelista, Deputado Federal e Senador.

<sup>53</sup> Heráclito Fontoura Sobral Pinto nasceu em Barbacena (MG), em 5/11/1893. Foi advogado. Católico fervoroso, morreu em 1991.

<sup>54</sup> DULLES, John W. F. Op. Cit..

<sup>55</sup> PAIVA, Adriana Gomes de. Op. Cit.

<sup>56</sup> LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987, p. 51.

<sup>57</sup> DULLES, John W. F. Op. Cit.

problemas sociais e recuperar o seu poder de influência e condução da sociedade que havia diminuído nos primeiros anos da República<sup>58</sup>. Na década de 1950, essas mudanças na Igreja ficaram mais intensas, de modo que a “missão de salvação de almas”, que esteve no cerne da atuação católica na primeira metade do século XX, passou a contar com o trabalho em prol de promover uma melhoria efetiva nas condições da vida material das pessoas.

Além da proximidade com a religião, esses políticos tinham em comum a produção intelectual e o espaço na imprensa como meio de divulgar suas ideias. Alceu Amoroso Lima, conhecido também pelo pseudônimo Tristão de Athayde usado em seus artigos de jornais, converteu-se ao catolicismo em 1926. Essa nova fase da vida refletiu também um novo estilo de seus escritos, nos quais a temática sobre a Igreja passou a ter mais destaque, “onde ele relaciona o cristianismo com história, com democracia, com apostolado, humanismo” como ressalta Silva<sup>59</sup>. Amoroso Lima tinha as questões sociais como cerne de seu pensamento, pois acreditava que só a justiça social, ou seja, a possibilidade de que as condições de vida da população pudessem melhorar, poderia impedir o avanço do comunismo no Brasil.

Gustavo Corção, convertido ao catolicismo em 1936, em sua produção intelectual costumava dirigir críticas ao divórcio e ao individualismo. Sua atuação política ganhou força na década de 1950, conforme destacado por Antônio Villaça:

Desde a eleição de Vargas, em 1950, Corção se voltou para a política de modo absorvente, como forma de participação apostólica na vida concreta, real. Ao puro ensaísta ideológico, todo voltado para a especulação filosófica, sucede o comentarista político, amargo, severo<sup>60</sup>.

Na década de 1960, com ênfase no combate ao comunismo, Corção alertava para a infiltração de ideias comunistas no catolicismo. Para ele, “o comunismo restringia as liberdades, matava o povo de fome, incentivava a inimizade entre as nações, fuzilava seus opositores e, sobretudo, era um regime contrário à religião católica”<sup>61</sup>.

Os intelectuais católicos citados como referência para a conversão de Lacerda fizeram parte, concomitantemente, do Centro Dom Vital. Essa associação era composta por católicos leigos, de caráter nacional, com finalidades educacionais, destacando-se no meio pedagógico cristão. Foi fundada no Rio de Janeiro por Jackson de Figueiredo, jornalista convertido ao

---

<sup>58</sup> SILVA, José Ramiro Alves da. A legitimação da ordem autoritária: Gustavo Corção nas páginas do Correio do Povo (1964 – 1969). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2004. 130 fls.

<sup>59</sup> SILVA, José Ramiro Alves da. Op. Cit., p. 54.

<sup>60</sup> VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. P. 146.

<sup>61</sup> SILVA, José Ramiro Alves da. Op.Cit. p. 64.

catolicismo em 1918. Hamilton Nogueira foi um dos líderes da instituição e manteve contato com Lacerda tanto no Dom Vital, quanto no Movimento Renovador da UDN. Na medida em que mantinham esse contato, Nogueira foi contribuindo para a que Lacerda, até então ateu, começasse a se interessar pela Igreja e se convertesse<sup>62</sup>.

Política, jornalismo, catolicismo, produção intelectual estiveram no centro dessas relações e influenciaram diretamente na “construção” de um projeto de Brasil, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960. A ligação de Lacerda com os intelectuais e políticos católicos possibilitou a conquista de novos espaços que agregaram experiência e ideias para sua atuação em prol da democracia no Brasil. A imprensa foi um espaço de grande valia para Lacerda, principalmente com a fundação do seu jornal. O *Tribuna da Imprensa* permitiu que Lacerda defendesse seus ideais políticos, sociais, econômicos e religiosos. Nesse sentido, a defesa de suas ideias inspiradas no catolicismo foi perceptível. O jornal mostrava o compromisso com o cristianismo pela defesa de um posicionamento anticomunista influenciado pelo catolicismo norte-americano, além de debater sobre decisões morais que julgava necessário combater, como a proposta de lei a favor do divórcio debatida no Congresso, em 1951.

No que se refere à aproximação com o catolicismo norte-americano deve-se ressaltar a admiração de Lacerda pelo bispo Fulton John Sheen<sup>63</sup>, conhecido por suas pregações e trabalhos na televisão e no rádio. A sua obra envolve aproximadamente cem livros, além de artigos para jornais e revistas. Possuía um programa de rádio chamado *Catholic Hour* e uma premiada série de TV chamada *Life is Worth Living*, na década de 1950. Tamanho era seu sucesso que seu programa na TV chegou a ter audiência de mais de dois milhões de espectadores<sup>64</sup>.

Lacerda o conheceu em uma viagem aos Estados Unidos, em 1948, para cobrir as eleições norte-americanas em pleno contexto da Guerra Fria. Depois de alguns encontros com o bispo, Lacerda escreveu reportagens no *Correio da Manhã* sobre o pensamento de Sheen e o papel da Igreja diante da política em relação ao comunismo especificamente.

No discurso de Sheen o comunismo era visto como uma doutrina que expressava o fim da fé cristã, pois o individualismo exagerado corromperia a sociedade. Seguindo esse princípio,

---

<sup>62</sup> MAGALHÃES, Otávio Luciano Camargo Sales de. Hamilton Lacerda de Nogueira, o senador, pensador católico e médico que viveu em Muzambinho. *365 dias de história de Muzambinho*, ed. 21, 2015.

<sup>63</sup> Chegou a ser arcebispo e em 2002 foi canonizado, sendo chamado de “Venerável”.

<sup>64</sup> RODEGHERO, Carla Simone. “Religião e Patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, 2002, pp. 463-488.



o discurso anticomunista de Lacerda se mostra como uma urgência, já que se tratava de uma corrente política que, na sua concepção, atentava contra os princípios morais cristãos.

Na perspectiva do bispo, apropriada por Lacerda, o comunismo seria um conjunto de pensamentos que se originaram no ocidente radicalizando a ideia de que Deus não teria mais influência e importância no mundo, de modo que o homem poderia por si mesmo alcançar sua felicidade possuindo bens materiais, ou seja, o comunismo se mostraria como a pior consequência da ordem burguesa<sup>65</sup>.

Lacerda apresentou que, na visão de Sheen, existiriam três vertentes do liberalismo, onde apenas uma poderia ser considerada justa. No trecho abaixo, a visão de Sheen é destacada por Lacerda:

A palavra liberalismo tem três sentidos bem diferentes: 1 – de uma filosofia que acreditava no aperfeiçoamento progressivo das liberdades civis, sociais, políticas, econômicas e religiosas dentro de um quadro da lei moral. Este é o sentido digno pelo qual devemos lutar [...] 2 – Uma atitude que nega os padrões extrínsecos do homem e que mede a liberdade como uma força física mais do que uma força moral e identifica o progresso pela altura da pilha de tradições morais e religiosas renegadas [...] 3 – uma ideologia geral identificada como uma doutrina do *laissez-faire*. ‘o primeiro sentido deve ser encorajado, desenvolvido, consumado’, diz Sheen. Os outros dois são falsos [...]

<sup>66</sup>.

Diante dessas variações do conceito de liberalismo, Sheen demonstra que o conceito principal estaria sendo sobrepujado pelos dois “falsos”. Ao interpretar seu raciocínio, Lacerda chegou à conclusão de que:

Todas as ideias do comunismo são, na sua origem, ideias da burguesia ocidental [...] A distância do comunismo é que não é ocidental, mas engoliu todas as falsidades burguesas, do pragmatismo que considerou verdadeiro tudo que é útil – até o materialismo, cujo único material é a matéria. <sup>67</sup>

Seguindo esse pensamento, o comunismo seria a representação da fraternidade sem paternidade, a fé sem Deus, o paraíso na terra, eis o que o comunismo promete aos que se afastaram de Deus para procurar o paraíso artificial do progresso ilimitado<sup>68</sup>. Portanto, Lacerda destacava a importância das ideias do bispo norte-americano para o Brasil:

As palavras do Monsenhor Sheen por isso mesmo são atuais, e úteis como a água e o pão. Pois além do comunismo e do subcomunismo, há no Brasil dois males infinitamente maiores: a mediocridade dos homens públicos e o farisaísmo dos que

<sup>65</sup> RODEGHERO, Carla Simone. Op. Cit.

<sup>66</sup> *Correio da Manhã*, Na Tribuna da Imprensa: “A Voz da Consciência”, 01/12/1948.

<sup>67</sup> *Correio da Manhã*, Na Tribuna da Imprensa: “Um Pensamento Cristão”, 04/12/1948.

*Correio da Manhã*, Na Tribuna da Imprensa: “A Voz da Consciência”, 01/12/1948.

<sup>68</sup> PAIVA, Adriana Gomes de. Op. Cit.

procuram colocar-se, a qualquer preço, na situação de poder influir sobre o país, a fim de influírem melhor no curso de sua própria prosperidade<sup>69</sup>.

Diante da compreensão sobre a história e construção pessoal de Lacerda, é possível considerar que sua marcante presença na política nacional nos traz a reflexão de que, por mais que muitos adjetivos e posicionamentos tenham sido atribuídos a ele, tais como o “tribuno”, o anticomunista convicto, o “liberal”, o “golpista”, o “conservador”, o governador “mata-mendigos”, ainda se trata de um personagem difícil de definir.

Sua trajetória é marcada pela passagem pelos mais distintos lugares do espectro ideológico, apresentando mudanças de rumo, como sair do seio comunista para um intenso anticomunismo. Sendo assim, seu discurso, ideias e valores possuem traços aparentemente contraditórios. Essa percepção inspira a busca por realizar uma análise mais aprofundada de suas ideias e projetos políticos para o Brasil, apesar de não tê-lo realizado enquanto presidente da República, conforme almejava.

### **1.1 Aspectos fundamentais do pensamento político de Lacerda e a construção do lacerdismo**

Ao longo de sua juventude Lacerda ingressou na vida política, constituiu-se como um jornalista que era proprietário de um jornal e dotado de uma oratória e escrita forte e com características próprias. Tudo isso lhe permitiu elaborar suas próprias convicções e posicionamentos em relação ao cenário político brasileiro. A etapa madura do político em questão, caracterizou-se pela propriedade e personalidade de suas ideias, de modo que mais do que ser “o pensamento de Lacerda”, suas concepções e seus valores políticos se configuraram, a partir da década de 1950, como um movimento político denominado lacerdismo<sup>70</sup>.

Esse movimento está atrelado à concepção de Lacerda sobre como a política deveria ser conduzida em prol de alcançar uma democracia que ele considerava como “pura e verdadeira”. O lacerdismo se apresentou, na sociedade civil, como uma alternativa para a solução de problemas nacionais, uma vez que estava fundamentado no projeto democrático que Lacerda desejava implantar no Brasil.

De acordo com Márcio Delgado<sup>71</sup>, existem dois tipos de discursos atribuídos ao lacerdismo, sendo um apresentado como positivo e outro como negativo. O primeiro constrói

---

<sup>69</sup> *Correio da Manhã*, Na Tribuna da Imprensa: “A Revolução Superficial”, 09/12/1948.

<sup>70</sup> DELGADO, Márcio de Paiva. Op. Cit.

<sup>71</sup> DELGADO, Márcio de Paiva. Op. Cit.

o movimento pelo discurso da defesa de elementos caros aos liberais históricos - a democracia, a liberdade individual, a liberdade econômica e o moralismo -, enquanto o discurso negativo, mais fluido e conjuntural, vai marcar posição dentro da UDN e, principalmente, na opinião pública, sendo a expressão máxima do antigetulismo, antipopulismo, anticomunismo, defendendo o golpismo em nome de uma “democracia pura”.

Tais atribuições podem ser explicadas pelo fato de que, quando se trata dos “ismos” há a adoção de uma função mais de avaliação do que denotativa, isto é, “julgamentos pejorativos e leituras consagradoras mesclam-se em um universo de personificação do capital político como forma de capital simbólico”<sup>72</sup>.

Na perspectiva de Marly Motta<sup>73</sup>, o lacerdismo não deve ser tratado como mera corrente política, pois se tornou referência pragmática de diferentes padrões e concepções de atuação política no contexto carioca e nacional. A autora faz essa análise à luz do período em que Lacerda esteve à frente do Poder Executivo da Guanabara, portanto se concentra na percepção do movimento intrinsecamente ligado à prática política.

O conjunto de ideias de Lacerda ficou marcado por uma estratégia política que buscava o confronto, a luta, a disputa. Nele não havia espaço para a conciliação, a negociação, o recuo tático, a capitulação. Professava na imprensa, nos grupos civis e na tribuna do parlamento, uma democracia “pura, limpa, imaculada e verdadeira”, sem as “deformações” herdadas do Estado Novo<sup>74</sup>.

Nesse sentido, deve-se compreender que a ação é o fio condutor do lacerdismo, mais do que ideias, inclusive os louros e ataques que ele recebeu em toda sua carreira como político e dono de jornal tiveram como ponto de partida suas ações, seja nos discursos ou na prática administrativa. Logo, compreender as ações de Lacerda na política brasileira no período da experiência democrática de 1945 a 1964 é compreender a formação do lacerdismo também.

No lacerdismo a política se completa na ação, tanto na tribuna parlamentar quanto na imprensa ou no governo, por meio de sua performance e inafastável incerteza, a dotar de sentido as ideias de Lacerda.

Tal propensão não decorre, todavia, de um constante predomínio da ação instrumental, como se o político carioca fosse sempre capaz de modular as escolhas

---

<sup>72</sup> Apud MELLO, Guilherme Pires de. Oposição Demolidora: a formação do lacerdismo. *Anais da IV Semana Discente do IESP-UERJ* - Rio de Janeiro, 2018, p. 239.

<sup>73</sup> MOTTA, Marly Silva da. As bases mitológicas do lacerdismo. *XX Encontro Nacional da ANPOCS*, Caxambu, 22-26 de outubro de 1996.

<sup>74</sup> DELGADO, Márcio de Paiva. Op. Cit.

em razão do que mais lhe favoreceria, mas passa pelo modo através do qual ele conformou sua persona pública<sup>75</sup>.

Para as soluções extralegais que lhe demandavam urgência, Lacerda não hesitava em utilizar como recurso sua oratória virulenta e o tom agressivo tanto nas palavras como em seus atos. Apesar do papel central da ação, as ideias não ficam em segundo plano, como se fossem apenas recursos retóricos. A imagem de “homem das ideias” aparece, principalmente, pela autoimagem construída por Lacerda cujo caráter ideológico seria fundamental para diferenciá-lo dos grandes males do autoritarismo presente no Brasil.

Para a opinião pública, o lacerdismo se apresentaria como uma solução radical aos problemas que, no momento, eram considerados urgentes para a sociedade, sobretudo as heranças de Vargas, o populismo e o getulismo como vertente do trabalhismo, a demagogia e o comunismo<sup>76</sup>. Entretanto, deve-se atentar para o fato de que o lacerdismo não existia em função apenas do que se opunha, mas também ao caráter personalista do movimento, semelhante ao getulismo no que diz respeito à influência do carisma sobre as nações que se encontram carentes de capital social<sup>77</sup>.

Tal carisma e personalismo se confirmam quando se analisa a trajetória de um jornalista que, na medida em que participou formalmente da política, atuando nos cargos de vereador, deputado federal e governador, conseguiu ter seu nome vinculado a uma vertente política, o que mostra a consideração que possuía por parte de seus eleitores e aliados além do que era comum observar.

De acordo com Delgado<sup>78</sup>, isso se deve também ao fato de que em relação ao maior adversário do lacerdismo - o projeto getulista, a vertente política-eleitoral ligada ao carisma de Vargas -, Lacerda se apresentava como uma alternativa. Uma opção também carismática para combater a continuidade do projeto getulista, aliando-se a setores da classe média, os empresários não nacionalistas, grupos anticomunistas e religiosos, e de setores conservadores das Forças Armadas.

Vale ressaltar que a existência do personalismo se baseia em pelo menos duas questões: o líder carismático e a população. O personalismo trata-se, então, de uma relação positiva entre as “características individuais do líder carismático e as características sociais, econômicas e

---

<sup>75</sup> CHALOUN, Jorge. CHALOUN, Jorge Gomes de Souza. O liberalismo de Carlos Lacerda. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 61, nº 4, 2018, pp. 385 a 428. p. 386.

<sup>76</sup> DELGADO, Márcio de Paiva. Op. Cit.

<sup>77</sup> Ibidem.

<sup>78</sup> Ibidem.

culturais de setores da população”<sup>79</sup>. Ao partir desse pensamento, Soares<sup>80</sup> chega à conclusão de que o lacerdismo se define como um fenômeno de classe, no caso, as mais privilegiadas. Isso o diferenciava dos movimentos personalistas de Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek que romperam o vínculo com apenas uma classe e conseguiram ter adesão também das classes menos favorecidas. Por causa disso, esses presidentes conquistaram um movimento personalista de maior eficiência do que o lacerdismo.

Márcio Delgado<sup>81</sup> aponta que o movimento político de Lacerda passou por duas fases em sua origem. A primeira, de caráter reformador, em oposição ao governo de Getúlio Vargas, com a defesa de uma democracia “pura e verdadeira”. Já numa segunda fase, segundo o autor, Lacerda se tornou um populista da classe média que viria a se reconhecer como a classe que detinha a moralidade no Brasil, permitindo uma militância autointitulada superior capaz de superar as demandas da classe trabalhadora.

Para refletir sobre a consideração de Lacerda como um populista vale fazer algumas considerações sobre o termo em questão. De acordo com Cervi<sup>82</sup>, o populismo é um fenômeno político, objeto de um estudo científico que ainda não está acabado devido à diversidade de abordagens possíveis, já que desperta interpretações acaloradas, seja a favor ou contra.

Para Weffort<sup>83</sup>, pode-se dizer que o populismo é o produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da Revolução de 1930 e que se manifesta de uma dupla forma: como estilo de governo e como política de massas<sup>84</sup>. O autor afirma que, no período entre 1930 e 1964, para que os problemas do país fossem resolvidos viusse, a necessidade de um Estado forte que atuasse em função do interesse e do bem público. Com isso, buscou-se constituir um Estado que fosse o contrário da proposta liberal, que fosse isento quanto às preferências do mercado. O modelo ideal passou a ser um Estado intervencionista, antiliberal e que promovesse justiça social, para que assim houvesse melhor distribuição da riqueza nacional.

Diante da tentativa de retomar a democracia no país, na década de 1940, as opções sobre como o país deveria ser conduzido colocou o populismo como objeto de estudo no Brasil a

---

<sup>79</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. As bases ideológicas do lacerdismo. Rio de Janeiro: *Revista Civilização Brasileira*. n.1, v.4, p. 49-70, 1965. p. 55.

<sup>80</sup> *Ibidem*.

<sup>81</sup> DELGADO, Márcio de Paiva. Op. Cit.

<sup>82</sup> CERVI, Emerson Urizzi. As sete vidas do populismo. *Revista de Sociologia e Política* n° 17: 151-156 Nov. 2001.

<sup>83</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>84</sup> CERVI, Emerson Urizzi. Op. Cit.

partir dos anos 1950 até os anos 1960, quando, com o golpe militar, teve fim o período da República que levou o nome do fenômeno: “Democracia populista”.

Dessa forma, paulatinamente difundiu-se uma vertente explicativa que passou a desmerecer a história social e política brasileira entre os anos de 1930 e 1964, sobretudo o período entre 1945 e 1964, que passou a ser denominado pejorativamente como o “tempo da democracia populista” (ou da “república populista”) e do “sindicalismo populista”, caracterizado como o período dos políticos populistas, demagógicos e carismáticos, do sindicalismo pelego, dos trabalhadores domesticados e sem autonomia, vitimados por uma modernização incompleta e manipulados por um Estado paternalista e coercitivo (especialmente no Estado Novo)<sup>85</sup>.

Não sendo mais considerada uma opção de condução da política brasileira, por volta de 1961, as palavras populismo e populista passaram a designar, sobretudo para as forças conservadoras, tudo que de pior podia existir na cultura política existente: demagogia, corrupção, paternalismo, clientelismo, fisiologismo, irresponsabilidade, irrealismo, peleguismo. Devidamente demonizadas, essas tradições deveriam ser negadas, vencidas e varridas da história do país<sup>86</sup>.

A UDN, bem como Lacerda, ao longo das décadas de 40, 50 e 60, fez parte desse movimento contrário ao populismo, em prol de um liberalismo sob um discurso de defesa da democracia. Jorge Ferreira<sup>87</sup>, afirma que:

Liberais e autoritários, de direita ou de esquerda, diagnosticaram que os males do país provêm de uma relação desigual, destituída de reciprocidade e interlocução: a uma sociedade civil incapaz de auto-organização, ‘gelatinosa’ em algumas leituras, e uma classe trabalhadora ‘débil’, impõe-se um Estado que, armado de eficientes mecanismos repressivos e persuasivos, seria capaz de manipular, cooptar e corromper.

A autora Guita Debert<sup>88</sup>, em seu livro “Ideologia e populismo”, aborda, como um de seus políticos analisados, o ex-governador da Guanabara. Segundo ela, Carlos Lacerda teria o perfil de um populista, pois representava uma liderança carismática e concebia o Estado como aquele que possui o poder de transformação política, aparecendo, assim, como o “Sujeito da transformação”. No caso de Lacerda, as características pessoais de líder e a construção de uma imagem de justiceiro absoluto lhe permitiram ganhar espaço e ser referência no discurso em

<sup>85</sup> BATISTELLA, Alessandro. Um conceito em reflexão: o “populismo” e a sua operacionalidade. *Revista Latino-Americana de História*. Vol. 1, nº. 3 – Março de 2012. p. 473.

<sup>86</sup> FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (1945-1964)*. Coleção O Brasil Republicano, volume 3, 8ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2019.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 346-347.

<sup>88</sup> DEBERT, GG. Ideologia e populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

prol da democracia que rompesse com o histórico de um governo autoritário que teria enganado ao povo.

Lacerda transmitia a mensagem de que não se dobraria diante de nenhum obstáculo ou pressão vê-se, capaz de romper todas as oposições. Defende a ideia de que o Estado é a fonte de recursos e que estes devem ser distribuídos com justiça, já que são limitados. Nesse sentido, o povo é o destinatário de seu discurso, sendo considerado povo aqueles que pagam impostos e, por isso, exigem uma atuação correta do Estado, ou seja, uma máquina administrativa eficiente. Para o jornalista e político, a liberdade é um direito natural dos povos, no entanto, não estaria vinculada automaticamente à democracia, pois esta é vista como um estágio possível apenas quando o povo fosse educado para aprender a discernir o certo e o errado, não servindo mais de massa de manobra para o que julgava como discursos demagógicos<sup>89</sup>.

Ainda segundo a autora, diferente dos outros discursos considerados populistas, o de Lacerda acoberta a origem social em que é produzido, não o vinculando a determinada classe ou camada social, para que assim pudesse ampliar seu público, inclusive isso é perceptível na sua persistência em não se designar pertencente a nenhum “rótulo” político, como direita, esquerda, nacionalista, entre outros. No entanto, o resultado não se deu conforme ele imaginava, pois seus seguidores estavam, em sua maioria, nos setores da classe média, sendo apenas 27% os seus eleitores oriundos das classes trabalhadoras.

De acordo com Soares<sup>90</sup>, nas camadas sociais mais baixas, Lacerda conseguiu apenas “manter o apoio dado pelas máquinas partidárias, mas não conseguiu muito mais votos além do que este apoio combinado lhe oferecia”. Dessa forma, seu discurso em prol de um Estado eficiente, liderança carismática e noção de um povo ainda em estado infantil, ainda em aprendizado para usufruir das liberdades que uma democracia garante, o mantiveram mais próximo das classes médias, reforçando a perspectiva de Delgado em que Lacerda foi considerado um populista da classe média.

Marly Motta considera que o movimento político vinculado a Lacerda se estabelece nas emoções despertadas naqueles que o admiram apaixonadamente, de modo que aqueles que se dizem lacerdistas partilham de “sentimentos de pertencimentos a grupos que se definam pela comunhão de valores, representações e atitudes com relação à figura carismática de Carlos

---

<sup>89</sup> DEBERT, GG. Op. Cit.

<sup>90</sup> Ibidem, p. 60.

Lacerda”<sup>91</sup>. Portanto, o *movimento*, para além das suas características ideológicas, está fortemente atrelado às interpretações acerca de seu carisma pessoal.

Marly Motta e Marieta de Moraes Ferreira<sup>92</sup> buscaram analisar, por meio de uma entrevista realizada com Raul Brunini<sup>93</sup>, a construção do mito político Carlos Lacerda. De acordo com as autoras, apesar de Lacerda ocupar um expressivo lugar no imaginário político carioca e nacional, são poucos os estudos que se dedicaram a perscrutar as bases de construção do mito lacerdista. Marina Mendonça também segue na mesma perspectiva de compreender o mito político em torno de Lacerda, de modo que procuram entender as motivações que pudessem explicar as atitudes de Lacerda e os desdobramentos de sua atuação política.

Suas análises trazem uma compreensão de Lacerda pela ótica do processo de construção, de formas e funções que assumem os mitos políticos, pois percebe o político e jornalista, em diversos momentos de sua trajetória, buscando se auto mitificar ao mesmo tempo em que tenta destruir a imagem de mito político de Getúlio Vargas no imaginário popular.

À luz da teoria de Raoul Girardet<sup>94</sup>, a autora explica que o mito permanece como figura do homem providencial intimamente ligado às necessidades de uma sociedade em certo momento. Numa sociedade onde a legitimidade do poder entra em crise, como reflexo de um trauma individual ou coletivo, surgem novas oportunidades para o aparecimento da imagem do “salvador da pátria”, representando, no imaginário popular, a figura do pai.

Assim, as reflexões de Girardet são pertinentes quando o assunto é Lacerda, principalmente em relação ao mito do “complô”, do qual ele fez uso constantemente. Lacerda tentou aproveitar-se dos momentos de crise para estabelecer sua imagem de homem providencial, o herói disposto a salvar a pátria ameaçada<sup>95</sup>. Também se aplica a Lacerda a teoria de Elias Canetti<sup>96</sup> que explica sobre a sensação de poder e de invulnerabilidade de alguém que sobreviveu a uma situação de quase morte alcança, como quando Lacerda sobreviveu ao

---

<sup>91</sup> MOTTA, Marly Silva da. Frente e verso da política carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo. *Estudos Históricos - Cultura Política*, Rio de Janeiro, v.13, n° 24, 1999. p.351.

<sup>92</sup> MOTTA, Marly Silva da. As bases mitológicas do lacerdismo. *XX Encontro Nacional da ANPOCS*, Caxambu, 22-26 de outubro de 1996.

<sup>93</sup> Raul Brunini foi locutor de rádio e, Graças ao rádio aproximou-se do cenário político, tendo sido o introdutor de debates radiofônicos e o primeiro a transmitir discursos parlamentares através do programa Parlamento em Ação. Foi filiado à UDN por intermédio de Carlos Lacerda e, nesse partido, se elegeu como vereador do Distrito Federal, em 1954 e 1958. Em 1960, elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte no novo estado da Guanabara, reelegendo-se deputado estadual em 1962.

[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/raul\\_brunini](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/raul_brunini)

<sup>94</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>95</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão. *O demolidor de presidentes*. São Paulo: Editora Códex. 2002.

<sup>96</sup> CANETTI, Elias. *A consciência das palavras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



atentado da Rua Tonelero, em 1954<sup>97</sup>. A vitória sobre essa tentativa de assassinato permitiu que surgisse em si a imagem do herói que o incentivou ao combate para a vitória.

De acordo com Marina Mendonça<sup>98</sup>, Lacerda sempre buscou a construção de uma imagem heroificada. Um artigo publicado por Eloy Dutra, em 1958, no *O Semanário* colabora com a visão da autora. Ele dizia que “o ideal de Lacerda era ele próprio”<sup>99</sup>, esforçando-se para obter glória, mesmo que para isso, em muitos momentos, não dedicasse atenção e respeito às pessoas ou instituições. Dutra seguia dizendo:

[...] Para Lacerda é vital essa adoração cega [...] É por isso que esse homem exige o culto total, desconsiderado de valor e motivado por induzível egolatria, mascaramento de seus desejos destrutivos contra pessoas que indevidamente ocupam os lugares que pertencem a ele, o herói único<sup>100</sup>.

A visão de Eloy Dutra que fora um ativista político e contemporâneo a Lacerda, fica a impressão de que:

No fundo da sua consciência, Lacerda não crê na sinceridade das próprias atitudes. [...] Sabe que a sua inteligência está aplicada a favor de uma ambição desmedida; não aquela ambição que objetiva um sentido material, mas a outra, muito mais nociva, que é a tentação de atingir os pináculos da glória, de ser deificado, ainda que para tanto seja necessário o sacrifício de quem quer que seja. E tudo isso apresentado sob o rótulo de quem está possuído de extremado patriotismo e vulgar disposição de qualquer sofrimento pela sua pátria. E faz-se a vítima [...] <sup>101</sup>.

Lacerda se apresentava como vítima daqueles que destruíam a moralidade pública, logo como um pai que protege seus filhos, o “salvador da pátria” se mostrava disposto a qualquer sacrifício por ela. Essa imagem de herói, na perspectiva de Mendonça, era necessária às suas metas políticas, pois ao considerar Vargas como um de seus maiores adversários, só poderia ter êxito em suas metas se conseguisse se apresentar como capaz de substituir a função de “pai” no imaginário popular. Para isto, sustentou-se na identificação pessoal e imediata, possível graças ao seu perfil carismático, propiciando uma relação de identidade pessoal entre os seus adeptos.

Sobre a influência do carisma de Lacerda, Maurício Perez esclarece que:

---

<sup>97</sup> Refere-se ao atentado sofrido por Lacerda em agosto de 1954, à porta da sua casa, na Rua Tonelero, em Copacabana. Tal atentado teve sua autoria por membros da Guarda Pessoal de Getúlio Vargas, então presidente da República, fator que o ligou diretamente ao ocorrido, passando a ser considerado, por Lacerda, o mandante do crime. A partir de então houve uma forte campanha do jornalista para provar a culpa de Vargas e possibilitar sua saída do cargo. No entanto, no dia 24 daquele mesmo mês, o próprio presidente tomou a decisão de sair do governo, tirando sua própria vida. Cf. CUNHA, Thársyla Glessa Lacerda da. *A imprensa como instrumento político: uma análise sobre a atuação dos jornais Tribuna da Imprensa e Última Hora no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954)*. 2017. 140f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

<sup>98</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão. Op. Cit.

<sup>99</sup> Apud MENDONÇA, Marina Gusmão. Op. Cit. p. 197.

<sup>100</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão. Op. Cit., p. 198.

<sup>101</sup> Apud MENDONÇA, Marina Gusmão. Op. Cit. p. 198.

O impacto e a magnitude que o carisma de Carlos Lacerda exerceu na vida política nacional entre 1946 e 1968, tornou-se o epicentro gerador de um fenômeno político conhecido como lacerdismo. De fato, nesse período, tratando-se de Lacerda, não havia meio-termo: ou se martelava ou se carregava nos ombros. Portanto se quisermos compreender melhor o governador Lacerda [...] não podemos dispensar a análise das características desse fenômeno, as circunstâncias que o tornaram possível [...] <sup>102</sup>.

Diante da relevância que o carisma e poder de comunicação possuem para o estudo sobre a construção e propagação do lacerdismo, na próxima seção será feita uma análise a respeito do processo de construção do carisma em Lacerda e as inspirações e elementos que colaboraram para a consolidação do conjunto de ideias que formam esse movimento.

### 1.1.1 Desenvolvimento do carisma político de Lacerda

No contexto em que Lacerda atuou na política, depreende-se que o que o aproximou do público foi o sentimento de pertencimento - grupos da sociedade se identificaram/se definiram pelos valores, representações e atitudes difundidas por sua figura carismática. Sendo assim, para que se possa analisar o lacerdismo é necessário atentar para o processo de construção do carisma, que se sustenta, entre outros, no reconhecimento do valor de uma habilidade pouco dominada pela maioria das pessoas.

Weber, ao estabelecer os elementos fundamentais para a construção do carisma, também integra ao líder carismático a presença do heroísmo. Para o autor, a força da oratória é uma das características essenciais, nesse aspecto, pois é por meio da palavra que se opera a comunhão entre o líder carismático e a massa, que nele encontra sua face<sup>103</sup>.

Ao se colocar como líder carismático sob a perspectiva do mito do herói no contexto brasileiro, outro elemento foi incorporado ao seu discurso e modo de atuação: o moralismo. Numa sociedade conservadora, majoritariamente cristã, a questão da moralidade se faz presente de maneira expressiva. Portanto, um político que se mostrava interessado em destruir a corrupção e os males imorais da sociedade se tornava uma espécie de herói, logo conseguiria atrair as massas para o compartilhamento de suas ideias.

Ainda no início de sua carreira política, quando foi eleito vereador pelo Rio de Janeiro, em 1947, quando a cidade ainda era capital do país, Lacerda já demonstrava alguns traços de seus ideais como homem público que deveria se mostrar providencial para os problemas sociais,

---

<sup>102</sup> PEREZ, Maurício Dominguez. *Lacerda na Guanabara. A reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial, 2007. p. 44.

<sup>103</sup> WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999.

baseado na defesa dos valores morais. Ao defender suas opiniões com veemência sobre as decisões da Câmara, Lacerda já começou a incomodar aqueles que tinham interesses diferentes dos seus, de modo que, ainda naquele ano, o Senado criou uma lei orgânica que visava reduzir a autoridade dos vereadores, habilitando o próprio senado, ao invés da Câmara Municipal, para decidir a apoiar ou não os vetos do prefeito em relação às leis da Câmara<sup>104</sup>.

Diante de tal lei, Lacerda decidiu renunciar ao cargo sob a alegação de que estava cumprindo seu papel de cidadão, pois, nas suas palavras:

Um principiante na vida pública não poderia fazer maior sacrifício do que dizer adeus a essa vida para mostrar a existência de homens capazes de cumprir a sua palavra no momento em que homens públicos estavam abdicando da honra e da dignidade [...]  
<sup>105</sup>.

A decisão e a fala de Lacerda são sinais do moralismo político como traço característico de sua carreira. Ele compreendia a esfera pública como um espaço de luta, onde cobrava dos homens públicos uma postura condizente com o que, na sua concepção, seria modelo de moral e decoro na vida pública. Portanto, o episódio de sua renúncia ao cargo de vereador mostra bem como ele agia em casos que não estivesse satisfeito com o andamento da política. Em certa ocasião disse:

Se não me derem os recursos de que careço (...) restar-me-á sempre um serviço do qual ninguém me pode privar senão Deus [...] e não hesitarei em lançar mão dele: concentrar-me por inteiro numa só tarefa, transformar o governo numa labareda para atear fogo aos castelos de papelão dos políticos desonestos [...] <sup>106</sup>.

Em 1954, quando assumiu o cargo, Lacerda se referiu sobre a renúncia ao cargo de vereador como um ato “heroico”, como alguém que não se submeteu à impossibilidade de agir em prol do que considerava correto. Segundo ele:

Há certos exemplos, há certos sacrifícios que participam da natureza daquele processo que se efetua com as sementes: elas primeiro precisam morrer no fundo da terra escura, para que delas desabrochem os frutos da sua morte aparente. Se assim o entender a Maioria, faça do atual líder da UDN o exemplo de uma semente de uma nova e verdadeira democracia no Brasil, que, esta, jurei defender e defenderei ao preço de qualquer sacrifício<sup>107</sup>.

---

<sup>104</sup> DULLES, John W. F. Op. Cit.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>106</sup> MOTTA, Marly Silva da. Carlos Lacerda, o tribuno da capital. In: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo e MOTTA, Marly Silva da. O Rio de Janeiro em três perfis. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1999c, p. 43.

<sup>107</sup> Apud MOTTA, Marly Silva da. O Rio de Janeiro continua sendo...de cidade-capital a estado da Guanabara, Niterói, ICHF-UFF, 1997d (Tese de doutorado-mimeo), p.153.

Enquanto esteve na Câmara dos Deputados, Lacerda se utilizou implacavelmente da tribuna. Assim, foi reconhecido pela sua capacidade oratória, conseguindo manejar as palavras de acordo com a ocasião, principalmente nos momentos em que precisou se defender de acusações de seus adversários. Tal observação nos remete ao pensamento de Bourdieu<sup>108</sup>, onde ele afirma que o domínio de uma retórica política à figura do tribuno é essencial para o êxito da conquista das massas.

Ao compreender que a política de Lacerda se sustentou na identificação pessoal e imediata com o líder carismático, retoma-se a ideia de Weber<sup>109</sup> de que um evento carismático só pode ocorrer por meio de um relacionamento, na verdade, numa relação de dominação.

Weber chama a atenção para a noção de que mesmo que o carisma esteja atrelado ao indivíduo, é no coletivo que ele se revela, pois é a partir do reconhecimento do seguidor, e mesmo da comunidade ao seu redor que se constitui a existência do carisma. Portanto, o carisma existe no indivíduo ou instituição a partir da existência de reconhecimento por parte da comunidade que lhe atribui sentido. Aquele que lidera com seu carisma deve sempre provar que possui uma missão extra cotidiano, transcendente do divino<sup>110</sup>. Outra ideia discutida por Weber é a necessidade de o indivíduo utilizar seus “dons carismáticos” para manter a dominação e o reconhecimento<sup>111</sup>, isso por que:

O carismático possui um poder de penetrar até mesmo as consciências dos seus seguidores, reorientando as formas de atuar e mudando a concepção que tem do mundo e das circunstâncias que o cercam. A partir de uma identidade política e ideológica, os lacerdistas largaram carreiras estabelecidas para trabalhar como políticos ou como administradores no seu governo, se entregaram ao seu ritmo intenso de trabalho, abdicando do tempo que dedicavam à família<sup>112</sup>.

De acordo com Jorge Chaloub<sup>113</sup>, foi justamente pela dependência do carisma de Lacerda que o lacerdismo não teve a capacidade de produzir personagens secundários.

A visão que ele possuía sobre a democracia, por exemplo, era sobretudo a liberdade de poder falar às massas, de poder denunciar, de comover a opinião pública e provocar terremotos institucionais. Lacerda não só aproveitou das crises, próprias da vivência política, mas as criou e sustentou continuamente ao longo dos cerca de vinte anos em atuou publicamente<sup>114</sup>.

---

<sup>108</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit.

<sup>109</sup> WEBER, Max. Op. Cit.

<sup>110</sup> Ibidem. p. 280.

<sup>111</sup> Ibidem. p. 326.

<sup>112</sup> PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit. p. 52

<sup>113</sup> CHALOUB, Jorge. Op. Cit. p.80.

<sup>114</sup> PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit. p. 50.

Dotado então de tal carisma, Lacerda utilizou-se do moralismo político e católico para estimular a radicalização do lacerdismo que foi ganhando contornos golpistas. Principalmente no governo de Juscelino Kubitschek, quando defendeu um regime de exceção para eliminar a herança do getulismo e no governo de João Goulart, quando defendeu a intervenção militar como processo revolucionário contra a dita “ameaça comunista”.

No ano de 1952, o moralismo propagado por Lacerda se mostrou evidente no seu embate com Samuel Wainer, proprietário do jornal governista, *Última Hora*, em relação à origem dos financiamentos a tal empresa. Um dos financiadores do jornal em questão era o Banco do Brasil, então, Lacerda aproveitou-se para criticar o fato de um banco estatal patrocinar um jornal que trazia em suas páginas conteúdos que contribuíam, na visão de Lacerda, para “a desagregação moral da família”<sup>115</sup>. Tal crítica se referia à publicação do folhetim “A vida como ela é” de Nelson Rodrigues, cuja trama envolvia personagens mulheres tanto solteiras como casadas que se envolviam em casos extraconjugais. Ainda sobre esse assunto, Lacerda publicou, em 1953, um caderno especial, intitulado “Preto no Branco” em que falou a respeito da obra de Nelson Rodrigues:

Das 48 histórias que examinei, 26 são de adultério [...] Seis de homicídios, três de espancamento de cônjuges; cinco casos de embriaguez alucinatória [...] Casos de necrofilia, instigação ao suicídio, um [...] contra a maternidade, pregando o terror de ser mãe; [...] prostituição: [...] atos sexuais entre moribundos; [...] casamentos apresentados como preconceito reacionário, quatro; [...] apologia ao aborto; [...] E para terminar, das 48 histórias, 35 se desenrolaram nos seguintes ambientes: 12 em cemitérios; 12 em rendez-vous; 2 em necrotérios; 8 em enterros; 4 em mausoléus e 2 em bordeis.<sup>116</sup>

Diante dessa campanha contra o conteúdo de Rodrigues, Lacerda se colocava como moralizador da sociedade brasileira da época, atribuindo ao seu jornal um caráter unilateralmente puritano.

Na arena política do período pós-guerra, entre uma força de trabalho industrial mobilizada e uma elite desdenhosa, os eleitores de classe média consistentemente procuraram permanecer acima da briga cultivando um ar de superioridade moral. Logo, o gênio de Lacerda era uma espécie de escudo para a situação que causava indignação dessa classe. Com isso, ele deu voz à UDN e preencheu a necessidade urgente de uma liderança carismática. Raul

<sup>115</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Op. Cit. p. 68

<sup>116</sup> “O preto no Branco”, *Tribuna da Imprensa*, caderno especial, 09/07/1953.

Brunini<sup>117</sup> declarou que a classe média no Brasil, até então, não tinha um líder, não tinha voz. Lacerda então pode ser considerado o primeiro líder da classe média.

Enquanto representante dos interesses da classe média, Lacerda utilizou como estratégia o apelo às mulheres, que experimentaram o lacerdismo como um despertar político, sendo importantes aliadas do mesmo. Embora o voto feminino tenha sido permitido ainda na década de 1930, durante o governo de Vargas, nenhum político convencional havia se interessado em atrair as mulheres para a política.

O apelo de Lacerda às mulheres teve duas facetas, que não são facilmente reconciliadas: por um lado, idealizou o papel do trabalho de dona de casa e mãe tradicionais; por outro, pedia às mulheres da classe média que participassem na arena política de uma maneira que nunca haviam feito antes<sup>118</sup>.

Lacerda utilizou temas que evocassem a superioridade referente à dona de casa. Na *Tribuna da Imprensa*, ele escrevia editoriais de homenagem ao Dia das Mães em louvor à orientação moral. Ao mesmo tempo procurava fazer mulheres da classe média atuarem na política, encorajando-as em comícios, sugerindo que as mulheres deveriam defender a integridade da família brasileira, incorporando seus princípios morais à arena política. Para eficácia desse contato com as mulheres, o carisma de Lacerda também foi importante, pois segundo Brunini, “ele tinha uma voz impressionante, e sabia como acompanhar essa voz com gestos teatrais. As mulheres adoraram”<sup>119</sup>.

Lacerda tinha o hábito de realizar comícios nas casas das pessoas que apoiavam suas ideias, então o acesso às mulheres donas de casa, conhecidas como as “mal-amadas” de Lacerda, foi facilitado. Assim, os comícios representaram uma tradução perfeita de comícios populistas de massas em um idioma da classe. O comício em casa criou uma útil sobreposição entre espaço público e espaço privado, facilitando a entrada das donas de casa na esfera política enquanto apelando simultaneamente para o seu papel doméstico.

A moralização dos costumes políticos se afirma, portanto, como uma das principais bandeiras do lacerdismo, com base no argumento de que a moral deve ser o verdadeiro fundamento da sociedade, oferecendo sentido às outras esferas da vida<sup>120</sup>. A economia, por exemplo, seria dependente dos valores públicos da moralidade, mostrando um liberalismo que “defende o primado do princípio moral, porque ele condiciona a própria vida econômica”<sup>121</sup>.

<sup>117</sup> “Entrevista com Brunini”. *Tribuna da Imprensa*, 08/05/1954.

<sup>118</sup> MCCANN, Bryan. Op. Cit. p. 683.

<sup>119</sup> Ibidem.

<sup>120</sup> CHALOUB, Jorge. Op. Cit.

<sup>121</sup> LACERDA, Carlos. *Discursos Parlamentares*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1982. p. 171.

Vale ressaltar, porém, que a perspectiva do moralismo lacerdista não se baseia em princípios imutáveis, mas se transforma de acordo com as circunstâncias. Na visão de Jaguaribe<sup>122</sup>, o moralismo perdura amparado em uma “concepção idealista do mundo, segundo a qual a vontade é o fundamento do ser, razão pela qual as relações sociais dependeriam das decisões individuais dos dirigentes”. No que diz respeito à busca pela ordenação moral do mundo, estava diante de duas ameaças: a corrupção e a subversão. Termos esses que se estruturam na ideia de ordem, possibilitando o surgimento de critérios para identificar os inimigos políticos na esfera carioca.

Foi justamente à ideia de corrupção que Lacerda recorreu durante as décadas de 1940 e 1950 para atacar o varguismo, alegando ser essa a causa da maioria das mazelas nacionais, sendo o maior obstáculo para a crise que pairava no país. Lacerda via os corruptos como personagens imorais por natureza e instinto, que precisavam ser expurgados do jogo político por uma incompatibilidade moral com ele<sup>123</sup>. Em 1954, diante de uma situação já esgotada do governo, em especial do próprio presidente diante dos ataques da oposição, Lacerda acusava Vargas de ser o “patriarca do roubo, o protetor de todos os corruptos, o gerente geral da corrupção no Brasil”<sup>124</sup>.

De acordo com Chaloub<sup>125</sup>, a corrupção, na concepção lacerdista, atuava como causa e consequência do predomínio das ideologias reacionárias no Brasil: o fascismo caudilhista e o comunismo. No entanto, conforme o “perigo comunista” foi ganhando maior atenção, diante do contexto da Guerra Fria, a corrupção ganhou um concorrente que acabou sendo mais combatido: a subversão. Dessa forma, o perigo não estaria mais na deterioração da sociedade, mas na substituição das dinâmicas sociais vigentes por uma de caráter autoritário e aliado a uma potência estrangeira. Na verdade, nessa visão, a subversão comunista seria um estágio no processo possibilitado pela corrupção.

Enquanto deputado, Lacerda já chama atenção para o fato de que a “[...] desagregação política e moral através da coabitação, da consciência e a complacência com a corrupção, que é o fermento dentro do qual o comunismo se expande e triunfa”<sup>126</sup>. Nesse sentido, Lacerda apresentaria uma cisão radical com as perspectivas e círculos intelectuais do comunismo, tornando-se o principal líder do anticomunismo no Brasil.

---

<sup>122</sup>JAGUARIBE, Hélio. “O moralismo e a alienação das classes médias”. In: SCHWARTZMANN, Simon. *O pensamento nacionalista e os cadernos de nosso tempo*. Brasília, Editora Universidade de Brasília. p. 36).

<sup>123</sup> MCCANN, Bryan. Op. Cit. p. 683.

<sup>124</sup> *Tribuna da Imprensa*, 11/06/1954.

<sup>125</sup> CHALOUB, Jorge. Op. Cit.

<sup>126</sup> LACERDA, Carlos. *Discursos Parlamentares*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1982. p. 50.

## 2 LACERDA E A UDN: LIDERANÇA E PROJETOS POLÍTICOS

Busca-se neste capítulo assinalar a trajetória de Carlos Lacerda e sua vinculação com as direitas, valendo contextualizá-lo historicamente. Essa vinculação está relacionada a uma visão de que um liberalismo específico para a construção de uma ordem burguesa, ainda em processo de alcançar a democracia, necessitava de um Estado com um pouco mais de poder de intervenção, possibilitando a estrutura necessária para a consolidação do regime democrático contemporâneo<sup>127</sup>.

O foco aqui está na observação da sua crescente hegemonia no partido ao qual estava filiado: a União Democrática Nacional (UDN), hegemonia esta que caracterizou, no partido, a existência de uma ala lacerdista. Diante disso, será necessário compreender como surgiu a UDN, quais setores sociais estavam ligados a esse partido, que características constituem o udenismo, bem como analisar o papel que Lacerda foi assumindo na agremiação desde o início de sua vinculação.

Pretende-se, ainda, analisar a atuação desse partido, refletindo sobre sua influência durante o período democrático entre 1945 e 1964, questionando a forma como suas propostas foram apresentadas e principalmente a relação do partido com o compromisso que assumia em prol de um governo democrático no Brasil. Assim será possível verificar a maneira como as ideias defendidas por esse partido colaboraram para a construção ideológica do lacerdismo.

### 2.1 A UDN e o udenismo

A UDN foi fundada em 07 de abril de 1945 como um movimento de oposição ao regime autoritário instaurado por Getúlio Vargas, desde 1937.

As condições para a sua formação surgem no início da década de 1940, quando o Brasil ainda vivia sob o regime ditatorial de Getúlio Vargas. O governo começava a perder apoio, até que, em outubro de 1943, em Minas Gerais, surgiu um grupo de intelectuais e políticos que elaborou um manifesto exigindo redemocratização. Estava incluída nesse projeto a busca pela “democratização da economia” embora não trouxesse detalhes sobre como fazer isso<sup>128</sup>.

---

<sup>127</sup> MAGRI, Ramon Rodrigues. Os passos iniciais: o nascimento da UDN e o primeiro mandato de Afonso Arinos no partido (1945-1951). *Revista de História da UEG*, Anápolis, v.5, n. 1, p. 219-246, jan/jul. 2016.

<sup>128</sup> BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.



O documento ficou conhecido como Manifesto dos Mineiros<sup>129</sup>, organizado por políticos como Pedro Aleixo, Milton Campos, Virgílio de Mello Franco, Afonso Arinos, Odilon Braga, entre outros que vieram a ser fundadores da UDN. Tratava-se de uma resposta à “espoliação” do poder político de Minas Gerais, após Vargas assumir o poder, em 1930, quebrando o acordo da Aliança Liberal. O Manifesto defendia as liberdades individuais e exigia maior participação política e econômica para as elites. De acordo com Maria Victoria Benevides<sup>130</sup>, “o Manifesto foi importante por ser a primeira manifestação ostensiva, coletiva e assinada, organizada por membros das elites liberais, até então ausentes em qualquer contestação pública”.

O Manifesto foi um movimento sutil de luta pelo poder, a partir da defesa das liberdades individuais, com maior participação política e econômica das elites. Benevides destaca que a compreensão dos interesses do documento elaborado pelos mineiros oferece condições para entender as ambiguidades presentes na herança liberal da UDN. As discussões em torno do texto do Manifesto colaboraram para que os grupos contrários a Vargas começassem a se alinhar em prol da elaboração de um partido que pudesse colocar suas reivindicações em prática.

Assim, a UDN se origina, em 1945, com esses grupos que não necessariamente estavam afinados ideologicamente, mas apresentavam um “consenso negativo” a respeito do então presidente, Getúlio Vargas. A UDN começou a se estruturar, ainda em 1945, em torno da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, formando uma frente de amplos setores e diferentes matizes políticos. Sem dúvida os signatários do Manifesto dos Mineiros seriam, inquestionavelmente, umas das bases de apoio desse grupo, no qual estavam inseridos não só aqueles que não concordaram com a Revolução de 30 e suas transformações, mas também os que dela discordaram, no processo que ela havia assumido e por motivos, muitas vezes de ordem pessoal, romperam com o então Presidente. Ainda estavam presentes os grupos de esquerda que, na luta contra a ditadura, encontraram na UDN o instrumento de participação no processo político.<sup>131</sup> Portanto, a UDN reunia aqueles que nutriam rancor a Vargas, não pelas ideias políticas em si<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/ManifestoDosMineiros>

<sup>130</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit. p. 34.

<sup>131</sup> DULCI, Octávio. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1986.

<sup>132</sup> FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

De acordo com Benevides<sup>133</sup>, havia cinco categorias de pessoas que formaram a UDN: as oligarquias que tiveram seu poder diminuído com a Revolução de 1930; os aliados que foram marginalizados após 1930 ou em 1937; os aliados que romperam durante o Estado Novo; os liberais que possuíam forte apelo regional e as esquerdas, que também não representavam um grupo coeso. Na visão da autora, a história da UDN é marcada por muitas contradições enquanto consolidava sua identidade e unidade.

Trata-se de um partido que, em determinado momento, foi a favor do monopólio estatal do petróleo e negou a cassação de parlamentares comunistas, em outro, criticou a intervenção do Estado na economia e denunciou a “infiltração” comunista. Ao mesmo tempo em que a UDN possuía o apoio de um liberal consagrado e discreto como Milton Campos, contava também com a ação agressiva e, por que não dizer, “golpista” de Lacerda.

Na época da fundação desse partido, parte da classe média, no Brasil, era composta por profissionais liberais e industriais que buscavam a expansão de seus negócios, através de inovação de técnicas, considerando a modernização e o desenvolvimento econômico, indispensáveis ao país. Nesse sentido, quando a UDN foi deixando de ser uma frente oposicionista a Vargas e começou a se estruturar como partido político que tinha como um de seus princípios a defesa de uma economia liberal, passou a estar mais próximo dessa classe.

Entretanto, como ressalta Benevides<sup>134</sup>, não se deve definir a UDN como o partido da classe média, devido à dificuldade em se estabelecer uma exata relação partido/classe no Brasil. Ali se viam representados grupos da grande burguesia, nacional ou estrangeira, e a pequena burguesia seja empresarial ou profissional. Porém, era possível notar a ausência de segmentos sociais populares vinculados a organizações da sociedade civil representativas de sindicatos ou movimentos sociais, pois não houve interesse de sua parte em ser um partido popular.

A UDN não era um bloco coeso nem coerente. Basta considerar que, embora fosse conhecida como o partido da classe média, possuía no Congresso mais deputados donos de latifúndios do que o PSD. Isso se devia sobretudo à presença de políticos tradicionais do nordeste na sua legenda. Nela coexistiam a “progressista” ala “bossa nova” e a “conservadora” “banda de música”; advogava o liberalismo econômico ao mesmo tempo em que patrocinava o monopólio do petróleo nacional. O que unia essas alas, o que formava o sentimento udenista, era o antigetulismo, o anticomunismo e a defesa da moralidade administrativa como contraponto à aliança PTB-PSD<sup>135</sup>.

---

<sup>133</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit.

<sup>134</sup> Ibidem.

<sup>135</sup> PEREZ, Maurício Dominguez. Lacerda na Guanabara. *A reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial, 2007. p. 60.

Além disso, deve-se atentar para a existência de várias UDNs, ao observar que no Rio de Janeiro, por exemplo, ela estava ligada à classe média, mas no Norte e Nordeste sua base era mais alinhada aos setores da elite agrária.

Por conta disso, Afonso Arinos a definiu como: “o partido que tem a cabeça na cidade e o corpo no campo.”<sup>136</sup> Hélio Jaguaribe<sup>137</sup>, por sua vez, afirma que a UDN foi “conservadora-tradicional” no meio rural e “conservadora-liberal” nos meios urbanos. No caso de São Paulo, Arrobas Martins ressaltou:

Se a UDN fosse realmente o partido da classe média ela teria uma expressão muito forte em São Paulo. Quer dizer, nem mesmo a classe média estava na UDN. A maioria dos udenistas pertencia à classe média, mas a maioria da classe média não era udenista. A classe média estava muito dividida entre PSD, PSP, UDN<sup>138</sup>.

Apesar de haver ideias que generalizam as características da UDN, como antigetulista, anti-estatista, golpista, a complexidade do partido se encontra nas suas ambiguidades e contradições, pois como afirma a autora, “a UDN surgiu como uma frente, organizou-se como um partido e identificou-se, também, como um movimento, o udenismo”.

Para Chaloub<sup>139</sup>, o udenismo foi uma expressão razoavelmente organizada de uma cultura política de corte liberal, mas também conservadora e, em determinados momentos, autoritária. A ação do partido em 1945 mostrou o elitismo e autoritarismo da UDN, já após as eleições de 1950, o golpismo surge mais claramente como alternativa para romper com as influências de Vargas na política brasileira. Vale ressaltar que a via golpista da agremiação era abertamente defendida por Lacerda que, com a sua oratória inflamada e amplo uso da mídia, enfatizava o papel de oposição.

Benevides<sup>140</sup> ressalta que a referência às várias UDNs está também relacionada à existência de um Diretório Nacional, que seria responsável por defender as grandes linhas da política a nível federal, o que mantinha a unidade do partido. Por outro lado, as UDNs estaduais eram voltadas quase que exclusivamente para as disputas eleitorais, de poder local.

Para compreender as diferentes UDNs nos estados, é preciso lembrar que as rivalidades entre os grupos da própria UDN em cada estado ou em cada município eram mais intensas do que o confronto com os partidos adversários, o que explica algumas coligações estaduais com

---

<sup>136</sup> HIPOLITO, Lucia. Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 21-47, jan./dez. 2004, p. 29.

<sup>137</sup> Apud BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit. p. 212.

<sup>138</sup> DULCI, Octávio. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1986. p. 213.

<sup>139</sup> CHALOUB, Jorge. O liberalismo de Carlos Lacerda. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 61, nº 4, 2018, pp. 385 a 428.

<sup>140</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit.

partidos que eram adversários da UDN no contexto nacional, como PSD e PTB, assim como a aproximação em alguns momentos com Ademar de Barros. Em alguns estados do Nordeste, como Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, a UDN tinha muita força, porém estava dividida.

Em termos gerais é possível resumir a situação nacional da UDN pelo seguinte perfil: a UDN foi bastante forte em Minas Gerais e no Rio de Janeiro (Distrito Federal e depois Guanabara); foi forte na Bahia, na Paraíba, no Rio Grande do Norte; foi secundária, porém com força relativa constante, no estado do Rio, em Pernambuco, em Alagoas, Mato Grosso, Piauí, Santa Catarina, Sergipe e Ceará; foi fraca em São Paulo, no Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo; foi fraquíssima no Amazonas, no Pará, no Maranhão e no Acre.<sup>141</sup>

É importante ressaltar que a UDN não conseguiu ser maioria nos Estados em que havia maior concentração de eleitores, no caso Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. No primeiro, a maioria dos votos eram do PSD, no segundo competia com forte eleitorado do PTB, herdeiro de Vargas e, no último, concorria também com o PSD. E, embora esse partido também tivesse pouca expressividade, a maior influência, em São Paulo, estava com os populismos de Ademar de Barros e Jânio Quadros. No entanto, apesar da inexpressividade no campo eleitoral, possuía o apoio da grande imprensa.

Para compreender melhor as diversidades no partido e as características da UDN nos estados, é importante atentar para os grupos políticos coexistentes na UDN: a “Banda de Música”, a “Bossa Nova”, os legalistas; os golpistas, os “Chapas brancas” e os realistas. Dentre esses grupos encontram-se os que são considerados históricos, a saber: os bacharéis, os legalistas e parte da “Banda de Música”. Havia também os que eram considerados realistas, geralmente conhecidos como “autênticos” e “pragmáticos”<sup>142</sup>.

As diferenças entre a “Banda de Música” e a “Bossa Nova”, por exemplo, mostram bem a disjunção do partido. A “Bossa Nova” não se adaptou ao ideário da UDN como a corrente da “Banda de Música”. Esta era representada por bacharéis como Afonso Arinos de Melo Franco, Prado Kelly, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto e Carlos Lacerda que se dedicavam à tribuna e enfatizavam o discurso, sempre manipulando a situação para alcançar seus objetivos. A “Bossa Nova”, por sua vez, era representada por um grupo de realistas que buscava seguir uma linha mais “equilibrada”, compondo com o governo quando necessário, destinando sua preocupação mais para os assuntos da base da política e os bastidores, do que da tribuna propriamente dita<sup>143</sup>.

---

<sup>141</sup> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>

<sup>142</sup> DULCI, Octávio. Op. Cit.

<sup>143</sup> Ibidem.

As diferenças entre tais grupos não se resumiam às teses defendidas, mas são provenientes dos estilos de atuação e do modo como compreendiam a dinâmica política. Isso explica os pontos de vista distintos de alguns membros do partido, logo no início da redemocratização, em 1945. Durante o governo Dutra, por exemplo, Otávio Mangabeira defendia que a adesão à UDN era a única forma do partido crescer e destruir o getulismo. Já Virgílio de Melo Franco, apresentava um ideal mais centro-esquerda, buscando maior consistência da ideologia do partido.

Nesse cenário, a ideia de Mangabeira teve maior adesão, formando uma ligação com o PSD. Seu ponto de vista resistiu à oposição interna, liderada por Carlos Lacerda, tendo como consequência a saída de Virgílio de Melo Franco da Secretaria Nacional do partido. Nesse contexto, Lacerda se identificou com a “Banda de Música”, grupo mais radical em relação a romper com as influências realistas que buscavam soluções mais moderadas para suas pautas. Essa situação colaborou para que as poucas influências dos representantes da esquerda que ainda estavam no partido fossem eliminadas<sup>144</sup>.

Conhecendo as diferenças entre os membros da UDN, identifica-se que no Rio de Janeiro e em Minas estavam sintetizados os aspectos mais importantes da história do partido, ainda mantendo uma ligação com o legado do Manifesto dos Mineiros. A UDN mineira refletia melhor a cúpula partidária e eram, juntamente com a carioca, os principais membros da “Banda de Música”. Enquanto isso, no Nordeste estava a maior parte dos “realistas” e dos “chapas-brancas”<sup>145</sup>.

A UDN do Rio de Janeiro era muito ativa, possuindo apoio da imprensa, setores das Forças Armadas e da Igreja Católica. Lembrando que a UDN carioca não é a mesma coisa que a UDN fluminense. Esta, em alguns momentos chegou a fazer alianças com o PTB, pois havia uma hegemonia de Ernâni do Amaral Peixoto (PSD) no estado, sendo conveniente a aliança em prol da candidatura de Roberto Silveira (PTB), em 1958.

Devido à existência de várias UDNs, o partido buscava reforçar o sentimento de identidade e pertencimento nos udenistas como uma estratégia para reafirmar a unidade do partido. Alguns pontos da história da UDN mostram momentos em que a unidade esteve presente antes de tudo, como na escolha e devoção aos heróis comuns, bem como a aversão aos mesmos inimigos, principalmente o antigetulismo. Também havia unidade em relação aos princípios defendidos, como o antiestatismo e o anticomunismo, além de perceber como

---

<sup>144</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. Op. Cit.

<sup>145</sup> <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>

características da política o elitismo e o moralismo. Desse modo, entende-se que “o peso dos simpatizantes na UDN foi relevante para caracterizar a marca do partido, consolidando “o udenismo” e reforçando o papel dos bacharéis que identificavam, na orientação do partido, “um estado de espírito” mais do que certa prática política”<sup>146</sup>.

## 2.2 O liberalismo udenista

A UDN já nasceu marcada por tensões internas que se mantiveram durante sua existência, com a presença de diversos ideais e visões de mundo. O setor que mais ilustra essas tensões é o da economia. Em 1946, quando o Brasil consolidou a transição da ditadura para o governo eleito de Dutra, o partido se viu diante de distintas expectativas a respeito de como deveria se organizar a economia, dificultando a existência de um projeto que abrangesse uma diretriz econômica estável. Por conta da ausência de um plano econômico estabilizado, a posição do partido sempre se mostrou contraditória e ambígua<sup>147</sup>.

No início do governo Dutra, em 1946, não existia a definição do profissional de economia. Os economistas não tinham muita influência nos partidos políticos, instituições fundamentais para alcançar o poder, o que deixou essa parte a cargo dos advogados, que consideravam o Estado como responsável por estruturar a vida social e política. Desse modo, o Estado tinha no Direito e não no Mercado, o fundamento para desenvolvimento de tal estrutura<sup>148</sup>.

Nesse caso, a UDN, tendo como principais articuladores do pensamento político do partido os homens da área do Direito, viveu o fenômeno do bacharelismo como característica e meio de influência na política. De acordo com Benevides<sup>149</sup>, pode-se caracterizar o bacharelismo, numa perspectiva crítica, como um apego em excesso à retórica e ao formalismo. O bacharelismo, nesse partido, está relacionado ao gosto excessivo pela retórica, que sempre fora um apego das elites brasileiras, assim como a ênfase no legalismo formal e na ordem.

Os bacharéis tinham a lei como o princípio mais importante da vida política. Por conta do domínio dessas personalidades nos primeiros anos da agremiação, a UDN ficou conhecida como o partido dos “aristocratas”, dos “cartolas”, dos “notáveis”, dos “grã-finos”, dos “bacharéis”<sup>150</sup>.

---

<sup>146</sup> <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>

<sup>147</sup> CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Op. Cit.

<sup>148</sup> Ibidem.

<sup>149</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit.

<sup>150</sup> DULCI, Octávio. Op. Cit.

O partido também contou com paradoxos em sua ideologia. De imediato, o liberalismo característico da UDN se fez notar pelos traços moralista, elitista e nostálgico, em relação ao “antigo regime” político do Brasil, período que se enquadra entre a independência e a Revolução de 1930<sup>151</sup>. Porém, com o passar do tempo, esse tipo de discurso foi se mostrando autoritário. Segundo Lattman-Weltman<sup>152</sup>, um exemplo disso é o caso de Afonso Arinos que, no início de sua carreira parlamentar, mostrava-se com características de um político sereno e cavalheiresco, porém quando chegou à liderança do partido, no início da década de 1950, passou a assumir uma postura de defensor da “ordem”, chegando próximo de uma característica de “autoritarismo instrumental”<sup>153</sup>.

Afonso Arinos ascendeu rapidamente, pois “sua ala” dos bacharéis dominou o partido até 1957. Ao chegar à liderança udenista na Câmara, tornou-se o regente da “Banda de Música”. Inclusive quando não era possível vencer dentro da legalidade, Afonso Arinos chegou a utilizar de “soluções extraordinárias” incentivadas por um seguimento minoritário, porém radical e incômodo, composto pelos denominados lacerdistas<sup>154</sup>.

Bacharéis como Afonso Arinos, Prado Kelly e Milton Campos, tinham como marca o liberalismo-conservador que não acreditava que a base da organização social fosse o indivíduo guiado por seus interesses, uma vez que a organização social e política eram de responsabilidade do Estado. Trata-se de um tipo específico do liberalismo onde as características e valores da aristocracia estão em vantagem sobre o esforço pela construção de uma ordem burguesa. Aos olhos do bacharel conservador, a democracia contemporânea exigiria uma intervenção estatal mais forte<sup>155</sup>.

Por outro lado, bacharéis como Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro, eram adeptos a um liberalismo modernizante que possuía uma posição parecida sobre a relação mercado e Estado,

<sup>151</sup> DULCI, Octávio. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1986.

<sup>152</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2005.

<sup>153</sup> O autoritarismo instrumental passou a frequentar o vocabulário liberal, compreendido como remédio necessário para superar as mazelas do varguismo. A herança nefasta do Estado Novo demandava remédios mais fortes que os institutos democráticos, corrompidos pela “corja varguista” que tomou conta do Estado brasileiro. O “autoritarismo instrumental” tornou-se, desde aquela época, uma categoria fundamental do pensamento político-social brasileiro, sendo pensado como um instrumento transitório, cuja utilização é limitada ao cumprimento de sua tarefa de criar as condições para a implantação de uma sociedade liberal no Brasil. É uma explicação parcialmente satisfatória. O “autoritarismo instrumental” pode ser então apresentado como o mais “adequado” para sustentar a nova ordem industrial do país, e ao mesmo tempo, dado o seu caráter “instrumental” e transitório, ele apresentaria sempre uma possibilidade em cada fase da ditadura varguista de abrir para uma sociedade liberal, GENTILI, Fábio. A apropriação do corporativismo fascista no “autoritarismo instrumental” de Oliveira Vianna. *Tempo* 25 (1) • Jan-Apr 2019.

<sup>154</sup> CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Op. Cit.

<sup>155</sup> MAGRI, Ramonn Rodrigues. Os passos iniciais: o nascimento da UDN e o primeiro mandato de Afonso Arinos no partido (1945-1951). *Revista de História da UEG*, Anápolis, v.5, n. 1, p. 219-246, jan/jul. 2016.

porém com um caráter menos aristocrático e nostálgico. Para os modernizantes, o Direito ainda era considerado um instrumento político para a organização da sociedade, mas destaca menos a virtude dos governantes e busca a modernização do aparato jurídico e do Estado<sup>156</sup>.

Nas ideias apresentadas pelos bacharéis não se viam críticas tão radicais a respeito da lógica do capital e do mercado, pois partiam do princípio de que o poder necessário para guiar a sociedade não pertencia ao setor da economia. Por isso, muitas vezes, a UDN se mostrou favorável ao capital estrangeiro em momentos importantes de decisão do governo sobre os rumos da economia do país. O apoio do capital estrangeiro não só era desejado pelos bacharéis, como era considerado necessário, desde que fosse controlado pela Razão de Estado<sup>157</sup>.

Para que se notem as doutrinas básicas que uniam os membros da UDN, cabe diferenciar o partido de suas doutrinas, bem como pontuar os aspectos das mesmas. Inicialmente cabe compreender o termo udenismo, pois antes de se caracterizar como uma doutrina, esse termo busca identificar as principais diretrizes que permeiam o discurso da UDN, ressaltando que, na política, o discurso e a prática estão intrinsecamente relacionados.

O udenismo não é a UDN, mas sim um conjunto de crenças e práticas políticas que estiveram no centro da atuação e produção intelectual do partido. Além de ultrapassar os órgãos formais do partido, o udenismo aparece também em outras legendas. Ele surge da UDN; é por causa dela que se estabelece como ideologia identificável, mas seus desdobramentos a ultrapassam. De acordo com Benevides:

O udenismo é entendido como o conjunto de 'ideologias' e práticas políticas que poderiam extrapolar os limites institucionais da UDN (o partido político) mas com ela se identificavam, no reconhecimento público e num circuito simbólico de mútua realimentação<sup>158</sup>.

Apesar de seu caráter totalmente antipopulista, o que no contexto udenista significa o mesmo que antivarguismo, este não se limitou em Vargas ou em seus supostos seguidores. Ao mesmo tempo em que há oposição a Vargas, emergia cada vez mais evidente o intenso anticomunismo no partido, sendo, segundo Benevides<sup>159</sup>, a terceira fase da história da UDN.

A primeira fase se refere ao período de oposição a Vargas (1945-1954), a segunda à oposição ao varguismo (1954-1960) e a terceira à oposição ao varguismo e ao comunismo (1960). Esses posicionamentos podem ser mais bem compreendidos pela análise de Ricardo Mendes:

---

<sup>156</sup> MAGRI, Ramonn Rodrigues. Op. Cit.

<sup>157</sup> CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Op. Cit.

<sup>158</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit. p. 147.

<sup>159</sup> Ibidem.



O antigetulismo era uma marca indelével do partido e razão de sua própria existência enquanto Getúlio Vargas foi vivo. Mesmo após a sua morte, os udenistas buscavam enfocar suas críticas principalmente naqueles que seriam os dois grandes herdeiros do getulismo: Juscelino e Jango. No entanto, considero que, principalmente, na primeira metade da década de 60 o antigetulismo abriu espaço para outra ideia-força: o anticomunismo. Não que a negação a tudo aquilo que, de alguma forma, lembrasse o que a UDN considerava como a herança negativa da tradição varguista (e ela considerava quase tudo que lembrasse Vargas desta forma) estivesse ausente do discurso udenista. Só que este acabou por ocupar uma posição senão secundária pelo menos no mesmo plano frente às preocupações do partido com o comunismo<sup>160</sup>.

O liberalismo se configura como a inspiração doutrinária da UDN, sendo ponto básico do udenismo. É possível ver a referência a essa ideologia, a partir da frequência da retórica nos programas e discursos desse partido. Para Benevides<sup>161</sup>, o liberalismo udenista sempre foi marcado por um profundo elitismo que caracteriza um solene desprezo pelo povo – as “massas”, que se elucidava nas derrotas nas urnas, considerada pelo partido como fruto da ignorância popular.

Havia, por parte da UDN, a ideia de que era necessária uma educação eficaz para que o povo brasileiro deixasse o estado de ignorância e “aprendesse” a votar. O próprio estado faria o exercício de capacitar o povo para o voto. Até isso acontecer, o exercício do voto deveria ser exercido por um pequeno grupo capaz de identificar o homem realmente de elite. Com isso, percebe-se que, embora a defesa da democracia fosse um ponto presente no discurso udenista, o projeto para sua efetivação dependia de tempo, uma perspectiva a médio ou longo prazo, portanto ainda precisaria que o poder estivesse nas mãos das elites<sup>162</sup>.

Se por um lado a maior parte da população era incapacitada para o exercício do voto, existiria ainda um grupo em nome do qual a democracia restritiva seria exercida: as classes médias. Ilustrados o suficiente para exercer seu direito de voto, este grupo social seria gradativamente ampliado por aqueles que, posteriormente ao seu acesso à educação e a uma condição de vida que lhe isentasse da influência manipuladora do getulismo e do comunismo, viessem a estar aptos a votar<sup>163</sup>.

A ideia de que “o povo não sabe votar” era dominante. Daí percebe-se a tendência de argumentos, em especial por parte da UDN golpista, liderada por Lacerda, a favor de uma intervenção militar capaz de garantir a “ordem” e a repressão dos movimentos sindicais. Por outro lado, apresenta-se a defesa também do golpismo e da contestação dos resultados eleitorais. Os udenistas realmente se viam como melhor opção, sendo inadmissível não vencer as eleições, conforme se traduz na fala de Arrobas Martins, que fora presidente da UDN paulista:

<sup>160</sup> MENDES, Ricardo Antonio Souza. Op. Cit. p. 202.

<sup>161</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit.

<sup>162</sup> MENDES, Ricardo Antonio Souza. Op. Cit.

<sup>163</sup> Ibidem, p. 232.

Os udenistas eram sinceramente liberais, mas o liberalismo era contraditório, pois desejavam uma democracia cada vez mais aperfeiçoada, mas nunca se conformavam com o resultado das urnas. Tinham a plena consciência de que formavam a elite brasileira e viam que essa elite nunca conseguia chegar ao poder pelo voto. Então chegavam à conclusão: alguma coisa está errada. O eleitor está votando errado. E para corrigir, precisamos de uma ação drástica; então vinha a pregação dos golpes, para depor aqueles que tinham sido eleitos e não pertencia à elite, e pôr elite no lugar deles. E ver se, colocando a elite no lugar daqueles que haviam sido eleitos, esta elite preparava, de fato, o povo para votar “certo”. Ou seja, o golpe para corrigir aquilo que o povo havia feito errado. E poder implantar uma democracia que permitisse que o povo acertasse!<sup>164</sup>

Para prosseguirmos na compreensão do liberalismo da UDN, é preciso fazer uma abordagem do udenismo a partir de algumas perspectivas dos grupos udenistas, entre as quais estão: o elitismo, o moralismo, a visão policial da política, o bacharelismo e o golpismo. Todos inter-relacionados. Porém, existem algumas distinções necessárias para compreensão dessas percepções sobre a política. A melhor maneira de se expressar sobre as referências udenistas é o termo “liberalismos”, pois indica maior precisão, uma vez que são diversas as visões dessa doutrina.

Como qualquer ideologia, o liberalismo também possui algumas contradições entre discurso e prática, no entanto, mantém suas teses e concepções que problematizam seus próprios postulados. No Brasil, o liberalismo é repleto de ambiguidades, pois houve dificuldade em adaptar as ideias liberais dentro das condições e da multiplicidade de culturas que estão presentes na construção do pensamento político<sup>165</sup>.

O liberalismo no Brasil está entre duas tradições teóricas a respeito de como deve ser o ingresso no mundo moderno: o modelo ibérico, herdado da colonização portuguesa, e o americano, de modo que o udenismo possui maior proximidade com a tradição americana. Tais tradições teóricas tiveram sua formação ainda no século XIX, desembocando no XX. A corrente americanista tinha como ponto de partida que a única saída para o Brasil alcançar a modernidade seria a realização de um amplo e intenso processo de reforma do Estado, visando afastá-lo de sua “atrasada” herança ibérica, sendo necessário que as nossas elites fossem instruídas sobre seu papel para levar o país à modernidade e ao desenvolvimento.<sup>166</sup>

A linha americanista no Brasil deriva do pensamento do francês Alexis de Tocqueville, que influenciou pensadores como Tavares Bastos constituiu o fio condutor de seu realismo político, a fim de engendrar o elemento transformador para levar o país à modernidade. De

<sup>164</sup> Apud BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. Op. Cit. p. 254.

<sup>165</sup> PAIM, Antonio. *História do liberalismo brasileiro*. Mandarim: São Paulo, 1998.

<sup>166</sup> SILVA, Antonio Marcelo J.F. da. *Tavares Bastos: Biografia do Liberalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2005. Tese (doutorado em Ciência Política).

acordo com a visão americanista do liberalismo, os EUA teria sido um país que conseguiu se libertar da herança colonial e alcançado uma cultura democrática. Nesse sentido, afirma que o Brasil teria herdado do liberalismo ibérico uma cultura de característica personalista, de clã, que não colocava, muitas vezes, o interesse público nacional como prioridade, não conseguindo estabelecer a mesma cultura democrática que os americanos.<sup>167</sup>

A essas ideias pode se atribuir algumas características da atuação da UDN, como a urgência em promover reformas no Brasil e aperfeiçoar o próprio sistema político do país, que na visão udenista ainda não vivia uma democracia verdadeira, questão essa muito debatida por Lacerda, inclusive. Democracia essa, que, para ser legítima, deveria ser guiada pelas elites que então estariam preparadas para colocá-la em prática. Ao se aproximar do liberalismo americano e possuir a democracia norte-americana como modelo, a UDN levou aos seus programas de governo a necessidade da presença do capital estrangeiro, com defesa dos acordos com os EUA, vendo-o como aliado durante o período da Guerra Fria.

De acordo com a perspectiva dos liberais, para que o país pudesse se modernizar, era necessário se aproximar da visão americanista do liberalismo. Logo, a influência comunista os amedrontava, pois se entendia que a aproximação de qualquer outra linha política representaria o atraso e enfraquecimento do país. Tal concepção nos ajuda a compreender muitas atitudes e conflitos protagonizados pela UDN e, em especial, por Lacerda durante a experiência democrática de 1945 a 1964.

Apesar da influência do americanismo, existia também a interpretação de que o país ainda estava distante do pleno funcionamento da ordem capitalista, uma vez que não incentivava propostas de construção da ordem a partir do mercado, visto como incapaz de se impor como força hegemônica. Afirma-se, então, um tipo particular de liberalismo, em que os traços e valores aristocráticos predominam sobre o esforço pela construção de uma ordem burguesa<sup>168</sup>.

O liberalismo modernizante atrelado ao modelo americano, típico de bacharéis como Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro, adotava perspectiva similar ante a relação entre o mercado e o Estado, mas assumia tom menos aristocrático e elogioso perante o passado. A exclusiva direção da economia pelo mercado não se adequava aos novos tempos, em que muitas vezes se atribuía ao Estado, sobretudo em questões relevantes, o protagonismo na condução da sociedade. O

---

<sup>167</sup> RIBEIRO, Marcos Abraão. O americanismo em Tavares Bastos e a crítica ao liberalismo brasileiro. *Agenda Social. Revista do PPGPS / UENF*. Campos dos Goytacazes, v.2, n.3, out-dez / 2008, p.44-65.

<sup>168</sup> CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Op. Cit.

direito ainda é visto como instrumento político de organização social, mas há menor destaque à virtude dos governantes e maior preocupação em modernizar o aparato jurídico e o Estado.

Os bacharéis por vezes se mostravam realmente distantes da bibliografia especializada mais contemporânea – mesmo que a conhecessem – e formavam suas concepções da economia a partir de uma literatura de origem frequentemente jurídica, com fortíssima presença do direito público francês e, sobretudo no caso dos modernizantes, norte-americano.

O liberalismo econômico de Gudin, que defendia princípios econômicos universais e via no mercado o instrumento mais eficiente de organização do mundo social, mostrava-se bem diverso das ideias de figuras como Arinos, Bilac Pinto e Baleeiro, que davam ao Estado um inegável protagonismo para, pela via do direito, determinar os melhores caminhos para a dinâmica social, além de argumentarem em favor das especificidades do caso brasileiro, que não podia demandar os mesmo remédios e soluções de países com formação social completamente diversa.

Havia, por certo, outras linguagens liberais na UDN, muitas delas mais afeitas ao mundo do mercado. Podemos, nesse sentido, citar tanto personagens como Clemente Mariani, Herbert Levy e Magalhães Pinto, que reivindicavam um liberalismo econômico mais clássico, e até mesmo Carlos Lacerda, que, apesar da defesa da centralidade da ação política, era mais aberto a formulações entusiastas da centralidade do interesse individual.

O destaque para a ilegitimidade das instituições e a corrupção, a referência à qualidade dos homens públicos que marcava o moralismo da UDN mostra a origem americanista compatível às ideias de Rui Barbosa, por exemplo. Outra vertente americana presente no discurso udenista é o bacharelismo, o ato de privilegiar uma visão jurídica do mundo. Essa vertente é, inclusive, um dos motivos da ligação entre a UDN e os militares, pois mais do que interesses em comum, há as diversas percepções compartilhadas acerca do legalismo na dinâmica política<sup>169</sup>.

Alguns momentos da política brasileira entre os anos 1940 e 1960 deixaram evidente a participação da UDN com traços autoritários na oposição. No entanto, o ecletismo do partido provocava dificuldade na elaboração de um caminho eficaz para a manutenção no poder. Na maioria das vezes só atuou pelos bastidores e nas eleições, porém sua estadia no poder sempre foi apenas tentativa.

Dentre as perspectivas da UDN, a que destinavam maior atenção era a questão da moral política. O partido considerava que, com exceção do governo Dutra, o período democrático

---

<sup>169</sup> PAIM, Antonio. Op. Cit.

(1945 e 1964) havia sido marcado por uma política deturpada, devido à estrutura, considerada por eles como intocável, de Getúlio Vargas. Tal estrutura teria sido uma influência negativa, na medida em que impedia o desenvolvimento moral da nação, o que seria mais agravante do que a falta de um eficiente parque industrial<sup>170</sup>.

A UDN se tornou símbolo do ideal liberal-conservador, aglutinando aos ideais liberais perspectivas que outrora fora pertinentes ao autoritarismo característico da nossa tradição republicana. A ação da UDN durante a experiência democrática entre 1945 e 1964 se apresenta contraditória não só à ideologia que pregava, mas também à ideologia pregada pelos seus predecessores do início da República. Ela “nasceu liberal e defendeu um regime autoritário”<sup>171</sup>.

Milton Campos<sup>172</sup> que se considera um representante destacado da elite liberal, afirmou, na década de 1960 que: “o liberalismo ficou sendo o suporte das classes dirigentes, insensíveis ou egoisticamente hostis à ascensão humana, inspirada pela filosofia cristã da justiça social e imposta pela civilização industrial”.

No período de atuação da UDN estruturou-se um sistema eleitoral que desfigurou a representação. Fator mais agravante foi a aliança dos liberais com os militares, visto que a liderança militar na primeira fase da experiência republicana interferiu na política, atuando em prol dos rumos que lhe era conveniente. Apresentava menosprezo pelos partidos políticos, instituição essa que é um dos principais desdobramentos para o liberalismo clássico.

Para Paim<sup>173</sup>, o liberalismo pós-45, no Brasil, está em desconformidade não só com a tradição precedente, como desinteressado no contato às fontes externas, o que sempre foi preocupação das figuras destaque da facção liberal. O liberalismo posterior à ditadura varguista agregou a si elementos também autoritários de nossa tradição, estando a serviço de um liberalismo-conservador, voltado para a luta contra Getúlio e ao seu legado, sem apresentar um projeto consistente para o país.

De fato, a UDN foi o principal partido antigetulista no período da experiência democrática de 1945 a 1964, até mesmo porque essa é a base de sua origem, obtendo a aproximação de participantes da esquerda democrática e até da extrema direita. Mesmo após a morte de Getúlio, a expressão antigetulista se estendeu aos seus herdeiros, como JK e Jango.

---

<sup>170</sup> MENDES, Ricardo Antonio Souza. *Visões das direitas no Brasil. Tese (Doutor em História Moderna e Contemporânea)*. 289 fls. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003.

<sup>171</sup> *Ibidem*, p.189.

<sup>172</sup> Apud PAIM, Antonio. *Op. Cit.* p. 126.

<sup>173</sup> PAIM, Antonio. *Op. Cit.*

Por conta disso, a UDN foi também o partido mais antigetulista no contexto que proporcionou o golpe de 1964.

O programa apresentado na fundação do partido, em 1945, assinalava que a UDN teria como prioridade o apoio ao processo de democratização do Brasil. Esperavam alcançar a democracia por meio da efetivação das liberdades inerentes a esse regime, dentre elas a liberdade de pensamento em todas as formas de manifestação possíveis<sup>174</sup>. A questão da defesa da democracia, entretanto, era condicional, pautada na negação de qualquer vinculação com a política getulista.

Segundo Dulci<sup>175</sup>, a falta de comprometimento com o governo estabelecido em 1946 e o aumento do eleitorado urbano favoreceu o caráter autoritário do projeto político da UDN. O autor assinala que a UDN foi o principal “veículo partidário” de oposição ao regime compreendido entre 1945 e 1964, mas foi também responsável pela destruição da experiência democrática no período.

Ao longo de sua atuação, percebe-se que a opção pela via autoritária surgiu dos diversos fracassos eleitorais que transformou a visão do partido em relação às eleições, optando pela via golpista como direção política para conseguir implantar seu projeto de sociedade. A opção pela via golpista para atingir resultados favoráveis era resultado de uma “aliança de grupos oligárquicos com as classes médias urbanas e as Forças Armadas, sob a proteção e assistência técnica dos imperialistas<sup>176</sup>”. Essa relação deu à UDN o papel de liderança na imagem pública e na relação entre política e militares.

Em suma, a UDN afirmava defender um sistema democrático para o Brasil, a crença na democracia estava reiterada como regime político que possibilita o desenvolvimento econômico, bem como privilegiava os direitos individuais, associando a democracia à concessão efetiva das liberdades de ação econômica. Na visão desse partido tais garantias estavam em dificuldades desde 1945, sem perspectivas de melhora, portanto, se o cenário até 1960 já não lhes era favorável, após a renúncia de Jânio, que levou João Goulart ao poder, mostrou aos udenistas maior imperfeição da política nacional, chegando à conclusão de que suas sucessivas derrotas tinham como explicação o fato de que “o povo não sabia votar”<sup>177</sup>.

No entanto, para os udenistas, a democracia enfrentava dificuldades significativas desde 1945, problemas estes que se agravavam a cada dia. Se, para eles, o sistema até então vigente

---

<sup>174</sup> Arquivo UDN, IHGB.

<sup>175</sup> DULCI, Octávio. Op. Cit.

<sup>176</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. Op. Cit. p. 129.

<sup>177</sup> DULCI, Octávio. Op. Cit. p. 216.

não apresentava a melhor configuração para a existência da vida política, a renúncia de Jânio e a ascensão de Jango, mesmo no período do regime parlamentarista deste último, mostravam o quão imperfeito a vida política nacional era.

O partido que nasceu liberal, defendeu um regime autoritário<sup>178</sup>. Porém, mesmo tendo colaborado para abrir as portas para o estabelecimento de uma ditadura, não alcançou o poder como esperava, pelo contrário, foi suplantado pelos militares que tomaram o poder e permaneceram por muito tempo.

### 2.3 Projetos de poder da UDN: uma análise à luz dos programas de governo

De acordo com Benevides<sup>179</sup>, é fundamental, para o estudo da UDN, a análise dos seus programas, pois estes são indicativos das referências básicas, como herança doutrinária dos seus elaboradores, as tendências majoritárias no que tange às áreas econômica e social, que imagem o partido desejava ver projetada e, principalmente, as contradições entre a teoria e a prática. Os programas da UDN também a representavam como oposição, sendo utilizado para justificar suas políticas próprias, bem como para atacar o governo e os projetos do partido da situação.

As principais bases ideológicas da UDN eram o antigetulismo, mais evidente na década de 1940; o antivarguismo, mais evidente na década de 1950<sup>180</sup> e o anticomunismo, com maior ênfase no início da década de 1960, tendo em seu discurso a defesa pelas liberdades democráticas. Nas palavras de Afonso Arinos:

(...) simbolizávamos o reinado da lei e a luta contra a corrupção. Ideais burgueses, ideais de elite, podemos reconhecer, mas, dadas as condições do tempo, posições modernas e, mesmo, progressistas “<sup>181</sup>.

Os objetivos do partido podem ser mais bem observadas por meio da análise de seus programas de governo, apresentados em 1945, quando a agremiação foi fundada, o programa de 1957 e a Carta de Princípios de 1962. As propostas para a política e economia do país estão esclarecidas em tais programas, além disso, pode-se perceber as mudanças que foram ocorrendo

<sup>178</sup> MENDES, Ricardo Antonio Souza. *Visões das direitas no Brasil. Tese (Doutor em História Moderna e Contemporânea)*. 289 fls. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003. p. 189.

<sup>179</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. *Op. Cit.*

<sup>180</sup> O antigetulismo é considerado o período da década de 1940 até o fim do governo Vargas em 1954, quando a oposição era feita diretamente ao presidente e suas ações. Após seu suicídio, a UDN bem como Lacerda direcionaram sua oposição à herança de Vargas, buscando evitar que aqueles que foram seus aliados e que formavam principalmente o PTB, chegassem ou se mantivessem no poder.

<sup>181</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. *Op. Cit.* p. 128.

no partido, conforme o país se adequava às novas realidades políticas e buscava contornar as crises que se seguiram, especialmente em fins da década de 1950 e início dos anos 1960.

No programa publicado em 1945, a UDN buscou apresentar suas intenções e configurações como partido político que iniciava suas atividades, sendo a primeira expressão a respeito dos valores e ideais nos quais se baseava. Nessa ocasião, ficou esclarecido que o partido preconizaria e apoiaria um processo de redemocratização no país que fosse capaz de promover o progresso político e econômico e o bem-estar de todos os brasileiros. O primeiro tópico do programa tratava sobre a Democracia, cujo objetivo era atingir essa realidade no país.

Além das liberdades formais, constantes no ideário liberal clássico, e já publicamente reclamadas no Manifesto dos mineiros, o primeiro programa udenista reivindicava a autonomia e o pluralismo sindical, o direito de greve, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e a instituição de conselhos de gestão nas fábricas. Em termos de políticas governamentais, registrava uma postura favorável à reforma agrária, “através do fracionamento das propriedades quando não devidamente aproveitadas” e à orientação da economia para a ampliação do mercado interno. Propunha a redução de impostos nas mercadorias de primeira necessidade, com abolição paulatina dos impostos indiretos, substituídos pelo aumento do imposto de renda. Destacava a prioridade aos problemas de habitação e alimentação; defendia o ensino público gratuito e, principalmente, a previdência social (esta se transformaria em projeto do udenista Aluísio Alves) <sup>182</sup>.

Nesse sentido, sugeria que os meios de alcançar essa realidade seriam: pelo exercício efetivo das liberdades que lhe são inerentes – de pensamento em todas suas formas de manifestação, de reunião, de associação, de ensino, de religião e de culto e de organização partidária sindical; por um regime representativo consciente e legítimo, mediante o voto universal direto e secreto reconhecido o direito de representação proporcional<sup>183</sup>.

Além disso, afirmavam que tais princípios deveriam ser assegurados por leis que garantissem severas penalidades para os crimes contra as liberdades públicas e crimes eleitorais. Desse modo, para maior garantia de sucesso, o processo eleitoral deveria estar a cargo do poder judiciário, o que demonstra a supremacia do Direito sobre o Estado que caracterizava o partido.

Estava inserida, nessa proposta, a manutenção da federação, de modo que fosse possível fortalecer a unidade nacional, sem restringir a autonomia dos estados. Também buscava considerar a vida municipal como ponto de apoio da organização democrática, devido a sua ligação imediata com o nacional. Portanto, propunha beneficiá-la mais equitativamente na distribuição das rendas, concedendo-lhe uma porcentagem dos impostos arrecadados pela União e pelo Estado no Município.

---

<sup>182</sup> Arquivo da UDN, IHGB.

<sup>183</sup> Arquivo UDN, IHGB.



Ainda se tratando da defesa de uma realidade democrática, apresentava a necessidade de reorganizar o Poder Judiciário para promover uma justiça acessível e rápida, que fosse gratuita para os pobres, assegurando todos os direitos que a Democracia consagra como condição para o equilíbrio político e social. Nesse contexto, o partido acreditava ser necessário haver um processo de descentralização da administração pública que estivesse conciliada aos planos gerais de interesse comum e da interdependência que favorecesse uma cooperação útil na solução de problemas. Também julgava necessário racionalizar e simplificar a máquina administrativa, fazendo com que fosse produtiva e flexível num regime de autonomia de ação e grande responsabilidade.

Em relação às principais ações em prol do desenvolvimento econômico do país, o programa traz, inicialmente, uma perspectiva acerca da origem do capital, que, na sua visão, deveria de imediato contar com o capital estrangeiro: “Apelar para o capital estrangeiro, necessário para os empreendimentos da reconstrução nacional e, sobretudo, para aproveitamento das nossas reservas inexploradas”<sup>184</sup>.

Como destaca Benevides<sup>185</sup>, a defesa de um tratamento igualitário entre capital nacional e estrangeiro seria uma marca constante do partido, mesmo que, em contrapartida, essa posição sempre tenha enfrentado fortes resistências internas. Em alguns momentos, era possível perceber ataques mais incisivos dos udenistas no sentido contrário, acusando que os limites impostos pelos governantes ao capital estrangeiro tinham traços autoritários, usualmente influenciados pelo “comunismo”. Inclusive essa discordância em relação ao capital estrangeiro foi centro dos principais e mais fortes embates promovidos pelos udenistas na arena política, tendo também bastante discordância dentro do próprio partido, sendo esse um dos assuntos que mais dividia opiniões entre seus membros.

A falta de consenso sobre a utilização do capital estrangeiro também levou a diversas opiniões sobre a industrialização no Brasil. De modo geral, o partido defendia que o Estado favorecesse a atividade industrial, concedendo-lhe crédito, assistência técnica, pelo fomento da produção de matérias-primas, pela proibição dos cartéis e outras formas de monopólio de produção. O partido deixava claro que:

As indústrias estratégicas ficarão a cargo do Estado ou das empresas organizadas com a sua orientação e, quando possível, participação; as indústrias leves, reputadas mais úteis, que puderem ter maior desenvolvimento pela variedade da matéria-prima nacional, terão favores especiais para a instalação; a tarifa de proteção industrial, em geral, só será mantida se a indústria favorecida, além de utilizar matéria-prima nacional, for dotada de equipamento moderno que reduza o preço da produção; a pauta

---

<sup>184</sup>Arquivo UDN, IHGB.

<sup>185</sup>BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. Op. Cit.

protecionista terá uma redução gradativa, para que não possam subsistir indústrias fictícias, mas somente as que demonstram eficiência pela concessão desse favor, não concorrendo, assim, para elevar o preço das utilidades no mercado interno<sup>186</sup>.

Desse modo, a industrialização no país deveria promover e estimular a atividade no Brasil, com a finalidade de modernizar a organização de trabalho e elevar o padrão de vida. Outro ponto destacado pelo programa é que só seria permitida a exportação de recursos minerais e matérias-primas que fossem excedentes ao uso da indústria nacional. Além disso, o partido propunha a implementação de uma política econômica que estimulasse o comércio interno, isentando-o de exigências fiscais e o comércio externo, favorecendo-o pela procura de mercados. Defendia, também, que fossem estabelecidas sanções mais rigorosas no que se refere à defesa do consumidor quanto à fraude e especulação.

Para a consolidação do plano de desenvolvimento industrial e comercial, a UDN apresentava como caminho o incentivo ao avanço técnico e científico por meio dos institutos de pesquisa, laboratórios e todos os recursos destinados a aumentar a capacidade de produção e criar novas despesas. Nesse sentido, deveriam ser explorados os recursos que permitissem o aproveitamento das reservas de petróleo, carvão, fontes de energia elétrica, reservas de ferro pois, assim, o país gozaria de uma racionalização de tais recursos, oferecendo benefícios na geração de combustíveis, na industrialização e nos transportes. Vale ressaltar que, embora mencionasse a necessidade de investimento em pesquisas e melhoramento do uso de nossos recursos naturais, o programa não apresenta de que maneira se daria tal incentivo, portanto trata-se da apresentação de uma ideia, mas não de um plano efetivo de ação.

Ao apresentar um programa de governo para um país com diversos recursos naturais, em que as principais atividades econômicas ainda estavam ligadas ao campo e à produção agrícola, a UDN trazia em seu programa seu ponto de vista sobre como lidar com tais atividades e qual seria o olhar direcionado às pessoas que delas dependiam. Para melhor atender às necessidades dos produtores e consumidores, o partido alegava que seria fundamental proteger a terra de erosões, inundações, secas, desmatamentos ou queimadas, além de mecanizar a agricultura e tornar o ambiente rural mais atrativo, principalmente para fixar o trabalhador do campo.

Na perspectiva da UDN, desde que a industrialização se tornou prioridade nos governos brasileiros, a agricultura ficou relegada ao segundo plano, o que não era coerente com a realidade do Brasil. O campo sofria penúrias, incapacidade de produção e de exportação, diminuindo receitas que seriam, muito provavelmente, obtidas. Enquanto isso, a produção

---

<sup>186</sup> Arquivo UDN, IHGB.

industrial não dava conta de atender à demanda do meio rural, de modo que o desequilíbrio entre as atividades agrícola e industrial não conduziam o desenvolvimento pleno da economia<sup>187</sup>.

Nesse sentido, tornava-se necessário haver uma paridade entre a produção industrial e agrícola, sendo que essa última precisaria de uma atenção especial por parte da primeira. Isso porque os capitais disponíveis para adquirir máquinas e outros aparatos tecnológicos para a produção industrial eram advindos das exportações de produtos agrícolas<sup>188</sup>. Naquela circunstância, o deputado José Humberto da UDN de Minas defendia a ideia de que quando se deseja sair do nível de subdesenvolvimento, é a atividade primária agropastoril que guia o processo.

Dessa forma, a política agrária, na perspectiva udenista teria como objetivos:

Colonizar as grandes áreas devolutas ou escassamente povoadas; promover o parcelamento progressivo da terra, criando em cada núcleo de pequenas propriedades, um centro de assistência técnica e financeira, servindo, principalmente, de máquinas, tratores e fertilizantes, que atenda, em cada grande propriedade uma área suficiente para a horta e a cultura de cereais necessárias à subsistência do trabalhador, dispensando-lhe o tempo necessário para cultivá-la; criar cooperativas que libertem os lavradores da especulação dos intermediários; preparar as necessárias instalações para o armazenamento e a conservação dos produtos; montar indústrias locais para o preparo dos produtos e ocupação na entressafra; criar em todas as cidades e, em geral, nos maiores centros de consumo, a chamada “cintura verde” para o seu abastecimento.<sup>189</sup>

Também sugeria a fixação das bases definitivas da política dos produtos mais importantes, conforme valor e volume, como o café, o açúcar, o algodão, o cacau e a borracha, em conferência das partes interessadas. Pretendia-se ainda tornar produtivas as áreas não utilizadas dos estados do Mato Grosso e Goiás para desenvolver a pecuária, na medida do possível.

Além das medidas políticas e econômicas mencionadas no programa, a UDN acrescentou um item denominado “O Homem”, dedicado a apresentar a ideia de que “o homem brasileiro” seria aquele que estivesse preparado para cumprir sua missão econômica e social. Para possibilitar tal construção, o partido apontava como prioridade elevar o nível básico de vida, propiciando melhores condições de moradia, alimentação, vestuário e assistência médica, buscando valorizá-lo no âmbito educacional e, principalmente, pelo ensino técnico profissional.

---

<sup>187</sup> MENDES, Ricardo Antonio Souza. *Visões das direitas no Brasil. Tese (Doutor em História Moderna e Contemporânea)*. 289 fls. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003.

<sup>188</sup> *Ibidem*.

<sup>189</sup> Arquivo UDN, IHGB.

A questão da educação, considerada fundamental assim como a saúde, obedeceria a um plano que compreendesse a União, os Estados e os Municípios, prevendo a gratuidade do ensino público em todas as modalidades e graus e, promover um projeto de alfabetização para os adultos. No contexto de formação social do brasileiro, a valorização da moral por parte da UDN, incentivava a criação de uma política de costumes que viesse a coibir os vícios de nossa formação moral.

Nos Estatutos da UDN que foram aprovados na Convenção Nacional de 1946, juntamente com o seu primeiro programa, o partido se colocava à disposição de participar da vida política do Brasil, concorrendo em todas as eleições, sustentando o seu programa, lutando:

Pela unidade e segurança do Brasil como Nação independente;  
 Pelo fortalecimento do regime federativo;  
 Pela prática do regime democrático, baseado na pluralidade de partidos, na existência de harmonia das classes sociais e garantia das liberdades fundamentais; pela moralidade e eficiência da administração pública;  
 Pela elevação do nível de vida do povo e pelo progresso material, cultural e cívico do Brasil<sup>190</sup>.

Durante as eleições de 1945, após a deposição de Vargas, estava garantida a participação da UDN, porém, sem a imagem heroica de ter devolvido a democracia para o país, já que o mérito foi do Exército. Restava então contar com a simpatia e competência de seu candidato para concorrer à presidência. Eduardo Gomes era um oficial já conhecido da Força Aérea, tinha o prestígio de homens de negócios das principais cidades do país e também de proprietários de terras. O ex-presidente Artur Bernardes, o ex- Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, a maior parte da grande imprensa também apoiavam o candidato udenista.

Nesse contexto, o Brigadeiro Eduardo Gomes, principal aposta da UDN nas eleições que disputou, encarnava o antigetulismo. No entanto, é estranho que um partido político que propunha o retorno à democracia, iniciasse sua participação justamente lançando a candidatura de um militar para a Presidência da República, haja vista o histórico da república brasileira com relação à atuação militar na política.

Afonso Arinos de Melo Franco, um dos principais líderes do partido, em depoimento a Lourenço Dantas Mota, no Suplemento Cultural de *O Estado de S. Paulo* (12/04/1981) afirmou reconhecer a existência de uma ala civil, que representava a tradição liberal brasileira, e uma militar que buscava agir por seus próprios meios. Afirmava ainda que a UDN que representavam na tribuna era subsidiária da UDN que os militares representavam nos quartéis. Arinos considerava a tradição liberal brasileira em apenas um dos seus aspectos - que é o

---

<sup>190</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. Op. Cit. p. 128.

interesse pela liberdade política e econômica - e, por ela, aceitavam sem constrangimentos a ingerência militar na política, já percebida ao longo do tempo<sup>191</sup>.

No programa de governo, Eduardo Gomes enfatizava os aspectos jurídicos do processo de redemocratização. No que diz respeito à política e economia, a UDN solicitava uma postura cautelosa na industrialização. Não aceitava o uso do Banco do Brasil para a industrialização, pedia colaboração do capital estrangeiro, era contra as barreiras fiscais e pregava um saneamento financeiro. Havia flexibilização sobre a proteção à indústria apenas se a mesma possuísse estrutura que garantisse a diminuição do preço de produção.

De acordo com Jorge Ferreira<sup>93</sup>, havia no cenário brasileiro pós 1945, um embate entre dois projetos para o Brasil. De um lado as esquerdas, tendo como aliados os trabalhistas, comunistas, socialistas, sindicalistas, estudantes e alguns setores do Exército com projeto de desenvolvimento econômico e social garantindo a soberania nacional e participação do Estado. De outro a direita, contrária aos direitos do movimento sindical, favorável ao liberalismo econômico e abertura do país ao capital estrangeiro, grupo no qual estava inserida a UDN.

Diante de um novo governo de Vargas, nos anos 1950, a UDN começou a pensar um novo programa, pois era preciso reafirmar os princípios e propósitos do partido para que se pudesse chegar ao poder. Numa convenção nacional realizada em 1953, o programa em construção propôs que todos os ambientes, desde a escola primária, deveriam fazer ampla divulgação do texto da Constituição. Em relação às questões sociais, dedicava-se apenas a lutar contra a carestia do custo de vida e amparo ao trabalhador rural. Porém, não havia nenhuma menção em relação ao direito de greve.

Tais propostas permaneceram em discussão nos anos seguintes, de modo que, na convenção nacional de 1957 foi aprovado o novo programa oficial, no qual se encontrava reforçada a visão privatista e o incentivo ao capital estrangeiro, sugerindo menor intervenção do Estado, bem como a necessidade de vigiar o abuso do poder estatal.

A Convenção Nacional extraordinária de 1957 foi presidida por Juraci Magalhães durante o governo JK e, dentre as perspectivas da defesa de liberdades formais e públicas dos udenistas, tal governo podia ser considerado liberal-democrático. No preâmbulo do programa constava que: “O principal dever de um partido na oposição é o de evidenciar, perante o povo, permanentemente, o contraste entre o que faz o governo e o que fará o partido, quando for governo”<sup>192</sup>. Em nota na *Tribuna da Imprensa*, Lacerda afirmou ser a UDN, o partido que,

---

<sup>191</sup> PAIM, Antonio. Op. Cit.

<sup>192</sup> Arquivo UDN, IHGB.

dentre os considerados grandes partidos, estaria em condições de formular um programa básico para dar ao povo um centro de interesse, a partir do qual se desencadeasse o movimento pela conquista do Poder e a implantação da Democracia no Brasil<sup>193</sup>.

Tal programa foi elaborado no contexto em que a UDN passou por uma “virada” em sua perspectiva de atuação em prol de colocar fim em suas “derrotas gloriosas”, buscando se fortalecer enquanto partido para que pudesse melhorar suas possibilidades de vencer as eleições, perdendo a alcunha de ser “ruim de voto”.

Naquele ano, Juraci Magalhães derrotou Odilon Braga na disputa pela presidência da UDN, defendendo uma orientação mais realista, com uma atuação que se deixa influenciar menos pelo ressentimento para uma política diferenciada, menos influenciada pelo passado, o que trouxe posturas mais eficientes, de modo que:

Revela uma bipolaridade de imagem e ação; apresenta-se, ostensivamente, como a oposição intransigente, arredia a qualquer aceno do governo, e, ao mesmo tempo, como o partido da renovação, realista e pragmático, sensível às necessidades de barganha e compromissos interpartidários<sup>194</sup>.

Na Convenção Nacional daquele ano, a UDN apresentava como diretrizes a luta contra o confisco cambial, a discussão da reforma eleitoral, a defesa do mandato parlamentar e a luta pela liberdade do rádio e da televisão<sup>195</sup>.

Sobre a proposta de reforma da UDN de Juraci Magalhães, Lacerda afirmou:

A UDN é hoje – e o Sr. Juraci Magalhães contribui decisivamente para isto, com seu dinamismo e sua inteligência política – um partido que cresce, um corpo que se desenvolve. Falta, agora, juntar a esse corpo uma cabeça - que é uma doutrina. Esta já se encontra, implícita, na formação da UDN, na história de sua luta que resume a do esforço dos brasileiros para encontrar a Democracia<sup>196</sup>.

Nesse programa o partido defendia a atuação do Ministério do Trabalho “para a superação da luta de classe” por meio de uma política de associação do capital e do trabalho.<sup>197</sup> Isso estaria associado aos moldes do trabalhismo cristão que protege o trabalhador dos pelegos e da “subversão comunista”. Também há a defesa das pequenas propriedades, da escala móvel dos salários e do crédito profissional. Refere-se à preferência pelos impostos diretos de incidência progressiva, porém se omite em relação à diminuição dos impostos indiretos ou sobre aqueles lançados sobre produtos de primeira necessidade, conforme havia dito no programa de 1945.

---

<sup>193</sup> *Tribuna da Imprensa*, 20/11/1957.

<sup>194</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. Op. Cit. p. 102.

<sup>195</sup> Arquivo UDN, IHGB.

<sup>196</sup> *Tribuna da Imprensa*, 13/06/1958.

<sup>197</sup> DULLES, JOHN F.W. Op. Cit.

Também é possível perceber mudanças no aspecto educacional quando comparamos os programas de 1945 e 1957. O primeiro defendia a educação obrigatória e gratuita em todos os níveis, sem particularizar o ensino religioso. Já o de 1957 enfatiza a educação obrigatória e gratuita somente na escola primária, não esclarecendo a situação da educação secundária e superior. Além disso, defendia, de forma explícita, o ensino religioso.

Também entrou em discussão nesse novo programa a instituição da Previdência Social, propondo um Ministério próprio a essa temática, desvinculado do Ministério do Trabalho, pois possuía duas preocupações: a “moralização” da Previdência Social e os altos custos que geraria para a economia nacional.

Partindo do interesse em resolver as questões apresentadas, foi realizada uma Convenção em novembro de 1957, que teve como resultado a aprovação de um projeto de alterações na atuação do partido. Com as alterações a UDN:

Mantinha [...] a visão liberal e privatista que era inerente ao partido, mas mesclada com posições nacionalistas. Propunha a adoção de uma escala móvel de salários, o aperfeiçoamento da Petrobrás, a participação dos trabalhadores nos lucros, a introdução do Parlamentarismo, reiterava a ideia da autonomia sindical e sustentava como desejável a desproletarização, dentro de um contexto de democratização da propriedade<sup>198</sup>.

Em abril de 1961, por conta de ter elegido o seu candidato eleito à Presidência da República, o partido decidiu realizar uma Convenção Nacional, logo após a posse de Jânio. Diante da euforia, deu-se o nome de Convenção da Vitória. O primeiro ponto das diretrizes partidárias se referiu “ao apoio ao governo em todas as suas propostas de moralização administrativa”<sup>199</sup>. Também tratou da independência dos poderes, educação política do povo e acentuava o Brasil como uma nação autônoma de vocação cristã e de paz.

Nessa convenção aparece publicamente o grupo da “Bossa Nova”, defendendo uma postura para o partido oposta aos lacerdistas e a “Banda de Música”. Apresentou-se como uma linha reformista, identificada como centro-esquerda, considerados nacionalistas ou de interesse popular, tendo como principais inspiradores José Aparecido, José Sarney, Clóvis Ferro Costa e João Seixas Dória.

Apesar das propostas da “Bossa Nova”, o ponto alto da Convenção da Vitória foi o reforço à posição lacerdista a respeito do anticomunismo e antinacionalismo. Além disso, os membros da “Banda de Música” Herbert Levy e Ernani Sátilo foram eleitos presidente e vice-presidente da UDN. Do ponto de vista dos novos eleitos, o programa apresentado pela “Bossa

---

<sup>198</sup> DULCI, Octavio. Op. Cit. p. 151.

<sup>199</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. Op. Cit. p. 115.

Nova” era um “comunismo disfarçado”. Nesse contexto, a UDN carioca e a ala lacerdista ganharam maior notoriedade e pôde desfrutar de uma postura privilegiada no partido.<sup>200</sup>

No entanto, em relação às expectativas da UDN para com a atuação de Jânio Quadros, a empolgação teve um rápido fim. A independência na forma dele governar, principalmente em relação à política externa, demonstrou que o presidente não possuía um compromisso em agradar ou atender efetivamente o que a UDN esperava de um presidente, que era ter alguém que pudesse guiar a conduta nos seus moldes. A neutralidade da política externa de Jânio fez com que ele tivesse pouca aderência não só aos interesses dos conservadores nacionais, mas também às disputas relacionadas ao contexto da Guerra Fria.

Com a renúncia de Jânio Quadros, a UDN buscou estabelecer novos rumos em seu programa de governo, visando possibilidades reais de alcançar o poder e, sobretudo, impedir o apoio e a manutenção do governo de João Goulart. O novo programa foi oficializado em fevereiro de 1962. Tratava-se de uma carta de princípios, proposta por Herbert Levy, então presidente do partido, a serem debatidos pelos membros. Segundo ele, a Carta de Princípios tinha por objetivo deixar “bem delineada a posição da UDN frente ao próximo pleito e aos grandes problemas nacionais”<sup>201</sup>.

Segundo a publicação feita pelo *Correio da Manhã*, em 22 de fevereiro daquele ano, o Diretório Nacional e a Bancada Federal da UDN discutiram diante da presença de apenas um governador, no caso o Sr. Fernando Corrêa da Costa, do Mato Grosso. Os outros governadores em mandato não participaram, tais como: Magalhães Pinto (MG), Juracy Magalhães (BA), Luiz Cavalcante (AL), Luís Garcia (SE), Cid Sampaio (PE), Chagas Rodrigues (PI) e o próprio Carlos Lacerda, que governava pela Guanabara. Tal Carta serviria de roteiro para a campanha eleitoral e para o comportamento dos udenistas no Congresso e no Conselho de Ministros. Também participaram dos debates o ministro Virgílio Távora e o senador Afonso Arinos<sup>202</sup>.

Durante as discussões feitas ao longo da Convenção foi aprovada uma emenda, de autoria de Guilherme Machado, que considerava o regime parlamentar o mais adequado para garantir a estabilidade das instituições democráticas no Brasil. O partido se comprometia a:

Manter a sua tradição de luta pela democracia representativa, único regime político capaz de assegurar o desenvolvimento econômico em função do bem-estar do povo, da valorização do trabalho e da justiça social sem sacrifício dos direitos e das garantias individuais<sup>203</sup>.

---

<sup>200</sup> Ibidem.

<sup>201</sup> *Maquis*, nº 237 de 13 de janeiro de 62, p. 5.

<sup>202</sup> *Correio da Manhã*, 22/02/1962.

<sup>203</sup> *Correio da Manhã*, 22/02/1962.



A defesa da democracia representativa deveria destinar-se ao combate efetivo ao comunismo e ao reacionarismo que, segundo eles, colocava em risco as instituições e poderiam levar o país à anarquia. Havia a luta eficaz contra os extremismos tanto de esquerda quanto de direita para a consolidação da democracia no país, aprimorando as instituições políticas e realizando reformas “corajosas” nos campos econômico, financeiro e social.

Como segundo ponto a ser tratado estava a questão do sistema parlamentar. Nesse quesito a carta trazia a informação de que: a UDN considerava o sistema parlamentar de governo o mais adequado para garantir a estabilidade das instituições democráticas do país, preconizava, entretanto, medidas urgentes, em entendimentos com outros partidos para aperfeiçoar o sistema e promover as reformas de base a serem mencionadas.

Outra proposta da Carta era a defesa de uma revisão da legislação eleitoral, visando anular a influência do poder econômico ou político na escolha dos representantes do povo e evitar que houvesse fraude e corrupção no processo eleitoral. Propunha a adoção da cédula única e o custeio pela União das despesas de transporte rural e alimentação, garantindo igualdade de oportunidade a todos os partidos nos programas de rádio e televisão, três meses antes das eleições, tendo os preços iguais, fixados pela Justiça eleitoral, além de sanções severas ao uso ilegítimo do dinheiro nas eleições.

Juntamente com os planos de Reforma Eleitoral, estava a busca pelo combate à inflação, pois esse seria o motivo do aumento do custo de vida. O partido considerava indispensável o planejamento do governo para conter a inflação, com a ressalva de que tal combate deveria ser feito sem sacrificar o desenvolvimento econômico e o progresso social. Os princípios liberais estariam assegurados.

Ainda nesse propósito, a UDN propunha uma reforma bancária, por meio da criação do Banco Central, que pudesse combater o crédito inflacionário, sendo possível a punição até mesmo a cassação da patente para os bancos que cobrassem remuneração de empréstimo superior à que estava prevista na lei, bem como ao abuso de dirigentes de estabelecimentos de crédito que utilizassem os depósitos bancários em seu próprio proveito ou de proveito de grupos aos quais estivessem vinculados.

Nesse mesmo contexto das reformas, o partido buscou mostrar interesse em atentar para as necessidades da área rural, principalmente porque a UDN tinha um grande público nessas regiões. Nesse sentido, o partido afirmava que reconhecia a necessidade urgente que visasse uma renovação eficaz da estrutura agrária brasileira. Isso deveria acontecer com o estabelecimento de medidas de assistência somente para aqueles que já possuíam terras ou que passassem a tê-las após a reforma.

A assistência se daria de forma financeira, a partir da criação imediata do Banco Rural e manutenção do crédito móvel. A reforma também deveria ser técnica e econômica, à medida que estabelecesse o reaparelhamento dos órgãos existentes e organização dos novos, garantindo os preços mínimos, pelo combate aos abusos dos intermediários e pela eletrificação rural.

O programa trazia também medidas para a educação, que visava à erradicação do analfabetismo e a efetivação da obrigatoriedade do ensino primário, oferecendo aos alunos que se distinguíssem o acesso ao ensino secundário e superior, estabelecendo um ensino técnico e profissional para assentar em bases sólidas o desenvolvimento industrial e econômico em geral.

A UDN apresenta, na Carta, a proposta por uma educação mais empenhada na formação profissional, que desse a oportunidade de qualificar a mão de obra que se lança ao mercado de trabalho. Para isso, propunha que os alunos que mais se destacassem no ensino secundário deveriam ter a possibilidade de serem encaminhados aos cursos priorizados pelo partido para a profissionalização, como Medicina, Economia, Engenharia, Agronomia e Veterinária.

As medidas defendidas para as questões educacionais mostravam o interesse do partido em criar condições para formar profissionais que pudessem atuar em atividades econômicas que levassem ao desenvolvimento financeiro do país. Por outro lado, a importância política e social da educação não é mencionada, pois o programa omite a profissão docente como prioridade nos cursos para os alunos considerados mais capacitados ao Ensino Superior. A formação de professores não era vista como algo que interferisse diretamente no futuro econômico do país.

Por fim, a carta trazia a previsão de medidas para a Previdência Social, a proposta para uma reforma fiscal e uma reforma sindical. As medidas referentes à Previdência Social previam a efetivação dos seguros sociais, inclusive contra o desemprego. A aplicação preferencial dos recursos nas fontes de arrecadação e contratação de assistência hospitalar com as santas casas, hospitais especializados e locais a fim de torná-la efetiva com atendimento do custo real. Lembrando que os órgãos ligados à Previdência deveriam ser afastados de toda influência política ou partidária.

Previa, também, a extensão da Previdência Social ao trabalhador do campo. A reforma fiscal tinha como princípio combater a fraude, transformar os impostos de renda e de sucessão também em instrumentos democráticos de razoável redistribuição do capital pelo desestímulo à excessiva concentração do poder econômico e pelo estímulo à distribuição de ações ao poder público e aos trabalhadores das próprias empresas. Também visava impedir o lucro excessivo através da taxaço progressiva e drástica. No que se refere à reforma sindical, pretendia criar medida que assegurassem aos operários, trabalhadores rurais e empregados em geral, livre

associação em sindicatos de sua preferência, não subordinados a outros interesses que não os da classe.

O programa abordava ainda o posicionamento em relação à política externa. A UDN defendia a soberania nacional, mantendo-se fiel aos compromissos com o “mundo democrático”, acentuando a importância das negociações internacionais e o desarmamento nuclear em prol da paz. Para isso, viam como fundamental o combate ao comunismo, investindo na integração democrática dos países subdesenvolvidos. A UDN defendia a posição anticolonialista como fator do desenvolvimento necessário à luta anticomunista e à vitória da democracia e da paz. O partido também mantinha a consideração de que o capital estrangeiro deveria ser recebido e investido em atividades que levassem ao desenvolvimento do país, disciplinando a remessa dos lucros, deixando resguardados os interesses nacionais.

Ao elaborar uma comparação entre os programas de governo apresentados, percebe-se que o partido foi ajustando suas ações de acordo com as demandas conjunturais. O programa de 1945 tem a preocupação em apresentar as ideias de um movimento que deixava de ser uma frente opositora para se tornar um partido. Traz as expectativas para alcançar um regime democrático e uma economia baseada no desenvolvimento da industrialização, sempre contando com a colaboração do capital estrangeiro. No entanto, vale ressaltar que o partido representava as classes médias mas também atuava em favor dos interesses dos grandes proprietários de terras, portanto o desenvolvimento da indústria estaria atrelada igualmente às atividades agrícolas, mantendo assim o perfil elitista e conservador.

O ano de 1945 foi um período marcado por um movimento de redemocratização no qual alguns partidos se estabeleceram com seus devidos programas para se apresentarem como possível governo. Sendo assim, naquele contexto, a UDN indica o caminho que o país percorreria com a possível vitória de Eduardo Gomes para a Presidência da República. Percebe-se também desde o seu surgimento, a preocupação com a moralidade, sustentando no programa a visão sobre “o Homem” que definia um cidadão que contribui para o país. Desse modo, o programa inicial traz o perfil do novo partido: liberal, democrático e moralista, que se identifica com os setores da classe média nos meios urbanos ao propor a diminuição no custo de vida e ser favorável a uma industrialização sem uma intervenção massiva do Estado.

Quando o olhar é direcionado para o programa de 1957, existe uma diferença de tempo de doze anos desde o primeiro programa e uma conjuntura bastante complexa, que envolvia duas tentativas fracassadas de a UDN chegar ao Governo. Também se deve considerar que a ação do partido durante o segundo governo de Vargas, entre 1951 e 1954, especialmente em relação à forte oposição que contribuiu para o fim precoce do governo, com o suicídio do

presidente. Então, o programa apresentado nesse novo contexto busca enfatizar e esclarecer a posição da UDN para a política nacional, principalmente porque as divisões internas do partido acabavam exigindo um posicionamento mais claro.

Observa-se que alguns pontos chave do partido, como seu posicionamento sobre a economia foram mantidas. O apelo ao baixo custo de vida e o incentivo ao capital estrangeiro e menos intervenção do Estado são questões essenciais. Porém, percebe-se que há uma preocupação em criar possibilidades para aumentar as chances de vitória nas eleições, por isso foi incluída o plano de uma reforma eleitoral, para que, assim, houvesse maior foco na “preparação” do povo para o voto, já que julgava este como incapaz de exercer o sufrágio de modo a garantir uma “real” democracia.

Outro ponto acrescentado no Programa que teve muita influência da conjuntura, foi a proposta de maior liberdade de acesso à televisão e ao rádio para as propagandas políticas. Sabe-se que, tendo Lacerda como um dos principais expoentes do partido, a UDN se valia muito da propagação das suas ideias por meio dessas mídias. A oposição feita contra Vargas, na década de 1950, esteve amparada pelos jornais e pelos programas de TV e rádio feitos por Lacerda. Perder esse acesso não seria satisfatório politicamente para a agremiação.

Também se observa um reforço na concepção moralista do partido, mais influenciada pelos princípios cristãos. Inclusive é essa influência do pensamento cristão que levou ao discurso de superação da luta de classes apresentado no programa. Porém, tal superação se daria por meio da campanha contrária ao comunismo, pois, na medida em que o comunismo fosse tratado sob uma perspectiva moral, que fere o cristianismo por colocar os bens materiais acima da crença em Deus, educaria o povo a pensar diferente sobre como se comportar em sociedade. Um dos pontos que exemplifica bem a influência da moral cristã no programa é o fato de propor a inclusão do Ensino Religioso (de base cristã) nas escolas, ponto que não aparecia no primeiro programa do partido.

Alguns anos depois, em 1962, a Carta de Princípios da UDN trouxe a necessidade de se adequar a outras demandas, dessa vez com maior ênfase ao anticomunismo. Vale lembrar que é justamente no início da década de 1960 que a corrida contra o comunismo fica mais acirrada, uma vez que o breve governo de Jânio Quadros desagradou a UDN por se mostrar tolerante aos setores da esquerda, ligada à proposta da União Soviética no contexto da Guerra Fria, como a condecoração do guerrilheiro Che Guevara, admirado por sua atuação na Revolução Cubana, que estabeleceu o socialismo naquela região.

Tal insatisfação levou o partido, especialmente Lacerda, a se dedicar em minar o governo, levando-o à renúncia. No entanto, a insatisfação seria pior, quando não foi possível

evitar a posse de João Goulart em substituição a Quadros. João Goulart, herdeiro de Vargas, apresentava um conjunto de reformas a serem feitas no país, em prol do benefício dos trabalhadores do campo e da cidade, o que segundo os udenistas estaria atrelado à implantação do comunismo no Brasil<sup>204</sup>. Diante desse cenário, percebe-se na Carta de Princípios, a reafirmação do anticomunismo e a apresentação das propostas de reformas do partido, mostrando suas expectativas para uma reforma agrária, bancária, sindical, além de demonstrar grande preocupação em atender às necessidades das áreas rurais.

No que diz respeito à economia, manteve-se em todos os programas o incentivo ao capital estrangeiro e, agora, a proposta de controle da inflação para reforçar um princípio também presente em todos eles, que é a diminuição do custo de vida. Também se manteve a proposta de uma reforma eleitoral, porém, nesta carta, foi acrescida a proposta de um regime parlamentarista no Brasil, motivada pelo fato de Goulart estar na presidência, ou seja, um “comunista” no cargo Executivo seria uma ameaça para o país<sup>205</sup>. Então, a campanha pelo parlamentarismo se apresentou como uma breve solução para o impasse sobre a posse de João Goulart, embora esta fosse legítima.

A defesa da liberdade para a propaganda na TV e no rádio continuou sendo uma temática discutida pela UDN, porém mais enfática, pois desde 1958 Lacerda havia perdido o acesso a esses meios de comunicação, como forma de boicotar seus ataques aos adversários políticos, diminuindo, segundo o partido, o nível de propagação do anticomunismo num momento em que o país “corria maior perigo”.

Nos programas da UDN ficavam evidentes a influência de Lacerda no partido, principalmente nos programas de 1957 e 1962. Alguns pontos ideológicos da agremiação se aproximaram dos ideais do lacerdismo. Dentre eles podem ser destacados o discurso da luta contra a corrupção, o moralismo político inspirado nos princípios do cristianismo; o incentivo ao capital estrangeiro, o anticomunismo e o discurso da defesa pela democracia. Vale ressaltar que tal democracia defendida pelo lacerdismo previa um sistema que deveria ser guiado pelas elites, uma vez que o povo ainda seria preparado para exercer o sufrágio.

Ao apresentar seus ideais de reforma afirmava:

O processo de reforma democrática do Brasil, devo singelamente afirmar que faço este esforço sem temores e sem ambições. Faço-o porque hoje, no governo, vejo confirmado o que denunciei quando estava na oposição. O que vi por dentro era ainda pior do que, de fora, parecia<sup>206</sup>.

---

<sup>204</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 14ª edição, Rio de Janeiro - Paz e Terra, 2007.

<sup>205</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 14ª edição, Rio de Janeiro - Paz e Terra, 2007.

<sup>206</sup> LACERDA, Carlos. LACERDA, Carlos. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1962, p. 16.

Lacerda começa a apresentar “pontos de partida da Reforma Democrática do Brasil” com a urgência em promover o Balanço Econômico Nacional. De acordo com ele, o cerne da crise do Brasil, naquele momento, era a inflação - “a base física sobre a qual a crise se opera”<sup>207</sup>. Portanto, a primeira reforma de base a ser realizada seria contê-la pois, caso não fosse feita, as outras reformas não seriam viáveis em meio ao caos que a inflação provocaria. No entanto, afirma que para solucionar os problemas do Brasil não era necessário reformar a Constituição, apenas aplicá-la.

Ele se refere à inflação como aquela que:

Rói como um rato dentro da noite o dinheiro do salário guardado no barraco do pobre. A inflação que impede o trabalhador de manter a família, a família de ter casa, e a casa, de ter comida. A inflação que gera a desordem, a desordem que estimula a subversão, a subversão que gera a tirania, a tirania que destrói a força do trabalhador, que é a da lei com liberdade. A inflação que o entrega à doença e o mantém na ignorância. A inflação que faz novos ricos e põe na mão dos donos do Poder todos os benefícios e todas as vantagens. A inflação, que se não for contida destruirá a independência do Brasil e a liberdade dos brasileiros<sup>208</sup>.

Exemplo que ele dá em relação a isso, é a desapropriação de terras para a reforma agrária. Segundo sua concepção, a reforma poderia ser feita sem precisar alterar a constituição, bastava que fosse permitido que as terras desapropriadas fossem pagas com ações de empresas estatais, cotadas na Bolsa.

Defendia que a Reforma Agrária fosse imediatamente iniciada, usando a legislação vigente e aquela há pouco aprovada pelo Congresso. Via a necessidade da criação de uma Instituição de um Fundo de Resgate para a indenização das terras que tiverem de ser desapropriadas, por meio de pagamento em ações de empresas estatais. Os meios para alcançar a reforma agrária seriam:

Crédito agrícola intensificado, diversificado, disseminado, conforme planos regionais, de acordo com o gênero da produção, capacidade de produzir, etc. Formação de uma entidade nacional para planejamento, mas entrega da execução a órgãos locais, ligados aos Estados e Municípios, mediante cautelas contra a utilização política dessa arma que é a desapropriação. Financiamento da produção de produtos de alimentação. Promoção de convênios entre regiões produtoras e consumidoras para reduzir o número de intermediários. Crédito à rede privada de abastecimento, para racionalizar os seus métodos e assegurar, por meio de armazéns gerais, os preços na entressafra e um fluxo contínuo de produtos no mercado consumidor<sup>209</sup>.

Um assunto que sempre esteve em pauta na UDN foi a questão da educação, principalmente com vistas à preparação do povo para exercer o voto e também para a

---

<sup>207</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>208</sup> LACERDA, Carlos. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1962. p. 56.

<sup>209</sup> Ibidem.

preparação de mão de obra para o mercado de trabalho no processo de industrialização em ascensão. Desse modo, Lacerda propunha um programa de educação primária intensiva que deveria considerar a educação do povo como o principal problema econômico-social do Brasil. Via a necessidade de um programa de empréstimo interno e externo para investimento maciço na educação, além de fazer uma reforma na Universidade, com aplicação ampla da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Assim como a Carta de Princípios de 1962, os itens da reforma planejada por Lacerda também refletiam a preocupação com as medidas em prol dos trabalhadores que estavam sendo estabelecidas por João Goulart, portanto, enquanto oposição era prudente apresentar medidas que seriam tomadas na área trabalhista.

Nesse sentido, Lacerda defendia a liberdade do movimento sindical. Buscava a formação de um movimento sindical autônomo sem qualquer tutela, buscando o aumento da produtividade para melhoria do real padrão de vida do trabalhador. Para Lacerda era importante definir a posição do sindicalismo em sua participação na “reforma democrática” no Brasil. Sobre isso afirmou ser:

Pela organização livre e consciente dos trabalhadores em associações profissionais das quais participem verdadeiramente, sem a tutela do Ministério do Trabalho, do Presidente da República, dos Governadores, dos partidos políticos. [...] afirmo que o sindicato único, de inspiração totalitária não atende os interesses da democracia<sup>210</sup>.

Em 1955, Lacerda elaborou, juntamente com especialistas, um projeto de Código do Trabalho que até 1963, quando escreveu o livro em que apresenta os itens da Reforma Democrática, ainda não tinha sido aprovado pela Câmara. Segundo ele, nesse Código do Trabalho (PL 429/1955) continha vários aperfeiçoamentos nas condições de trabalho, especialmente em relação ao trabalhador rural, pois precisavam de estruturas especiais em suas atividades, o que gerava a necessidade de leis específicas nesse sentido.

O código também oferecia estabilidade aos empregados de consultórios e escritórios de profissionais liberais, artistas de teatro, atletas profissionais que tivessem sido admitidos após 45 anos de idade e que possuíssem mais de 10 anos de serviço após a promulgação do Código. Estava previsto que o sindicato deveria ser regido pela lei civil das associações profissionais, assegurando livre associação dos sindicatos, sob apenas um registro sobre o qual o Ministério do Trabalho não poderia questionar o que, segundo sua visão, permitiria que o sindicato pudesse servir ao trabalhador e não aos seus diretores. Mandava abolir o imposto sindical, garantia o

---

<sup>210</sup> LACERDA, Carlos. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1962. p. 27.

direito de greve e o direito de não entrar em greve e elevava a importância das multas por infração da legislação do trabalho.

Outra inovação do código era a extensão da legislação do trabalho ao empregado rural, instituindo indenização de caráter creditório em caso de despedida injusta, aposentadoria ou morte do empregado, estendendo a garantia da estabilidade a todos os empregados e aumentando a indenização de antiguidade de certos empregados e tornando completamente livre a constituição e funcionamento das associações profissionais e dos sindicatos, abolindo o enquadramento sindical e o imposto sindical, tornando obrigatório o regulamento interno em empresas com mais de 100 empregados, atribuindo à Justiça do Trabalho a extensão das convenções coletivas de trabalho.

Exclui do Código a organização judiciária, o processo e o seguro social, que, na opinião do Autor do projeto, devem constar de leis ou códigos à parte. A orientação geral do projeto foi "conservar todos os direitos já existentes, aprimorar os incertos e criar novos". Adota confessadamente a tese estatutária ou institucional da relação de emprego, denominação esta que substitui à de "contrato individual de trabalho", constante da CLT no Título IV.

Ao se remeter ao Projeto de Lei de outrora, Lacerda pretendia mostrar que ainda não tinha sido dada a verdadeira "importância ao movimento sindical como instrumento da democracia"<sup>211</sup>. O maior erro do governo, para ele, teria sido a proposta da existência de um sindicato único absoluto e sob o total controle do Ministério do Trabalho.

Para ele era indispensável a expansão de um movimento sindical autêntico, democrático, no qual os associados pudessem discutir livremente tanto os problemas profissionais quanto os de ordem cívica, já que não via problema na atuação cívica do sindicato, mas sim no fato de serem instrumento dos partidos políticos e dos políticos. Afirmava que "sem um movimento sindical livre não há democracia verdadeira"<sup>212</sup>. O sindicato, segundo ele, é um órgão da comunidade, que para ser livre não pode ser indiferente, pois quem se abstém não é livre, apenas se omite, portanto o sindicato não deveria se abster dos debates, mas sustentar um debate democrático.

Ele falava com muita frequência em investir num sindicato livre, porém afirmou que desejava um país de proprietários livres. Não é possível "agradar" ao patrão e ao trabalhador ao mesmo tempo. O sindicato livre poderia ter muitas interferências daqueles que possuem as empresas a ponto de não ser um órgão que de fato lute pelos interesses e direitos dos

---

<sup>211</sup> LACERDA, Carlos. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1962. p. 44.

<sup>212</sup> LACERDA, Carlos. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1962. p. 44.



trabalhadores. Ele defende que uma iniciativa sindical livre, no contexto de uma sociedade capitalista, lutaria mais pelos trabalhadores do que o Estado.

Após tratar da temática do sindicato, definia que no campo do funcionalismo público apresentava a opção pela universalização do concurso e contrato no Serviço Público, com formação de especialistas e pessoal habilitado, havendo funcionalismo de carreira, totalmente independente da política de clientela.

Em seguida trazia outro item: a revisão da política exterior do Brasil. Defendia uma retomada da linha tradicional, mais efetiva e presente, abandonando as alianças que, na sua visão, fez do país objeto de escárnio internacional, levando à desconfiança de seus aliados. Ao dizer isso, está se referindo à defesa de uma política externa alinhada aos EUA em detrimento de uma aproximação com a Rússia, representante do que considerava a “ameaça comunista” na América Latina.

O sétimo item da lista de reformas se refere à reforma bancária. Esta deveria ser realizada com autonomia do Banco do Brasil e formação do Banco Federal de Reservas para sustentar e regular o mercado de crédito. Deveria haver uma política enérgica de sustentação da moeda e colocar fim a todas as despesas supérfluas ou adiáveis. Em vista de uma política econômica mais organizada, Lacerda apresentava a necessidade de sistematizar de vez a administração superior em Brasília pois, para ele, a administração híbrida (Brasília/ Rio de Janeiro) prejudicava a concentração dos esforços nessa área. Defendia essa opção, não por concordar com a transferência da capital, mas por ter compreendido que como a cidade foi escolhida para isso, que seria melhor, então, organizar o seu funcionamento.

Previa também a revisão imediata de todas as leis, regulamentos, circulares, mandamentos e mentalidades que visam impedir o afluxo de capital para o Brasil. Cumprir todos os compromissos legítimos assumidos com o exterior para restaurar o crédito brasileiro no mundo, completamente destruído. Segundo sua visão, “sem dinheiro o país não progride. Não há dinheiro bom, suficiente no Brasil”<sup>213</sup>. Portanto as medidas deveriam ser tomadas em prol de impedir a saída de capital brasileiro para o exterior, da defesa do crédito internacional e pelo confisco das fortunas ilicitamente acumuladas.

Vale ressaltar que a preferência e o incentivo ao capital estrangeiro sempre esteve presente no discurso de Lacerda, bem como em todos os programas da UDN. Existe nesse discurso a ideia de que o importante para o país era injetar dinheiro no Brasil, uma vez que este

---

<sup>213</sup> LACERDA, Carlos. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1962. p. 18

se apresentava carente nesse quesito. A maneira como se iria alcançar não era um problema, mas sim alcançar os recursos financeiros dentro do menor tempo possível.

Junto à medida citada, Lacerda trazia também a necessidade de uma revisão imediata de todos os contratos de concessionárias de serviços públicos para democratizar o seu capital, forçando a venda de ações aos usuários, consumidores dos seus serviços para financiar a expansão de tais serviços (telefone, transportes, energia, etc.), atualizando, inclusive, as tarifas.

No que se refere à condução econômica do país, um dos pontos sempre em discussão no discurso de Lacerda e da UDN era o rumo a ser tomado pela Petrobrás desde sua fundação. No contexto em que se inserem as reformas sugeridas por Lacerda defendiam a efetivação de uma política agressiva de procura e exploração de petróleo pela Petrobrás, fixando prazos razoáveis que, ao findar os mesmos, se não tiver êxito, a exploração de petróleo será livre no Brasil. Porém o ideal era que a Petrobrás, sozinha, desde que decentemente administrada, resolvesse o problema brasileiro do Petróleo. Complementando a referência à administração, outro item da reforma buscava a completa descentralização administrativa, dando tempo para o presidente e ministros governarem em vez de “apenas confabularem e assinarem papéis”<sup>214</sup>.

A proposta de reforma visava também a concessão de crédito à construção civil e às cooperativas para fomentar a construção de casas populares, mediante diversos projetos específicos, a serem aplicados com plena liberdade, em cada região e grupos sociais de acordo com suas características e preferências. Porém, fica ressaltado no documento que seria concedido maior prestígio à iniciativa privada.

No cenário político as reformas pretendidas envolviam a diminuição dos partidos pelo Estatuto dos Partidos Políticos. A ideia era garantir um sistema bipartidário e a livre existência de várias correntes. Também sugeria uma reforma interna no Congresso para assegurar maior rendimento ao trabalho parlamentar e à elaboração, votação e fiscalização do orçamento.

Para além dessas intenções, estava incluída uma questão essencial ao lacerdismo a ser estabelecida. Trata-se de medidas gerais de moralização da vida pública e da atividade política e administrativa, porque tais medidas proporcionariam providências básicas para os problemas do país, pois para Lacerda:

A principal espoliação de que está sendo vítima o povo brasileiro é aquela que lhe causam os próprios brasileiros. Fomos habituados a sonhar com riqueza fácil, de um subsolo rico, de uma terra fértil, de um clima favorecido, até de um céu privilegiado. Dificilmente nos habituamos com a ideia de uma luta severa contra a adversidade, as deficiências do meio, a carência dos conhecimentos, a crise dos dirigentes. Crismamos o nosso atraso de “subdesenvolvimento” e com isto fizemos regredir o Brasil, cuja

---

<sup>214</sup> Ibidem, p. 19.

ambição, hoje, se ouvirmos os seus atuais porta-vozes, é igualar o Congo ou assemelhar-se ao Yemen<sup>215</sup>.

A proposta de reformas de Lacerda é uma oportunidade de crítica ao governo vigente naquela ocasião, tendo como representante o herdeiro getulista João Goulart, que propunha reformas de base, visto que, na sua concepção “muito se fala em reformas de base, no Brasil, mas que nenhuma é feita”<sup>216</sup>. Portanto, ele propôs essas outras que, em sua opinião, realmente são de base, pois são pontos de partida para mudar os anacronismos da estrutura sem mudar a estrutura propriamente, que é fundamentalmente sólida e boa, resistente a todos os descasos e abandonos.

Também foi uma forma de criticar o posicionamento dos que já haviam governado o Brasil, acusando-os de não serem fiéis a uma ideologia, porém agirem conforme as conveniências. Se os ventos sopram bem para as direitas, lá estão, mas são os mesmos que naquele momento se voltavam à esquerda, portanto não seriam nem uma coisa nem outra. Para ele, não eram estadistas, mas parasitas que desenvolveram uma rendosa máquina de explorar o Brasil. Nesse sentido, Lacerda confessa que pensava que Jânio Quadros seria um governante que pudesse acabar com essa exploração, no entanto:

Foi se ver, ele não era tudo o que diziam. Estava muito abaixo da sua missão. Não soube cumprir sua parte. Saiu – como quem se vinga na carne dos inocentes. Quase desanimados, todos. Nos desorientamos, muitos. Nos separamos, alguns<sup>217</sup>.

Diante disso, Lacerda considerava Quadros uma página virada, um episódio apenas de uma luta que não começou com ele e nem acabava com ele, mas prosseguia. Nesse sentido entende-se que: “o empenho de Carlos Lacerda no apoio à então “insólita” candidatura de Jânio Quadros teria como objetivo se lançar nacionalmente, pensando nas eleições presidenciais de 1965”<sup>218</sup>. A ideia de Lacerda era marcar sua posição na UDN nacional para consolidar sua liderança no partido numa perspectiva diferente dos bacharéis.

## 2.4 Liderança de Lacerda na UDN

Filiado ao partido desde sua fundação, Lacerda participou das principais decisões da UDN no período de sua existência, foi eleito vereador pelo Distrito Federal (RJ), em 1947.

---

<sup>215</sup> LACERDA, Carlos. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1962, p. 19.

<sup>216</sup> Ibidem.

<sup>217</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>218</sup> PICALUGA, Izabel. *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Editora Vozes: Petrópolis, 1980, p. 67.

Porém, a década de 1950 foi o período em que mais se definiu o seu papel como uma das lideranças do partido, seja por cumprir algum cargo dessa natureza ou pela sua influência direta entre os membros do partido, que deu título a uma ala lacerdista na agremiação já bastante heterogênea.

Em 1955, Lacerda assumiu o cargo de deputado federal pelo DF, participando de forma incisiva no Congresso, chegando a ser líder da UDN na Câmara, em 1958, e a Governador do Estado da Guanabara, em 1960.

Traçando um perfil do liberalismo no Brasil, Werneck Vianna<sup>219</sup> afirma que a centralidade da linguagem jurídica é uma marca, devido ao predomínio da lei como interesse, o que fica claro na perspectiva dos bacharéis udenistas. No entanto, Lacerda não concordava com esse ponto de vista: o “seu” liberalismo aparecia como uma crítica liberal da política brasileira. O liberalismo, na atuação política de Lacerda, deveria ser utilizado como instrumento de combate ao poder<sup>220</sup>.

De acordo com Chaloub<sup>221</sup>, Lacerda concordava com os bacharéis udenistas sobre a existência de uma crise e coincidia na identificação dos principais responsáveis, mas apontava para razões e soluções muito distintas. Já suas divergências se concentravam em alguns pontos fundamentais, tais como a visão da tradição política brasileira, a ideia de democracia e o conceito de política. Dessas questões emergem diversos estilos de liberalismos, unidos conforme as conveniências, entretanto o constante clima de tensão marcava a aliança entre bacharéis e lacerdistas.

O liberalismo considerado por Lacerda esclarece algumas nuances que são pouco destacadas no liberalismo brasileiro. Conforme estudado por Werneck Vianna<sup>222</sup>, no liberalismo brasileiro se identifica a centralidade da linguagem jurídica, geralmente colocando o predomínio da lei diante do interesse. Os bacharéis udenistas seguiam essa tendência, porém Lacerda a desmentia frontalmente, tanto que é muito evidente sua negação à figura do bacharel que está sempre atrelada aos adesistas.

A crítica ao bacharelismo é um dos destaques no discurso do Lacerda, que se afirmava um político profissional antibacharel, pois colocava a prática como ponto central da política. Em relação a isso dizia: “Venho falar como político, orgulhoso de sua atividade política. Não

---

<sup>219</sup> Apud CHALOUB, Jorge. Op. Cit.

<sup>220</sup> Ibidem.

<sup>221</sup> Ibidem.

<sup>222</sup> Apud CHALOUB, Jorge. Op. Cit.

pretendo encobrir essa convicção, de natureza eminentemente política, com argumentos e, ainda menos, com pretensos argumentos de ordem jurídica”<sup>223</sup>.

Embora tivesse suas divergências com os bacharéis, Lacerda concordava com eles, em alguns pontos. Um desses pontos é a ideia da existência de uma crise que coincide na identificação dos principais responsáveis, porém apresentando razões e soluções diferentes. As raízes das divergências se concentram, sobretudo, em três pontos fundamentais:

Na visão da tradição política brasileira, na ideia de democracia e, por fim, em seu conceito de política. Emergem dessas questões diversos estilos de liberalismos, unidos por conveniências de momento que não conseguiam ocultar, todavia, o constante sentimento de tensão que marcava a aliança entre bacharéis e lacerdistas<sup>224</sup>.

Dentre as diferenças entre bacharéis e lacerdistas, pode-se perceber que os bacharéis planejavam a construção da ordem e ação política, no Brasil e no mundo, partindo dos princípios de uma tradição que necessariamente deveria mediar o novo. Mesmo os mais próximos de um discurso modernizante, como Aliomar Baleeiro e Bilac Pinto, afeitos à abertura do tempo futuro, não dispensavam as heranças do passado, onde a inovação só era desejável se convivesse com a conservação. Enquanto isso, Lacerda tinha a concepção de que as transformações do Brasil teriam como requisito a destruição do passado, retratado como acúmulo de equívocos e mazelas, levando em consideração um ou outro homem público e evento, indicando a aproximação com o americanismo, já mencionado anteriormente<sup>225</sup>.

O que se faz no Brasil é recorrer ao voto para coonestar o arbítrio, a corrupção e a coação. O que se faz hoje no Brasil é dar a uns poucos a possibilidade de concorrer honradamente para que muitos possam concorrer desonestamente. O que se faz no Brasil é o contrário do que se necessita fazer para verdadeiramente salvar a democracia<sup>226</sup>.

Numa perspectiva dialética, as ideias se impõem a partir dos embates políticos, porém ajudam a organizá-los. De acordo com Chaloub<sup>227</sup>, se muitas vezes Lacerda defendia soluções próximas ao liberalismo econômico, suas motivações vinham da firme defesa ao alinhamento com os Estados Unidos, que via o livre mercado como o centro de seu imaginário e também vinham das imposições da conjuntura, que não permitiam grande defesa do Estado quando este estava quase sempre ocupado por alguns dos seus maiores adversários.

<sup>223</sup> LACERDA, Carlos. Discursos parlamentares: seleta. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. p. 77.

<sup>224</sup> Apud CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Op. Cit. p. 390.

<sup>225</sup> CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Op. Cit.

<sup>226</sup> LACERDA, Carlos. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1962.

<sup>227</sup> CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Op. Cit.

Em uma coluna direcionada ao *Correio da Manhã*, Lacerda renegou, na sua definição sobre a “vocação liberal”, uma vinculação direta entre o liberalismo político e a economia política liberal: “O que aqui chamo liberal – diga-se de passagem – não é o liberal da economia política nem qualquer outra modalidade que a palavra procure exprimir no jogo do raciocínio político. É precisamente a acepção clássica do amigo da liberdade...”<sup>228</sup>.

Maurício Perez afirma que, dentro do partido, Lacerda era elemento de destaque da “Banda de Música” devido a sua retórica e a sua capacidade oratória. Era o representante máximo dos golpistas e do bloco que tanto cortejava: os militares.

No entanto, como membro da UDN, praticamente desde a sua fundação, em 1945, Lacerda foi, ao longo dos anos, adquirindo uma posição acima da UDN, foi se tornando maior que o partido. Isso advinha do seu modo personalista de ser: os seus atos geravam um capital político para si próprio e não para o partido. Lacerda tinha trajetória própria e a UDN era apenas uma base apropriada, um suporte necessário, dentro do jogo político da época, para o encaminhamento dos seus projetos. Como resumia o deputado udenista João Cléofas: “a UDN é uma sociedade anônima; o Lacerda tem 60% das ações”<sup>229</sup>.

O papel ocupado por Lacerda no partido se explica pelo fato de que uma liderança carismática como ele não se enquadra facilmente em estruturas como são os partidos políticos. Porém, existiam pontos de identificação entre Lacerda e a UDN, de modo que este era o partido onde ele se encontrava mais à vontade para se vincular. No entanto, com a ressalva de que Lacerda “mais do que udenista, era essencialmente lacerdista”<sup>230</sup>.

Apesar de fazer parte da UDN, sendo um dos principais expoentes do partido, Lacerda fez muitas e duras críticas a essa instituição. Muitas vezes, a opinião, decisão ou caminho tomado pela UDN não lhe era o mais conveniente, de modo que as críticas que dirigia ao partido estão relacionadas às falhas de organização, de “cálculo” do cenário político às vésperas de uma eleição e ao programa político.

Não era incomum ouvir Lacerda direcionar comentários pouco elogiosos aos bacharéis udenistas, como no caso de um comentário feito sobre Prado Kelly, a quem Afonso Arinos apontava como um bacharel por excelência: “o Sr. Prado Kelly, especialista na difícil tarefa de complicar o que é fácil, para depois facilitar o que é difícil”<sup>231</sup>.

No contexto das eleições de 1950, por exemplo, ele advertiu quanto às poucas possibilidades de vitória de Eduardo Gomes. Em publicação na *Tribuna da Imprensa*, em 01/09

---

<sup>228</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 240.

<sup>229</sup> PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit. p. 60.

<sup>230</sup> PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit. p. 61.

<sup>231</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 242.

de 1950, comparando a UDN ao PSD, alegava que tais partidos aceitavam de tudo em suas chapas, não tinham autenticidade. Segundo ele:

A UDN é um partido finito, à espera de que vença o Brigadeiro para que ela se venha alapardar no Poder, ou o Sr. Cristiano, para aderir rapidamente ou ao Sr. Getúlio, para aderir aos poucos. No mesmo período criticou fortemente à UDN dizendo que tratava-se de um “partido sem programa e sem princípios”<sup>232</sup>.

Em resposta ao resultado negativo, na visão de Lacerda, por ter possibilitado que Getúlio Vargas chegasse ao poder novamente, escreveu que a “a UDN morreu a 3 de outubro de 1950. E morreu sem dignidade”<sup>233</sup>. Para ele, o partido falhou na sua “missão” de assumir o poder e terminar o movimento pela redemocratização do Brasil iniciado em 1945 e que obtivera sucesso com a deposição de Vargas.

A derrota de 1950 levou Lacerda a afirmar a crise da existência do partido, demonstrando que seu pensamento em relação ao mesmo nunca fora de confiança ou esperança:

Quanto a nós, já dissemos há muito tempo: a UDN é um partido irrecuperável. Encerrou, não sem brilhantismo, a sua tarefa que foi a da reconstitucionalização do país. Agora é um partido finito – um partido para o qual não entra nenhum menor de 30 anos de idade, e os que entram acima dessa idade, não raro visam a sua inclusão em alguma chapa eleitoral<sup>234</sup>.

Diante de tal derrota, a UDN, na opinião popular e dos seus membros, adquiriu a imagem de ser “ruim de voto” e, nesse sentido, utilizar de agressividade e alarde para atingir Vargas era uma tentativa de construir uma imagem de partido forte, já que nas urnas essa força não seria confirmada. No entanto, mesmo diante da fraqueza do candidato de seu partido, Lacerda se via na responsabilidade de defender o Brigadeiro, já que era inaceitável ver Vargas na presidência novamente. Na prática, seu discurso era permeado pelo pensamento de que o Brigadeiro não era o melhor candidato, mas era melhor opção que o “ex-ditador”, que era visto como o que havia de pior, alinhando-se à perspectiva do seu partido.

A postura crítica de Lacerda em relação ao partido estava pautada, na maioria dos casos, em três “pecados”: a fraqueza de sua definição ideológica, a complacência com os adversários e o excessivo formalismo. O último ponto se dirigia aos bacharéis, o segundo, aos “chapas-brancas”, talvez por isso fossem os grupos que mais colidiam com ele na política interna da UDN, já a primeira crítica aponta para a excessiva heterogeneidade do partido, pecado este que lhe custara as eleições de 1950, por exemplo.

---

<sup>232</sup> *Tribuna da Imprensa*, 01/09/1950.

<sup>233</sup> *Tribuna da Imprensa*, 27/10/50.

<sup>234</sup> *Tribuna da Imprensa*, 24/4/1951.

Para Lacerda, era justificável o recurso à exceção, aos golpes, a tudo o que estivesse disponível na batalha política, por isso condenava o adesismo como um pecado capital a ser combatido <sup>235</sup>. O uso desses recursos se fundamentava na ideia de que a “moralização dos costumes políticos” se estabelecia como uma das mais importantes bandeiras da UDN e do lacerdismo por estarem, essas, envolvidas na perspectiva de um esquema argumentativo de que a moral seria o verdadeiro fundamento da sociedade, aquilo que dá sentido às outras esferas da vida. Interessante observar que, mesmo em tom distinto dos bacharéis, no lacerdismo a economia é completamente dependente dos valores públicos da moralidade, conforme sua afirmação: “Defendemos o primado do princípio moral, porque ele condiciona a própria vida econômica” <sup>236</sup>.

Hélio Jaguaribe<sup>237</sup>, em texto escrito em 1954, apesar de se encontrar num cenário de emoções devido ao suicídio do então presidente Vargas, expôs, precisamente, a interpretação do que é o lacerdismo: “todos os problemas nacionais foram transferidos para o plano moral. E nesse plano, polarizados em termos de mal e de bem absolutos”.

O moralismo lacerdista não tem por medida princípios imutáveis, mas se transmuta ao sabor das situações, característica que Lacerda assumia e se defendia diante das acusações de sua “instabilidade”. Em discurso à Câmara em julho de 1955, Lacerda foi confrontado pelo deputado petebista, Fernando Ferrari que o acusava de ser incoerente em sua conduta política, pois, segundo ele, em seus artigos na *Tribuna da Imprensa*, desde seu início até o momento em questão, o então deputado já havia mudado de opinião tantas vezes, andara por diversos caminhos. Ainda o acusava de costumar fazer acusações aos pertencentes de seu partido sem provas e agir de formas diferentes conforme seu interesse em cada situação.

Desse modo, o deputado cobrava de Lacerda coerência, alegando ter sido sempre, ele, Ferrari, o mesmo homem desde que entrou na vida pública. Lacerda se defendeu da acusação de incoerência dizendo que:

O dever do homem público é mudar conforme mudam as posições objetivas, conforme se processa a evolução dos acontecimentos em face do interesse de sua pátria. Essa increpação de mudança já foi feita a Rui Barbosa, a homens muito maiores do que eu e do que todos nós juntos. Agora, o que não pode increpar é, não a mudança de posição em relação a problemas diferentes, mas uma constante fidelidade a certos princípios fundamentais. E nisto não mudo nem mudarei<sup>238</sup>.

---

<sup>235</sup> CHALOUB, Jorge. Op. Cit.

<sup>236</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 171.

<sup>237</sup> JAGUARIBE, Hélio. *A democracia grega*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1981.

<sup>238</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 126.



Para Lacerda a moral não estava vinculada à mudança de pensamento ou postura, na maioria das vezes atribuía suas mudanças ao comportamento ou ações de outros, que, estes sim, estariam em desacordo com os princípios da moralidade. A “incoerência” é permitida se for para agir de acordo com o que é conveniente para si, conforme a sua afirmação.

Os posicionamentos de Lacerda no partido foram afirmados com maior destaque quando, em 1957, grandes decisões e mudanças ocorreram na UDN. Tais mudanças vieram consolidar novas ideias e posturas do partido, inclusive, por isso, foi um ano de lançamento de um novo programa, conforme mencionamos. Esse contexto levou também à alteração da liderança udenista e conflitos na aliança UDN/PL.

As mudanças na liderança tiveram início em março, quando, sob comando de Afonso Arinos, a UDN discutia, na Câmara, a decisão do presidente JK em assinar um acordo com os Estados Unidos para instalar um radar em Fernando de Noronha para observar projetos teleguiados. O assunto era de grande importância para a temática sobre a política externa, principalmente no que diz respeito à necessidade de estabelecer alianças no contexto da Guerra Fria, já que, até então, éramos considerados neutros. O governo não desejava se submeter ao Congresso para tal decisão, levando à criação de uma cláusula no Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, onde delegava poderes ao presidente para decidir<sup>239</sup>.

Sobre o fato de o Brasil estar neutro naquele contexto, Lacerda provocou seus companheiros de Câmara, questionando-os se conheciam algum país que conseguiu se preservar de alguma agressão, permanecendo sem alianças poderosas. Lacerda deixou claro, em seguida, sua preferência pela decisão do Brasil em permitir que os Estados Unidos instalassem bases de observações numa parcela de uma pequena ilha em Fernando de Noronha, alegando que, ao instalarem tal base, não estariam agindo apenas em sua defesa, mas na defesa de todos aqueles que fazem parte do sistema de defesa ocidental, fator com o qual, segundo ele, devíamos nos preocupar. Sendo assim, a posição da liderança da UDN estava de acordo com Lacerda em pensar que tal situação deveria ser discutida pelo Congresso e foi prevista uma sessão extraordinária que começaria ainda naquele mês para resolver essa questão.

Nesse contexto, começaram a aparecer opções divergentes na UDN em relação aos cargos de liderança para a composição da sessão. Alguns, como Ernâni Sátiro, tinham preferência por um líder que fosse do Nordeste, indicando José Agripino, da Paraíba. Outros achavam que deveria ser de São Paulo, pois a UDN nunca havia escolhido um líder desse estado, apoiando Herbert Levy ou Antônio Pereira Lima. No entanto, o movimento mais forte

---

<sup>239</sup> DULLES, John W.F. Op. Cit.

ocorreu em direção ao nome de Juraci Magalhães, então senador pela Bahia, mas esse movimento enfrentou resistências por parte do PL, que alegou romper a aliança com a UDN se ele assumisse a presidência do partido.

Enquanto isso, pensava-se em um novo líder da UDN na Câmara, porque Afonso Arinos já estava cotado para ser líder do bloco da oposição (UDN/PL). No processo de escolha de um substituto de Arinos, o partido esteve dividido entre João Agripino e Aliomar Baleeiro. Este, porém, ofereceu outras opções: Carlos Lacerda, Adauto Lúcio Cardoso, do Distrito Federal, e Bilac Pinto, de Minas. Lacerda parecia ser o preferido entre os deputados, porém Agripino, enquanto secretário do partido, afirmou que Lacerda e Bilac Pinto estavam empatados. “Quando os deputados da UDN se reuniram a 19 de março, Bilac e Lacerda ofereceram retirar suas candidaturas a fim de evitar disputa, mas o sentimento pró-Lacerda era tão evidente que apenas Bilac desistiu”<sup>240</sup>.

Em 20 de março, votação final, Afonso Arinos foi de fato escolhido para liderar o bloco de oposição UDN/PL e o único nome contrário à escolha de Lacerda para liderança da Câmara foi o de Gabriel Passos, de Minas, pois sua candidatura a presidente do partido também teve resposta contrária de Lacerda e de seu jornal, acusando-o de ter colaborado com a ditadura de Vargas. Passos tinha a ideia de que Lacerda, com seu jornal, poderia exercer pressão sobre os deputados do partido, porém Lacerda esclareceu que poderia continuar escrevendo para a *Tribuna*, mas o seu cargo de diretor passaria a Aluísio Alves. “Passos deixou a sala e a escolha de Lacerda, para líder da UDN, foi registrada como unânime”<sup>241</sup>.

No contexto em que assumiu a liderança na Câmara, Lacerda retomou um hábito que colocou em prática em 1954, que eram os “comícios em casa”, com a presença de em média 50 pessoas, com o objetivo de envolver as famílias em questões políticas. Num desses comícios, realizados numa casa em Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro, orientou a centenas de pessoas que as empresas estatais deveriam ser transformadas em sociedades de economia mista, dirigidas por particulares, e a ampla inversão de capitais, tanto nacionais quanto estrangeiros. Mostrou-se favorável à volta da iniciativa privada que colocaria ao fim o centralismo, segundo ele exagerado, e o controle estatal. Além disso, propunha eleições indiretas, menos partidos políticos e que os deputados fossem eleitos por zonas eleitorais e não mais por estados inteiros<sup>242</sup>.

---

<sup>240</sup> DULLES, John W.F. Op. Cit, p. 262.

<sup>241</sup> *Tribuna da Imprensa*, 21/03/1957.

<sup>242</sup> DULLES, John W.F. Op. Cit.

Pode-se observar que Lacerda possuía objetivos bem definidos com a realização de tais comícios, conseguia aproximar-se da população, aumentando sua visibilidade e levava pessoalmente seus projetos e medidas que julgavam necessários para o país.

A influência de Lacerda entre os udenistas e sua vitória contribuíram com a candidatura de Juraci Magalhães que não considerou o veto do PL, mantendo-se na disputa. Com o apoio de Lacerda, foi eleito presidente da UDN com 165 votos contra 47 de Odilon Braga. De acordo com Benevides<sup>243</sup>, com esse novo cenário, o partido “reforçou a visão liberal e privatista, assim como o estímulo ao capital estrangeiro”. Reivindicava a autonomia do Banco do Brasil, a reforma cambial, o controle do Congresso sobre a emissão de papel moeda e a nacionalização de materiais radioativos. Enquanto líder da Câmara pela UDN, Lacerda declarou quais eram suas expectativas ao atuar como oposição, que deveria ser:

Profundamente empenhada na solução dos problemas nacionais, mas na solução dos problemas nacionais à medida do homem brasileiro, à medida da realidade brasileira e não com o monumentalismo gigantesco das obras que se fazem apenas para justificar a glorificação de um homem ou de um sistema cujo racionalismo aberra da dignidade do homem. Nós (UDN) afirmamos a nossa posição em favor da reconstrução nacional e, ao fazê-lo, nenhuma novidade dizemos<sup>244</sup>.

Diante da agitação que Lacerda provocava no meio político, ele não era muito bem visto por alguns setores militares, outros deputados e até alguns membros do seu próprio partido. Essa antipatia que causava, no entanto, poderia ser ruim para seus planos de um dia ser candidato e ser eleito presidente da República. Apesar de ele ter muitos adeptos aos seus pensamentos e propostas, seu público ainda era muito concentrado no Rio de Janeiro apenas e, para uma disputa a nível nacional, precisava construir sua base de eleitores em todo o país. Então, Lacerda decidiu aderir à proposta de Juracy Magalhães de uma prática política mais realista, que se apresentasse para as classes populares, visando acabar com a sequencia de derrotas desde 1945.

Diante de seu posicionamento a favor de Juracy Magalhães, Lacerda afirmou que o partido estava assumindo uma linha realista, o que lhe fez receber uma crítica do líder católico Gustavo Corção. Este afirmou que Lacerda possuía muitos inimigos, mas que o mais perigoso era ele mesmo, pois enquanto se apresentava de maneira crítica e firme no Congresso, nos diretórios do partido adotava uma linha realista, defendendo a candidatura para uma presidência do partido que o aproximava de João Goulart. Porém, Lacerda não via esse momento como uma postura negativa, para ele havia vários modos de defender a democracia:

---

<sup>243</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. Op. Cit. p. 203.

<sup>244</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 230.

Há até mesmo aqueles que preventivamente a defendem sufocando-a. (...) Se se pode defender, às vezes a democracia assumindo o Poder, suas responsabilidades e prerrogativas; se pode haver, por vezes, dúvidas de que a democracia se defende melhor ou não quando contam os seus defensores com as benesses e fontes de poder público, não padece dúvida, não há sobre isto, na História e no sentimento dos homens, qualquer hesitação: nas prisões é que a democracia germina; é lá, pelo sacrifício e pelo exemplo, que a liberdade tem progredido<sup>245</sup>.

Em 1961 ocorreu um processo de progressivo fortalecimento de Lacerda dentro do partido, tendo como marco a Convenção da Vitória, logo após a vitória de Jânio Quadros, aliado da UDN e da sua própria eleição para governador da Guanabara.

A Convenção ficou marcada pela mensagem anticomunista e antinacionalista de Lacerda, de modo que a UDN carioca e lacerdista começou a desfrutar de uma posição privilegiada no partido. De acordo com Isabel Picaluga<sup>246</sup>, havia na UDN um lado no qual se encontravam os liberais que pretendiam acompanhar as medidas políticas e econômicas de Jânio Quadros e, de outro lado, Lacerda e seus simpatizantes que se direcionaram, cada vez mais, para uma posição à direita dos outros partidos conservadores. Inclusive foi essa guinada à direita, inspirada nas atitudes personalistas de Lacerda, que iniciou um processo de desajustamento no interior do partido.

Lacerda agora se encontrava fortalecido tanto nas urnas quanto no debate público e, enquanto governador, reafirmava-se como um grande nome udenista, tendo como seus principais seguidores os campos mais radicais da “Banda de Música”, setor de onde emergiram dois presidentes do partido: Herbert Levy e Bilac Pinto, um dos bacharéis modernizantes que radicalizava cada vez a retórica anticomunista. O próprio Lacerda buscou chamar o partido para se reafirmar contra as ideologias que pudessem aprisionar a sociedade, no caso, se referia ao comunismo.

Diante de sua influência sobre as decisões do partido, Lacerda participou da elaboração das novas propostas da Carta de Princípios da UDN, em 1962. Complementando as ideias discutidas na reunião partidária, ele sugeriu treze pontos que, segundo ele, eram para salvar a democracia. A apresentação desses pontos foi feita na capa da *Tribuna da Imprensa*, no dia 23 de fevereiro, sendo detalhados no interior do exemplar. Na sua concepção, as medidas sugeridas, em seu conjunto, evitariam que o Brasil se unisse a uma ditadura militar ou uma ditadura comunista, devendo obedecer a três critérios:

---

<sup>245</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit.

<sup>246</sup> PICALUGA, Izabel Fontenelle. Op. Cit.

Não importa qual seja o sistema de governo – parlamentarista ou presidencialista – desde que ele funcione direito; Apoio militar, “explícito, firme e coeso”; Ausência de preconceitos ideológicos e de ressentimentos pessoais<sup>247</sup>.

Além disso, afirmava que “só um milagre poderia salvar o país do comunismo ou da ditadura militar”. Numa carta que enviou ao deputado Herbert Levy, presidente da UDN, a propósito da reunião do partido em prol da Carta de princípios, dizia:

Estou convencido de que, antes da eleição do Congresso, haverá no país desordens dirigidas que o levarão, de verdade, àquela guerra civil de mentira que se quis evitar em agosto, a ponto de torná-la inevitável num destes próximos meses. A não ser que haja um milagre de bom senso e visão patriótica, que não depende de um, mas de muitos, o Brasil dentro de pouco tempo ou será dominado por um golpe de tendência comunista (e não há meio termo no comunismo, há apenas disfarces até que ele possa se revelar por inteiro) ou será defendido por uma precária, despreparada e não desejada ditadura militar<sup>248</sup>.

Lacerda afirmava ao presidente do partido que bastaria aplicar o programa da UDN, pois tal programa por si só encerrava lições e definia rumos. Alegava ser impossível evitar que o país entrasse em convulsão e saísse do rumo democrático que queriam defendido e engrandecido se fosse mantida uma posição estática de defesa passiva da democracia; deixassem se dividir dentro de Casa, a ponto de não saberem se a Casa era sua ou do inimigo; evitassem encarar a realidade tal qual é e não como queriam que fosse; ignorassem que há um inimigo para o qual não há convenções e está quase pronto para devorar o país<sup>249</sup>.

Na perspectiva lacerdista a liberdade viria a qualquer custo, pois a nação tinha anseio por liberdade e autoridade, não opostas uma à outra, mas conjugadas e inseparáveis. Portanto, para evitar a situação que se apresentava, brutal e talvez simplificada na sua formulação, Lacerda estava indicando caminhos que, embora considerasse difíceis, eram fundamentais: a base parlamentar, a fiança militar e o apoio popular.

Em relação à base parlamentar, mesmo que não fosse majoritária, era preciso garantir a neutralização daqueles que, no Congresso, estão dentro de todos os partidos, mas trabalham para a causa de um só: o único que está oficialmente fora do Congresso - o comunista. Nesse sentido, a fiança militar era importante, em sua visão, uma vez que garantia segurança às implantações das reformas. O apoio popular, para ele, era fundamental, pois caso contrário seria impossível evitar a desordem no país, apoio esse que julgava ser o mais fácil de conseguir, bastando acreditar no povo para informá-lo e conduzi-lo, como acreditava ser a função de toda

---

<sup>247</sup> *Tribuna da Imprensa*, 23/02/1962, p. 1.

<sup>248</sup> *Tribuna da Imprensa*, 23/02/1962, p. 3.

<sup>249</sup> *Tribuna da Imprensa*, 23/02/1962.

liderança democrática, enquanto os dois primeiros apoios eram mais difíceis, por não depender “dele”, mas da aceitação de outras pessoas que também faziam parte do jogo político.

Lacerda considerava as medidas apresentadas como inseparáveis uma das outras, pois sozinhas poderiam produzir efeitos ainda piores sobre a crise. Logo, seu objetivo era criar condições para possibilitar a salvação da Democracia. Entre elas estava:

- 1.Lei Agrária;
- 2.Leis de combate à inflação, de redução de despesas, ajustar o orçamento às possibilidades da receita, controlar o crédito e concentrar recursos em prioridades como: educação, produção, transportes e segurança interna;
3. Reforma Tributária com combate efetivo à sonegação e à evasão de impostos.
- 4.Volta da capital para o Rio até o país esteja em condições de prosseguir na formação de sua nova capital.
- 5.Isolamento dos comunistas pelo seu afastamento das funções políticas, civis e militares, resguardadas as garantias de defesa e justificação.
- 6.Prestação da Federação pelo planejamento nacional com base em soluções regionais e estaduais. Ampla e decidida descentralização administrativa.
- 7.Convocação dos chefes de partidos e líderes de grande expressão nacional para participarem e influírem na formação do ministério.
- 8.Convocar os trabalhadores para que se organizem em sindicatos livres.
- 9.Formação de associações rurais de caráter profissional e cultural.
- 10.Reforma Judicial.
- 11.Reforma da Universidade , acabando com a simulação e dando início à formação de quadros. Aplicação imediata e integral da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- 12.Duração mínima do ministério: um ano.
- 13.Garantia de apoio das corporações militares<sup>250</sup> .

Ao final da apresentação de suas medidas, Lacerda ressaltou que aos olhos dos céticos e dos desesperados, o programa pareceria simplório ou irrealizável, por isso, mais uma vez se referia à necessidade da contribuição de alguns mais sábios e mais experientes, pois a crise teria solução e não “devoraria” o Brasil. Com essa participação, pode-se perceber o quanto as ideias de Lacerda foram consideradas importantes na construção do programa novo da UDN, o que permite perceber que de 1945 a 1964, período democrático no país, não só a figura de Lacerda, mas as ideias que inspiraram o lacerdismo como conjunto de pensamentos e projetos para o Brasil tiveram considerável progressão no partido e no país como um todo.

---

<sup>250</sup> *Tribuna da Imprensa*, 23/02/1962, p. 3.

### 3 LACERDA E A NOÇÃO DE DEMOCRACIA NOS PERÍODOS ELEITORAIS ENTRE 1945 E 1961

O período de 1945 e 1964 é considerado o período de experiência democrática<sup>251</sup>, momento em que as eleições diretas foram retomadas após o longo período que o país viveu sob a regência de Getúlio Vargas e principalmente sobre seu regime ditatorial entre 1937 e 1945. Essa experiência, no entanto, foi interrompida, em 1964, para a vigência de uma nova ditadura. O momento em questão, porém, não recebe essa consideração pelo fato apenas do retorno das eleições, mas por ser um período em que projetos e diversas ideias sobre a democracia e a maneira como ela poderia ser vivenciada no Brasil foram apresentados, discutidos e colocados em prática.

As ideias e propostas democráticas difundidas nesse período tinham como referência as experiências republicanas vividas até então. Jorge Ferreira<sup>252</sup> nos esclarece isso, mostrando que as defesas de projetos de sociedade, economia, organização social e da cultura estava entre duas questões principais: a retomada do liberalismo anterior à Revolução de 1930, com os princípios de não intervenção do Estado na economia, portanto uma perspectiva conservadora ou dar continuidade às políticas intervencionistas do Estado embasadas no getulismo que aos poucos ganhou estrutura mais consistente enquanto programa político, conhecido como trabalhismo. Segundo o autor, durante “toda a experiência democrática brasileira, entre 1945 e 1964, os dois projetos, em concorrência, disputaram a preferência do eleitorado”<sup>253</sup>. Porém, essas disputas levaram o país a viver alguns momentos de crise com a possibilidade real de um confronto entre civis.

Diante desse contexto, buscamos mostrar como Lacerda se posicionava nessa disputa e suas ações em prol de contribuir com um projeto de democracia que se estabelecia no lado opositor a Getúlio Vargas e seus herdeiros políticos, mais voltado à proposta liberal conservadora.

Nesse sentido, separamos esse momento para analisar a ideia de democracia de Lacerda mediante suas atitudes diante dos resultados eleitorais de 1945, 1950, 1955 e na transição do governo Jânio Quadros para o vice João Goulart, em 1961. Perceber o discurso e atitudes de Lacerda nesses contextos é fundamental para que possamos compreender suas contestações sobre a política brasileira.

---

<sup>251</sup> FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira República (1945-1964), coleção O Brasil Republicano. 8ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 502.

<sup>252</sup> “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (1945-1964). Coleção O Brasil Republicano, volume 3, 8ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2019, p. 341-382.

<sup>253</sup> Ibidem, p. 304.

### 3.1 Transição do Estado Novo para o governo Dutra

A transição do Governo Vargas para o Governo Dutra foi marcada pela volta das eleições diretas para o cargo de Presidente da República. As eleições de 1945 foram articuladas pelos partidos recém-formados: UDN, PSD e PTB, além do PCB. A candidatura de Eurico Gaspar Dutra (PSD) foi a vencedora naquele pleito, tendo recebido apoio, ainda que velado, de Getúlio Vargas, ressaltando a influência que Vargas ainda tinha sobre o eleitorado nacional apesar de sua deposição. A candidatura da UDN com o brigadeiro Eduardo Gomes não foi bem sucedida, causando frustração. Ao partido, então, restou a opção por um acordo entre os principais partidos políticos para que fosse mantido um clima de governabilidade naquele momento de transição<sup>254</sup>.

Ao iniciar o novo governo, teve início a elaboração de uma nova Constituição. Naquela época, Lacerda trabalhava no jornal *Correio da Manhã* e foi encarregado para fazer a cobertura sobre os trabalhos da Assembleia Constituinte. Sua coluna no jornal era a *Tribuna da Imprensa* e, nela, o jornalista e político lançava ataques contra os comunistas e os aliados de Vargas, inclusive o próprio Dutra.

Antes de entrar propriamente na análise das crônicas de Lacerda, faz-se necessário um panorama partidário dos membros da Constituinte para compreender as críticas feitas por ele e a que setores se dirigiam ou se referiam. O levantamento mais completo que foi realizado sobre a Constituinte de 1946 foi elaborado por Sérgio Braga<sup>255</sup>, mesmo autor que compilou as crônicas a que nos referimos acima.

Partindo desse trabalho apreende-se que a maioria da Constituinte era composta por senadores e deputados do PSD, partido do então eleito presidente, o general Dutra. Dessa forma, ainda é perceptível a influência de Vargas sobre esses políticos, uma vez que além de pertencerem a um dos partidos possibilitados por ele, o próprio ex-presidente fora eleito senador por esse partido<sup>256</sup>, sendo também membro da Constituinte

A Constituinte teve como Presidente Melo Viana (PSD/MG), Primeiro-Vice-Presidente Otávio Mangabeira (UDN/BA) e Segundo-Vice-Presidente Berto Condé (PTB/SP). Do total de 338 membros, 185 pertenciam ao PSD, 89 à UDN, 23 ao PTB, 16 ao PCB, 08 ao PSP, 02 ao PDC, 02 da Esquerda Democrática (ED) e 01 ao Partido Libertador (PL). Desses membros, 297 eram deputados e 41 eram senadores. Nota-se o destaque para os partidos criados em 1945 no contexto que levou ao fim do Estado Novo, PSD, UDN e PTB. A UDN, como frente de

<sup>254</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Op. Cit.

<sup>255</sup> BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembléia Nacional Constituinte de 1946 : um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

<sup>256</sup> Getúlio Vargas também foi eleito senador pelo estado de São Paulo pelo PTB, no entanto, assumiu como senador do seu estado de origem, Rio Grande do Sul, sendo esse mandato pelo PSD.



oposição a Vargas e, automaticamente ao seu legado, conseguiu se manter em segundo lugar na Constituinte, porém por uma diferença considerável em relação ao PSD.

Em relação à localização que os partidos em questão conseguiram abranger, Braga nos mostra que:

PSD: elegeu parlamentares (26 Senadores e 159 Deputados) em todas as unidades da Federação, tendo sido o partido vitorioso na Constituinte e tendo obtido sua maior votação relativa no período do pós-guerra. UDN: também elegeu parlamentares (11 Senadores e 78 Deputados) em todas as unidades da Federação, com exceção do Território do Acre. PTB: elegeu Constituintes (1 Senador e 22 Deputados) em 8 unidades da Federação (AM, BA, DF, MG, RJ, SP, PR e RS) e em quase todas as regiões do País, com exceção da Região Centro-Oeste, sendo que, conforme veremos a seguir, a maior parcela de seus Deputados estava concentrada na Região Sudeste. PCB: elegeu 15 Deputados e 1 Senador em 6 unidades da Federação (BA, PE, DF, RJ, SP e RS), sendo que a maior parcela de seus membros estava concentrada na Região Sudeste. PR: elegeu 1 Senador e 11 Deputados em 6 Estados (MA, PE, SE, MG, SP e PR), também concentrados na Região Sudeste, particularmente em Minas Gerais. PSP: elegeu 1 Senador e 7 Deputados em 5 Estados (PA, BA, CE, RN e SP), concentrados na Região Nordeste do País, mormente no Estado do Ceará. PDC/ED/PL: estes pequenos partidos somados elegeram 5 Deputados em 5 unidades da Federação (PE, GO, DF, SP e RS). Outro fato digno de menção é que [...] em 1946 apenas 2 partidos estavam representados em todas elas [regiões] (PSD e UDN) <sup>257</sup>.

Tendo por base esse panorama, pode-se entender que o posicionamento de Lacerda como membro da UDN e com a disponibilidade do meio de comunicação para conduzir de alguma forma ao modelo de democracia que almejava, ainda que nesse contexto, mais focado em mostrar o porquê, não considerava que o Brasil estava vivendo um regime democrático legítimo pelo “simples” fato de haver eleições. A questão principal das críticas de Lacerda era o fato de o presidente e a maioria da Constituinte serem “herdeiros de Vargas”, na medida em que pertenciam ao PSD, partido com bastante proximidade com o ex-presidente, além de, como já mencionado, Vargas estar presente nesse processo, o que poderia possibilitar, na sua visão, a volta da ditadura. Então, Lacerda busca desqualificar o caminho que está sendo traçado pelos grupos a quem faz oposição, enquanto procura chamar atenção da UDN para realizar com dedicação o seu papel de oposição e, na sua perspectiva, defensora da democracia.

Sendo assim, já no início de suas atividades nessa coluna, procurou esclarecer os seus esforços para a implementação do regime democrático no Brasil, fazendo um discurso de agradecimento não pela vitória do seu candidato, visto que esta não ocorreu, mas ao que de certa forma ele se achava vencedor, que era o fato de ter contribuído para a queda de Vargas, em 1945, possibilitando a realização das eleições.

Lacerda demonstrava descontentamento com a vitória de Dutra pela sua aliança com Vargas, sustentando a possibilidade de que as eleições não fossem suficientes para reestabelecer a democracia no país. Sobre isso ele diz:

---

<sup>257</sup> BRAGA, Sérgio Soares. Op. Cit., p. 45.

As razões pelas quais combatíamos o governo do Sr. Getúlio Vargas subsistem - inclusive pela sobrevivência do próprio Senhor Getúlio. Se agora o arbítrio e a incompetência estão legitimados, nem por isto devem ser aceitos. O dever da oposição é hoje ainda mais sério do que dantes. Pois se antes havia a esperança da reforma pela eleição, hoje sabemos todos que nem a eleição pode mais, por si mesma, livrar este país dos resíduos fascistas que o envenenam e o corrompem<sup>258</sup>.

Na sua concepção, as eleições não representaram, por si só, o alcance da democracia, pois a participação do povo naquele pleito foi ainda muito influenciada pela figura de Vargas. Os anos de ditadura suprimiu a participação popular na política. O carisma e propaganda explorados no governo Vargas teriam levado ao povo uma confiança em seu discurso. Por isso, Lacerda considerava que o povo acabou “errando” nas eleições de 1945 e levou ao poder o general Dutra. Sobre isso ele afirmou:

Temos de enfrentar com seriedade este problema: foi o povo culpado do erro de 2 de dezembro? É claro que não. Não se poderia esperar que depois de praticamente 15 anos sem eleições, e de toda uma década de desmoralização, propaganda envenenada, corrupção e medidas opressivas, o povo saísse à rua com plena consciência dos seus direitos e inteira percepção dos melhores meios de atingir a maioria política<sup>259</sup>.

Segundo Lattanzi<sup>260</sup>, o posicionamento de Lacerda demonstrava que, maior do que a insatisfação com a derrota de seu partido era a insatisfação com o próprio regime, uma vez que a democracia pós-45 havia colocado na cena política uma ampliada categoria de eleitores, notadamente urbanos. Esses novos sujeitos colaboravam para a instabilidade eleitoral, pois não havia a possibilidade de rever a escolha de candidatos indesejáveis. Diante desse cenário, Lacerda via a democracia instaurada como um sistema falho e ameaçador<sup>261</sup>.

Um dos motivos para ele ter essa opinião é que considerava os membros da Constituinte despreparados, falava que: “a soberania da Assembleia é incontestável, e a ela se tem de curvar o Executivo, depois de quase quinze anos de desmandos e usurpação”<sup>262</sup>. Dizia que aos congressistas não havia o direito à irresponsabilidade, até por que deixava claro que eles seriam constantemente fiscalizados. Ele faz crítica ao fato de que a poucos dias da Constituinte ter início, alguns membros ainda não eram diplomados, e destaca o caso do comunista Marighela<sup>263</sup>:

<sup>258</sup> LACERDA, Carlos. “Os fósseis do demagodonte”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 149.

<sup>259</sup> LACERDA, Carlos. “Ação e reação – transação, nunca”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 p. 155.

<sup>260</sup> LATTANZI, José Renato. Carlos Lacerda: a democracia vista por um radical. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo*, julho 2011.

<sup>261</sup> LATTANZI, José Renato. Op. Cit.

<sup>262</sup> LACERDA, Carlos. “Na Tribuna da Imprensa”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.43.

<sup>263</sup> Político, guerrilheiro, poeta e professor baiano, um dos principais organizadores da luta armada contra a ditadura civil-militar no Brasil, assassinado por agentes da mesma, em 1969. Na ocasião da Constituinte de 1946, atuava como deputado federal pelo PCB.

[...] a melhor prova da insubsistência da tese e do caráter apenas preparatório da reunião<sup>264</sup> estava na própria circunstância de ali falar o Sr. Marighela, cujo diploma ainda não chegou da Bahia. Nessas condições, se a Assembleia se pusesse imediatamente a deliberar, estaria desfalcada de muitos de seus membros, que ainda não receberam diplomas, ou obrigada a permitir que qualquer “penetra” deitasse o verbo no recinto<sup>265</sup>.

Com tal concepção, intencionava alertar para o processo de abertura dos trabalhos da Constituinte que, para ele, impedia uma fiscalização real e segura de seus membros. Preocupava-se, pois, que a pressa em dar início às deliberações trouxesse prejuízo à credibilidade do trabalho, devido a um procedimento que poderia suscitar desconfiança quanto sua idoneidade.

Resultado lamentável é que os membros da bancada prestista se ocuparam num trabalho canhestro de obstrução que contrasta com a sua manifesta vontade de contribuir para a reconstitucionalização do Brasil<sup>266</sup>.

Como de costume, Lacerda mantinha a cobrança da moralidade, deixando claro que iria acompanhar, dia por dia, os trabalhos da Assembleia. A primeira condição do prestígio de que se deve cercar esse código soberano está em que os próprios congressistas se deem o respeito<sup>267</sup>. Dizia ter a esperança de que não desmoralizassem a Assembleia como foi, segundo ele, em 1937. Ele chama os membros da Constituinte de “frágeis democratas” devido à presença de pessoas do PCB, principalmente o próprio Prestes e sua bancada “prestista”.

Dessa forma, a urgente necessidade de se constituir uma força democrática, vigilante e radical, contra a continuação do “trabalhismo getuliano” tornou-se um tema recorrente em seus artigos sobre a Constituinte em 1946. O processo de ampliação da cidadania política, segundo essa perspectiva, estaria apoiado num sistema representativo limitado, sendo necessário repensar o que poderia causar o interesse por política.

De acordo com Déloye<sup>268</sup>, partindo de uma perspectiva clássica do populismo, existem diversas formas de gerar interesse por política, podendo ser pela propaganda, pela educação ou mesmo pela apropriação, a partir das culturas visadas, rejeitando, portanto, a formação “pelo alto”. Segundo ele, os setores conservadores do Brasil exploraram bastante a ideia de que o trabalhismo contribuiu para promover uma politização inconsciente das massas, o que é perceptível na ação política de Lacerda em relação a dedicar esforços em vigiar essa nova

<sup>264</sup> Trata-se da primeira sessão preparatória para a instalação da Constituinte ocorrida em 1 de fev de 1946, presidida pelo ministro do STE, Valdemar Falcão.

<sup>265</sup> LACERDA, Carlos. “Na Tribuna da Imprensa”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.44.

<sup>266</sup> Ibidem, p. 45

<sup>267</sup> LACERDA, Carlos. “Na Tribuna da Imprensa”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.46.

<sup>268</sup> Apud LATTANZI, José Renato. Op. Cit.

perspectiva de regime para que a herança varguista, que considerava demagógica não fosse mantida.

A Constituição foi promulgada em 18 de setembro de 1946. No entanto, as crônicas de Lacerda foram publicadas apenas até julho, pois este havia viajado para a Europa, não acompanhando, no jornal, os últimos meses dos trabalhos da constituinte. As questões mais abordadas nas crônicas são:

- a) O combate ao comunismo e a exposição de sua profissão de fé anticomunista , bem como dos argumentos que o levaram a afastar-se dessa corrente política;
- b) A crítica ferrenha ao getulismo e a denúncia da permanência da máquina política getulista-estado-novista e de seus prepostos no contexto da redemocratização;
- c) Censura ao governo Dutra e aos setores udenistas que buscavam uma aproximação com este governo prenunciando o “acordo interpartidário” PSD-UDN-PR que se consumaria pouco depois ;
- d) A necessidade de arregimentação e organização da opinião pública para a formação de um partido político que visasse à consolidação das instituições democráticas no país;
- e) Além, naturalmente, de considerações sobre o processo de feitura da Constituição propriamente dito. Diga-se de passagem que através da abordagem da instigante contemporaneidade, pois tratam de problemas e dilemas ainda atuais para a consolidação da democracia brasileira.<sup>269</sup>

Esses conteúdos serão analisados aqui sob a perspectiva de apresentar e discutir as ideias de Lacerda sobre democracia, visando compreender que os argumentos que ele apresentava contra a herança de Vargas e o trabalhismo demonstram a aversão ao que ele considerava que não faria parte da democracia que sustentava como a ideal para o Brasil naquele contexto.

Em janeiro de 1946, Lacerda foi recebido para um almoço no salão da Casa dos Estudantes do Brasil organizado por intelectuais, jornalistas e políticos em geral, homenageando-o por ter sido, na concepção destes, um destaque na campanha democrática que pôs abaixo a ditadura de Vargas. Em discurso de agradecimento ele demonstrou que concordava sobre a importância de sua atuação e esclarece que apesar de ter sido uma vitória do retorno à democracia, ainda havia questões a serem aparadas. Declarou que:

[...] o áspero triunfo da democracia, ainda coberto de marcas da batalha, maculado ainda e incerto, mas inequivocadamente já visível. Foi na verdade vitoriosa nossa campanha. Tivemos eleições, teremos uma Constituição, conquistamos a anistia e exigiremos uma vida legal para o Brasil. [...] Perdemos as eleições, mas ganhamos a eleição, que sem nossa campanha não se teria efetuado<sup>270</sup>.

<sup>269</sup> BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.12.

<sup>270</sup> LACERDA, Carlos. “Discurso de agradecimento”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.26.

Partindo dessa fala, compreende-se que naquele momento, para ele, a volta das eleições, a volta de um governo constitucional e com a anistia, aniquilando possíveis injustiças cometidas na ditadura representavam um passo importante para a conquista da democracia.

No entanto, o jornalista destinava seus ataques aos queremistas<sup>271</sup> e comunistas, e deixava também o espaço aberto para demonstrar a descrença que tinha na elaboração e no que resultaria a nova Constituição que estava em andamento, já que ela estava sendo discutida em sua maioria por um “ajuntamento de sardinhas que viaja nas costas do cetáceo de São Borja”<sup>272</sup>. Segundo Lacerda, o Estado Novo teria “embrutecido” e “imaculado” a população brasileira, transformando a redemocratização num jogo marcado e viciado, tendo como resultado uma simples continuação da Ditadura por meio das eleições. Ele questiona: “O que é hoje o Governo Dutra senão o de Getúlio contestado pelas eleições?”<sup>273</sup>.

Lacerda apresentou as principais tendências, a seu ver, que estavam permeando à elaboração da Constituição. Segundo ele, havia um grupo que desejava apenas revogar a Constituição de 1937, porém sem dar outra norma ao governo, o que contribuiria para instaurar uma ditadura do Executivo. Alegava que “sem qualquer norma o Sr. Dutra poderia, amanhã, legislar como entendesse”<sup>274</sup>.

A segunda tendência desejava revigorar a Constituição de 1891, porém não considerava essa a melhor opção, pois esta Carta omitia itens indispensáveis àquele tempo, conforme havia destacado Odilon Braga. Ainda havia os que pretendiam revigorar a Carta de 1934, “até que fosse elaborada e votada a nova Constituição democrática”<sup>275</sup>. Essa era, inclusive a opção apresentada pelo deputado Gabriel Passos (UDN). Lacerda afirma que essa seria a solução que seria aceita pela maioria dos partidos e, como, segundo ele, os comunistas não apresentaram solução diferente, também poderiam aceitar essa.

A quarta tendência era a favor de deixar ao presidente Dutra a faculdade de legislar *ad referendum* da Constituinte, em que ele baixaria o decreto e depois a Constituinte poderia vetar ou ratificar, até que estivesse pronta a nova Constituição. Por último, o grupo que defendia que o presidente Dutra enviasse mensagens ao Congresso pedindo autorização para cada lei, passando cada projeto pelas mãos de uma comissão parlamentar especial que levaria ao plenário

<sup>271</sup> Movimento popular surgido em maio de 1945 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, com o objetivo de lutar pela permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. Seu nome originou-se do slogan “Nós queremos Getúlio”.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-queremista>

<sup>272</sup> LACERDA, Carlos. “O tamborzinho sardo”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.80.

<sup>273</sup> LACERDA, Carlos. “Bases para um Partido seincero, parte I”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 165.

<sup>274</sup> LACERDA, Carlos. “Correm as árvores atrás dos cachorrinhos”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.59.

<sup>275</sup> LACERDA, Carlos. “A mosca no chope”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.53.

para ser votada em uma só discussão. Nesse caso, o líder da maioria estaria de acordo com os demais sobre a necessidade de: “Suprimir quanto antes a monstruosa Carta imposta ao país, de contrabando, pelo atual senador Getúlio Vargas. Facultar ao sr. Dutra uma norma que possibilite esta coisa que o sr. Getúlio tanto detesta: governar”<sup>276</sup>.

Lacerda considerava que alguns constituintes, principalmente aqueles ligados à herança varguista estavam tentando procrastinar os trabalhos, visando deixar vigorar por mais tempo a Constituição de 1937. Exemplo disso foi um conjunto de homenagens feito aos mortos da FEB, que para o político em questão não se fazia necessária. Para ele:

Nenhuma homenagem é bastante para levantar, na gratidão nacional, o exemplo e o sacrifício dos jovens da Força Expedicionária. Mas não será, por certo, sepultando-os uma segunda vez nas covas profundas do bestialógico que iremos demonstrar nosso respeito. Antes, devemos trata-los como se fossem vivos, instruídos e lúcidos pela misteriosa experiência da morte. A inutilidade da procrastinação fúnebre é apenas aparente. O que realmente se pretende com tantas carpideiras às soltas é ganhar tempo para que a Constituição de 37 continue a funcionar<sup>277</sup>.

Ele destaca que era necessário atentar para não cair na armadilha de permitir que o Executivo tivesse a responsabilidade repartida com o Congresso sem dar a autoridade devida a este, pois assim o Congresso ficaria desmoralizado e então se retomaria a ideia de Getúlio Vargas sobre a invalidade do Congresso. Afirma que a questão em torno da Carta de 1937 era para desunir os partidos como UDN e PCB para adiar a elaboração da nova Constituição. Ironicamente ele diz: “Portanto, esqueçamos essa velha Carta, deixemos o nosso general com o poder de emitir decretos-leis com mais algum tempo, coitado. Que mal faz?”<sup>278</sup>.

Nessa crônica sobre as homenagens aos mortos da FEB, Lacerda utiliza uma linguagem que pode induzir a reflexão sobre os valores que estavam sendo “trocados” pelos herdeiros da política de Vargas. Ele mostrou que maior preocupação se tinha com os mortos aqueles que deveriam se preocupar com os vivos. Ou seja, fingia-se fazer uma homenagem, quando se pretendia manter a Constituição de 1937, atrasando o desenvolvimento da democracia. Desse modo, encerra a sua fala alertando:

A choradeira de segunda e terça-feira próximas não devem iludir ninguém. Enquanto estivermos derramando lágrimas pelos mortos da FEB, os constituintes e outros desaparecidos, os ases da manobra getulista estarão ganhando tempo para tramar a permanência da Certidão de Óbito de outro morto ilustre – que ainda não encontrou quem o pranteasse: a Vergonha Nacional. [...] Pois nenhum mal maior se pode fazer a um brasileiro morto do que desprezar ou desservir aos interesses dos brasileiros vivos<sup>279</sup>.

<sup>276</sup> LACERDA, Carlos. “Correm as árvores atrás dos cachorrinhos”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 59-60.

<sup>277</sup> LACERDA, Carlos. “Papa defunto”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.66.

<sup>278</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p.66.

<sup>279</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 67.

Sua descrença na democracia vigente era motivada pelo fato de que, embora a Assembleia estivesse elaborando uma nova Constituição, não tomara nenhuma providência provisória que impossibilitasse qualquer tentativa de Dutra de reestabelecer uma ditadura. Nesse contexto, parecia a Lacerda ser possível uma retomada à ditadura, uma vez que a Constituição de 1937 ainda vigorava.

Sua postura radical contra o governo Dutra, seguia a linha do Deputado Otávio Mangabeira, que o levou a entrar em conflito com a própria UDN quando do Acordo Interpartidário (PSD/PTB, UDN e PR) que buscava dar apoio e sustentação ao governo federal. Nesse caso, os “adesistas” ou “chapas brancas” da UDN também seriam atacados por Lacerda:

O povo que queria apoiar o sr. Dutra votou no PSD. O povo da UDN não confiou no sr. Dutra. Não podem, portanto, os seus representantes confiar mais do que os eleitores que negaram a esse senhor - a nosso ver com justíssimas razões - o voto que deram ao brigadeiro<sup>280</sup>.

Ele contesta o posicionamento de algumas alas de seu partido de apoiar o Governo Federal, crendo que estavam apoiando a democracia, quando, na sua perspectiva, o governo Dutra não deveria ser apoiado na maneira como estava sendo conduzido, pois isso levaria a uma noção de continuidade dos elementos que compunham a ditadura, de modo que o Brasil não sustentaria a democracia por muito tempo.

O jornalista pontua a necessidade de refletir sobre os erros e deficiências da Constituinte. Segundo ele, eram muitos, principalmente o de permitir a participação de pessoas que estiveram ligadas ao golpe de estado em 1937. No entanto, afirma que ainda com os erros, era a Assembleia a responsável por propor ao país “uma lei básica, legítima, reconhecida pelo povo. Criticá-la, portanto, será sempre ter em vista o seu aperfeiçoamento”<sup>281</sup>.

Lacerda considerava que os parlamentares da Constituinte confiavam demais no poder do voto puro e simples, ou antes, simples, mas impuro. Se apresenta a favor de uma postura mais independente dos parlamentares em relação às suas funções na Constituinte e seus partidos. Segundo ele, os parlamentares deveriam pensar que ao estarem na Constituinte, já estariam delegados à nação e não mais como delegados dos partidos, então deveriam deixar de lado as diferenças partidárias em nome da Nação. Nesse sentido, ele exemplifica o fato de a UDN votar com o PCB e com o PSD, por seu líder concordar com os líderes desses partidos<sup>282</sup>.

<sup>280</sup> LACERDA, Carlos. “Os fósseis do Demagodonte”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.67. . p. 148.

<sup>281</sup> LACERDA, Carlos. “A revolta das gueixas”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.72.

<sup>282</sup> LACERDA, Carlos. “A revolta das gueixas”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.72.

Ele deixava claro que considerava a Constituição de 1937 fascista e apontava questões que julgava fundamentais para a erradicação dos princípios fascistas da Carta em vigência. Segundo ele isso só seria possível:

Se o sr. Dutra estiver mesmo disposto a renegar, deixando no esquecimento, a sua participação no plano fascista de 37, deve impor aos agentes da ditadura, dentro da Constituinte, uma prova pública, nacional e internacional, de tais propósitos. Como? *Pela revogação imediata da Constituição fascista de 37[...]*<sup>283</sup>.

Alegava ainda que, se os constituintes desejassem mesmo se manter como representantes do povo precisariam oferecer ao Executivo os meios legais para governar, mas sem proporcionar poderes para encaminhar-se para o fascismo, pois a de 1937 colocou o país sob o arbítrio do Executivo. Dizia que a UDN estava no caminho que visava não deixar os seus eleitores sob a ameaça de uma segunda fase do fascismo, alertando que “a pressa de elaborar uma Constituição não pode ser um disfarce para vagar com que se posterga a revogação da Carta de 10 de novembro”<sup>284</sup>.

As falas de Lacerda demonstram a urgência com a qual julga ser necessária a revogação da Carta de 37, pois observa a ameaça de uma retomada da ditadura fascista enquanto elaborar uma Constituição como considerava democrática poderia ser um processo lento, portanto, ele deixa claro que mais urgente do que fazer a nova Constituição, era revogar a anterior. Então ele enfatiza:

Que mais falta? Que se espera ainda? A Carta da Traição fascista só será útil ao sr. Dutra se este pretender aplicá-la. E aplicá-la é tentar contra a democracia, negada pelos próprios termos dessa lei outorgada. [...] A Constituição de 37 é uma ameaça ao Brasil e à paz do mundo. Porque é a sobrevivência do fascismo<sup>285</sup>.

Nessa fala ele provoca os parlamentares a pensar sobre o quanto defendiam uma democracia, pois não concebia a ideia de que o Brasil já havia feito uma transição para a democracia “apenas” por ter havido eleições. Ele só se convenceria de que havia um cenário democrático caso percebesse uma movimentação mais incisiva em torno de desconsiderar a Constituição vigente.

Lacerda advertia, inclusive, membros do seu partido sobre a necessidade de pensar e modificar o seu comportamento diante do governo Dutra. Segundo ele, a UDN não poderia se calar, pelo contrário se afirmar categoricamente contra a possibilidade de o governo Dutra não se sustentar democraticamente. Essa preocupação fica clara na pergunta que o jornalista endereça a Juraci Magalhães, também membro da UDN:

<sup>283</sup> LACERDA, Carlos. “O noivado do sepulcro e a criancice da verdade”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.89-90.

<sup>284</sup> Ibidem.

<sup>285</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 91.



O senhor reconhece que o atual governo está se portando como um simples prolongamento da ditadura e que, portanto, os mesmos motivos que o levaram a combater o sr. Getúlio Vargas não podem servir de motivo para que se silencie diante do governo do sr. Eurico Gaspar Dutra?<sup>286</sup>

Sua intenção ao fazer tal pergunta era provocar ao Juraci Magalhães: teria esse compreendido a conjuntura política do momento? Para ele, era necessário que a UDN cumprisse seu “papel” de oposição, ou seja, expor suas críticas era, naquele contexto, se posicionar em prol da democracia, “o governo dos mais capazes e dos mais atentos à vigilância e a crítica”<sup>287</sup>.

Para Lacerda, na realidade política pós-45 podia-se perceber a execução do que chamou de atos democráticos, o que não configura a democracia em si, pois o que caracteriza e garante a democracia é a manutenção das práticas democráticas, pois na sua perspectiva:

Atos democráticos, o sr. Getúlio também os praticou, em plena ditadura... Se o sr. Dutra fechou o jogo, o sr. Getúlio concedeu o salário mínimo. O que realmente caracteriza uma democracia não é a utilidade de um decreto-lei e sim a manifestação de uma orientação incessantemente democrática.<sup>288</sup>

Em 30 de maio de 1946, Lacerda escreveu uma crônica com o título “a longa viagem de ida”, em que se dedica a explicar os motivos pelos quais ele considerava que o país estava acreditando num conceito equivocado de democracia. Ele alegava que muitos limitavam à democracia o fato de o Partido Comunista estar na legalidade e que naquele tempo havia o problema do abuso das palavras e seus conceitos generalizados, como “reacionário”, “progressista” e a expressão “democracia”. Então esclarece por que não tínhamos ainda uma democracia:

Temos um Congresso funcionando, temos uma imprensa que se julga livre, embora nem sempre imune às solicitações e aos compromissos decorrentes de sua própria condição. Temos o direito de protestar contra crimes de uma polícia que se atira contra cidadãos inermes e até contra jornalistas no exercício de sua profissão. Mas tais direitos são apenas instrumentos da democracia e não provas de sua vigência. Pois não temos como evitar que tais violências se consumam, e muito menos a possibilidade de proporcionar ao povo tais condições de vida que a provocação comunista, geradora dos desastros de uma polícia inepta, seja inócua ao encontrar consciências impermeabilizadas. Não temos democracia e, sim, apenas, o pálido esboço de alguma coisa anêmica que, na falta de outra palavra, e por conveniência de oratória, os senhores representantes denominam democracia<sup>289</sup>.

Lacerda pontua que a questão do Brasil, naquele momento, não era saber que deveríamos ter uma democracia, mas como chegar até ela e, que, portanto, a cada ato, reflexão

<sup>286</sup> LACERDA, Carlos. “Era uma vez um prisioneiro”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.89-90. p. 220.

<sup>287</sup> LACERDA, Carlos. “O exemplo do Conde D’Abranhos”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 236.

<sup>288</sup> LACERDA, Carlos. “Constituição e Convenção”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 373.

<sup>289</sup> LACERDA, Carlos. “A longa viagem de ida”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 388-389.

e resolução dos homens públicos ela estava sendo construída e não pronta. Esse processo até alcançar a democracia, que ele metaforicamente denomina de viagem, deve ser pautado na verdade. Nesse sentido, mostrava que em meio às discussões na Constituinte e o posicionamento dos partidos em relação ao governo Dutra, havia questões mais complexas do que ser a favor ou contra, ser a favor ou não da legalidade dos comunistas e uma dessas questões era encontrar os caminhos que levassem o país à democracia. Dessa forma, ele coloca a seguinte questão:

O governo do sr. Dutra é que está diante de um dilema: ou se democratiza ou tem que matar para viver, e logo será tristemente condenado a viver para matar, como já dizia mestre Rui [Barbosa]. E democratizar não é aderir a ele. Não é também apenas fiscalizá-lo. É isto, sim, apontar-lhe os caminhos, castiga-lo duramente quando ele insiste no erro de ver em cada decretozinho um pretexto para dizer: “Chegamos à democracia! Podemos desembarcar!” A viagem não é tão curta nem tão fácil. O maquinista não conhece a estrada e o material rodante está em péssimo estado de conservação. Os politiquinhos falam uma língua morta e os jornalistas nem sempre têm, como deviam, a língua solta. Se o comunismo é um boi na linha, desvie-se o boi – e não os trilhos. Senão jamais chegaremos à estação que todos desejam alcançar, ou seja, à democracia. E, se chegarem, hão de ver um pouco tarde que a democracia não é uma cidade que se atinge depois de uma viagem. Ela está no próprio percurso da viagem, no seu incessante movimento de conquista do desconhecido, de aperfeiçoamento dos homens e das instituições. A longa viagem de ida<sup>290</sup>.

Com base nesses argumentos, Lacerda se via como alguém que tinha a árdua missão de lutar pela democracia, se vendo no direito de dirigir ofensas aos seus inimigos, ofensas essas que a lei considerava crimes de honra. Isso demonstra que, apesar de se considerar como um defensor intransigente da democracia, o jornalista se aproveitava das vantagens e liberdades de um regime democrático para eliminar qualquer pessoa que tivesse vínculo de qualquer natureza com Vargas e com o Estado Novo<sup>291</sup>.

A constituição foi promulgada em setembro, traçando um modelo de “organização liberal-democrático”<sup>292</sup>, porém mantinha alguns traços do Estado Novo, como as taxas únicas de imposto sindical e a necessidade de que os sindicatos estivessem articulado ao Ministério do Trabalho. Também permitia

A existência de um sistema partidário em que as duas maiores agremiações tinham sido articuladas com base no arcabouço montado a partir de 1937, contemplando, portanto, interesses vinculados às oligarquias regionais (no caso do PSD) e às estruturas sindicais (no caso do PTB). Ademais o conservadorismo da Carta de 1946 evidenciava-se também na questão da proporcionalidade de representação no Congresso, que privilegiava os estados menos populosos e mais atrasados<sup>293</sup>.

<sup>290</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 394.

<sup>291</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão. Op. Cit.

<sup>292</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão. Op. Cit.

<sup>293</sup> Ibidem, p. 87.

De acordo com Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira<sup>294</sup>, com as eleições de 1945 foi possível cogitar derrotas eleitorais, com chances reais das oposições chegarem ao governo, uma vez que elas não estavam mais sendo controladas por aqueles que detinham o poder. As eleições se tornaram realmente competitivas, fundamentando o exercício da liberal-democracia, ainda que com algumas ressalvas. Nesse sentido, a Constituinte de 1946 foi também influenciada pelos valores liberais-democráticos que vinham da Europa e dos Estados Unidos, o que resultou numa Constituição que sustentou a democracia-liberal no país, caracterizada pelo acesso aos direitos políticos e assim como as instituições da mesma: “eleições livres, pluralismo político e divisão dos Poderes da República”<sup>295</sup>.

Na ocasião da promulgação da nova Carta, Lacerda estava fora do Brasil. Ele voltou no mês seguinte já com um conflito a resolver no partido: apoiar ou não a aliança entre PSD, UDN e PR com o presidente Dutra, o que legitimaria o seu mandato. Alguns setores da UDN, capitaneados por Octavio Mangabeira e Juraci Magalhães apresentavam um posicionamento flexível em relação à proposta, porém Lacerda se mostrava duramente contrário ao acordo entre os partidos, compartilhando da opinião de Virgílio Melo Franco, de que a UDN deveria ser oposição. Em prol da manutenção do papel de oposição da UDN, o jornalista se uniu a Adauto Lúcio Cardoso para organizar o “Movimento Renovador” do partido.

De acordo com Marina Mendonça<sup>296</sup>, o conflito sobre o Acordo Interpartidário de apoio a Dutra foi a primeira manifestação de inconformismo de Lacerda diante de qualquer decisão do partido que não estivesse de acordo com os seus valores sobre moral, justo e verdadeiro. – “atitude, aliás, que se tornaria uma constante em sua carreira -, fornecendo pistas para a compreensão do isolamento político a que seria relegado no futuro”<sup>297</sup>.

Mantendo-se em oposição a Dutra, Vargas e a qualquer influência do ex-presidente, Lacerda fundou seu jornal, em dezembro de 1949, onde pôde expor suas insatisfações mais diretamente e, principalmente, pôde começar as orientações para as próximas eleições que ocorreriam no ano seguinte. A *Tribuna da Imprensa* deixou de ser uma coluna para ser um porta-voz de Carlos Lacerda. A criação da *Tribuna da Imprensa*, enquanto jornal, foi viabilizada pela colaboração de empresas ligadas ao capital externo, que proporcionaram o fornecimento dos recursos. “Com um capital de 12 mil Cruzeiros, nascia a *Tribuna*”, tendo seu o primeiro exemplar publicado em 27 de dezembro de 1949<sup>298</sup>.

---

<sup>294</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus*: revista de história, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 251-275, 2018.

<sup>295</sup> FERREIRA, Jorge. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos. In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo. *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados*. Coimbra: [s.n.], 2013, p. 154.

<sup>296</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão. Op. Cit.

<sup>297</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão. Op. Cit. p. 90.

<sup>298</sup> CUNHA, Thársyla Glessa Lacerda da. Op. Cit.

### 3.2 Carlos Lacerda e a sucessão presidencial de 1950

O receio de que a democracia não se consolidasse no Brasil esteve mais forte em Carlos Lacerda quando tomou conhecimento da candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República. Até então, Vargas era Senador pelo Rio Grande do Sul e esteve por um tempo em retiro na sua terra natal, São Borja. Na concepção de Lacerda, o governo de Dutra era uma extensão da mentalidade ditatorial do governo Vargas, portanto uma real possibilidade deste voltar à presidência colocava em iminência a aversão de Lacerda sobre o ex-presidente e a tendência à ditadura.

Desse modo, houve uma grande movimentação dentro e fora da UDN contra a candidatura do então Senador Getúlio Vargas. Como mostra Maria Vitória Mesquita Benevides<sup>299</sup>, ataques virulentos viriam, quotidianamente, do jornalista Carlos Lacerda; este se torna - dentro da UDN e fora dela a encarnação militante do antigetulismo, nada poupando a figura de Getúlio Vargas, a quem se referia em termos bem distantes da tradicional elegância dos bacharéis udenistas:

Esse traidor profissional aí está (...) morrerá algum dia de morte convulsa e tenebrosa. Pois ninguém como ele para morrer de morte indigna, da morte de mãos aduncas em busca do Poder, ó pobre milionário de Poder, ó insigne tratante, ó embusteiro renitente! Ele louva e lisonjeia um povo que, de todo o seu ser, ele despreza. Ele não tem com o povo senão a mesma relação que teve com esse mesmo povo a tuberculose, a febre amarela, a sífilis. É uma doença social, o getulismo<sup>300</sup>.

Lacerda alegava que a volta de Vargas poderia ocasionar uma Guerra Civil, pois uma parte da população poderia apoiar a volta da ditadura, enquanto outra parte poderia não se conformar com isso e ir às ruas com armas e o que fosse necessário para impedir a volta do ex-ditador<sup>301</sup>. Às vésperas das eleições Lacerda deixou claro ao lado de quem estaria diante de uma volta de Vargas, mostrando que, caso o resultado das eleições fosse favorável ao ex-presidente estaria disposto a reverter a situação. Ele defendia a quebra das regras do jogo constitucional e sentenciava: “O Sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”<sup>302</sup>.

No dia das eleições, Lacerda utilizou o espaço da capa de seu jornal para escrever uma “oração”, alegando que só Deus poderia salvar a pátria de ver Getúlio Vargas no poder novamente. No texto dizia:

<sup>299</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit.

<sup>300</sup> *Tribuna da Imprensa*, 12/8/1950.

<sup>301</sup> CUNHA, Thársyla Glessa Lacerda da. Op. Cit.

<sup>302</sup> *Ibidem*.

Deus de misericórdia, Deus da constante visão, Deus de esperança e de amor, Deus de justiça, Vós que destes ao homem a capacidade de decidir, não nos afasteis, hoje, da consciência dos vossos filhos. Não os deixeis perder-se na solidão imensa do voto secreto, confundidos pela gritaria convulsa, pelo dinheiro derramado, pela ameaça da violência e pela promessa das recompensas espúrias. Dai-nos, a todos os brasileiros, senhor meu Deus de sabedoria, a coragem de superar as vacilações, a humildade de crer, a graça de confiar e de querer. Por nossos filhos, e pelos filhos de nossos filhos, guiai a mão dos que vão votar. Não permitais que eles façam do voto um brinquedo tardio ou uma arma voltada contra a sua terra, disparada a esmo no tumulto da propaganda. Velai pelo Brasil, ó Criador de todos os seres e de todas as coisas, velais pelas nossas crianças para que cresçam num país no qual possam acreditar, para verdadeiramente amá-lo e apreciarem, então, a alegria de serem criaturas vossas, meu Deus.

Pela honra dos que já se foram, pela alegria daqueles a quem, hoje, cabe a responsabilidade pela vida da decisão, pela vida dos que vão nascer. Senhor, pela vida daqueles que ainda vão nascer, neste país das agonias tão precoces, dai aos que hoje vão decidir, dai aos eleitores caráter de cidadãos, dais aos cidadãos consciência de homens, fazei com que se lembrem de que são criaturas vossas, e não se deixem arrastar, e conduzam eles próprios os acontecimentos, com a sua vontade que deve ser espelho da Vossa vontade, com os seus atos que devem ser a consequência da Vossa intenção.

Dai a todos um pouco de Vossa prudência, soprai nos ouvidos dos que foram aturridos pelo ruído dos rádios, abri com vossas mãos translúcidas os olhos dos que foram ofuscados pela mentira impressa, clareai o caminho que hoje levará cada um, de casa até a urna. Ajudai o povo a decidir, Senhor<sup>303</sup>.

Na oração escrita por Lacerda percebemos algumas estratégias e traços do pensamento dele sobre a capacidade de o povo exercer a responsabilidade do voto. Primeiramente, percebe-se a urgência com a qual ele trata o perigo da volta de Getúlio Vargas, quando vemos que está apelando a Deus para que isso não aconteça. Fazer uma prece a um ser supremo como Deus, geralmente é para buscar uma solução para um problema sério e até mesmo impossível de resolver. Então, se expressar dessa forma, diante de uma sociedade tão próxima aos princípios cristãos, poderia exercer influência na escolha do voto, podendo ser uma boa estratégia para convencer as camadas populares que apoiavam Vargas a não o elegerem.

Também chama atenção que, apelar a Deus para que o povo tenha sabedoria para votar, reafirma a ideia de que julgava que o povo brasileiro ainda não tinha condições de participar conscientemente das eleições. Lacerda considerava que o povo ainda estava muito envolvido pelo discurso de Vargas e desacostumado com a democracia, depois de tanto tempo num regime ditatorial (1937-1945), portanto essa sabedoria só viria a existir quando o povo fosse educado para exercer o voto. Porém, antes disso, precisaria haver uma fase em que pessoas preparadas para possibilitar a democracia estivessem no poder para que depois ensinasse o povo a viver nela. Dessa forma, também reafirma o que já vinha falando desde o governo de Dutra, que ter eleições não era sinônimo de que a democracia havia voltado a existir no Brasil, e a prova disso,

---

<sup>303</sup> *Tribuna da Imprensa*, 03/10/1950.

era a grande chance de Vargas vencer aquele pleito, a ponto de movê-lo a elaborar um texto tão dramático na capa. Segundo ele:

[...] não pode ignorar que Hitler subiu ao Poder pelo voto popular da maioria do eleitorado alemão. A democracia não se limita, não se cinge, não para numa espécie de mística do sufrágio universal. A democracia não pode existir sem o sufrágio universal. Mas deste pode existir sem democracia [...] <sup>304</sup>

Além da prece publicada na capa, na página habitual de seus editoriais, Lacerda reforçou a importância das eleições daquele dia. Intitulou o texto como: “a escolha que hoje se fará”, dizendo:

O povo brasileiro vai decidir, hoje, o seguinte:

1. Se quer viver numa democracia, com liberdade e dignidade. Se quer liberdade e dignidade não dará a vitória a Getúlio Vargas. Porque ele representa a ditadura.
2. Se quer viver numa democracia, com liberdade, dignidade, honradez e progresso<sup>305</sup>.

Neste caso, não deverá votar em Cristiano Machado – o candidato de todos os trapaceiros. A compressão, a coação e a corrupção desencadeadas no país para forçar a vitória do candidato do Catete são apenas uma amostra do que viria a ser o governo de um homem cujos compromissos começam pelo patrono da sua candidatura, que é o general Góis Monteiro.

Se pretende usar o seu voto apenas para protestar, ou para constituir um governo digno dos destinos de sua Pátria. Se o seu voto não se destina apenas a ser contra, mas a ser a favor de seus próprios interesses, ele não pode votar no sr. João Mangabeira, cuja candidatura constitui um protesto legítimo, mas sem consequências, pois não podendo eleger-se, os votos que lhe derem servirão apenas para reforçar a posição do sr. Getúlio Vargas<sup>306</sup>.

Em seguida mostrava que a melhor opção era votar no Brigadeiro Eduardo Gomes, como era de se esperar por ser o candidato do seu partido. O que chama atenção porém, é a necessidade que ele vê de evitar que Cristiano Machado fosse votado, pois aconteceria a “quebra” dos votos como ele já havia sugerido quando pediu a Cristiano que não abrisse mão de sua candidatura. Os votos destinados a Cristiano, em sua opinião, seriam de pessoas indecisas, pois quem defendia uma posição com maior certeza votaria nas polaridades Getúlio ou Eduardo Gomes. Sua tentativa com esse texto era tentar migrar os votos do Cristiano para o

---

<sup>304</sup> *Tribuna da Imprensa*, 16/10/1950, p. 4.

<sup>305</sup> *Tribuna da Imprensa*, 03/10/1950.

<sup>306</sup> *Tribuna da Imprensa*, 03/10/1950.

Brigadeiro, já que migrar os votos de Vargas era praticamente impossível. Nesse sentido, sugeria:

[...] Brigadeiro Eduardo Gomes. Ele é a única força popular capaz de enfrentar a de Getúlio Vargas. Quanto mais votos receber o candidato Cristiano Machado, mais oportunidades de vencer terá o sr. Getúlio Vargas.

Há duas categorias de eleitores que não mudam de opinião: os eleitores de Getúlio e os do brigadeiro. Estas, portanto, são as duas grandes forças populares do dia de hoje. A terceira, a do sr. Cristiano Machado, só existe como elemento de divisão das forças democráticas.

No entanto, o resultado não foi favorável ao Brigadeiro, como já se esperava. Lacerda considerou a vitória de Vargas inadmissível e, junto com seus companheiros da UDN, passou a duvidar cada vez mais da democracia: se Getúlio fora eleito pelo voto popular, "o povo errou". Tinha, portanto, o início de uma prática udenista: a contestação dos resultados eleitorais. A primeira reação foi, ainda no mês de outubro, quando a UDN solicitou à Justiça Eleitoral, através de um recurso, contra a diplomação de Getúlio Vargas. Esta seria a tese da "maioria absoluta". Lacerda reproduziria a tese udenista em seu jornal ao defender uma nova eleição entre Vargas e o Brigadeiro Eduardo Gomes, segundo colocado nas eleições<sup>307</sup>.

Como retrata Otavio Dulce: "Simultaneamente, a imprensa antipopulista, em coro com os membros mais impetuosos da UDN, dava curso a uma campanha cerrada contra Vargas, acusando-o de pretender reconstituir a ditadura de que fora deposto"<sup>308</sup>. Em suas memórias, Lacerda voltaria ao assunto da "maioria absoluta", a descrença na Constituição de 46, e o conflito com os "bacharéis" da UDN:

[...] defendi a tese de que é preciso: primeiro, reformar a legislação eleitoral; segundo, desmontar a máquina da ditadura; depois, convocar as eleições. Convocar eleições em cima disso é apenas coonestar a volta da ditadura com o voto popular. Coisa que se deu depois com o Perón. Mas explicar isso aos juristas da UDN era coisa inviável, porque eles tinham do direito uma concepção puramente estática, isto é, eram incapazes de conceber um "direito político", isto é um direito dinâmico. Para eles aquilo era sagrado. Não, agora é voto, então é voto". Depois tentavam inventar fórmulas. Depois que perdiam eleição, diziam para a gente assim: "Vamos fazer uma campanha pela maioria absoluta. Só quem ganhar com maioria absoluta é que ganha". Eu reclamei: "Agora, depois da eleição? Eu vou defender. Mas é uma tese estúpida e perdida de antemão. Então o sujeito já ganhou e você muda a regra do jogo depois do jogo? Como é?" Era tudo inviável. Quem ia resistir a uma vitória daquelas?<sup>309</sup>.

Ainda sobre os desdobramentos da tentativa de impedir a posse de Vargas, Dulci conclui:

[...] houve apelos da UDN para as Forças Armadas, que, no entanto, não se mostraram sensíveis às razões arguidas contra o presidente eleito. O esquema militar pró-Vargas se havia fortalecido com a vitória dos nacionalistas para o Clube Militar, poucos

<sup>307</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Op. Cit.

<sup>308</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. "História e análise de textos". In: \_\_\_\_\_.

(Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 536-567.

<sup>309</sup> *Tribuna da Imprensa*, 05/10/1950.

meses antes, e era firme a disposição legalista de Dutra e dos principais chefes militares. Os generais Góes Monteiro, Estillac Leal e Zenóbio da Costa pronunciaram-se incisivamente pelo respeito à vontade popular manifestada nas urnas<sup>310</sup>.

Percebe-se, portanto, que Carlos Lacerda construía um discurso ao leitor: “O golpe em nome da democracia”. Como a democracia vigente era cliente do getulismo, o golpe não seria encarado como um ataque à “verdadeira democracia”, e sim o seu defensor.<sup>311</sup> Como justificativa para ao questionamento dos resultados declarava:

Mas, será por isto a eleição, nos resultados até agora divulgados, e que exprimem uma tendência muito nítida, será por isto a eleição uma vitória democrática? Certo que não. Assim como Hitler subiu ao Poder pela eleição, assim como Mussolini ganhou uma eleição para chegar ao governo, assim como Perón ganhou as eleições – e Hitler não estava no poder, nem Mussolini e Perón acabava de sair da cadeia – o sr. Getúlio tem maioria de votos e chegará ao poder, se chegar, pela vitória de uma coligação totalitária, de expressão demagógica e conteúdo profundamente reacionário – da pior reação, que é aquela disfarçada de revolução. Não sei se poderá esperar alguma coisa dos líderes que conduziram o país a esta situação. Mas eles estão no dever de tentar. Não podem, agora, escudados numa afirmativa hipócrita de respeito às urnas, furtar-se ao dever de reagir. Quiseram fazer uma experiência à nossa custa. Quiseram furtar-se ao dever de se unirem para preservar a Constituição, defendam-na!<sup>312</sup>

Contestar o resultado das eleições na perspectiva de Lacerda não era uma ação antidemocrática, visto que, como já vinha declarando desde a chegada de Dutra ao poder, a eleição em si não representa a democracia, pois importava a ele a que valores e pessoas esse governo estava ligado, portanto se o povo, ainda em amadurecimento político, elegesse alguém que ele considerava um perigo à democracia, como era o caso de Vargas, medidas contra esse resultado – deveria – ser contestado em prol da defesa da democracia por quem se julgava apto a identificá-la.

Em tom de indignação aos seus companheiros de partido e ao povo, Lacerda alegou, em editorial, que se suas colocações tivessem sido ouvidas e as mobilizações democráticas para impedir a candidatura de Vargas tivessem sido realizadas, não se precisaria utilizar de outros meios para garantir a democracia. Segundo ele:

Muitos ainda pensam que a união das forças democráticas não teria bastado para conjurar o perigo da vitória totalitária porque – argumentam esses homens desavisados – a soma dos votos de Cristiano e Brigadeiro não daria, até agora, para alcançar os do chefe totalitário. Vejam bem. O problema não é de soma, mas de multiplicação. Houvesse um só candidato apresentado ao eleitorado de tendência democrática, e o sr. Getúlio Vargas não se teria sequer apresentado candidato. Ele só foi candidato depois que viu tornar-se irremediável a apresentação da candidatura do Brigadeiro e a do segundo candidato,

---

<sup>310</sup> DULCI, Otávio. Op. Cit., p. 105.

<sup>311</sup> MENDONÇA, Marina. Op. Cit.

<sup>312</sup> *Tribuna da Imprensa*, 05/10/1950, p. 4.



este apresentado pelo Catete a instâncias e sob os auspícios do sr. Góis Monteiro – traidor contumaz<sup>313</sup>.

Seguia dizendo que, se a maioria do povo brasileiro decidiu por Vargas, isso significava que:

Uma parte considerável do povo brasileiro, digamos mesmo a maioria, resolveu que o país deve- seria mais prudente dizer que essa parte decidiu que ele pode eventualmente – voltar à ditadura. Não lhe interessa a liberdade senão para aclamar o responsável pela escravidão.

Existe esse direito da maioria condenar a minoria! Não uma parcela insignificante, mas uma parte considerabilíssima da Nação – à escravidão política? Pode o eleitorado, por majoritário que seja, decidir que o país não precisa do Congresso senão na medida em que ele for subserviente à demagogia do “chefe nacional” do “guia da nacionalidade”? Mais ainda : pode a própria maioria condenar-se a si própria à escravidão política? Nem a maioria nem a totalidade do povo pode abrir mão de sua liberdade, que não é apenas um direito, mas é igualmente um dever. Existe o dever de ser livre. Não existe o direito de ser escravo<sup>314</sup>.

Diante da gravidade vista por Lacerda no fato de o povo ter escolhido Vargas para a presidência, ele utilizou de uma estratégia em seu jornal para mostrar que os brasileiros conscientes não apoiavam Vargas. A estratégia foi substituir o seu editorial costumeiro na Tribuna por uma carta supostamente enviada por uma leitora, anônima, fazendo um apelo para que não se permitisse que o Brasil voltasse a viver uma ditadura, legitimando o discurso antigetulista e as ações de tentativa de impedimento da posse do então eleito presidente. Justificava a publicação dizendo que o apelo dela deveria ser ouvido por todos os brasileiros. O título da publicação era: “Que não volte a ditadura”:

Venho fazer um apelo ao desassombrado patriotismo deste jornal e a meia dúzia, que felizmente ainda temos no Brasil, para que sejam vigilantes com a nossa pátria. Nós, as modestas donas de casa os auxiliaremos com as nossas preces, para que a Pátria, que antes de ser independente já era Democrática, não receba novamente o esgarço da Ditadura. Subscreeve a Brasileira que prefere o pior governo constitucionalizado à melhor ditadura<sup>315</sup>.

Com esses posicionamentos, Lacerda insistia na oposição ao governo que começaria no próximo ano, com vistas a conseguir impedir sua posse ou antecipar sua saída do governo. Percebe-se que, assim como em 1946, a crítica do jornalista ao presidente se mantinha na questão do perigo de o Brasil voltar a ser uma ditadura e, que para isso não acontecer, era necessário afastar Vargas e qualquer influência sua sobre a política brasileira.

O desfecho da contestação sobre as eleições foi em dezembro com a confirmação do Tribunal Superior Eleitoral sobre a vitória de Vargas e de Café Filho, uma vez que foi

---

<sup>313</sup> *Tribuna da Imprensa*, 05/10/1950.

<sup>314</sup> *Ibidem*.

<sup>315</sup> *Tribuna da Imprensa*, 14/10/1950.

constatado que, do ângulo jurídico, a Constituição não exigia a maioria absoluta, pois era omissa quanto a isso, sendo considerada a maioria simples.

Diante da impossibilidade de impedir a efetivação de Getúlio Vargas como presidente, Lacerda chamou atenção para que nenhum traço da ditadura fosse tolerado, principalmente qualquer tentativa de censurar a imprensa. Ele deixou em um editorial de capa o recado para Vargas, dizendo: “[...] que os tempos do DIP não voltam nunca mais [...]”.

No segundo editorial daquela edição, continuava direcionando seu discurso para a defesa da liberdade da imprensa como primordial diante da ameaça que Vargas representava para ele, então partiu desse assunto para mostrar sua disposição para lutar da maneira que for necessária para que a sua perspectiva sobre a democracia no Brasil fosse alcançada, inclusive o uso da força, principalmente pelas forças militares:

- o dever da imprensa é dizer a verdade;
- o regime democrático não pode viver sem imprensa;
- a imprensa não pode viver sem liberdade e,
- consequentemente, o Exército garantirá, “até pela força”, a liberdade da imprensa<sup>316</sup>.

Lacerda se mostrou em clara posição opositora ao resultado das eleições, não podendo impedir a posse de seu inimigo, procurou fazer fortes e constantes ataques ao presidente em seu jornal, visando o fim mais próximo possível de seu governo, que, segundo o jornalista colocava em risco o regime democrático recém-restaurado.

Sem o apoio de grande parte da imprensa e com a ação expressiva de Lacerda, Vargas foi sendo encurralado pelas diversas tentativas de derrubá-lo. O propósito de tirar Vargas do poder levou a UDN, sempre com apoio do jornal de Lacerda, a buscar meios mais concretos de impulsionar a renúncia do presidente, que além da oposição insistente da UDN, sofria também com a falta de apoio da imprensa, podendo contar apenas com o jornal que ajudou a criar, *Última Hora*, de propriedade do jornalista Samuel Wainer.

A atuação do jornal *Última Hora* em favor de Vargas foi um dos motivos que contribuiu para a intensidade da crise do governo em 1953. Como Vargas ajudou na criação desse jornal, a UDN buscou nesse ponto a forma de acusar o presidente de corrupção, alegando que havia utilizado dinheiro público, do Banco do Brasil, para financiar um jornal que seria o único a beneficiar seu governo.

A acusação era embasada no fato de que o valor necessário para a fundação do jornal foi disponibilizado a Wainer pelo então presidente do Banco do Brasil Ricardo Jafet. O estopim para a largada ao ataque direto à *Última Hora* foi uma entrevista, supostamente, feita por

---

<sup>316</sup> *Tribuna da Imprensa*, 14/10/1950, p. 4.

Natalício Norberto, que trabalhava na *Tribuna da Imprensa*, com o ex-deputado Herófilo Azambuja, na qual o entrevistado afirmava que o Banco do Brasil financiava quase todas as operações do jornal, incluindo até a compra de papel<sup>317</sup>. Tal acusação impulsionou a abertura de uma CPI para investigar a ligação do Presidente da República e os gastos do Banco do Brasil para com o jornal de Wainer. Era a CPI da Última Hora.

A CPI foi aberta em 03 de junho de 1953, pela Resolução nº 313, presidida pelo deputado Carlos Castilho Cabral (PSP). Foi escolhido como relator o petebista Frota Aguiar, pois segundo o presidente do partido, Brochado da Rocha, sua experiência em inquéritos, adquirida nos tempos em que fora delegado, seria importante para a investigação. O PSD tinha a maioria dos membros da comissão, a UDN estava em minoria, porém a “Banda de Música”, a ala mais aguerrida do partido se dedicou em fazer o máximo para prejudicar Vargas, provocando desconfiças em torno de sua imagem para alimentar a instauração de um processo de impeachment<sup>318</sup>.

A partir de então, o assunto correu amplamente no Congresso. O deputado Bilac Pinto acusou Wainer e seus financiadores de omitirem a participação do presidente da República na articulação dos empréstimos aos jornais. Era importante para a UDN mostrar o envolvimento de Vargas ou incendiar a CPI com essa possibilidade, para que o alvo maior, que era a tentativa do impeachment, fosse alcançado.

Além da atuação na Comissão de Inquérito, a UDN levava sua denúncia à opinião pública, tendo como espaço para isso a *Tribuna da Imprensa* que também se dedicava a utilizar tonalidade exagerada em suas publicações, visando se aproveitar do momento de fraqueza pelo qual seu adversário passava.

No ano de 1954, a questão do reajuste de 100% salário mínimo culminaria com um protesto dos militares através do “Memorial dos Coronéis” e o conseqüente afastamento do Ministro do Trabalho, João Goulart. Junto a isso, veio à tona, em abril, o suposto “Pacto ABC” (Argentina, Brasil e Chile) – denunciado em entrevista do ex-ministro das Relações Exteriores João Neves de Fontoura – propunha a criação de um bloco de países latino-americanos que pudessem se opor aos EUA.

A possibilidade da existência desse pacto se tornou uma oportunidade para Lacerda e os políticos mais próximos a ele no partido, a chamada Banda de Música, de mobilizar a petição de impeachment ao presidente no Congresso com a acusação de traição. Além disso, a campanha contrária ao presidente feita na *Tribuna da Imprensa* colaborava para minar a reputação do presidente que tinha muita consideração do povo.

---

<sup>317</sup>CUNHA, Thársyla Glessa Lacerda da. Op. Cit.

<sup>318</sup>Ibidem.

Entretanto, apesar de todas as tentativas de mobilizar a opinião pública e as forças políticas antigetulistas, o pedido de impeachment foi derrotado em meados de junho já que PSDB e PTB juntos tinham votos necessários para evitar o processo.

Segundo Marina Mendonça<sup>319</sup>, a derrota do impeachment mostrara aos setores antigetulistas que todas as tentativas legais de afastar Vargas do poder seriam vãs. Restava, portanto, a alternativa da deposição pura e simples, cujo sucesso dependia da criação de um clima de total hostilidade à própria figura do presidente. Portanto, em nome do que considerava a democracia, Lacerda se dedicou a mostrar a imagem de Vargas como autoritário, ex-ditador, inimigo da democracia, com vistas ao isolamento do presidente que poderia leva-lo à renúncia.

O ponto crucial naquele ano para que Lacerda pudesse obter êxito em macular a imagem de Vargas foi o fatídico atentado praticado contra o jornalista, na rua em que este residia. O atentado, que tinha como alvo o jornalista udenista, teve como desfecho a morte do major da Aeronáutica, Rubem Vaz, sendo confirmada a participação de membros da guarda pessoal do presidente, em especial o chefe da Guarda: Gregório Fortunato. Tal acontecimento superou a discussão sobre as divergências política, colocando a questão da honra e idoneidade do presidente em suspeita, com maior destaque do que tudo que Lacerda já poderia ter dito antes, pois agora se tratava de um crime.

Além da *Tribuna da Imprensa* e dos programas de rádio feitos por Lacerda, todos os outros veículos de imprensa e diversos setores da sociedade mostraram repúdio ao atentado, favorecendo a campanha de Lacerda em “forçar” a renúncia de Vargas. Um dos principais argumentos usado para convencer o presidente a renunciar foi a ideia de que, se ele realmente pensasse no povo, deixaria o cargo para que houvesse uma política transparente. Em relação a isso, Lacerda publicou:

A Getúlio Vargas dirijo, de todo coração, um apelo supremo; presidente da república: renuncia para salvar a República. Getúlio Vargas: deixa o poder para que o teu país, que é o nosso país, possa respirar nos dias de paz que os teus lhe roubaram. Sai do poder, Getúlio Vargas, se queres ainda merecer algum respeito como criatura humana, já que perdeste o direito de ser acatado como chefe do governo<sup>320</sup>.

Getúlio Vargas, acuado e atacado por praticamente todos os órgãos de imprensa nacionais (com exceção do jornal *Última Hora* de Samuel Wainer que poupava a pessoa do presidente) e muitos estrangeiros como *The New York Times*, não resistiu à pressão e cometeu suicídio no dia 24 de agosto. Sua morte e as palavras de sua Carta Testamento direcionada ao povo brasileiro reverteu a opinião pública a seu favor, não sendo favorável ao caminho que Lacerda vinha construindo para acabar com seu prestígio e dos seus herdeiros políticos. Não era plano de o jornalista ter se esforçado tanto para manchar a imagem de Vargas para ver seu

---

<sup>319</sup> MENDONÇA, Marina. Op. Cit.

<sup>320</sup> *Tribuna da Imprensa*, 23/10/1954.

legado se estender na política brasileira nos anos seguintes como avaliou ter acontecido com Dutra no poder.

No entanto, a comoção em torno da morte de Vargas reforçou os laços que setores populares tinham com ele, de modo que Lacerda e seus aliados foram hostilizados pela população do Rio de Janeiro, tendo a sede da *Tribuna da Imprensa* atacada, sendo necessário utilizar da proteção da embaixada dos EUA e da Marinha brasileira. À vista disso, a UDN apareceria novamente sem grande prestígio para as eleições de 1954. Conforme ressalta Marina Mendonça:

A frustração do golpe de Estado levaria a UDN e suas lideranças - principalmente Carlos Lacerda - à completa exasperação. Na verdade o suicídio, a divulgação exaustiva da “carta-testamento” e as acusações de ter sido o responsável último pelo martírio do “pai dos pobres” colocavam o jornalista na incômoda situação de, mesmo com o adversário eliminado, ter que continuar o combate, agora contra os herdeiros do getulismo<sup>321</sup>.

Diante desse cenário envolvido de tensão e emoção é que se começou a pensar os rumos políticos do país e quais seriam as condições para as próximas eleições presidenciais, que estavam marcadas para 03 de outubro do ano seguinte, enquanto o governo ficava nas mãos de Café Filho, vice de Vargas.

Desde o desenlace ocorrido em agosto de 54, Lacerda demonstrou bastante impaciência e incomodado pelo fato de que seus esforços em manchar a imagem e o nome de Vargas, com vistas a uma vitória da UDN nas próximas eleições, não tiveram êxito, uma vez que a comoção em torno do suicídio provocou uma sensação de maior proximidade da população com o ex-presidente. Ele temia que os políticos ligados a Vargas ganhassem as eleições, então voltou a usar o argumento de que, com eles, voltaria a “falsa democracia”.

Para evitar essa possibilidade, o jornalista começou uma campanha para que as eleições presidenciais só ocorressem em 1956 para que assim houvesse tempo de passar a influência dos acontecimentos de agosto. Defendia um regime de exceção, em que as “forças democráticas” tratariam de reformar as instituições brasileiras e estabelecer a “verdadeira democracia”<sup>322</sup>. Entre as medidas estavam: “a adoção do regime parlamentarista (com um militar ocupando o posto de primeiro ministro), o adiamento das eleições para janeiro de 1956, a dissolução do Congresso e a convocação de uma nova Constituinte”<sup>323</sup>.

Entretanto, em meados de 1955, já se espalhava a campanha em favor da candidatura de Juscelino Kubitschek, então a UDN e os militares antigetulistas e anticomunistas buscaram

<sup>321</sup> MENDONÇA, Marina. Op. Cit., p.159.

<sup>322</sup> DULLES, John W. F. Op. Cit.

<sup>323</sup> DELGADO, Marcio de Paiva. O Jornalista e o Político Carlos Lacerda nas Crises Institucionais de 1950-1955. *Anais do I Colóquio do LAHES*. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005.

criar impedimentos para o avanço dessa candidatura, já que se tratava de um herdeiro da política de Vargas.

Em agosto de 1955, em discurso feito para homenagear o major Rubem Vaz pelo primeiro aniversário de sua morte, o General Canrobert, presidente do Clube Militar e Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, demonstrou-se bastante pessimista em relação ao posicionamento da justiça brasileira para pôr fim à corrupção.

O general causou furor ao condenar “a mentira democrática em que teimamos em viver” e ao falar da “pseudolegalidade”, que, segundo ele, era usada para fomentar a corrupção e satisfazer os apetites dos famintos pelo poder. Canrobert previu que, após a eleição, as denúncias de “fraudes e ilegalidade imaginárias ou reais” iriam acender o estopim da “intranquilidade e da desordem nessa infeliz terra brasileira”<sup>324</sup>.

Lacerda buscou, com o discurso do general, legitimar sua visão sobre adoção de medidas extralegais para “defender” a democracia. Solicitou que o discurso dele fosse registrado nos anais do Congresso, no entanto não teve apoio do seu partido. Aliomar Baleeiro não se agradou do discurso e junto com Adauto Lúcio Cardoso solicitou a Afonso Arinos que se mantivesse ao lado dos líderes de outros partidos para defender as instituições de qualquer solução extralegal. “No dia 11 de agosto, o bloco da UDN na Câmara, dando uma bofetada em Lacerda, divulgou uma nota oficial “reafirmando sua confiança no regime democrático e sua determinação em defendê-lo, e aplaudindo a atuação de Afonso Arinos”<sup>325</sup>.

O posicionamento de Lacerda juntamente com a UDN foi de tentar ao máximo impedir a candidatura de Juscelino Kubitschek, herdeiro político de Vargas, pelo PSD. Sabendo da força que teria essa candidatura, num primeiro momento o jornalista e seu partido cogitaram abrir mão de uma candidatura própria caso o PSD se dispusesse a investir na candidatura do governador pernambucano Etelvino Lins. Assim, poderia impedir uma aliança entre PSD e PTB que traria como candidato à presidência Juscelino e como vice, João Goulart, ex-ministro do trabalho e amigo de Vargas.

A proposta da UDN pela candidatura de Etelvino Lins não teve êxito, pois este era um político com pouca penetração política no partido, de modo que a chapa Juscelino/Jango ganhava maior espaço. Diante disso, a UDN começou a investir no nome de Juarez Távora, candidato pelo PDC, que tinha o apoio de Jânio Quadros, governador de São Paulo, podendo gerar uma divisão de votos entre a candidatura de Juscelino e a de Ademar de Barros do PSP.

Nota-se que a UDN e, principalmente Lacerda, estava diante de um conflito, pois não encontravam uma estratégia para impedir Juscelino Kubitschek de vencer as eleições e dar continuidade à influência de Vargas no próximo governo. Sendo assim, mais do que encontrar uma maneira de dividir votos, era preciso uma maneira de retirar votos de Juscelino e Jango.

---

<sup>324</sup> DULLES, John W. F. Op. Cit., p. 211.

<sup>325</sup> Ibidem.

Portanto, todo esforço que Lacerda dedicou em manchar o nome e a imagem de Vargas ao longo de seu segundo governo, fora destinado, agora, para manchar o nome e a imagem de Juscelino e mais ainda de Jango.

O posicionamento de Lacerda ainda refletia a insatisfação que apresentara em 1946: a compreensão de que a democracia não havia sido reconhecida apenas pelo fato de ter eleições, pois ainda se mantinha sob a influência de Vargas, ou seja, sob a possibilidade de o país viver novamente uma ditadura. Por conta disso, percebe-se que quanto mais difícil se tornava combater essa influência, mais forte ficavam os ataques e medidas “extralegais” também.

A campanha contrária a Juscelino se baseava na acusação de que se tratava de um político corrupto, já a campanha contra João Goulart se baseava na ameaça da implementação de uma “República sindicalista” no Brasil, influenciada pelo peronismo. Para Lacerda: “com ou sem eleições, o Brasil se encaminha para um regime de força, que dificilmente conseguirá evitar. Com Kubitschek no poder, teremos o golpe contra ele ou para ele, ajudado, num ou noutro caso, pela presença do peronista João Goulart”<sup>326</sup>.

Lacerda procurou disseminar notícias que colocavam em cheque a integridade moral de João Goulart, chegando a acusá-lo de lenocínio, alegando que o então candidato a vice-presidente seria dono de um cabaré em São Borja. Lacerda dizia na publicação que João Goulart mantinha o estabelecimento para seus “amigos”, sugerindo assim que outros políticos, inclusive o próprio Juscelino poderiam frequentar o local. Assim, o jornalista associava a imagem de que Juscelino era um corrupto e desonesto à imagem de Jango peronista e imoral.

Ciente de que tais ataques ainda não seriam totalmente eficazes para evitar a vitória dos herdeiros de Vargas, a UDN e Lacerda mantiveram a estratégia da “defesa do golpe para impedir a realização das eleições presidenciais”<sup>327</sup>. A habilidade que Lacerda possuía para legitimar seus discursos é que ratificava uma das principais características de sua carreira: o golpismo.

Em editorial publicado na *Tribuna da Imprensa*, em 29 de junho de 1955, Lacerda trazia uma explicação articulada para tornar a defesa do golpe algo justificável e necessário:

Os líderes civis são, quase todos, partidários da chamada “solução extralegal”, eufemismo covarde para a realidade que é a do indispensável contragolpe para evitar a ascensão dos golpistas, ladrões e protetores de ladrões, ao Poder da República. [...] Protelar o contragolpe, agora, deixando-o para depois das eleições, é ignorar que as eleições, nas condições em que forçosamente se vão efetuar, é que são golpe!

Na sua concepção, os democratas reconheciam que para haver democracia no país, era preciso colocar fim ao que ele denominava de regime golpista, que estava sendo vivido desde 1930. As argumentações de Lacerda não se limitaram ao jornal, mas também ao Congresso,

---

<sup>326</sup> *Tribuna da Imprensa*, 29/06/1955.

<sup>327</sup> MENDONÇA, Marina. Op. Cit., p. 172.

onde desde 1954 exercia o mandato de deputado federal pela capital (Rio de Janeiro). Ele defendia a moralização da política para que pudesse ser possível viver um regime democrático no Brasil, portanto, um governo provisório de exceção deveria ser utilizado para evitar a vitória da aliança PSD/PTB que, para ele, representava o golpe contra a democracia.

Sobre a candidatura de Juscelino, Lacerda dizia:

Juscelino surge como o candidato de todos que levaram o povo brasileiro à crise em que ele ainda se debate, crise moral, econômica, social e política. [...] Nosso país está sendo devorado por essa gente. Se essa gente ficar com o direito de fazer o presidente da República, o melhor é dar um jeito de ressuscitar Vargas e entregar-lhe de volta o poder, pois este, ao menos, tinha mais treino. Reclamemos, antes de nomes de candidatos [...], providências para pôr em ordem a República, antes das eleições, se não queremos, com as eleições, perder a República<sup>328</sup>.

Seria possível perder a República com a realização de eleições? As eleições não pertencem à democracia também? A preocupação nesse caso estava mais em quem estaria no poder dessa República, se seria do interesse dele e de seu grupo político. “Perder a República” significava não conseguir o poder, e diante da falta de argumentos eficientes dos liberais-conservadores, era necessário desqualificar o oponente para tentar um apoio da população e ser capaz de vencer nas urnas.

Para afirmar com maior veemência que essa aliança política não corroborava para a democracia no Brasil, Lacerda se utilizou novamente da justificativa de que o país estava ameaçado pelas influências do peronismo, agora com Jango como correspondente delas, uma vez que se tornara o principal herdeiro de Vargas, devido a sua proximidade com o ex-presidente. Nesse contexto, o jornalista divulgou um documento que supostamente provava a articulação de Jango, juntamente com a Argentina, de levar o país a uma República Sindicalista.

Como já foi mencionado, ao tratar do posicionamento de Lacerda sobre a constituinte, em 1946, Lacerda citou o antiperonismo como um dos fatores que colocaria em risco a democracia recém-recuperada, portanto, algo a ser combatido com a mesma intensidade e alarme do que o risco que, na sua visão, Vargas e os comunistas deviam ser. Com esse posicionamento, entre setembro e outubro, Lacerda protagonizaria outro episódio polêmico que lhe renderia a peja de “falsário” pelos seus adversários: a “Carta Brandi”<sup>329</sup>.

Afirmando ter a prova da traição de Jango, Lacerda apresentou a suposta carta escrita por Antônio Jesus Brand para Jango. A carta teria sido escrita em 1953, quando este ainda representava o Ministério do Trabalho, seu conteúdo informava a Jango sobre a entrega confidencial de “protocolos e recomendações sobre ‘brigadas de choque operárias’”, enviados

<sup>328</sup> Ibidem.

<sup>329</sup> DELGADO, Marcio de Paiva. Op. Cit.



pelo justicialista Ángel Borlenghi, ministro do Interior. Este acreditava que seria útil a Goulart “aproveitar a experiência obtida na luta sindical argentina”. Além de sugerir tal experiência, a carta confirmava a compra de material bélico fabricado em Córdoba, que chegaria ao Brasil “disfarçado de produtos alimentícios”.

Lacerda justificou que expôs a carta, pois conseguiu comprovar sua veracidade, afirmando: “depois de um documento desses, que mais se pode dizer? Teremos uma eleição a 3 de outubro e o candidato franco favorito à vice-presidência da República é um homem ligado à quinta-coluna comunista no Brasil”<sup>330</sup>. A emergência do combate a Goulart ficava ainda mais clara com a “comprovação” de sua ligação com Perón, pois levaria a uma nova ditadura.

Com isso, o jornalista podia justificar suas tomadas de decisão extraleais, argumentando que, em situações críticas ou de emergência não existe ilegalidade, mas a defesa da ordem e dos princípios democráticos diante da iminente ditadura. Em publicação no jornal dizia:

A ilegalidade em tempo de crise não é a mesma ilegalidade dos tempos normais. Reivindico plenos poderes para que o governo, durante determinado tempo, execute determinadas tarefas [...] Vamos permitir a infiltração comunista e peronista em nosso país, através do próprio vice-presidente da República? Vamos entregar o Brasil de graça a Perón? Só para que haja eleições? Na Hungria e na Polônia também houve eleições. Nem por isso se impediu que os comunistas tomassem conta desses países.

Diante de acusações tão graves de traição, os parlamentares do PTB solicitaram a abertura de um Inquérito Policial Militar (IPM) para que comprovassem a autenticidade do documento, até porque quando Lacerda trouxe a carta à tona, alegou que o material fora apreendido no hotel em que Borlenghi teria se hospedado, sem esclarecer quem a teria apreendido e como o documento chegou a suas mãos. Logo, não estava claramente provada a verdade sobre a carta e seu conteúdo. O inquérito ficou sob a responsabilidade do general Emílio Maurell Filho, secretário geral do Ministério da Guerra.

Os aliados de Jango apresentaram diversas razões para se duvidar da autenticidade da carta. Primeiramente, estranharam o fato que, dentre todas as pessoas citadas, apenas uma teve seu nome poupado, enquanto os outros tiveram a identidade revelada. Estranhou-se também a grafia correta de palavras como “João” e “São”, pois nas máquinas de escrever em língua espanhola predomina o til em uma única tecla, o “ñ”. A grafia correta e de fácil compreensão, fez parecer que havia uma intenção forte de que o texto tinha o claro objetivo de comprometer os que tiveram seu nome citado.

Sobre isso, a Tribuna da Imprensa mostrou que já existia uma máquina de escrever nos países vizinhos que tinham o til numa tecla própria, chegando a ironizar Jango e seus aliados:

---

<sup>330</sup> *Tribuna da Imprensa*, 17/09/ 1955, p. 4.

“Vai mal o sr. Juan [sic] Goulart se confia apenas nesse til para salvar-se”<sup>331</sup>. Porém, não era só a questão do til que causava desconfiança, mas algumas expressões como “transladé” e “pués” que misturavam o espanhol e o português, dando a entender que poderia ter sido escrito por um lusófono. Além das questões apresentadas que causavam desconfiança sobre o documento, também havia o questionamento sobre o momento em que a carta é divulgada. Por que levar dois anos para divulgá-la? Por que divulgá-la exatamente quando Jango está concorrendo à vice-presidência?<sup>332</sup>.

Lacerda, por sua vez, rebatia as dúvidas de seus adversários sobre a questão dos erros ortográficos do texto, alegando que tais erros só poderiam confirmar que foi realmente um argentino que a escreveu, pois, segundo ele, os erros são mais fáceis de serem cometidos por alguém nativo da língua, pois uma pessoa estrangeira se preocuparia mais com os detalhes e não erraria tanto. Ainda aproveitou para criticar com tom sarcástico os políticos aliados de Perón, dizendo ser um absurdo “exigir de um pobre deputado provincial, e ainda por cima peronista, que escreva segundo os moldes clássicos da Espanha”<sup>333</sup>.

A utilização da Carta Brandi foi mais um exemplo das estratégias de Lacerda para questionar a idoneidade dos políticos a que combatia. Ao lançar a ideia de traição mediante uma “prova” ainda que sem poder considerá-la verdadeira, provocava-se a agitação política, logo poderia desviar a atenção do PTB como do próprio Jango da campanha eleitoral e dos assuntos prioritários da eleição, além de lançar a dúvida no povo, o que, muitas vezes, pode ser pior do que afirmar algo mesmo que negativo. A dúvida permite que se pense “o que quiser”, portanto também pode levar a opiniões e decisões precipitadas. Essa situação lhe era satisfatória, tanto que não se importava em passar por mentiroso.

A poucos dias das eleições, Lacerda destacava, em seu jornal, que a vitória de Távora e seu vice Milton Campos seria a única maneira de extirpar o peronismo do Brasil. Apresentava um editorial em que alerta o país sobre o fato de que estariam para acontecer eleições ilegítimas no país. Sobre as eleições, alertava:

A 3 de outubro vai permitir-se a traição ao Brasil sob a forma de uma eleição longamente preparada pela Oligarquia e por seus aliados, os comunistas. Mas não sei se se pode falar em traição, pois tudo é feito abertamente. A 3 de outubro, os movimentos de 29 de outubro de 45 e de 24 de agosto de 1954 perderão a sua razão de ser e, com eles, destruir-se-ão, por suas próprias mãos, os homens que o fizeram. Depois do suicídio físico de Getúlio Vargas, teremos o suicídio moral do brigadeiro Eduardo Gomes, a 3 de outubro próximo, acompanhado de todos os chefes militares e líderes civis que permitirem a consumação da ignomínia. Vão fazer o “hara-kiri” – mas isto já não adiantará nada ao país. Se isto acontecer, teremos de recomeçar – sozinhos. É horrível pensar nisto, mas temos de encarar a realidade tal qual ela se apresenta e não como desejaríamos que fosse<sup>334</sup>.

<sup>331</sup> *Tribuna da Imprensa*, 23/09/ 1955, p. 01.

<sup>332</sup> *Ibidem*.

<sup>333</sup> *Tribuna da Imprensa*, 29/09/1955, p. 04.

<sup>334</sup> *Tribuna da Imprensa*, 03/10/1955, p. 01.

Apesar de todos os esforços, a revelação da falsidade da Carta Brandi acabou desmoralizando Lacerda e, principalmente, desacreditou o assunto. Sendo assim, apesar de a campanha contra a imagem de Juscelino e Jango, eles tiveram a vitória nas eleições. No dia das eleições, Lacerda usou a capa de seu jornal para tentar uma última vez convencer o povo a se “conscientizar” o voto.

Pesa sobre o país, no dia de hoje, a ameaça de voltar a um passado de desonra, de manobras inconfessáveis, de corrupção desalmada [...] A vitória desses tipos seria a volta do Brasil aos tempos mais torvos da sua história [...] A ninguém é dado fazer prognósticos, com o máximo de objetividade, no sentido de considerar garantida a vitória deste ou daquele candidato. Uma vitória do sr. Ademar de Barros não está fora de cogitação. Neste caso, e seja como for, não há dúvida que a derrota de Juscelino já é um grande passo. O mais, não depende de nós.

As eleições vão ser fartamente roubadas. Roubadas em sim mesmas, roubadas antes de serem feitas, roubadas na apuração. É fraude e da pior, permitir que concorram às eleições candidatos sabidamente incapacitados, sob o ponto de vista da moral pública, de exercerem os cargos para os quais pleiteiam o voto popular [...] É, pois, sob o signo da fraude e da corrupção que se vão processar as eleições de hoje<sup>335</sup>.

Sobre o vice ele dizia:

A hipótese da vitória de Jango Goulart é inadmissível. Dar-lhe posse seria uma traição ainda maior do que as que ele cometeu contra a Pátria. Seria a desmoralização total das forças armadas e das resistências civis que neste país, apesar de tudo, perduram. Votemos, hoje, em Juarez e Milton. Peçamos a Deus que eles ganhem, pois é o melhor que, no dia de hoje pode acontecer ao Brasil<sup>336</sup>.

O presidente foi eleito pela maioria, porém esta era de 36% contra os 30% alcançados por Távora, 26% de Ademar de Barros e de Plínio Salgado com 8%<sup>337</sup>. Identifica-se que a vitória de Juscelino se deu ainda com porcentagem menor do que a de Vargas, em 1950, o que levou a UDN se utilizar novamente de um recurso já demonstrado ineficaz que era a argumentação de que o vencedor da eleição precisaria ter alcançado a maioria absoluta dos votos<sup>338</sup>. Lacerda e Afonso Arinos solicitaram ao Supremo Tribunal Federal que anulasse os votos que os comunistas deram a Juscelino, alegando o fato de que estavam na ilegalidade. Nesse sentido, a UDN lançou duas bases para impedir a posse dos eleitos, no que ficou conhecida como “Batalha Judiciária”: a legalista, encabeçada por Afonso Arinos e a golpista, por Lacerda<sup>339</sup>.

<sup>335</sup> *Tribuna da Imprensa*, 03/10/1955, p. 01.

<sup>336</sup> *Tribuna da Imprensa*, 03/10/1955.

<sup>337</sup> Naquela época, as eleições ainda eram decididas pela maioria simples de votos, por isso 36% foi suficiente para configurar vitória.

<sup>338</sup> SKIDMORE, Thomas. Op. Cit.

<sup>339</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit.

Lacerda justificava da seguinte maneira a necessidade de lutar junto aos órgãos judiciais:

Ora, o que os resultados da eleição estão a demonstrar é precisamente a ausência da legalidade em meio à abundância de leis não cumpridas e não interpretadas. Votam os incapazes de votar, em concorrência com os que preenchem os requisitos da lei. Intervém o poder econômico acumulado pela desonestidade de homens públicos que são admitidos a se candidatar em concorrência com os que roubaram e, pois, não podem competir, em igualdade de condições, com os ladrões.

A falsa democracia, a democracia de mentira em que “teimamos em viver” [...] impede o advento da verdadeira, sufoca as condições para a sua formação. Cada eleição, em tais condições, é um passo a mais para a desmoralização da democracia. Em vez de se aperfeiçoar, ela se degrada cada vez que o seu ritual é utilizado para a consagração de um Ademar ou um Kubitschek, pela intervenção do dinheiro e da demagogia, sem freio de qualquer espécie, no processo de escolha dos governantes<sup>340</sup>.

Em sua fala, o então deputado, faz uso do termo mencionado pelo general Canrobert, em agosto: “a democracia de mentira em que teimamos viver”, para mostrar sua indignação sobre os rumos que o país estava tomando, que na sua concepção se afastava da democracia, uma vez que julgava que os votos dos comunistas infringia a Constituição<sup>341</sup> e que a justificativa legal para a aceitação da maioria dos votos tratava-se de uma manobra para manter o país num estado falso da democracia. Em editorial, afirmou:

O que está em vigor é a ilegalidade. Nem as leis civis nem as econômicas são respeitadas, num aranzel de portarias e instruções, pelas quais se tem seguidamente violado a Constituição, para manter um sistema artificioso e nocivo<sup>342</sup>.

Ao apelar para o questionamento sobre a falta de respeito à legalidade, ele buscava mostrar aos seus companheiros de partido que não concordaram com as soluções mais enérgicas, que o seu pensamento estava correto, pois após as eleições foi visto que a influência de Vargas ainda era forte e seus adversários chegaram novamente ao poder. Lacerda coloca em pauta a ideia de legalidade que estava presente nas decisões sobre o resultado das eleições de então, pois considerava que se o Partido Comunista estava na ilegalidade, conceder a posse a quem, segundo ele, foi eleito pelos comunistas, não parecia legal, conforme afirmou:

---

<sup>340</sup> *Tribuna da Imprensa*, 05/10/1955.

<sup>341</sup> Em 7 de maio de 1947 PCB foi proscrito e seu registro eleitoral cassado, logo depois do seu resultado favorável nas eleições. Em 1948, os parlamentares eleitos na sua legenda perderam seus mandatos. O PCB, a partir de então, ficou um longo período na clandestinidade. Voltou a ser legalizado, já dividido entre dois partidos, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil, em 1986, 40 anos depois. RAGAZZI, Frederico. Luís Carlos Prestes e a cassação do Partido Comunista. Disponível em:

<https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/luis-carlos-prestes-cassacao-partido-comunista>.

<sup>342</sup> *Tribuna da Imprensa*, 11/10/1955, p. 04.

Agora, temos dois candidatos eleitos com o apoio oficial, ostensivo, insofismável, do Partido Comunista, que continua fora da lei. Ainda não tomaram posse – ao contrário dos deputados, senadores e vereadores, que haviam sido eleitos na fase legal do Partido. Pode-se legalmente, dar posse a esses candidatos, que receberam oficialmente apoio e votos do Partido Comunista? É legal? É legítimo, esse ardil?<sup>343</sup>

Agora, com a união em torno de questionar a maioria de votos, ele retomava a credibilidade de seu discurso e chamava atenção, novamente, para a ideia de repensar a democracia e o próprio sistema eleitoral.

A eleição, no atual sistema, com a estrutura vigente, é um processo de decomposição nacional que urge estancar. A mística do sufrágio não pode chegar a ponto de exigir o sacrifício da Nação e, afinal, da própria técnica do voto universal e secreto como o melhor meio até hoje obtido para a escolha dos governantes. É chegada a hora de decidir se se quer tratar a sério a República ou apenas brincar com ela, desinteressado de seus rumos, indiferente à sorte do povo, que fica à disposição da ditadura da minoria sob pretextos eleitorais<sup>344</sup>.

Se Lacerda já não via as eleições e o direito ao voto como expressão de que o país vivia uma democracia, nesse caso sua crítica ao sufrágio no contexto brasileiro ganhou mais sentido. Para ele o fato de permitirem a posse de Juscelino e Jango desqualificava o voto na medida em que estaria colocando no poder pessoas que não foram opção da maioria e questiona:

É democrático o governo da minoria? O que iríamos ter, com Kubitschek e Jango, seria o governo da minoria – pois foi a minoria do eleitorado – por sua vez representando menos da quinta parte da população – quem o escolheu. A diferença entre Kubitschek e o segundo colocado, Juarez e entre Jango e o sr. Milton Campos é inferior a meio por cento dos votantes de 3 de outubro. É respeitar a democracia, dar posse a esses representantes da minoria do eleitorado brasileiro?<sup>345</sup>

Enquanto se desenrolavam as tentativas legalistas ou golpistas para contestar o resultado das eleições, outro acontecimento, dessa vez no seio militar, acelerou a crise que se desenrolou após as eleições. O acontecimento se refere ao discurso realizado pelo Coronel Jurandir Bizarria Mamede durante o sepultamento do general Canrobert Pereira da Costa, em primeiro de novembro. Nesse contexto, o coronel teceu elogios ao falecido que acabou alimentando as ideias golpistas de Lacerda contra Juscelino e Jango. Segundo Lacerda, o discurso do Coronel Mamede nada mais foi do que um “desdobramento natural do discurso de Canrobert em homenagem ao Major Vaz no Clube da Aeronáutica”<sup>346</sup>.

---

<sup>343</sup> *Tribuna da Imprensa*, 11/10/1955, p. 04.

<sup>344</sup> *Tribuna da Imprensa*, 08/10/1955, p. 04.

<sup>345</sup> *Tribuna da Imprensa*, 11/10/1955, p. 04.

<sup>346</sup> *Tribuna da Imprensa*, 03/11/1955, p. 04.

O artigo de Lacerda do dia 03 de novembro “A Lição de Caronbert – antes que seja tarde” demonstra em tom alarmante a necessidade da intervenção das Forças Armadas para estabelecer um Estado de Exceção para defender a democracia.

A união das Forças Armadas para o supremo recurso da reforma das instituições como único meio de preservar o que há de substancial no Brasil, foi a pregação constante, a lição admirável de um homem, de um general, de um líder que se agigantou fora do Poder, que não se fez herói pela boca dos vendidos nem se deixou lisonjear pela pena ocasional dos alugados. Submetido ao crivo da opinião pública, alvo das críticas, resistiu a todos os exames pela constante evolução do seu espírito e as redobradas provas com que conquistou, a todos, e nos fez seus admiradores, mais do que isto, seus amigos e seus jubilosos concidadãos – pois é uma alegria ter sido compatriota e contemporâneo de Canrobert [...] Compare-se, por um momento, ao menos, a carta-testamento atribuída a Vargas pelos mesmos que estão por trás dos falsificadores do documento Brandi, com o discurso de 5 de agosto de Canrobert. A diferença entre um e outro desses papéis marca toda a diferença entre o Brasil pelo qual lutamos e o Brasil que a Oligarquia devota. Um é o ódio, o veneno, a intriga, a pregação da guerra civil, a infâmia contra as Forças Armadas e os que lutam contra a corrupção, na qual são costumeiros precisamente os beneficiários dessa “carta”, agora também beneficiados por uma cilada cuja autoria ficou de apurar, já que não há crime sem motivo e aos falsários não aproveitava a falsificação. O discurso de Canrobert é a análise lúcida, objetiva e ao mesmo tempo, ou por isto mesmo, eloquente, da realidade do Brasil, da falsidade de uma lei fementida, a mentira de que se alimenta a “democracia” dos oligarcas, dos partidos sem substância e dos políticos sem ideias, envergonha e reflui para as atividades privadas, únicas nas quais, a despeito de mil dificuldades, é possível, hoje, por incrível que pareça, fazer alguma coisa pelo Brasil. O discurso de Canrobert veio a ser, pela vontade de Deus, o seu testamento político<sup>347</sup>.

O texto de Lacerda mostra o quanto, para ele, Canrobert foi um líder especial por ter buscado a união das Forças Armadas, fazendo com que o discurso proferido pelo general pudesse incentivar a intervenção, que julgava urgente, dos militares diante da questão da posse de Juscelino e Jango.

Lacerda sempre defendeu que o Brasil não poderia alcançar a verdadeira democracia sem conseguir se desvencilhar das influências políticas passadas, especialmente de Vargas. Portanto, contou com a necessidade de o país passar por uma fase de transição “forçada” para depois ter condições de participar de um processo de eleições, por exemplo. Para essa transição, confiava a responsabilidade aos militares, uma vez que não aceitava a resolução legal que se apresentava, afirmando:

Não existe outra opção fora daquela que é, afinal, a única que resta [ilegível] hesitações, a de tornarem as Forças Armadas sobre seus ombros a responsabilidade que lhes incumbe de promover à frente do povo a reforma das instituições nacionais para tornar possível a existência de uma democracia no Brasil resistente à irresponsabilidade e ao comunismo, as duas únicas forças verdadeiramente vitoriosas do dia 3 de outubro último<sup>348</sup>.

<sup>347</sup> *Tribuna da Imprensa*, 03/11/1955, p. 04.

<sup>348</sup> *Tribuna da Imprensa*, 03/11/1955, p. 04.

Lacerda acreditava que as instituições nacionais precisavam de reforma, porque estavam funcionando em função de interesses que, na sua perspectiva não atendiam o Brasil, pois não preparavam a população para o exercício da democracia e se baseavam numa legalidade que foi criada por homens que estiveram ligados à ditadura de Vargas e que, portanto estariam influenciados por ideias e práticas passadas, carregadas de vícios que precisavam ser superados, por meio de uma reforma que levasse a princípios de legalidade novos e próprios do regime democrático a ser estabelecido.

A posse desses dois aventureiros irresponsáveis só poderá ser evitada por um ato de força. Nesse mesmo ato se contém a instauração de um regime cuja legalidade tem que ser por ele próprio criada. [...] O problema, já agora, é militar. Inútil fazer mais discursos, inútil escrever novos artigos. Ou os chefes militares já compreenderam isto e vão agir ou não compreenderam e não vão agir. Se não agem, Juscelino e Jango tomam posse. Se agem, eles não tomam posse<sup>349</sup>.

Ele considerava que:

A crise brasileira é uma crise de estrutura. Não se resolve por paliativos. Não existe “fórmula legal” para fazer uma revolução. O “legalismo” é, neste momento, apenas o pretexto para entregar o Poder aos inimigos do Brasil. Isto que aí está não é uma democracia. É uma oligarquia incapaz de resolver os problemas do povo e capaz de levar o Brasil à garra. O adiantado estado de decomposição em que se encontra essa falsa “legalidade” em que vive a Nação faz com que o controle de grande parte da massa getulista tenha passado, de fato, para o comando do Partido Comunista, mediante uma aliança indisfarçada com os grupos de negociatas cuja cobiça domina até o patriotismo que nunca tiveram<sup>350</sup>.

No contexto pós-eleitoral, Lacerda ainda retomou a história da Carta Brandi, tentando justificar que mesmo que a carta fosse falsa, o seu conteúdo não deixava de expressar no que se baseava a vida política de João Goulart que se não fosse os percalços como o suicídio de Vargas, o afastamento dos seus amigos do posto de comando e da deposição de Perón, em setembro daquele ano, teria implementado a República Sindicalista no Brasil. Com isso, buscava manter a ideia de que permitir a dupla vencedora das eleições a assumir ainda era colocar em risco a democracia no Brasil, então mostrava sua descrença e urgência em substituir a Constituição:

[...] Temos o dever de dizer a nação, aos chefes militares, inclusive, que a “Batalha eleitoral” é uma farsa, da qual nada há de esperar senão o tempo que o adversário está ganhando para dividir, para intrigar, para criar o “clima de posse” e tornar irremediável a entrega de poder a um grupo do qual o Brasil só se livrará por Guerra Civil. [...] Há que negar, sumariamente, à posse aos falsos “eleitos” promover, com urgência, a reforma das instituições para a nova proclamação da república<sup>351</sup>.

<sup>349</sup> *Tribuna da Imprensa*, 03/11/1955, p. 04.

<sup>350</sup> *Tribuna da Imprensa*, 04/11/1955, p. 04.

<sup>351</sup> *Tribuna da Imprensa*, 04/11/1955, p. 04.

Lacerda se dirigia “àqueles que tinham as forças nas mãos”, ou seja, os militares, para resolver aquela situação, alegando que os comunistas teriam sido responsáveis pela escolha de Goulart, o que, para ele, também deveria ser evitado. Vale ressaltar que essa última exigência não estava amparada na lei, pois voto era secreto, portanto não tinha como mensurar que os comunistas tinham votado na chapa Juscelino-Jango, por mais que seja subentendido, pelo fato de suas propostas agradarem mais os comunistas do que as da UDN, mas isso também não implica nenhuma ilegalidade, se eles gozavam de seus direitos políticos.

Em artigo escrito em 04 de novembro afirmava ter chegado a hora das Forças Armadas, solicitando a quebra da legalidade escreveu: “Agora façam os militares o seu dever, que é defender a pátria contra inimigos externos e INTERNOS”<sup>352</sup>. Na mesma edição, só que na parte do editorial, ele dá continuidade ao discurso sobre a urgência da ação militar naquele momento, no texto intitulado “A hora das Forças Armadas”:

Este é o ponto que precisa ficar bem claro. A hora é de ação. E a ação, neste passo não somente compete como depende das Forças Armadas. Toda questão, pois, consiste em saber se elas vão agir ou não. Se os seus chefes estão ou não dispostos a ação. [...] A Justiça, no Brasil, funciona raramente e com dificuldades que os verdadeiros juízes são os primeiros a proclamar. Contar, pois, com a Justiça Eleitoral para resolver, por um aresto, a crise brasileira, é inverter os termos da questão. Pois em vez de ação da Justiça para evitar o “golpe”, é preciso uma ação militar para reformar, a fim de valorizá-la, a estrutura do Poder Judiciário<sup>353</sup>.

Na publicação do dia seguinte, 05 de novembro, voltou a cobrar a ação militar:

A IMPROPRIAMENTE chamada “batalha judiciária” só serve para dar tempo ao inimigo, para alargar a sua área de influência, para permitir que se expanda o seu raio de ação. Todo dia damos de presente a Kubitschek, a Goulart e ao Partido Comunista, vinte e quatro horas de mão beijada. Só há um interessado na “batalha judiciária”: é Kubitschek. Porque essa fantasia lhe dá tempo. [...] ou decide agora, ou nunca mais haverá decisão nas mesmas excepcionais condições. A fraude que maculou as eleições não pode ser julgada por uma Justiça que a permitiu, que a tolerou, que a encenou e a consagrou com a sua chancela. O povo só tem três armas neste momento. Chama-se elas: Exército, Marinha e Aeronáutica<sup>354</sup>.

A tese da maioria absoluta era defendida especialmente pela “Banda de Música”, tendo como principal representante Aliomar Baleeiro. De acordo com Thomas Skidmore, na realidade, os líderes udenistas já não se iludiam com essa tática, pois sabiam que na verdade Lacerda tinha razão quando afirmava que a única forma de impedir a posse era por meio de um golpe militar. Porém o argumento não teve a mesma repercussão que em 1950, como reconheceu Carlos Lacerda na década de 1970 quando relembrava esse momento durante a

<sup>352</sup> *Tribuna da Imprensa*, 04/11/1955, p. 01.

<sup>353</sup> *Ibidem*, p. 04.

<sup>354</sup> *Tribuna da Imprensa*, 05-06/11/1955, p. 04.



produção de seu livro de memórias, “Depoimento” : “Vamos dizer a verdade, o povo sentiu que era uma manobra em cima da eleição, para mudar as regras do jogo, depois do jogo ter começado. E, evidentemente, não pegou”<sup>355</sup>. Essa realidade é perceptível quando se analisa os editoriais de Lacerda no período recente ao resultado das eleições de 55 em comparação às publicações recentes à vitória de Vargas. O jornalista dedicou muito mais tempo em convencer que Vargas não poderia assumir do que dedicou a essa temática sobre Juscelino. A aquela altura a solução extralegal seria mais eficiente.

Lacerda que, por sua vez, era adepto da tática golpista, defendia a necessidade de um estado de exceção, com a imediata anulação do pleito. Em defesa dessa ideia, utilizou seu jornal *Tribuna da Imprensa* para expor seu pensamento - “não podem tomar posse” - , e sentenciava de forma enfática: “Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, não tomarão posse”<sup>356</sup>. Essa fala assemelha-se bastante ao editorial feito em 1950 também tentando impedir a candidatura de Vargas e, automaticamente sua posse, caso fosse eleito.

Para Lacerda, embora utilizasse o argumento de que o voto dos comunistas teria interferido muito no resultado das eleições, não era neles que estava sua verdadeira preocupação para sustentar o golpe. Aos fins de outubro de 1955 ele confessou suas intenções dizendo: “O que tememos é que o General Lott entregue o poder a Jango Goulart, para que Jango Goulart governe este país com a quinta-coluna”.<sup>357</sup> Esse medo pode ser explicado pelo fato da proximidade que Jango sempre teve com Vargas e todo seu histórico como ministro do trabalho, fazendo com que sempre fosse um alvo de Lacerda, desde a Carta Brandi até mais tarde, em 1964, quando veríamos o presidente ser deposto por um golpe militar.

A ideia de que os eleitos obtiveram a vitória por conta dos votos dos comunistas, com o apoio do PCB, na ilegalidade na época, passou a ser compartilhada pelo grupo de militares na Cruzada Democrática e por alguns grupos da imprensa, como O Estado de São Paulo, o Diário de Notícias e O Globo. Esse último jornal chegou a publicar um manifesto do almirante Carlos Pena Boto, líder da Cruzada Brasileira Anticomunista, que dizia ser indispensável impedir a posse de Juscelino e Jango, pois foram indevidamente eleitos<sup>358</sup>. Desse modo, percebe-se que a via das soluções golpistas sempre foram alternativas para Lacerda, com apoio de parte dos udenistas. Mais tarde Lacerda reconheceria que “era a favor de um golpe que evitasse o golpe por via eleitoral<sup>359</sup>.”

---

<sup>355</sup>LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 102.

<sup>356</sup> *Tribuna da Imprensa*, 09/11/1955, p. 04.

<sup>357</sup>SKIDMORE, Thomas. Op. Cit., p. 193.

<sup>358</sup> MENDONÇA, Marina. Op. Cit.

<sup>359</sup> MENDONÇA, Marina. Op. Cit., p. 169.

Nota-se por essa fala que golpe para ele, bem como para a UDN como um todo era aquele resultado que não lhes eram favorável, pois uma vez que representantes políticos de uma vertente democrática-liberal veem o resultado de eleições legais de acordo com a Constituição como um golpe, pois ainda não havia confiança nas instituições e nos governantes até então eleitos.

Aos olhos da população – que votara em Juscelino e Jango -, não passava de uma manobra de perdedores incapazes de se conformar com os resultados desfavoráveis. Lacerda e a UDN decidiram, então, arguir a nulidade dos votos comunistas dados à aliança PSD/PTB, o que permitiria a vitória à Juarez Távora - Milton Campos, complementando o argumento com denúncia de fraude<sup>360</sup>.

Entre essas duas táticas, a UDN se viu diante de um dilema moral. Por um lado, estavam desanimados com a ideia de conviver com a realidade de um governo PSD/PTB, principalmente pelo que essa coligação representava em relação ao apreço que a população tinha pelos ideais inspirados por Vargas. Por outro, seus representantes viam a linguagem de Lacerda em prol do golpe como instigante, mas com receio do que ela provocaria na prática, justamente pela incoerência em defender a invalidez de um processo realizado em conformidade com a legalidade, alegando que fazia isso para defender a democracia<sup>361</sup>.

Em meio a toda essa conjuntura política complexa, o presidente Café Filho sofreu um ataque cardiovascular e foi hospitalizado, sendo necessário delegar as funções presidenciais temporariamente. Assumiu então, em 8 de novembro, interinamente, o próximo na linha de sucessão, conforme a Constituição, o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Este possuía, claramente, preferências partidárias, era líder da facção dissidente do PSD que tinha se oposto à candidatura de Juscelino. Enquanto o Marechal Lott ainda se esforçava para punir o deputado Mamede, Luz não aceitava puni-lo, levando Lott a pedir demissão do seu cargo.

No entanto, antes que sua demissão se tornasse pública, Lott mobilizou os comandos militares do Rio de Janeiro e generais legalistas o apoiaram. Assim, juntamente com as tropas do I Exército depuseram o presidente e entregaram a presidência ao então vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, que decretou o estado de sítio por 30 dias e garantiu, desse modo, a posse de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, em janeiro de 1956<sup>362</sup>. Essa manobra militar ficou conhecida como Golpe Preventivo ou Golpe da legalidade, pois buscava manter o princípio da legalidade com o poder nas mãos dos políticos eleitos e impedir o avanço do golpe tramado por Lacerda e pela UDN,<sup>363</sup>.

---

<sup>360</sup>Ibidem, p. 179.

<sup>361</sup> SKIDMORE, Thomas. Op. Cit.

<sup>362</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit.

<sup>363</sup> MENDONÇA, Marina. Op. Cit.

Além de seu significado político imediato – a manutenção da legalidade – o contragolpe ou golpe preventivo de novembro de 1955, foi importante marco na aproximação entre militares e partidos políticos comprometidos com os ideais reformistas do nacional desenvolvimentismo. Trabalhadores, sindicalistas, pessedistas, petebistas, militares e comunistas, dentre outras parcelas da população, manifestaram seu apoio e exaltação à figura do general e à facção legalista das Forças Armadas. Surgia a imagem do general Lott<sup>364</sup> como expoente da democracia e da soberania nacional. O Ministro da Guerra serviu como elo entre os grupos militares e os setores civis, que não se identificavam com a quebra da legalidade constitucional e com a política econômica liberal<sup>365</sup>.

Após a confirmação da posse de Kubitschek, nenhum dos revoltosos sofreu penalização, tanto que Carlos Luz pôde voltar à presidência da Câmara dos Deputados. Entretanto, no meio de todos os envolvidos, Lacerda era o que mais sofria riscos de represálias, pois mesmo que não houvesse qualquer penalização para ele diretamente, ele continuava sendo alvo dos adversários, devido a sua característica incisiva em atos golpistas sempre que os resultados não lhe agradavam. Além disso, nem mesmo seus companheiros de partido estavam dispostos a arriscarem suas carreiras ou futuros cargos políticos, “comprando a briga” dele, mesmo porque Lacerda dirigia fortes críticas a eles também quando não agiam conforme seu interesse. Desse modo, Lhe restou buscar asilo em Havana, Cuba<sup>366</sup> e, posteriormente foi para os Estados Unidos<sup>367</sup>.

### 3.3 De Juscelino a Jango: possibilidades da UDN no poder

À UDN e Lacerda ficou o papel de oposição frequente ao governo de Juscelino Kubitschek, visando à possibilidade de ter um candidato de suas preferências nas próximas eleições que seriam realizadas em 1960. Até mesmo Juscelino tinha interesse em uma

---

<sup>364</sup> O ato do General Lott em 11 de novembro é visto por duas maneiras diferentes, dependendo do grupo que o avalia: golpe ou contragolpe. Segundo Benevides, para a UDN e para os militares que apoiavam Lacerda, foi um golpe clássico, pois avaliam que existiu uma ação conspiratória da parte de Lott. No entanto, os defensores da posse de Juscelino e Jango, nomeavam o 11 de novembro como um contragolpe, isto é, um golpe preventivo, visando à manutenção da legalidade democrática afirmada nas eleições. Teria sido um golpe que, nas palavras do próprio General Lott foi “um movimento de retorno aos quadros institucionais vigentes”. Segundo o general, o golpe já estava planejado desde julho daquele ano, quando já havia crise sobre quando deveria ser a data das eleições, lembrando que a oposição tentou adiar o pleito com o objetivo de dar tempo para a população “perder o efeito” que a morte de Vargas havia causado.

<sup>365</sup> CARLONI, Karla G. Embates internos: militares x militares no governo JK. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

<sup>366</sup> Na ocasião, o cargo de presidente da República em Cuba era o ditador Fulgencio Batista Zaldívar que se manteve no poder até 1959, quando foi derrubado pela Revolução Cubana.

<sup>367</sup> Na ocasião, o cargo de presidente da República dos EUA era Dwight D. Eisenhower, que esteve no poder até 1961, sendo sucedido por John Kennedy.

candidatura que pudesse oferecer chances da UDN vencer. Lúcia Hippólito<sup>368</sup> afirma que a estratégia de Juscelino era apoiar um candidato da UDN, pois uma vez que esse partido conseguisse uma vitória, poderia deixar suas práticas golpistas e não exigiria uma intervenção militar que pudesse impedir as eleições que ele desejava participar em 1965. Além disso, também acreditava que um governo da UDN significaria a tomada de medidas austeras e impopulares, o que geraria repulsa no povo que optaria novamente por Juscelino em 1965.

O candidato que poderia representar a união nacional era o governador da Bahia, Juraci Magalhães, porém nem o PSD nem a UDN concordaram em fazer essa aliança. Assim, o PSD lançou a candidatura do Marechal Lott e a UDN optou por apoiar a candidatura de Jânio Quadros do PTN, que até então ocupava o cargo de governador de São Paulo. Essa opção da UDN foi encabeçada por Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, candidatos a governador em seus estados, Guanabara e Minas Gerais respectivamente, apesar da divisão que essa opção gerava no partido, pois alguns membros resistiam ao apoio a Jânio por considerá-lo um trabalhista<sup>369</sup>. Por outro lado, Lacerda defendia que uma imagem que tinha popularidade como a de Jânio teria mais votos, chegando à vitória.

Nesse cenário, quem também buscava acertar como seria sua participação nas eleições era o PTB. Enquanto candidatos como Leonel Brizola e Roberto da Silveira, considerados radicais, desejavam que o partido lançasse uma candidatura própria, outro grupo, representado principalmente por Fernando Ferrari, defendia o apoio a Jânio Quadros. Os deputados da Frente Parlamentar Nacionalista que optavam pelo apoio do partido ao Marechal Lott, enquanto João Goulart, um dos principais expoentes do partido, não descartava a possibilidade de apoiar a candidatura de união nacional proposta por Juscelino com a candidatura de Juraci Magalhães<sup>370</sup>. Enquanto os três partidos se mostravam confusos e conflitantes em suas candidaturas, o PSP decididamente apostava, novamente, em Ademar de Barros, que assim como Jânio, possuía certa popularidade em São Paulo.

Outro ponto de divergência para as eleições de 1960 foi a composição das candidaturas para presidente com as do vice. No PTB, houve a cisão de Fernando Ferrari, que se opunha à liderança de Jango, então decidiu se lançar candidato a vice-presidente apoiado pelo PDC. Os deputados da Frente Parlamentar Nacionalista conseguiram articular o apoio do PTB à candidatura do Marechal Lott e, como no pleito anterior, lançaram a candidatura de Jango para vice. A UDN, que não abria mão de ter um candidato no seu partido na vice-presidência, lançou Milton Campos. Porém Jânio, candidato apoiado por esse partido, tinha preferência por ter

---

<sup>368</sup> LIMA, Vagner Corrêa de. Debatendo a legalidade: a crise da renúncia, o Congresso Nacional e a solução parlamentarista (agosto/setembro de 1961). Niterói, 2018. 125 f.

<sup>369</sup> VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

<sup>370</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Fernando Ferrari (PDC) como vice. O posicionamento de Jânio acabou dividindo os votos entre os vices, pois este decidiu ir para as eleições apoiando dois candidatos. Além disso, em São Paulo, alguns sindicalistas chegaram a organizar comitês em torno da campanha Jan-Jan, para que se votasse em Jânio e em Jango.

Demonstrando confiança e buscando se convencer de que o resultado das eleições seria exatamente como esperava, Lacerda fez um editorial de vitória no dia das eleições:

Depois de 15 anos na Oposição, chega a nossa vez de governar, pela vontade do povo. Temos um programa e a garantia de uma luta longa e severa, na qual não capitulamos, não silenciaremos, não transigimos, não desistimos. Não perdemos a esperança, nunca, no dia da vitória. Durante todos esses anos preparamo-nos para governar. Hoje estamos prontos para assumir o Governo, com uma equipe de pessoas capazes, honradas e dignas da confiança de todos. Não levamos ódios nem ressentimentos, prevenções nem rancores. O nosso único compromisso é o de fazer um governo de honra e de trabalho, o de distinguir entre o que presta e o que não presta, entre o que é melhor e o que é pior para o povo. Com Jânio Quadros, Milton Campos e uma boa bancada de deputados na Guanabara, faremos um governo digno das esperanças e aspirações do novo Rio<sup>371</sup>.

Outro ponto interessante a ser observado na publicação do *Tribuna da Imprensa* no dia da eleição, é o fato de que, mesmo acompanhando os possíveis resultados, Lacerda parecia ignorar a liderança de João Goulart para a vice-presidência, porém se tratava de uma estratégia para não dar atenção a esse fato e mostrar que a vitória completa seria com a equipe toda da UDN: Jânio, Milton e Lacerda. Por isso colocou na capa, em letras destacadas:

Imagem 1 - Capa da Tribuna da Imprensa 03 de outubro de 1960



Fonte: Hemeroteca Digital

Nesse contexto se deram as eleições, em 3 de outubro de 1960, com o seguinte resultado: Jânio Quadros venceu com 48,26% dos votos, seguido do Marechal Lott e Ademar de Barros, numa votação que contou com a participação de apenas 18% do brasileiros, devido a

<sup>371</sup> *Tribuna da Imprensa*, 03/10/1960, p.01.

impossibilidade do voto dos analfabetos. Para vice foi eleito João Goulart com 36,1%, enquanto Milton Campos teve 33,7%<sup>372</sup>. Ao comentar sobre a vitória de Jango, Lacerda declarou que:

A esmagadora vitória de Jânio quadros, nítida desde os primeiros resultados eleitorais, e minuto a minuto ganhando uma consistência espetacular, vem mostrar, de maneira ostensiva, que o Brasil queria mudar. E mudou: para salvar-se<sup>373</sup>.

Vale ressaltar que Lacerda também estava concorrendo às eleições para Governador da Guanabara naquele ano, então chegar à vitória juntamente com o candidato do partido à presidência representava a chance de colocar em prática o projeto “democrático” que já vinha acalentando desde 1945. Naquele momento foi formado um governo que representava diferentes coligações, contribuindo, tão logo, para situações conflituosas ao longo de seus mandatos<sup>374</sup>.

Apesar do otimismo que Lacerda tentou expressar, como era previsto, Jânio estava vencendo as eleições, mas quem estava na frente para vice era João Goulart. As eleições para a Guanabara só se realizariam em dezembro, então a *Tribuna* apresentou a apuração dos votos juntamente com as prévias para as eleições da Guanabara. No entanto, tentou manter a imagem positiva das eleições. Ao divulgar o andamento das apurações, mostrava os resultados previstos para o vice, mas no título da publicação chamava atenção somente para a questão que lhe favorecia, omitindo o nome de Jango.

Imagem 2 - Capa da Tribuna da Imprensa de 05 de outubro de 1960



<b>Lacerda e Jânio vencem</b>	
<b>JÂNIO.....</b>	<b>2.050.659</b>
<b>LOTT.....</b>	<b>1.356.713</b>
<b>ADEMAR..</b>	<b>945.468</b>
<b>JANGO.....</b>	<b>1.513.519</b>
<b>MILTON..</b>	<b>1.440.045</b>
<b>FERRARI..</b>	<b>1.092.525</b>
<b>LACERDA</b>	<b>7.039</b>
<b>SÉRGIO....</b>	<b>6.468</b>
<b>TENÓRIO</b>	<b>4.100</b>
<b>MENDES..</b>	<b>1.027</b>

<sup>372</sup> A pouca diferença entre os candidatos a vice mostrou que, se Jânio não tivesse dividido os votos entre dois vices, Milton Campos teria vencido, permitindo que a UDN tivesse um resultado favorável.

<sup>373</sup> Tribuna da Imprensa, 06/10/1960, p. 05.

<sup>374</sup> LIMA, Wagner Correa de. Debatendo a legalidade: a crise da renúncia, o Congresso Nacional e a solução parlamentarista (agosto/setembro de 1961). (Dissertação). Niterói, 2018. 125f.

Fonte: Hemeroteca digital

Apesar de todas as evidências de que Jânio seria o vencedor das eleições, a desconfiança e medo da UDN e Lacerda de que em algum momento o jogo pudesse virar, levou o então deputado e candidato a governador a articular um plano para pressionar os órgãos eleitorais para ficar atento a qualquer tentativa de fraude, denunciando um suposto movimento no Norte e no Nordeste para fraudar os resultados das eleições. Apesar de o movimento ter sido desmentido, o deputado ainda mantinha a denúncia associando a fraude a grupos ligados à candidatura do Marechal Lott, diante de uma já quase definida vitória de Jânio Quadros. Na sua denúncia dizia:

Venho advertir a opinião nacional sobre a ameaça que pesa na apuração das eleições em todo o país. Fui informado de que elementos políticos de influência decisiva no atual governo, diretamente vinculados no Ministério da Justiça, procuram atuar sobre elementos do Tribunal visando promover alterações na apuração e nos respectivos mapas. Essa ameaça só não será consumada se os elementos da Justiça Eleitoral, em sua maioria homens dignos da confiança pública, se mantiverem na mais rigorosa vigilância, quer na capital, quer nos Estados, inclusive e notadamente na Guanabara. Certo da nossa vitória, como estou, não se poderá atribuir-nos propósitos alarmistas. Espero que esta advertência seja recebida com o mesmo espírito com que a legítima alegria com que a Nação recebeu a notícia da normalidade do pleito, graças ao espírito cívico do povo, não dê lugar a uma quebra da rigorosa vigilância que é preciso manter sobre a apuração. Pois esta se encontra ameaçada. E só a vigilância do povo pode salvar os seus votos<sup>375</sup>.

Como se pode notar, assim como fez na situação da Carta Brandi, por exemplo, Lacerda criou situações para causar alarde, para evitar que as coisas não saíssem como desejava. No caso da denúncia do suposto movimento mencionado, não havia intenção de provar nada, apenas deixar a tensão e a desconfiança, pois qualquer resultado que fosse desfavorável a Jânio, ele já teria um argumento para reivindicar a averiguação da apuração ou até mesmo para inibir alguma possível reação da oposição em relação à vitória de Jânio. Toda essa estratégia demonstra o quanto Lacerda via essa vitória como uma grande oportunidade para os seus projetos começarem a ser implantados num governo de um aliado, de modo que buscava estar atento a todas as possibilidades.

Importante ressaltar que, dessa vez, Lacerda e a UDN não se levantaram para reivindicar a necessidade da maioria absoluta para que Jânio pudesse ser considerado o vencedor realmente. Isso demonstra que essa tática era usada apenas quando o resultado não lhes agradava, sendo um recurso golpista usado em nome da democracia. Também é possível notar que, agora, que

---

<sup>375</sup> *Tribuna da Imprensa*, 05/10/1960, p.04.

o resultado tinha sido favorável, o discurso sobre as eleições ser um ponto fundamental para a democracia se mostrou diferente do discurso anterior de que eleições por si, não significam democracia, como pode ser observado na fala de Lacerda, comemorando não só a vitória de Jânio, mas a retomada da autenticidade de democracia:

Kubitschek e o golpismo de 11 de novembro foram derrotados, na avalanche cívica que devolveu à autenticidade democrática. Cabe, agora, ao marechal Lott, após tantos desserviços prestados ao Brasil e tanta intemperança verbal, voltar à sua praia e ao seu almanaque<sup>376</sup>.

Fazendo uma breve comparação entre as eleições de 1955 e as de 1960, é possível notar que do ponto de vista da autonomia do voto e apuração do resultado nada foi diferente. Nas duas eleições foram contabilizados os votos e concedida a vitória para o candidato com a maioria simples. Ou seja, o que tanto indignou Lacerda e que o fez se pronunciar contra, aconteceu novamente em 1960, só que agora com seu apoio. Dessa vez, a questão da maioria absoluta de votos não era uma questão a ser debatida, pois havia sido alcançado o objetivo de ter um presidente que, em sua opinião, não estava ligado aos comunistas. No seu pensamento, a presença dos comunistas fazia a democracia perder sua autenticidade, pois considerava que o comunismo demonstra aversão à democracia, portanto não teria sentido comunistas participarem do pleito democrático.

Entretanto, o governo de Jânio não foi tão favorável ao partido como seus líderes pensavam. Jânio teve dificuldades com o Congresso, mantendo relações políticas complicadas com os parlamentares, principalmente por causa das sindicâncias que denunciavam casos de corrupção entre os políticos. Além disso, a forma como conduziu a política externa desagradava Lacerda e grande parte dos segmentos conservadores.

Pode-se considerar que os pontos mais críticos em relação à política externa de Jânio tenha sido o fato de declarar que sua política externa seria independente, em um contexto em que o mundo estava dividido pela ordem bipolar da Guerra Fria. Naquela conjuntura, a UDN deixava bem claro seu apoio aos Estados Unidos, gerando desconfiança sobre os limites da fidelidade do presidente. Essa desconfiança ficou mais clara quando o presidente concedeu a Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, a condecoração da Ordem do Cruzeiro do Sul e também pelo envio de Jango para viagem diplomática à China, país também de orientação socialista. Esses conflitos, juntamente com as medidas impopulares que tomou, como a proibição do uso de biquíni nas praias do Rio, do uso de lança-perfume no carnaval e a de

---

<sup>376</sup> *Tribuna da Imprensa*, 06/10/1960, p. 04.



corridas de cavalo nos dias de semana, contribuíram para que seu governo vivesse uma crise muito rapidamente<sup>377</sup>.

Na década de 1970, quando organizou seus depoimentos sobre a vida política, Lacerda declarou ter sentido culpa quando se deu conta de que Jânio não governou como ele imaginava, por isso se engajou tanto em denunciar os males daquele governo. Ele disse:

Um dia comecei a pensar muito seriamente na minha parcela de responsabilidade em tudo aquilo: eu tinha contribuído, posso dizer, decisivamente, para levar a UDN para o Jânio, embora o Magalhães Pinto e muitos outros também. Mas eu me sentia corresponsável, pelo menos perante as pessoas que confiavam e acreditavam em mim, pela presença do Jânio Quadros na Presidência da República. Embora eu, de mim para mim, soubesse que ele Presidente da República com ou sem o nosso apoio, que sem o nosso apoio seria muito mais perigoso<sup>378</sup>.

Lacerda ressaltou, ainda, que a confiança no presidente piorou devido ao desprezo que ele demonstrou com o Congresso desde o início e, uma vez que estaria se aproximando das esquerdas, poderia levar a um governo mais autoritário, não estando mais de acordo com as diretrizes da UDN e da perspectiva democrática de Lacerda. Para o então governador da Guanabara, o problema da relação de Jânio com o Congresso se dava pelo fato de que, além de não enviar nenhuma lei para o Congresso, ele transparecia não ter vontade de ter relações com a Casa. Segundo o então governador:

Então, de forma crescente fui sentindo um clima de falsidade, um clima de insegurança. Em primeiro lugar, um clima de insegurança dele em relação a si mesmo; em segundo lugar, de um desconhecimento considerável do que era o Brasil. Ele superestimava o Brasil do ponto de vista de política exterior. Por exemplo: queria tratar o país como se fosse uma superpotência e, ao mesmo tempo, internamente, queria tratar o Brasil como um menor de idade do qual ele se incubia da função de preceptor, de tutor. Então, as coisas foram se azedando, foram se avolumando<sup>379</sup>.

Diante disso, Lacerda já percebia que não seria possível apoiar Jânio, mas, segundo ele, mesmo não concordando com o presidente, não gostaria de ter sua fama de derrubador de governos usada contra ele. Fazer uma campanha contra o político ao qual tanto defendeu durante a campanha para as eleições poderia ser ruim para sua imagem, então, ele escolheu, como estratégia inicial, conversar com Jânio, de maneira reservada.

Ao conversar com o Ministro da Justiça, Pedroso Horta, Lacerda expôs suas preocupações com os rumos que Jânio estaria querendo dar ao governo, principalmente em relação ao fortalecimento do Poder Executivo e automaticamente a diminuição do poder do

---

<sup>377</sup> SKIDMORE, Thomas. Op. Cit.

<sup>378</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 245.

<sup>379</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 245.

Congresso. O jornalista, em sua defesa à democracia, não julgava necessário intervenção dos militares para realizar as reformas necessárias no país, já que o presidente havia sido eleito democraticamente e, por isso, teria condições de realizá-las em condições normais. Seu posicionamento foi claro e contundente:

Olha, Horta, acho que o país precisa de uma reforma muito séria e profunda realmente, e foi a razão por que votei no Jânio. Agora, acho que as condições em que está o país permitem que essa reforma seja feita pelo processo normal, pelo processo democrático. [...] Não vejo razão para uma conversa com um ministro militar para se fazer uma reforma política no país! De maneira que é melhor pararmos por aqui<sup>380</sup>.

Horta ainda tentando convencer Lacerda a fazer as concessões do presidente, argumentava que era impossível governar com o Congresso e que se o Poder Executivo não se fortalecesse em relação à Casa, as reformas necessárias também não seriam feitas. Porém, Lacerda queria maiores garantias para apoiar o presidente, pois estava suspeitando de um golpe contra a democracia. Ele disse a Horta:

Insisto em lhe dizer, Horta, que primeiro não sei quais são essas reformas e não posso dar um cheque em branco a ninguém. Precisaria primeiro saber quais são essas reformas; segundo, não acredito que haja reformas no Brasil que não possam ser feitas pelo Congresso. Principalmente por um sujeito que ganhou as eleições da forma que ele ganhou, e que só não tem a oposição das Forças Armadas, mas, como você acaba de me dizer, tem a concordância delas<sup>381</sup>.

Lacerda sugeriu que a ideia do Ministro lembrava as intenções do Estado Novo. Porém Horta rebateu que não. E afirmou: “digamos que seja aquele estado de exceção a que você se referiu nos seus artigos”<sup>382</sup>. Lacerda ficou desconcertado, pois em outros momentos já havia mesmo defendido regime de exceção, mas fez questão de se explicar, dizendo que, naquele caso, a exceção não se aplicava.

Diante do clima de incerteza e desconfiança que se instaurou, Lacerda chegou a cogitar abrir mão do seu cargo de governador da Guanabara, alegando que:

Era a única forma decente que eu tenho de pedir desculpas ao povo e de me desobrigar da parcela de compromissos que assumi com ele ao ajudar a eleição de Jânio. Eu disse ao povo que o Jânio ia ser um grande presidente. Ele não é um grande presidente. E eu estou com muitas dúvidas sobre suas intenções<sup>383</sup>.

No entanto, após a conversa com Jânio não ter apresentado grandes resultados, em mais um mês de agosto complicado para a política brasileira, Lacerda se pronunciou na TV e no

---

<sup>380</sup> Ibidem, p. 251.

<sup>381</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 253

<sup>382</sup> Ibidem.

<sup>383</sup> Ibidem, p. 247.

rádio, no dia 24 de agosto, aniversário de morte de Getúlio Vargas. Ele declarou que se manteria no governo e mostraria ao povo que não deixaria de fazer as cobranças necessárias ao presidente, justamente por tê-lo apoiado desde o início. Aproveitou para denunciar um possível golpe que estaria sendo organizado por Jânio e seu Ministro da Justiça, Pedro Horta.

Na ocasião, Lacerda declarou que fora convidado pelo Ministro da Justiça para participar de um golpe contra as instituições democráticas do país. Também atacou duramente a política externa do governo. Embora Jânio Quadros e Pedro Horta tivessem negado a existência de tal conspiração, já começava uma campanha contra o presidente, levando Jânio Quadros optar pela renúncia no dia seguinte.

Pretendo explicar ao povo as razões da minha posição contra a política exterior do presidente Jânio Quadros. Mostrarei como estão tentando destruir a democracia e a liberdade no Brasil. Pela primeira vez em nosso país, em toda sua história, a política exterior está sendo usada para fins de política interna. É uma técnica ignóbil que não ousa dizer seu nome e serve para justificar a trama contra as instituições<sup>384</sup>.

Lacerda denunciou na TV que um golpe estava sendo tramado contra as instituições, deixando de vez qualquer proximidade com o presidente, já que concordar com suas possíveis intenções o colocaria numa posição complicada diante de seus eleitores, Lacerda explicou como se sentiu diante daquele contexto:

Só sei que foram se avolumando as impressões, minhas e de outros, de que Jânio era um presidente sem assunto; e de que não tinha realmente um programa de governo; e que, no fundo, não sabia o que fazer com o governo que tinha ganho. Ora, isso foi nos inquietando – a mim pelo menos – de uma maneira crescente. Não foi tanto o fato de ele não ter tido contato comigo – o que realmente aconteceu, quase não teve contato comigo -, mas isso não me feria a vaidade em nada, e mesmo porque eu não tinha muito tempo disponível e detestava ir a Brasília. Mas achava realmente tudo muito estranho, inclusive um certo tipo de frequência em torno de Jânio, de pessoas ligadas um pouco à “esquerda festiva”, e que não tinham importância nem como esquerda; não eram, em suma, gente importante e não tinham nenhuma significação nacional<sup>385</sup>.

Afirmou ainda que a política externa do presidente estava favorecendo apenas aos comunistas. Também aproveitou o discurso para justificar por que havia desistido de renunciar seu cargo de governo:

Fico no Governo da Guanabara para que o presidente Jânio Quadros não fique sozinho e não saia do caminho. Fico por respeito àqueles que já se foram e pelos que não tiveram coragem de ficar. Fico para lutar pelos direitos daqueles que me estimam e confiam em mim. E fico também, para que aqueles que me odeiam, me difamam e me caluniam, não digam que na hora da trama e da intriga e eu faltei com o meu dever. [...] Venho a público para eu cumprir o meu dever de trazer ao conhecimento do povo de meu país, da Guanabara, aos meus irmãos de todo o Brasil, as razões pelas quais

<sup>384</sup> *Tribuna da Imprensa*, 25/08/1961, p. 05.

<sup>385</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 244.

havia tomado a decisão de renunciar ao Governo da Guanabara e à vida pública. Porém, frente aos apelos de todos os setores da vida brasileira, à minha consciência e a meu coração decidi ficar até o fim<sup>386</sup>.

Ao associar as atitudes do presidente com os comunistas, pressionava mais uma mudança de postura ou uma explicação do presidente, ou seja, era uma chance de Jânio limpar sua imagem com os seus, até então, aliados ou aceitar a oposição de vez. O presidente, por sua vez, não se deu ao trabalho de se posicionar, preferiu deixar o cargo e, automaticamente, um problema maior para a UDN e Lacerda resolverem: o governo de Jango.

A desilusão que Lacerda e a UDN tiveram com o governo de Jânio Quadros foi somada à aversão em ver João Goulart na presidência, o que contribuiu para iniciar um difícil problema de sucessão do cargo. Jango, principal herdeiro político de Getúlio Vargas, elegera-se pelo PTB. A posse do vice-presidente significaria, portanto, a chegada ao poder do Trabalhismo com propostas para reformas sociais muito distintas da política adotada por Jânio.

Seguindo os ideais de Lacerda, a *Tribuna da Imprensa* se posicionou de maneira contrária à posse de Jango. Em suas páginas, advogava a manutenção da ordem e da democracia. Mais uma vez, os argumentos defendiam uma democracia baseada na tradição cristã e na liberdade frente ao “perigo comunista”. Esta argumentação colocava a sucessão ao cargo presidencial numa escolha entre o comunismo ou a democracia. A posse de João Goulart era vista pelo jornal como uma ameaça à democracia.

Em relação à postura dos Ministros militares, a *Tribuna da Imprensa* afirmava que:

Hoje mais do que nunca os brasileiros estão diante de dois caminhos: a democracia e o comunismo. [...] As Forças Armadas com a sua tradição de democracia e liberdade, e fiéis aos interesses supremos do Brasil e de seu povo, estão decididas a [...] garantir que o Brasil siga o seu caminho e o seu destino de país livre. [...] O dever do povo, portanto, é o de ajudar as Forças Armadas a garantir a liberdade e a paz<sup>387</sup>.

Lacerda se mostrou surpreso com a renúncia de Jânio, considerando que sua atitude poderia fazer parte de uma manobra política inspirada em algumas referências do então presidente, como Peron e Fidel Castro, que renunciaram seus mandatos e depois voltaram como ditadores. Assim, o objetivo de Jânio com a renúncia seria causar pânico no país.

Essa percepção contribuiu para que ele não visse possibilidades de uma volta de Jânio, mesmo sabendo que sua saída representaria Jango assumir o poder. Naquele contexto, para Lacerda, Jânio se tornava tão inconveniente quanto Jango, pois ambos ameaçavam a ideia de democracia e de reformas necessárias para o país. Jânio, pelo que ele considerava como sendo

<sup>386</sup> *Tribuna da Imprensa*, 25/08/1961, p. 04.

<sup>387</sup> *Tribuna da Imprensa*, 03/10/1960, p. 01.

uma tendência ao autoritarismo, podendo retomar o poder e estabelecer uma ditadura. Jango, por sua vez, porque além de ser o principal herdeiro de Vargas, ser considerado por Lacerda como favorável a estabelecer o comunismo, o que, na sua concepção, também leva a uma ditadura.

Lacerda afirmou ter sido a favor da posse de Jango logo após a renúncia de Jânio, pois não seria bom interromper o governo, já que as atitudes deste haviam colocado em dúvida o processo democrático. Seu pensamento sobre Jango era: “vamos empossá-lo, vamos vigiá-lo e vamos combatê-lo. E na primeira que ele fizer vamos tirá-lo; não será a primeira vez que isso acontece”<sup>388</sup>.

No entanto, esse posicionamento sobre a posse de Jango mudou quando o comandante do III Exército, Cordeiro de Farias, começou a defender o sistema parlamentarista. Lacerda considerou que essa ideia poderia ser uma manobra para Jango receber apoio dos políticos que não tiveram atenção no governo de Jânio, e então ter condições para voltar ao presidencialismo. Em seu livro de memórias, Lacerda retoma esses fatos e reforçou os motivos de sua desconfiança diante do sistema parlamentarista:

Os políticos, que tinham passado seis meses em jejum porque Jânio não lhes dera a menor importância, sentiram que a fórmula parlamentarista, além de resolver aquela crise [a posse do Jango], lhes convinha profundamente porque vários deles iam ser ministros, e todos, até os que não fossem nomeados para nada, teriam uma enorme importância porque iriam mandar nos ministros.

Foi muito fácil vender a ideia. Foi como vender peixe na Sexta-feira da Paixão! E caminharam para a fórmula parlamentarista. Aí, realmente, tomei um susto. Porque estava na “cara” que a fórmula era falsa, que não iria funcionar e que servia apenas para dar posse ao João Goulart, que depois passaria ao regime presidencialista de novo e a ditador<sup>389</sup>.

Então, em nome da defesa da ordem, Lacerda começou a se aproximar das movimentações de resistência à posse de Jango, justificando seu posicionamento em artigo na *Tribuna da Imprensa*, sob um de seus pseudônimos, já que como governador não fazia editoriais assinados em 1961:

[...] onde, na Constituição, está dito que em caso de renúncia do presidente, o vice-presidente assume? [...] Não há, na Constituição, nenhuma referência à posse do vice-presidência em caso de renúncia do presidente, porque o caso de renúncia não foi previsto, não está sequer mencionado na Constituição<sup>390</sup>.

<sup>388</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 267.

<sup>389</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit., p.268.

<sup>390</sup> *Tribuna da Imprensa*, 30/08/1961, p. 01.

No entanto, essa argumentação caía novamente no mesmo impasse da questão da maioria absoluta de votos para eleger o presidente, pois a Constituição de 1946, em seu artigo 79 deixava disposto que: “substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República”<sup>391</sup>. Ou seja, a Carta não se dedica realmente a dizer detalhes sobre situações que impedissem o presidente a se manter no cargo, logo fica subentendido que qualquer situação que provocasse a vacância do cargo presidente, daria ao vice o direito de assumi-la. Porém, mais uma vez, Lacerda se utilizou mais do caos que essa argumentação podia causar do que com a comprovação dessa tese.

Lacerda também voltou a explorar a existência de uma suposta ameaça comunista com a presença de Jango no governo, visando gerar um estado de pânico na população que pudesse oferecer credibilidade a um possível golpe de Estado. No entanto, de acordo com Marina Mendonça<sup>392</sup>, o governador não se limitou às acusações de envolvimento de Jango com os comunistas e com práticas de corrupção, mas também implantou uma violenta censura à imprensa para evitar que circulassem jornais que denunciasses articulações golpistas contra a posse de Jango ou aqueles que falassem sobre os movimentos de resistência em prol da posse dele, liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

A atitude de Lacerda ia contra os princípios democráticos de defesa da liberdade de imprensa, de modo que chegou a ser ameaçado de expulsão pela ABI com o apoio de proprietários de diversos jornais. Essa atitude remonta a marca de Lacerda em ser ambíguo em seu discurso e prática,

Permitindo-lhe aparecer como defensor incondicional da democracia, mesmo que ao preço da quebra da ordem democrática; de outro, o empenho em se apresentar como herói e mártir, sacrificando-se sempre em nome da pátria<sup>393</sup>.

Conforme a situação política se encaminhava em favor da posse de Jango, Lacerda foi se tornando implacável contra a possibilidade de seu governo mantendo o que considerava empenho pela manutenção da democracia, não hesitando em usar dos mais diversos e enfáticos recursos para “demonizar” o presidente e os comunistas, fazendo com que sua defesa ao golpe de Estado favorecesse cada vez mais sua imagem de herói e salvador da pátria. Percebe-se que ao longo da experiência democrática, Lacerda buscou representar esse papel de salvador com vistas a se tornar um grande líder e chegar à Presidência da República.

---

<sup>391</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm).

<sup>392</sup> MENDONÇA, Marina. Op. Cit.

<sup>393</sup> Ibidem, p. 270.

Diante da decepção com Jânio, aumentou a expectativa de Lacerda de que, somente chegando ao poder, sua noção de democracia seria colocada em prática, como já era possível perceber durante o seu governo na Guanabara, porém o caminho que percorreu em torno de tirar Jango da Presidência o levou a contribuir com o golpe que levou os militares a tomarem o poder e instaurar a ditadura que privou sua carreira política e, principalmente, a democracia.

#### 4 A DEMOCRACIA E SUA RELAÇÃO COM POLÍTICA, ECONOMIA, ANTICOMUNISMO E SOCIEDADE EM CARLOS LACERDA

O presente capítulo tem como objetivo fazer um panorama dos principais aspectos do pensamento de Carlos Lacerda em questões pontuais como: política, economia, questões sociais e o anticomunismo, tendo como foco compreender como elas estavam atreladas a sua perspectiva de democracia. Conhecer esses aspectos é fundamental para compreender a maneira como a ideia de democracia de Lacerda permeava suas ações em diversas áreas e, principalmente, permite esclarecer como ele construiu sua imagem como representante da democracia.

As principais fontes que se tem sobre as ideias políticas do ex-governador da Guanabara são seus discursos, suas obras, seus editoriais, suas entrevistas e seu depoimento compilado em livro no fim dos anos 1970. Diante da análise dessas fontes, percebe-se que Lacerda se dedicou em se projetar no cenário político nacional como um democrata, considerado também a maneira como ele fez tal projeção. Lacerda não se preocupou, ao longo de sua carreira, em se encaixar em definições ideológicas como liberal, conservador, nacionalista, de direita ou de esquerda. Ao ser indagado sobre seu posicionamento político ou se identificar com alguma corrente política, ele preferia se intitular um “democrata cristão”<sup>394</sup>.

Denominava-se democrata por acreditar que a democracia é o regime político mais maduro e possível de nutrir-se da relatividade das soluções, baseando-se em exemplos e análises, “fugindo ao perigo das sínteses e das generalizações teóricas”<sup>395</sup>. Assim, aquele que idealiza a democracia deve ser pragmático e não se aprisionar “nem pelas fórmulas, nem pelas prevenções pessoais ou doutrinárias”<sup>396</sup>. Também se denominava cristão, pois acreditava que não bastava oferecer atenção apenas à moral política, mas também era necessário que a base da sociedade ocidental fosse cristã<sup>397</sup>.

Ao buscar as definições políticas que Lacerda concede a si mesmo, deve-se atentar para o fato de que há intenção de sua parte e dos organizadores de suas obras e depoimentos em mostrar que suas versões sobre a história e os acontecimentos são as mais fidedignas possíveis, haja vista que partem da perspectiva jornalística da objetividade e veracidade da imprensa. No

---

<sup>394</sup> DULLES, John W. F. Op. Cit..

<sup>395</sup> Apud BERLANZA, Lucas. Op. Cit, p. 55.

<sup>396</sup> Ibidem.

<sup>397</sup> BERLANZA, Lucas. Op. Cit.



entanto, Michael Pollak<sup>398</sup> alerta que para a construção da memória e a narrativa dos acontecimentos e interpretações do passado que se deseja salvaguardar, existem tentativas, que podem ser conscientes ou não, de definir e reforçar sentimentos de pertencimentos. Por isso, a referência ao passado busca manter a coesão de grupos e instituições que compõem a sociedade. O autor afirma que:

O trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. Toda organização política, por exemplo - sindicato, partido etc., veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. [...] Esse trabalho de controle da imagem da associação implica uma oposição forte entre o "subjetivo" e o "objetivo", entre a reconstrução de fatos e as reações e sentimentos pessoais.<sup>399</sup>

Nesse sentido, o seu livro de memórias reconstrói sua imagem como democrata convicto, avesso a conspirações e livre das acusações que lhe eram mais comuns: “a de que agia sempre cheio de ódio e a de que era incoerente e contraditório”<sup>400</sup> Exemplo disso é que, na introdução do Depoimento<sup>401</sup>, feita pelo seu sobrinho, Claudio Lacerda Paiva, são questionadas algumas referências que eram feitas à pessoa de seu tio, como: “reacionário”, “vendido”, “fascista” e classifica o livro da seguinte forma:

É preciso ficar bem claro que não se trata de uma biografia ou de um livro de memórias. Trata-se apenas de um depoimento jornalístico feito sem outra finalidade do que a de deixar Lacerda fazer livremente de sua vida política; contar o que fez, o que deixou de fazer e dar sua interpretação pessoal sobre cada um desses acontecimentos. Gostaria de chamar a atenção do leitor para uma frase de Lacerda: Depoimento é depoimento, quem quiser que conteste e dê a sua versão<sup>402</sup>.

O autor da introdução do livro, quando afirma que não se trata de uma biografia ou memória, coloca-o na condição de depoimento jornalístico, em que, conforme a Teoria do Espelho<sup>403</sup>, entende que existe total objetividade e realidade no relato jornalístico, portanto seu

<sup>398</sup> POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

<sup>399</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>400</sup> QUELER, Jefferson José. Tensões entre memória e história em testemunhos: Getúlio Vargas e seu legado político nos relatos de Samuel Wainer e Carlos Lacerda. *Revista Tempo e Argumento*, vol. 2, núm. 1, pp. 52-70, 2010, p. 55.

<sup>401</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit.

<sup>402</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>403</sup> Esta teoria é a mais antiga tentativa de explicar os processos que envolvem a profissão. Ela é constituída de acordo com os conceitos do Positivismo, movimento filosófico do século XIX desenvolvido pelo filósofo francês Auguste Comte. Este pensamento enxerga o jornalista como um comunicador desinteressado que não reproduz nenhum tipo de ideologia ou opinião pessoal na reportagem, apenas conta os fatos como são da forma mais objetiva e imparcial possível.

<https://portaldeperiodicos.unibrazil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/1849>

conteúdo não deve ser questionado. A noção de depoimento também está associada com outra questão que a de "testemunha", o que confere um tom de relato verossímil, verídico.

No trecho em que Lacerda afirma que “Depoimento é depoimento”, endossa essa visão que o autor se utiliza sobre reprodução literal da realidade, e que sua versão só pode ser contestada na medida em que outra pessoa possa narrar como viveu aquela realidade. Portanto, deve-se considerar o intuito dessas obras de construir uma visão do passado para interpretação do presente e perspectivas do futuro<sup>404</sup>.

Deve-se considerar, porém, que os denominados “depoimentos jornalísticos” ou “memórias”, podem ser contextualizadas à ideia de “memória historicizada” defendida por Pierre Nora. Nessa perspectiva, o autor distingue história e memória, a fim de rever a maneira como esta era estudada no século XX. Trata-se de uma memória que cede espaço para a História, transforma o passado em discurso intelectual e artificial, voltado para o universal e desprovido de afetos. Isso explica, para Nora, o motivo do aumento de pessoas que se debruçam em arquivos e também o interesse das pessoas em escrever a história de si mesmas<sup>405</sup>.

Acontecimentos marcantes do século XX, como a Segunda Guerra Mundial e, na América Latina, os regimes ditatoriais civis-militares destinaram maior relevância à memória. Nesse sentido, esta colabora para esclarecer os acontecimentos num momento em que houve inviabilidade em produzir documentação histórica. No caso específico da América Latina, alguns grupos sofreram perseguição e repressão do Estado, de modo que da memória desses grupos, saíram diversos discursos de memórias individuais que desejavam ser ouvidas diante da diminuição do papel do Estado como aquele que guarda a memória nacional, já que o próprio Estado a tratou de sufocar enquanto regime ditatorial.

Gilberto Velho<sup>406</sup> aponta a perspectiva de que um projeto depende de uma conduta organizada para alcançar um fim. Nesse sentido, a memória ganha consciência e valor, pois colabora com o relato biográfico por meio da organização da trajetória que visa legitimar o presente partindo do passado. Essa concepção colabora bastante para compreender o trabalho de memória que Lacerda faz com suas obras, entrevistas e depoimentos. Ele produz seu livro de memórias durante o período em que estava cassado, olhando para o passado para construir a imagem que sempre buscou: ser a solução para o Brasil, o paladino da democracia. Reforçar essa imagem no período da ditadura civil-militar era um fator que possibilitaria retomar a carreira política, ainda com a proposta de chegar à presidência. O objetivo não foi alcançado,

---

<sup>404</sup> QUELER, Jefferson José. Op. Cit.

<sup>405</sup> NORA, Pierre (org.). Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1984.

<sup>406</sup> VELHO, Gilberto. Op. Cit.

já que ele faleceu alguns anos antes do regime ditatorial ter fim, mas todo seu esforço em construir essa imagem, analisando sua trajetória foi simbólica e carregada de sentido.

Ao conceder depoimentos, entrevistas ou elaborar materiais escritos sobre sua atuação política, usava a estratégia da desqualificação da imagem do outro em prol de mostrar o motivo de estar em oposição. Além disso, o fato de estar na oposição de alguém desqualificado por ele já seria o motivo para que as pessoas acreditassem que ele era melhor, pois ele se mostrava ser tudo de bom que a outra pessoa não era<sup>407</sup>.

A pessoa usada como referência de Lacerda para essa estratégia foi Getúlio Vargas, principalmente nas décadas de 1940 e 1950. O ex-presidente é retratado, em seus relatos, como um homem indeciso e autoritário, próximo às ideias fascistas já que, segundo ele:

Getúlio conseguiu dar um golpe que era uma mistura estranha entre fascismo, (...) e até um vago socialismo. Mas mesmo para dar o golpe Getúlio hesitava — foi sempre um hesitante, um vacilante; nunca foi um homem de decisões. As decisões é que vinham ao seu encontro. Podemos dizer que ele sempre foi um filho legítimo do oportunismo. Foi um grande oportunista<sup>408</sup>.

Ele discorre mais sobre isso em um capítulo de seu depoimento, o qual intitulou de “Getúlio era absolutamente incompatível com um regime democrático”<sup>409</sup>. Com isso, Lacerda delineava e apresentava sua ideia de democracia a partir dos pontos que ele criticava Vargas, de modo que a atuação do ex-presidente em relação ao que o jornalista chamava de democracia era oposta, portanto associada à ditadura e ao autoritarismo fascista.

Dessa maneira, Lacerda buscou afirmar sua personalidade democrática, alegando que a defesa da democracia seria o vetor da sua vida. Essa tentativa ocorreu ou pela recorrente afirmação dessa identidade ou pela desqualificação do outro para legitimar a sua concepção de democracia. Admirador de Rui Barbosa como foi, Lacerda se inspirava nele para utilizar do argumento retórico em seus depoimentos e discursos e, levando em consideração o potencial persuasivo desse argumento, carregado de subjetividade e representações, faz-se necessário o exame cuidadoso dessas fontes em relação às suas intenções<sup>410</sup>.

#### 4.1 Aspectos políticos da concepção de democracia em Lacerda

<sup>407</sup> AULER, Isabel C. F. As memórias de Carlos Lacerda: “só sei que não vou por aí”. *Revista Escrita*, Número 11, Ano 2010.

<sup>408</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit., p.35.

<sup>409</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>410</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Após o rompimento com os comunistas e a aproximação com membros da intelectualidade católica, Lacerda também se aproximou do liberalismo, considerando essa ideologia como caminho para exercer a oposição ao regime pós-45 que, no seu ponto de vista, ainda precisava ser reformado para que de fato a democracia pudesse existir no país. Pode-se inferir, então, que quando se trata dos aspectos políticos de Lacerda em relação a sua concepção de democracia, temas como liberalismo, cristianismo/catolicismo e comunismo surgem sendo, ao mesmo tempo, causa e consequência de sua visão de mundo.<sup>411</sup>

Em seu livro “O Poder das Ideias”, publicado em 1963, no qual Lacerda expressa mais diretamente o que era necessário fazer para que o país chegasse à “verdadeira” democracia, ele apresenta o liberalismo como uma recusa às duas formas de poder autoritário: o fascismo e o comunismo, que, em sua opinião, eram “irmãos gêmeos”<sup>412</sup>. Dizia que “onde se lê fascismo, leia-se comunismo – pois, sob diferentes aspectos, têm a mesma essência”<sup>413</sup>.

O fascismo e o comunismo se configuravam, em sua opinião, como ameaças ao desenvolvimento da democracia. No cenário brasileiro, o que estaria mais próximo dessas correntes seria o período governado por Vargas e seu legado que chegou até a década de 1960 com João Goulart no governo. Dessa forma, o liberalismo surgia como sinônimo da liberdade em detrimento do “espírito totalitário”, buscando o “espírito da liberdade contra o espírito de porco, isto é, o imundo totalitário”<sup>414</sup>. Lacerda assegurava que:

Como democratização da vida brasileira entendo, precisamente, a disseminação da propriedade e não a estatização da economia; o planejamento administrativo e não a centralização executiva. A utilização da insubstituível liberdade de iniciativa, sem a qual não existe democracia; pois o direito de produzir e de consumir, respeitadas as limitações do bem comum, é tão inerente à democracia quanto o de falar e o de votar, que também comportam limitações ditadas pelo bem comum. Pode haver Estado rico, mas não há povo próspero onde se nega ao povo, e somente ao Estado se permite, o direito de prosperar<sup>415</sup>.

O conceito de democracia para Lacerda, inclusive, parte da crítica aos formalismos jurídicos por considerar que o “verdadeiro” regime democrático não se limita a procedimentos ou instituições, mas se preocupa efetivamente com o interesse do povo. Para ele, democracia significa “vida livre e decente, pão, carne, leite, escola, hospital, eleição sem suborno, oportunidades iguais para todos, estímulo a todas as capacidades”<sup>416</sup>.

<sup>411</sup> SARLO, Beatriz. Op. Cit.

<sup>412</sup> LACERDA, Carlos. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1962. P. 23

<sup>413</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 11.

<sup>414</sup> LACERDA, Carlos. “O inquérito e o governo”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20 abril, 1948. p.2.

<sup>415</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 24.

<sup>416</sup> LACERDA, Carlos. “Ação, reação: transação nunca – 14/03/1946”. In: BRAGA, Sergio Soares (ed.), *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a constituinte de 1946*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

Do lado democrático seria preciso haver quem sustentasse o esforço de reorganização social, de reforma democrática do Brasil, ou melhor, de reforma do Brasil para a Democracia, tendo a capacidade de transformar o mundo pela força das ideias. Naquele contexto, Lacerda afirmava: “não temos essa capacidade. Ninguém, sozinho, a pode ter. Mas temos as ideias. E confiamos em seu poder”<sup>417</sup>. Além disso, defendia que:

A democracia exige a formação de uma elite dirigente, porque ela é ou deve ser o governo dos melhores, escolhido pela maioria. Ela exige que a maioria seja capaz de escolher os mais capazes. Por isto é que ela é lenta para se estabelecer e se aperfeiçoar. Mas, não cessa nunca o seu processo de melhoria. Por isto, ainda, é que ela não cabe numa ideologia, transcende os quadros, por mais amplos, de uma doutrina. É um estado de espírito que se traduz por providências e medidas, antes que por formulações abstratas. É uma doutrina, mas só se define em ação. Se chegasse a ser uma filosofia, seria inteligível apenas pela sua aplicação prática. Isto não a humilha nem a destrói. Ao contrário, é o que lhe dá grandeza. [...] em certo sentido, o verdadeiro idealista - na democracia - é pragmático. Não se deixa aprisionar nem pelas fórmulas nem pelas prevenções, pessoais ou doutrinárias. Mas, isto exige maturidade, força de convicção, capacidade de ação<sup>418</sup>.

Lacerda se refere à existência de uma Democracia com “D” maiúsculo, verdadeira, enquanto trata a ideia de democracia dos comunistas com “d” minúsculo para ressaltar o que ele julga uma ideia falsa ou errada de democracia<sup>419</sup>. Defendia a crença de que era possível organizar o Brasil em bases democráticas autênticas, onde não existiriam tiranias nem pessoais nem partidárias e menos ainda de grupos econômicos e classes sociais, desde que houvesse uma clara separação “inconfundível e inconciliável” entre Democracia e Comunismo, acrescentando também o Fascismo.

Ainda quanto a relação entre política e democracia, Lacerda dizia que para que a mesma fosse verdadeira não bastava liberdade de voto, pois isso não garante que serão escolhidas pessoas capacitadas para as funções públicas, logo o povo deveria ser capaz de escolher os “melhores” para evitar as possíveis versões imperfeitas da democracia.

Não basta governo do povo e muito menos governo para o povo, é preciso, para que haja democracia, o governo exercido pelo povo... isso só se efetua pela participação de seus representantes no temas fundamentais da vida popular, a sua vida em comum com o povo, na comunhão de sentimentos de aspirações, de necessidades e reivindicações<sup>420</sup>.

As primeiras definições e críticas que Lacerda fez sobre o que era a democracia, como ela deveria ser alcançada e mantida são apresentadas no ano de 1946, pois é justamente quando

---

<sup>417</sup> Ibidem. P. 11.

<sup>418</sup> Ibidem. p. 21.

<sup>419</sup> Ibidem.

<sup>420</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 155.

acontece o início da transição de um regime ditatorial para um democrático. Então, ele apresenta noções de como os partidos deveriam se organizar, como o povo poderia ter acesso à democracia, como romper com as velhas políticas que julgava autoritárias, enfim, contestar a ordem vigente e estabelecer diretrizes para seguir rumo à democracia verdadeira. Naquele ano ainda, Lacerda apresentou em uma de suas crônicas do jornal *Correio da Manhã*, um conjunto de perguntas que, segundo ele, precisavam, urgentemente, de respostas para refletir sobre o papel dos políticos e do povo para atuar em oposição aos resquícios da ditadura. Os questionamentos apresentados foram:

Existe partido popular sem povo?  
 Quando o povo erra é ele o culpado ou são seus líderes?  
 Que preferem os velhos políticos? Sobreviver reacendendo o seu fanado prestígio em termos compatíveis com nossas realidades, ou parecer sem grandeza, na melancolia dos seus monólogos?  
 Como interessar o povo senão organizando-o para a defesa de seus interesses?  
 Existe alguma possibilidade de organizar as classes médias, conjuntamente com as classes pobres?  
 Que é melhor: lutar organizadamente na oposição, com raízes no esclarecimento do povo, ou transacionar com o governo do sr. Dutra, procurado amansar-lhe os impulsos reacionários?  
 Até que ponto o povo das “filas” se interessa por demagogia?  
 Deve-se ou não utilizar, em favor dos ideais democráticos, a demagogia que seus inimigos usam contra ele?<sup>421</sup>

A resposta veio em outra crônica no dia 31 de março, com o título: “Povo não é figura decorativa”. Abriu o texto chamando atenção para que “o intolerável abuso que se tem feito da palavra *povo* corresponde muito bem ao erro tão vulgarizado que consiste em considerar o povo uma figura decorativa, própria para peroração”<sup>422</sup>. Então, chama o povo a encontrar com ele as respostas, uma vez que atribuía como verdade o fato de que:

Nunca tivemos partidos populares com base e condições de permanência. Já são por demais conhecidos os exemplos históricos, e ainda recentemente Afonso Arinos, o Moço, traçou magnificamente um esboço desse quadro desalentador que é o da ausência de partidos na vida política brasileira<sup>423</sup>.

Sobre as respostas ele concedeu especificamente algumas questões que pontuou mais necessárias.

Existe sim, a possibilidade de um partido popular sem povo. O exemplo do Partido Comunista está aí. [...] ele pode, como minoria ativa, compacta, contida na rigidez de uma disciplina fanática, manobrar grandes massas – e , portanto fazer, ao menos superficialmente, uma política popular. [...] digamos, portanto, que pode existir um partido popular sem povo – mas com a condição de não pretender atingir a

<sup>421</sup>LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 166.

<sup>422</sup>Ibidem, p. 223.

<sup>423</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit.

democracia. Pois, a democracia, não sendo um fim em si mesma, sendo acima de tudo um processo, um modo de viver que a cada instante se realiza, não pode ser atingida através de tais processos de tutela ou de substituição do povo autêntico pelo “povo” eleitoral ou pelo “povo” demagógico de tais partidos<sup>424</sup>.

Lacerda apresenta o exemplo do comunismo para mostrar que este não é democrático, que a democracia precisa respeitar a autenticidade do povo, suas necessidades, interesses, numa perspectiva da realidade vivida. Para ele, a comunicação com o povo “apenas” para garantir voto não é democracia, pois o sufrágio é um princípio democrático a ser respeitado, mas ele, em si, não garante a soberania do povo. Então, este estaria sendo usado para manter interesses antigos dos que estavam no poder.

Em relação à segunda pergunta, se o povo errou nas eleições, ele afirmava que:

A maior parte da responsabilidade recai sobre a inexperiência do povo, estonteado pela propaganda, desorientado pela defecção de vários líderes prestigiosos – como era então o mártir Prestes -, pela desmoralização resultante de longos anos de perturbação dos sentidos e da inteligência<sup>425</sup>.

Mas ressaltou:

Foi o povo culpado? Não se pode dizer que sim, a não ser que se prefira desconhecer os erros e as omissões de muitos líderes da campanha. [...] seja como for, do resultado não se pode culpar o povo. Pois, se verdadeiramente se compreende a democracia, há que concordar que aqueles que não são entendidos pelo povo culpem-se a si próprios e não a este. [...] qualquer povo, nas mesmas condições, votaria no mesmo modo. [...] se não há, portanto, motivos para culpar o povo, também não há por que desanimar. Pois ele é a fonte da democracia, como se sabe; e se está são, apesar de tudo, em vez de temer o que de deve é ousar<sup>426</sup>.

Em relação a terceira pergunta, na qual questionava se os velhos políticos estavam dispostos a dialogar ou a manter o que ele chamou de monólogos, afirmava que o povo é a fonte da democracia, portanto era preciso privilegiar o contato com o mesmo. Sua proposta é de que o povo deve ser o foco da democracia, porém ainda não estava preparado para exercê-la, dependendo de ser conduzido por lideranças que o integrasse no sistema democrático, por isso a cobrança pelo contato. Sobre isso, então, ele argumenta que “os políticos falam em “povo”, organizar o povo, interessar o povo. No entanto, concretamente, estamos vendo omissões gravíssimas”. Dentre essas omissões destaca:

A “ausência de atos públicos (comemorações, conferências cursos, debates, fóruns, exame de problemas específicos de interesses de uma classe ou de um setor da população por especialistas interessados diretos, celebração de datas da democracia

<sup>424</sup>Ibidem, p. 224.

<sup>425</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 225.

<sup>426</sup> Ibidem, p. 227

et.; deficiência de exame dos problemas cotidianos, locais, nacionais e internacionais, objetivando fixar a posição do movimento democrático em face de cada um deles, de modo a justificar a confiança do povo na vigilância e na presença constante de seus líderes<sup>427</sup>.

Esse pensamento defendido ainda na década de 1940, pôde ser percebido, na prática, quando Lacerda assumiu o governo da Guanabara, em 1960, como veremos mais adiante. Uma das características de seu governo foi a sua presença durante a execução das obras que tanto lhe deram a fama de construtor de estados, comparecer e discursar na inauguração das mesmas e frequentar as comunidades mais carentes para dialogar com a população. Naquela conjuntura, a maneira que encontrou para possibilitar e incentivar a participação popular diante da nova realidade política que se apresentava foi abrindo espaço no jornal para que os leitores enviassem cartas e expressassem suas opiniões, para que ele pudesse investigar ou cobrar posicionamentos dos políticos sobre os assuntos sobre os quais o povo estava apresentando<sup>428</sup>.

Durante a década de 1950, manteve essa relação em seu próprio jornal e atendendo telefonemas em suas aparições na recém-chegada televisão. A relação que tinha com os meios de comunicação e a facilidade de se utilizar da retórica facilitou bastante a construção da imagem de Lacerda como o homem que seria capaz de encaminhar o país à democracia.

Para Lacerda o fato de o povo não estar habituado com o voto e com a possibilidade de se expressar durante tantos anos de ditadura, fazia com que a transição para a democracia estivesse incompleta, pois primeiro era necessário preparar o povo, educando-o e dando-lhe voz. Sem isso, ele afirmava que o governo instaurado em 1946 podia ser considerado uma “neo-ditadura eleitoral” ou uma “neo-ditadura eleitoralizada”, na qual se manteria a dinâmica autoritária. E, nessa dinâmica, o povo exerceria um voto influenciado e manipulado para manter os interesses dos governantes e não os seus. Na concepção de Lacerda, os velhos políticos não estavam interessados em ouvir o que o povo precisava ou desejava<sup>429</sup>.

Desse modo, deixa claro, mais uma vez, o motivo de manter aberta sua coluna do jornal para receber as cartas dos leitores e mostrava que essa prática tinha adesão das pessoas, pois:

Onde quer que encontrem uma possibilidade de compreensão e entendimento, para desabafar. Todo o povo está nesta situação: ele precisa dar saída à carga deprimente que lhe oprime a consciência: o aviltamento da ditadura, a afrontosa humilhação de cada dia na porta das quitandas, nas filas, em toda parte, a cada minuto. Muitas dessas cartas são anônimas, o que impede que lhes possamos dar resposta, como procuramos, de acordo com as disponibilidades do nosso tempo, fazer em cada caso, dirigindo-se ao signatário. É que nem todos se habituaram ainda a confiar. Oito anos de censura postal, de polícia a cada instante, de denúncias e infâmias bastam para fazer sentir aos tímidos a conveniência de se protegerem. Mas já muitos assinam o próprio nome e o endereço, o que lhes dá outra autoridade e muito mais confiança, ainda quando não se

---

<sup>427</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit.

<sup>428</sup> Ibidem.

<sup>429</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 269.



usem, por qualquer motivo respeitável, essas indicações de identidade. Seja como for, a expansão da correspondência desta coluna, destinada a dar ao povo um balanço diário dos trabalhos do Congresso, demonstra a par de um crescente interesse dos cidadãos pelos trabalhos da Assembleia, uma não menos animadora compreensão dos deveres e direitos de cada um em relação à vida pública<sup>430</sup>.

Essa “abertura” ao povo ilustra a perspectiva de Lacerda em preparar o povo para aprender a exercer a democracia, não só no momento das eleições, mas em manter a vigilância em relação ao trabalho de seus representantes. A função da cobrança, da fiscalização, do questionamento sempre foi explorada por Lacerda em sua trajetória como jornalista e político. Então, na medida em que o povo aprendesse a exercer essa vigilância e exigisse mais do trabalho dos políticos, teria mais autoridade e legitimidade, como ele julgava ser necessário para existir a democracia, quando afirma que o povo é a fonte da sua existência.

Para ele, a ausência das verdadeiras elites no poder era a origem da crise brasileira, bem como a responsável pelas mazelas nacionais. O fato de o povo ser defasado de intelectualidade, isto é, não ter boa formação educacional, segundo ele, tornava-o vulnerável aos líderes demagógicos que não teriam intenções honestas com a democracia. O desenvolvimento do país dependeria do uso da razão e o povo brasileiro ainda não estaria apto para tal. Nesse caso, o estrato social que se mostrava em ascensão do nível cognitivo, ou seja, que possuía maior formação escolar seria a classe média. Para Lacerda, o “homem-comum” da verdadeira democracia não se encontraria no povo já que esse ainda incapaz de “estabelecer ligação entre o fato político e os seus interesses cotidianos”. Estaria nas classes médias que, por serem capazes de racionalmente superar o regime das necessidades e interesses mais básicos, mostram-se aptas à ação política<sup>431</sup>.

Em suma, para Lacerda o homem de classe média é visto como o verdadeiro esteio da democracia, o que esclarece o grande apoio que possuía por parte dessa classe. Sendo assim, direciona seu discurso em prol desse segmento, para afirmar sua ideia de democracia verdadeira. No entanto, deixava claro que, para que as classes médias pudessem conduzir o processo democrático até que o povo estivesse apto, elas também precisariam se organizar, sendo necessário torná-las interessadas a comparecerem e participarem dos eventos que as aproximassem do povo. Nesse caso, Lacerda via como eventos possíveis para gerar interesse das classes médias, aqueles que possuíssem como temática, problemas concretos sobre a vida

---

<sup>430</sup> Ibidem.

<sup>431</sup> LACERDA, Carlos. “O pão de cada dia – 31/03/1946”. In: BRAGA, Sergio Soares (org.), *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a constituinte de 1946*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

cotidiana: “transportes, o açúcar, o leite, o pão, palestras de líderes democratas que nos visitem”, atrelado outrossim aos concertos e festividades.

Também defendia a formação de uma Universidade livre, cursos livres de extensão universitária, séries de palestras com debates públicos. Segundo ele:

Tudo isso se pode e se deve fazer urgentemente, para formar quadros e interessar sobretudo a juventude e muito especialmente a mulher, que hoje, no Brasil, lê muito mais do que o homem e, como acaba de provar a campanha de Eduardo Gomes, muito mais dedicadamente se entusiasma do que qualquer um de nós, talvez mesmo porque compreenda quanto depende da melhoria do presente a futura felicidade dos seus filhos<sup>432</sup>.

Lacerda destacava a importância de realizar obras de assistência social, como “ambulatórios, clínicas, visitadoras, formação de grupos que percorram os bairros das cidades e interior do país, numa troca de serviços, levando elementos de educação e trazendo subsídios para observações sociológicas, etc.” Ressaltava que para essas atividades seria preciso muito dinheiro mas, que para algo tão necessário, era importante dar o primeiro passo para levar às melhorias. Após mencionar suas visões sobre a participação do povo e das classes médias para a construção da democracia, resumia que seu posicionamento diante do governo Dutra seria o da oposição para que não ocorresse nenhum avanço ditatorial do governo, enfraquecendo o movimento democrático.

O político considerava que o voto seria o cumprimento de um mero formalismo jurídico, representando os interesses dos que ainda desejavam que o povo se mantivesse em situações precárias. Isso se explicava, em sua opinião, pelo fato do povo ainda ser carente do discernimento necessário ao exercício da democracia, já que possuíam limitações educacionais e falta de conhecimento sobre questões políticas. Nesse caso, o recurso à exceção se mostrava a Lacerda como uma via, senão a única, para um futuro menos obscuro para o país, até que as eleições fossem realizadas por um povo preparado.

Na sua perspectiva, o voto viciado e a incapacidade de escolher “os melhores” como seus representantes, fazia do Estado brasileiro ilegítimo no que diz respeito à democracia. Lacerda pontuava que, apesar de parecer estar em prática um regime democrático, na verdade, praticava-se um regime autoritário que se aproveitava da ignorância de seus eleitores para se manter no poder. Por isso, Lacerda considerava que era necessário afastar as antigas e dominantes elites, uma vez que estas apresentavam influências do autoritarismo.

---

<sup>432</sup> Ibidem.

Para romper com essa tradição apresentava a ideia de oposição entre o que chamou de “país legal” e “país real”, de modo que a democracia seria alcançada com a superação da aceitação da formalidade e da legalidade apenas, mas reconhecendo a realidade do povo e as vias concretas de alcançá-la. Mais tarde, em 1977, na época da elaboração do livro de memórias, Lacerda esclareceria esses conceitos:

“O país legal era esse do PSD, da eleição, do PTB, etc.; e o país real era o país que carecia de reformas profundas, inclusive para acabar com o poderio dessa gente; para acabar com as oligarquias; para acabar com o peleguismo. Enfim, dar à democracia aqueles instrumentos sem os quais o simples ato de votar não significava um ato democrático, porque era precedido por uma tal máquina antidemocrática, que o resultado só poderia ser contrário ao interesse legítimo do progresso da democracia”<sup>433</sup>.

Então, ao se compreender como um verdadeiro democrata, Lacerda julgava-se no dever de lutar com todos os recursos possíveis para mudar essa situação e modificar vícios autoritários que percebia ainda na conjuntura vigente. Os meios golpistas representavam uma reação contra o que ele chamava de golpes perpetrados pelos varguistas, uma vez que, ainda na vigência do mandato de Vargas, já não existia, em sua visão, uma efetiva ordem democrática<sup>434</sup>.

A verdadeira representação política ultrapassa em muito as simples formas legais e institucionais, pois demanda o inaudito, os momentos nos quais a virtude da ação individual inova e cria os fundamentos necessários para o novo mundo. A rotina modorrenta da forma democrática revelaria toda a precariedade que ainda vigorava no país, enquanto que nos momentos de exceção a efetiva política mostraria o seu rosto<sup>435</sup>.

Em busca de soluções para o ordenamento jurídico vigente ao fim do governo de Vargas, em 1954, Lacerda defendia a concessão de plenos poderes ao Executivo, bem como o adiamento das eleições, já que em razão do trágico fim de Getúlio Vargas, o povo não estaria em condições de escolher. Em discurso na Câmara afirmava que:

No processo de revalorização para dar autenticidade à democracia brasileira, para que a massa popular possa intervir no processo eleitoral sem as deformações a que é submetida pela miséria, de um lado, dos problemas sem solução legal e, de outro lado, pela propaganda e pela corrupção desenfreada; mais cedo ou mais tarde será indispensável—e antes cedo que tarde demais—conceder plenos poderes a fim de que o Poder Executivo possa legislar sobre aquilo que em causa própria não pode fazer a Legislação (protestos) uma lei que permita a criação e o funcionamento de Partidos autênticos no Brasil, para a criação de um corpo eleitoral expurgado dos vícios que atualmente o deformam, de tal modo que se acabem os currais eleitorais e se dê ao voto a verdade sem a qual o voto é pior que a ausência dele, porque é a consagração

<sup>433</sup> LACERDA, Carlos. *Op. Cit.*, p. 161.

<sup>434</sup> CHALOUB, Jorge. *Op. Cit.*

<sup>435</sup> LACERDA, Carlos. *Op. Cit.*, p. 107-108.

da desonestidade. O que se faz no Brasil é recorrer ao voto para coonestar o arbítrio, a corrupção e a coação<sup>436</sup>.

Os recursos de exceção se mostravam necessários a ele pelo fato de que seus aliados tiveram sequentes derrotas nas urnas, o que mostrava que não havia possibilidade de implantarem seus ideais por via do voto.

As seguidas derrotas nas urnas demonstravam que não havia mais possibilidade de mudança pelo voto, “pois se antes havia a esperança de reforma pela eleição, hoje sabemos todos que nem a eleição pode mais, por si mesma, livrar esse país dos resíduos fascistas que o envenenam e o corrompem...”<sup>437</sup>.

Lacerda justificava essa ideia afirmando que os resultados eleitorais ainda eram amparados em fraudes e na falta de consciência do povo. Logo, para ele, os políticos atuantes no pós-45 estavam justificando com a legalidade a existência de um regime que não atendia aos princípios de uma democracia. Partindo dessa concepção, o político em questão se dedicou a defender soluções de exceção ao longo de sua trajetória entre 1945 e 1964, como questão necessária para que o país pudesse fazer a transição para a democracia antes que fosse dominada pelo resquício<sup>438</sup> da ditadura varguista (década de 40 e 50) e pelo comunismo (início dos anos 60).

Vale lembrar que, como mencionado no capítulo anterior, as soluções de exceção deveriam ser realizadas por meio da força, contando, para isso, com a ação dos militares que teriam condições práticas de tomar o poder. Assim, seriam eliminadas as “ameaças” ao regime democrático, para que, sem perigo iminente, o país pudesse realizar a transição para a democracia, não sendo mais necessário o uso da força.

As ações de Lacerda em função de apoiar um regime de exceção lhe rendeu a “fama” de golpista e demolidor de presidentes. No entanto, ele se defendia dessa fama, alegando que considerava essa providência em nome da democracia, conforme tratou de resgatar em suas memórias, na década de 1970, quando também buscava se defender da participação no golpe que ajudou colocar a ditadura civil-militar no poder:

Nesse sentido eu era golpista. Foi a mesma coisa em 1964. Eu era a favor de um golpe que evitasse o golpe por via eleitoral. Porque aquela eleição, na minha opinião, era um golpe, que significava a volta da máquina, era o uso da máquina existente para coonestar por via eleitoral o golpe que havia contra o país<sup>439</sup>.

---

<sup>436</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 128.

<sup>437</sup> Ibidem, p.149.

<sup>438</sup> Aqui utilizamos o termo resquício, pois Lacerda considerava que a política pós-45 ainda estava, de certo modo, influenciada por Vargas, podendo levar ao retorno da ditadura, principalmente quando ele mesmo retornou à Presidência da República.

<sup>439</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 162.

Esses posicionamentos de Lacerda demonstravam a imensa capacidade do jornalista para malabarismos verbais que legitimassem aquilo que, ao longo de toda a carreira, constituiu uma das características de sua ação política: o golpismo. Tanto que, anos mais tarde, ainda tentaria explicar a posição assumida na época, deixando claro que, embora defendesse a quebra da ordem institucional, esta se justificaria por se tratar de condição indispensável à construção de sua peculiar concepção de democracia<sup>440</sup>.

Para ele, havia necessidade de estabelecer as condições necessárias para a democracia, garantindo a presença no poder de quem lutaria por ela. Segundo ele:

A democracia é um regime difícil e árduo. Ao contrário do que geralmente se pensa, por culpa de alguns generalizadores bocós, ela não é o regime do homem comum, do homem qualquer, do qualquer um, do homem da rua [...] A democracia é um regime de seleção. Nela devem governar precisamente os melhores e não os “qualqueres”. Os aventureiros devem ser dela banidos precisamente porque ela vive do povo mas não dos que enganam o povo; estes não a fazem viver, estes a matam com suas próprias armas<sup>441</sup>.

Em seu livro “O poder das ideias” Lacerda expõe detalhadamente o seu Manifesto pela Reforma Democrática, no qual aponta as principais áreas que o país precisava aperfeiçoar em prol desta reforma. O livro foi escrito em 1963, momento em que João Goulart estava no poder e em meio à crise que colocava as direitas em seu encalço acusando-o de comunista. Portanto, a temática central do livro e o interesse em apresentar a reforma emergem da urgência em conter o avanço do comunismo, urgência essa que sempre esteve presente no discurso de Lacerda, destacado no prefácio do livro de Suzane Labin.

Não adotar, com urgência, soluções realistas, quem não vê que o Brasil caminha para uma ditadura? Não importa qual, não importa de quem. Mas, é evidente, cada dia mais, que nenhuma nação resiste a tantas crises sucessivas sem que, a certa altura, uma força de ordem se imponha – e quem vai clamar pelo seu advento, na rua, é o próprio povo aflito.<sup>442</sup>

Essa fala expressa o pensamento de Lacerda de que o Brasil vivia uma crise democrática desde 1950, com a eleição de Getúlio Vargas novamente e todo o cenário de disputas de poder após a crise de 1954. Lacerda esteve contra Vargas no segundo governo por se remeter à característica autoritária que o presidente adotou durante o Estado Novo, então todo seu discurso fazia um chamamento para que o Brasil não voltasse à condição de uma ditadura. Por

---

<sup>440</sup> MENDONÇA, Marina. Op. Cit.

<sup>441</sup> *Tribuna da Imprensa*, 16/10/1950, p. 4.

<sup>442</sup> LACERDA, Carlos. Tradução, Prefácio e Notas. In: LABIN, Suzanne. *Em cima da Hora: a conquista sem guerra*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1963. p. 76.

outro lado, mostrava como solução para isso a linha liberal democrática da UDN, mas em especial o seu projeto sobre o que seria o Brasil democrático sob o seu governo.

No contexto de 1963, diante da necessidade de colocar seu projeto em ascensão para 1965, já com a referência do que foi seu governo na Guanabara, Lacerda se isentou até dos termos direita e esquerda para conseguir criar a ideia de união do povo em prol da democracia. Ele afirma que o país tinha uma escolha a fazer:

Não nos falem de “direita” ou de “esquerda”. Os donos do Brasil são ambidestros. Não há incompatibilidade maior entre “esquerda” e “direita”, como já foi demonstrado no mundo em geral e, em particular, no Brasil. O submundo, tosco de ideias e refinadamente intuitivo dos caudilhos não conhece direita nem esquerda senão como rótulos<sup>443</sup>.

O projeto de Reforma Democrática mantinha a maioria dos pontos já apresentados na Carta de Princípios da UDN que Lacerda ajudara a elaborar, em 1962. Os itens apresentados se referem às questões gerais que Lacerda apresenta a nível nacional enquanto proposta para uma estrutura democrática no país no caso de um governo federal, portanto eram medidas ainda não implementadas no governo do estado da Guanabara. Os pontos abordados no texto da Reforma e que estavam sendo experimentados em sua função de governador foram a defesa e prática da descentralização administrativa e a defesa de que a educação seria o fio condutor para alcançar a verdadeira democracia, uma vez que o povo precisava aprender a viver num governo democrático, portanto, na prática isso se fez presente no investimento efetivo na construção de escolas no Estado.

A questão da descentralização administrativa é bem presente no Manifesto pela Reforma Democrática. Essa questão é própria do modo de atuação política de Lacerda no que se entende como pré-requisito para conceber uma política que apresenta resultados, por isso já colocava a descentralização administrativa em prática desde que assumiu o governo da Guanabara. Ele viabilizou a descentralização por áreas e setores por meio da criação das Regiões Administrativas (RAs).

As RAs assumiram funções executivas, ainda que os órgãos centrais do governo tenham mantido autoridade normativa de controle e de fiscalização sobre elas, estabelecendo uma distinção entre planejamento e execução. De fato, os administradores regionais gozaram de ampla autonomia executiva e foram chamados pela população de “prefeitinhos”, como se as regiões administrativas atuassem como verdadeiras prefeituras em cada região da cidade-estado. Essa iniciativa, até então inédita nas metrópoles do mundo contemporâneo, promoveu uma descentralização em ampla escala, mas esbarrou nas resistências dos dirigentes dos órgãos centrais da

---

<sup>443</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit.

administração estadual em perder poderes e na falta de verbas orçamentárias, pois estas tardaram a ser concedidas pela Assembleia Legislativa ao Executivo estadual<sup>444</sup>.

Também foram criadas autarquias com atividades específicas para facilitar a rapidez das ações governamentais, como a Companhia de Progresso do Estado da Guanabara (COPEG) que elaborava os planos de desenvolvimento para o governo do estado; a Companhia Central de Abastecimento (COCEA) que tinha a função de garantir o abastecimento urbano; a Companhia Estadual de Telefones, a Companhia Estadual de Transportes Coletivos (CTC) e a Companhia de Habitação Popular (COHAB).

Para alcançar a eficiência da administração política, Lacerda apresentava a proposta de criar o Estatuto dos Partidos Políticos, em que o número de partidos seria reduzido a um sistema bipartidário, em que pudessem existir várias correntes. Além disso, previa uma reforma interna no Congresso para garantir maior rendimento do trabalho dos parlamentares e a elaboração, votação e fiscalização do Orçamento. Lacerda acreditava que com a descentralização os presidentes, ministros e parlamentares poderiam governar “em vez de apenas confabularem e assinarem papéis”<sup>445</sup>.

Diante da apresentação do contexto em que Lacerda se insere politicamente, conhecendo as principais influências que teve na construção de sua carreira, é possível estabelecer maior conexão com seu discurso e sua prática ao longo do período em que esteve na vida pública. Lacerda tinha planos de chegar à Presidência da República com vistas a implantar sua ideia de democracia para o país. Com base nos princípios aqui abordados, ele elaborou projetos e atuou em momentos decisivos do país para alcançar seus objetivos.

#### **4.2 Aspectos econômicos relacionados à perspectiva de democracia segundo Lacerda**

De acordo com Chaloub<sup>446</sup>, para Lacerda, o meio de organização do mundo não era a economia, mas a política. Isso explica, em parte, o fato de que um dos pontos mais complexos do seu pensamento é seu aspecto econômico, pois não há interesse em aprofundar uma discussão a respeito dos rumos da economia do país, apesar de sua orientação liberal<sup>447</sup>.

Não foi característica de Lacerda se aprofundar nos debates a respeito de como deveria ser a condução econômica do Brasil. No entanto, quando se posicionou a respeito, esteve próximo aos ideais liberais da UDN e dos militares da Escola Superior de Guerra (ESG).

---

<sup>444</sup> FERNANDES, Maria Célia. Op. Cit.

<sup>445</sup> FERNANDES, Maria Célia. Op. Cit.

<sup>446</sup> CHALOUB, Jorge. Op. Cit.

<sup>447</sup> DELGADO, Márcio de Paiva. Op. Cit.

Lacerda atuava no interior das Forças Armadas, alcançando prestígio e influência sobre os militares, tanto que muitos deles se intitulavam lacerdistas. Tal orientação levou os adeptos de suas ideias, ao lado dos liberais-conservadores, serem favoráveis à inserção do Brasil no mundo ocidental capitalista<sup>448</sup>.

Os que se denominavam lacerdistas, por vezes, apresentavam opiniões diferentes sobre a entrada de capital estrangeiro, apesar de que a maioria deles assumia posicionamento favorável a este capital. Um dos momentos em que Lacerda experimentou o que Márcio Delgado<sup>449</sup> chamou de um “surto” nacionalista, foi no período da criação da Petrobrás, em 1951. Na época o jornalista se colocou contra a decisão de Vargas de criar a empresa no modelo de capital misto, renegando a participação do capital estrangeiro na nova empresa, acusando o governo de entreguista. Entretanto, Ana Maria Laurenza nos alerta que:

Essa postura “antiliberal” de Lacerda e da UDN era motivada não só pelo apelo popular do projeto nacionalista em torno do projeto do Petróleo, mas também a vontade de manter uma inflexível e radical oposição a tudo aquilo que fosse iniciativa do governo federal<sup>450</sup>.

Lacerda adotou, em alguns momentos, medidas de cunho nacionalista e protecionista, principalmente se tais medidas fossem na contramão do interesse de seus adversários. Além disso, quando lhe era conveniente, adotava uma retórica populista representante da classe média na cidade do Rio de Janeiro<sup>451</sup>. Um exemplo dessa representação está no estudo realizado por Gláucio A. D. Soares, em 1965, que buscou conhecer os perfis socioeconômicos dos principais candidatos para aquela eleição, mostrando que a população se dividia da seguinte forma:

Dos que possuíam altas ocupações, 42% apoiaram Lacerda, 22% Sérgio Magalhães e 10% Tenório Cavalcanti. Já entre os eleitores de estrato inferior mas de ocupações não manuais, os chamados *white-collar*, Lacerda e Sérgio tiveram a mesma porcentagem de apoio, 31%, enquanto Tenório obteve uma porcentagem menor, 25%. Entre os trabalhadores especializados, Lacerda teve 20%, Sérgio 33%, enquanto Tenório recebeu uma porcentagem maior, 44%. Entre os trabalhadores não especializados ou semiespecializados, o apoio a Lacerda caiu para 7% ficando Sérgio com 13% e Tenório com 21%<sup>452</sup>.

Outro momento em que vemos flexibilidade no posicionamento liberal de Lacerda é durante seu mandato de governador da Guanabara, em que sua atuação foi marcada por uma participação estatal na infraestrutura do Estado. O então governador não manteve grande

---

<sup>448</sup> Ibidem.

<sup>449</sup> DELGADO, Márcio de Paiva. Op. Cit.

<sup>450</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Op. Cit. p.113.

<sup>451</sup> MCCANN, Brayan. Op. Cit.

<sup>452</sup> DEBERT, Guita Grin. Op. Cit. p. 108



fidelidade ao modelo liberal na economia, investindo numa cartilha desenvolvimentista em prol da criação de zonas industriais.

Em relação a isso, Gláucio Soares<sup>453</sup> esclarece que mesmo que toda ideologia se caracterize por haver uma sistematização lógica, não se pode exigir uma coerência inabalável e uma organização completa para considerá-la como tal, pois, no que diz respeito ao homem, as aspirações ideológicas são, com regularidade, contraditórias. Por isso, mesmo se posicionando com maior frequência ao lado dos liberais-conservadores, em alguns momentos apresentava discursos nacionalistas e desenvolvimentistas, o que não é algo extraordinário na política brasileira que, dificilmente, possui algum setor com um posicionamento único sobre qualquer vertente econômica. Dessa maneira, “a contradição está sujeita a qualquer movimento partidário ou de caráter personalista”<sup>454</sup>.

Na proposta de Reforma Democrática de 1963 estava prevista a realização de uma reforma bancária com plena autonomia do Banco do Brasil e formação do Banco Federal de Reservas para sustentar o mercado de crédito, regulando-o se fosse necessário. Previa uma política enérgica de sustentação da moeda e adiamento das despesas consideradas supérfluas. Ainda deixava clara a vontade de realizar uma revisão em todas as leis e regulamentos que impediam o afluxo de capital para o Brasil para que fosse possível restaurar o crédito do Brasil com o mundo que até então, na sua visão, tinha sido prejudicado. Ele afirmava que “sem dinheiro o país não progride” e para ele não havia “dinheiro bom, suficiente, no Brasil”<sup>455</sup>. Falava também em revisar imediatamente todos os contratos de companhias concessionárias de serviço público com vistas a democratizar o seu capital forçando a venda de ações aos usuários, consumidores, para assim financiar a atualização e expansão desses serviços (telefone, transporte, energia).

O Plano econômico de Lacerda consistia no monetarismo. Para ele, desprezar o recebimento do capital estrangeiro era atentar contra o interesse do Brasil, pois num país em situação tão difícil, recusar dinheiro estrangeiro seria negar recursos para o desenvolvimento de negócios pelo simples fato de não concordar com os detalhes do seu funcionamento.

Lacerda alegava que o país ficaria paralisado em caso de haver uma guerra, caso continuasse a depender da importação do petróleo, pois não teria acesso ao produto nem mesmo de forma racionada. Em caso de não haver guerra, dizia que um simples crescimento do país resultaria na exigência de possuir muitos dólares para pagar o petróleo importado que tudo o

---

<sup>453</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. Op. Cit.

<sup>454</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. Op. Cit. 51.

<sup>455</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 18.

que exportávamos não seria suficiente para arcar com todo combustível necessário ao transporte de nossa produção. Segundo ele, a campanha estatal do “petróleo é nosso” não levava essa questão em consideração<sup>456</sup>. Ainda deixava claro que:

O Brasil não pode resolver sozinho, e muito menos apenas com o capital do Estado, o seu problema do combustível. Não tem por que recear imperialismos e outros fantasmas que assustam os tímidos e são, em última análise, instrumentos incomparáveis das forças interessadas na paralisação da economia brasileira e num eventual colapso do país.<sup>457</sup>

Para Lacerda não havia meio da indústria petrolífera do Brasil se salvar, porque, se por um lado o país juntasse muitos cruzeiros na produção de petróleo, teria que gastar em dólares para pagar todo maquinário da indústria petrolífera. Portanto, afirmava que o país deveria garantir a colaboração do capital estrangeiro, para obter petróleo o mais rápido possível. Devido a essa concepção, para ele, aqueles que lutavam por uma indústria nacional sem a presença do capital estrangeiro estavam atuando contra o crescimento do Brasil.

Preocupando-se em orientar as questões de produtividade, após a criação da Petrobrás, Lacerda fazia o apelo pela “liberdade” da empresa, deixando claro que “o desejável [...] é que ela, sozinha, desde que devidamente administrada, pudesse resolver o problema brasileiro do petróleo”<sup>458</sup>. Falava isso por considerar que a estatal sofria com a ocupação política de grupos que chamava de casta de donos do Brasil. Portanto, a liberdade para a administração da empresa encerraria um período de conflitos e corrupção, evidenciando o discurso de que a moralidade é a condutora da economia e prioridade na administração pública.

Como se pode observar, para Lacerda o capital estrangeiro era a fonte de recursos que viabilizava a existência do país e ele coloca tal subsídio como condição da sobrevivência da economia brasileira. É uma visão de desenvolvimento, na qual não deve se prender aos limites de uma ideologia, mas ter um pensamento prático sobre o fato de que o país deve se desenvolver independente do caminho necessário para isso. Tal perspectiva coloca em dúvida o futuro da economia, pois se um país fica refém da colaboração estrangeira, não terá como subsistir a uma crise de tais investimentos, bem como ficará sujeito a atender aos interesses de quem o ajuda.

No entanto, Lacerda não considerava tal comportamento como um risco de nossa economia ser sempre dependente e aproveitava para deslegitimar a ideologia nacionalista do governo, realizando, como visto em sua publicação, uma crítica desonesta a uma ideia com a qual não concordava.

---

<sup>456</sup> *Tribuna da Imprensa*, 26/6/1952.

<sup>457</sup> *Tribuna da Imprensa*, 16/12/54.

<sup>458</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 19.

Ainda discorrendo sobre a incapacidade de recursos do Brasil, Lacerda afirmou que sem o capital estrangeiro o país não teria uma indústria do petróleo. E exemplificou afirmando que precisara de tais recursos, em outros momentos cruciais, para conseguir energia elétrica para o Rio de Janeiro, para ter telefone, para dragar portos e equipar ferrovias, questões estas que possibilitavam a máquina de produção de Getúlio Vargas. A utilização desses recursos nas ditas ocasiões, tinha para Lacerda o significado de que:

O Brasil não tem capitais suficientes para se abalarçar a uma indústria que tem, numa de suas fases, exigências onerosíssimas e, até agora, mais ou menos submetidas aos caprichos da natureza. Quem pode dizer ao certo quanto se terá de inverter para pesquisar petróleo, com a intensidade necessária à formação de uma história petrolífera dentro de pouco tempo? A nossa geração já perdeu uma vida com discussões estereis, algumas delas absolutamente idiotas, sobre se o petróleo é ou não “nosso”, coisa que ninguém pôs em dúvida a não ser pelo fato de que, enquanto o petróleo estiver inaproveitado no fundo da terra, o Brasil não poderá ser nem mesmo nacionalista. [...] Sem capital estrangeiro, pois, não teremos indústria do petróleo<sup>459</sup>.

O ponto de vista de Lacerda em relação às discussões sobre o desenvolvimento nacionalista de uma indústria do petróleo demonstra que sua concepção a respeito do andamento da economia do Brasil não apresentava uma estrutura em longo prazo, já que se concentrava em resolver rapidamente a questão da obtenção do petróleo, mas não apresenta um plano de como seria acordado esse investimento e qual seria o nível de poder de intervenção do país investidor na extração do produto.

Sua visão também corrobora com a ideia de que o Brasil estaria sempre contando com esse apoio externo, portanto não mostra um planejamento para que a determinado tempo o país viesse a ter capital disponível para se sustentar. Inclusive nesse ponto é que os nacionalistas mais se preocupavam, por isso a cautela em tentar desenvolver uma indústria nacional, mesmo que sua conclusão não fosse imediata.

No entanto, para Lacerda, não apoiar a utilização do capital estrangeiro configurava um atentado contra os interesses do Brasil. Sobre isso alertava:

[...] A discriminação do capital estrangeiro em relação ao nacional, por si só, já atenta contra o interesse do Brasil. Mas quando essa discriminação torna praticamente desinteressante a aplicação de capital estrangeiro no país, então ela se torna tão manifestamente contrária ao interesse do país que a ninguém é dado esquivar-se ou contornar a necessidade de uma definição clara sobre este ponto; precisa ou não o Brasil de capital estrangeiro?<sup>460</sup>.

---

<sup>459</sup> *Tribuna da Imprensa*, 14/11/1951.

<sup>460</sup> *Tribuna da Imprensa*, 23/7/1951.

Na sua concepção era difícil aceitar que o país fechasse as portas para os bancos estrangeiros, pois estaria recusando dinheiro para se desenvolver simplesmente por não concordar com a forma de financiamento<sup>461</sup>.

As duas visões sobre Lacerda - demolidor de presidentes e construtor de estados<sup>462</sup> - se afastam do modelo mais característico do liberalismo econômico, que pretende que o Estado crie um clima favorável ao empreendimento individual e a possibilidade de atuar em situações pontuais e excepcionais. Em 1948, falando sobre sua definição de “vocação liberal”, Lacerda esclareceu que:

O que aqui chamo liberal – diga-se de passagem – não   o liberal da economia política nem qualquer outra modalidade que a palavra procure exprimir no jogo do raciocínio político.   precisamente a acep o clássica do amigo da liberdade [...] <sup>463</sup>.

A liberdade mencionada por ele não envolvia o protecionismo, pois “em nome da industrializa o, se faz o consumidor pagar mais do que ele pagaria num regime de livre concorrência” <sup>464</sup>. Com isso, se mostrava favorável   implanta o de multinacionais que prestassem um serviço adequado e cumprissem uma legisla o rigorosa para defender os interesses do Brasil. De acordo com M nica Aguiar<sup>465</sup>, a proposta de Lacerda para as multinacionais incluía um controle da remessa dos lucros. Ao explicar sobre como deveria ser a orienta o sobre o capital estrangeiro Lacerda disse:

Não há inconveniente, antes pelo contrário, em regular o fluxo de juros para fora. O capital estrangeiro só entra nos países de onde sabe que pode sair. Você bota dinheiro num banco sabendo que, depois, você não vai poder retir -lo? Mas, se o banco tem liquidez, então você bota cada vez mais dinheiro nele<sup>466</sup>.

De maneira ir nica citava Marx para justificar não ser contra o capital estrangeiro:

Em matéria de capital, prefiro estar com aquela velha máxima de Marx, que o capital não tem pátria. O que importa   us -lo, esteja onde estiver, em benefício de nossa pátria. Não me interessa saber se o capital   alemão, se   isto ou aquilo. O que me interessa   obrigá-lo a produzir em favor do Brasil <sup>467</sup>.

<sup>461</sup> CA , Epitácio. *Carreirista da trai o*. 2<sup>a</sup> ed. (revista e aumentada). Gernasa, 1964.

<sup>462</sup> MOTTA, Marly Silva da. Op. Cit.

<sup>463</sup> LACERDA, Carlos. “O inquerito e o governo”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20 abril, 1948. p.2.

<sup>464</sup> LACERDA, Carlos. Educa o e Liberdade na América Latina. Tribuna da Imprensa, 17/10/1961, p. 4. da Imprensa . 17 de outubro de 1961.

<sup>465</sup> AGUIAR, M nica Hein Zelman Portella de. Carlos Lacerda. Penápolis: Editora FUNEPE, 2019.

<sup>466</sup> LACERDA, Carlos. Entrevista a Otto Lara Rezende. Revista Manchete . Rio de Janeiro, 4 de abril de 1964.

<sup>467</sup> Ibidem.

Lacerda argumentava que a ideia de estruturar primeiro a economia para depois investir mais em indústrias, na verdade contribuía mais para o atraso do desenvolvimento financeiro do país, portanto o capital estrangeiro deveria ser considerado um recurso objetivo e real, não como uma ajuda<sup>468</sup>. Ao longo de seu governo na Guanabara, diante da dificuldade de conseguir recursos financeiros na medida desejada por parte do governo federal, Lacerda não se absteve de solicitar recursos e investimentos estrangeiros para realizar as obras que propôs. Por outro lado, em 1962, o então governador da Guanabara defendeu a desapropriação da Cia Telefônica do Rio de Janeiro, pois considerava que não estava prestando um bom serviço, logo considerou que seria melhor se o seu governo estivesse no controle dessa empresa, porém por interferência do governo federal a desapropriação não se concretizou<sup>469</sup>.

Quando se observa os posicionamentos de Lacerda em relação à economia, percebe-se que em alguns momentos ele se demonstra um liberal que pensa em uma economia aberta ao capital estrangeiro e às empresas multinacionais, em outros toma posição de defesa da intervenção do Estado na condução da economia e na regulamentação e organização das relações deste com as empresas, o que pode levar a pensar que estivesse tomando uma medida nacionalista, com a intenção de proteger o país da dependência de estrangeiros.

Tal comportamento parece ser contraditório, mas no caso de Lacerda não se aplica a contradição, visto que ele não se limita em se definir ou definir um caminho específico para o desenvolvimento. Além disso, a perspectiva de democracia que ele apresenta, tendo no liberalismo um aliado, defende que o Estado tem papel fundamental na construção da estrutura que vai gerar melhores condições de vida, trabalho, educação e consumo para o povo. Nesse caso, a intervenção do Estado seria necessária para alcançar as condições para estabelecer a democracia e não para controlar, no sentido autoritário.

Seu pensamento se estrutura em ações práticas que possibilitassem o desenvolvimento econômico do país, que permite utilizar recursos estrangeiros sem deixar de ser nacional, mas que precisa de uma atuação cuidadosa do governo para que os interesses nacionais não fossem abandonados. Lembrando que apesar de defender o desenvolvimento nacional<sup>470</sup>, Lacerda não aplicou a si o termo nacionalista, uma vez que ele interpretava o nacionalismo de maneira negativa, como já mencionamos no primeiro capítulo.

---

<sup>468</sup> LACERDA, Carlos. Lacerda exige o retorno ao pleito direto e à democracia. *Tribuna da Imprensa*. 31 de agosto de 1966, p. 70-1.

<sup>469</sup> AGUIAR, Mônica Hein Zelman Portella de. Op. Cit.

<sup>470</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit.

Lacerda era favorável à livre iniciativa, à economia de mercado e a menor presença do Estado nas atividades econômicas. Afirmava ser um “convicto partidário da liberdade da iniciativa como parte inseparável das liberdades cívicas”<sup>471</sup>. Quando afirmou ser um defensor da iniciativa privada esclareceu que:

[...] a iniciativa privada a que me refiro é a do nosso tempo, não a do século XVIII. [...] infelizmente ainda não estamos, no Brasil, em tempo de dizer que a revolução tecnológica, é sobretudo obra da iniciativa privada. Ela venceu dificuldades e aproveitou facilidades, umas e outras criadas espasmodicamente pelo Estado, para fazer valer seu esforço e implantar os seus resultados na civilização industrial que surge no Brasil<sup>472</sup>.

A relação entre Lacerda, liberalismo e democracia está no cerne do posicionamento que ele apresenta e diretrizes que ele aponta para o desenvolvimento do país. Importante lembrar que Lacerda se colocou como representante da democracia, defendendo a ideia de que, para que a esta fosse alcançada, era necessário romper com as velhas políticas e velhos políticos, no que se refere ao histórico de autoritarismo e discurso demagógico, caracterizados por um “conluio do negociismo com o comunismo”, estas “as duas forças dominantes nos grupos que sufocam a nação”<sup>473</sup>. Nesse sentido, a sua proposta liberal para a condução da economia exemplificava essa crítica à política brasileira como se apresentara até aquele momento, especialmente ao seu maior inimigo, Getúlio Vargas. Para um adversário da ordem vigente, era necessária uma ideologia crítica, papel que o liberalismo desempenhava a perfeição naquele contexto<sup>474</sup>.

Em 1948, ainda no início da Terceira República, Lacerda expôs essa crítica, afirmando que: “Hoje, cada vez mais, o que existe é a vocação liberal contra a vocação ditatorial. O espírito da liberdade contra o espírito de porco, isto é, o imundo totalitário”<sup>475</sup>. A democracia, para ele, dependia do rompimento com as mazelas e resquícios do passado que ainda faziam parte da realidade do país. Como resquícios desse passado considerava o fato do país ser:

Fundado na escravatura e no latifúndio, o liberalismo do Império nada mais foi do que um artifício, através do qual o Poder Moderador efetivamente governou esta Nação (...) o advento das massas ao processo político foi desviado nas suas fontes, foi canalizado para outros rumos, quais sejam os rumos de um paternalismo republicano, os rumos de uma ditadura inspirada na degeneração do positivismo de 1889. (...) De tal forma este processo se apurou, que golpes sucessivos e sucessivas revoluções continuaram o ciclo dos movimentos de exceção, ainda não encerrados até hoje neste país, pois esta Câmara é filha de dois golpes: o de 1937, na sua maioria, e o de 1945, na sua minoria<sup>476</sup>.

<sup>471</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>472</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit.

<sup>473</sup> LACERDA, Carlos. Discursos parlamentares: seleta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 279.

<sup>474</sup> Ibidem.

<sup>475</sup> LACERDA, Carlos. “O inquérito e o governo”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20 abril de 1948, p. 2.

<sup>476</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 119.

Para Lacerda essa influência autoritária presente na história do país estava limitando o seu crescimento. Ceder ao capital estrangeiro, por exemplo, era conceder liberdade ao Brasil para crescer, encontrar caminhos para o desenvolvimento, assim o liberalismo, na medida em que favoreceria o uso das liberdades econômicas, daria acesso aos empresários e novos rumos ao país. Diante da urgência em proporcionar o desenvolvimento brasileiro, a sua proposta é voltada para a ação, apresenta, então, os principais problemas a serem resolvidos e como eles podem ser resolvidos. Lembrando que os problemas citados por ele, não estão sendo avaliados apenas pelo ângulo da economia, mas numa perspectiva geral de garantir a democracia no Brasil.

A proposta de Reforma democrática, publicada na década apontava a inflação como um grande problema e via no liberalismo a melhor maneira de resolver essa questão. Para ele, combater a inflação era um ponto importante, pois num regime democrático: “o cidadão tem o direito de contar com moeda estável no seu país, tão necessária à liberdade e ao progresso quanto o direito de falar e o de votar”<sup>477</sup>.

Para que o cidadão tivesse o direito de consumo, Lacerda considerava a necessidade de um salário mínimo, porém, sem aumentos excessivos que ele chamou de “esquizofrênicos”, pois de nada adiantaria ganhar mais se, com o acréscimo, só o que se conseguiria seria comprar menos do que antes<sup>478</sup>. Lacerda, na medida em que considerava a necessidade de conduzir o povo a aprender a exercer a democracia, afirmava que, se esse compreendesse a relação entre salário, inflação e poder de compra, não estaria mais tão sensível às propostas que julgava demagógicas e pelegas. Diante disso, defendia a necessidade de “lutar por um sistema econômico capaz de garantir o bem-estar a todas as classes, pelo aumento geral do poder aquisitivo – o melhor meio de se medir o progresso econômico”<sup>479</sup>.

No entanto, atentava para a ideia de que, se para controlar a inflação fosse necessário sacrificar a população, num momento em que o país passava por um momento “revolucionário”, comprometendo a salvação do país, deveria ser atenuada e deixava claro que: “não se trata de parar o esforço anti-inflacionário e sim apenas de não marcar data para acabar com a inflação – o que é, além do mais, uma tolice. Conseguindo evitar que continue a se acelerar a taxa de inflação já se terá conseguido muito”<sup>480</sup>. A proposta de atenuar a contenção da inflação contribuía também para que a urgência em resolver não justificasse o agravamento da

---

<sup>477</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 103

<sup>478</sup> Ibidem.

<sup>479</sup> Ibidem, p.114.

<sup>480</sup> Ibidem, p. 103.

estatização da economia, pois o excesso do controle do Estado “acaba por substituir-se ao próprio cidadão, cujas funções usurpa e desfigura”<sup>481</sup>.

Quando já ocupava o cargo de governador da Guanabara, no início dos anos 60, afirmou:

Elegi-me sustentando, perante o povo, que sou cada vez mais convicto partidário da liberdade de iniciativa como parte inseparável das liberdades cívicas. Defendo a liberdade de iniciativa tal qual ela se faz nos países em que a Revolução Tecnológica depurou e ampliou a Revolução Industrial no século XVIII e anulou as sombrias profecias de Karl Marx no século XIX. Falo daquelas sociedades em que a técnica tornou desnecessária a revolução social e a fez um objeto de museu. A sociedade em que os operários compram ações das fábricas e participam na direção da comunidade a que pertencem. A sociedade em que a democracia depende solidamente das classes médias, às quais ascende, constantemente, o antigo proletariado. A sociedade em que a educação prepara o homem para o trabalho e o trabalho, para o bem-estar social. Falo de nações que ressuscitaram, em poucos anos, dos escombros da guerra e da devastação das ditaduras, graças à liberdade e à ciência e à técnica, mas graças – sobretudo – à coragem de seus homens de Estado e à maturidade dos dirigentes da comunidade<sup>482</sup>.

Como indica Lacerda, numa democracia o Estado deve oferecer a estrutura necessária para as atividades econômicas, respeitando as liberdades, do mercado. Com essa estrutura e liberdades, a classe média, que na sua concepção era a classe capaz de conduzir o país a esse regime, conseguiria oferecer ascensão aos trabalhadores. Numa última fase, então, quando o povo tivesse acesso tanto ao trabalho que lhe garantisse poder aquisitivo e bem-estar quanto à educação que lhe capacitaria para o próprio trabalho e para exercer seus direitos políticos, poderia se vislumbrar a existência de um regime democrático no Brasil.

Em suma, ele buscou compreender a economia por um ângulo político, como parte do caminho para alcançar a democracia. Portanto suas definições, posicionamentos, propostas e ações quando se trata de economia estão pautadas em sua concepção sobre tal sistema e, nesse sentido, para ele, no regime democrático o desenvolvimento econômico “é um processo de mobilização dos recursos necessários”, através do qual se consegue um célere e igualitário aproveitamento da riqueza. Segundo Lacerda, porém, esta só seria democratizada caso fossem ampliados tanto a qualidade de vida como o acesso aos bens materiais de toda a coletividade, uma vez que qualquer política que, sob o pretexto de servir à coletividade, atente contra a propriedade legítima, especialmente a pequena propriedade, é política anti-humana e, portanto, antissocial.

---

<sup>481</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit, p. 59.

<sup>482</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit, p. 57-58.



### 4.3 Anticomunismo e democracia em Lacerda

A postura política mais enfática de Lacerda, na defesa pelo que considerava ser uma verdadeira democracia, foi o anticomunismo. Pelo menos desde o enfrentamento a Iedo Fiúza em sua candidatura à Presidência, em 1945, pelo Partido Comunista Brasileiro, o jornalista e político representou uma manifestação implacável de reprovação ao comunismo e a qualquer atitude, por parte do Brasil, de contemporização com os regimes soviético, chinês e cubano.

Na sua visão, as nações latino-americanas deveriam assumir a responsabilidade moral de abdicar de qualquer pretensão de neutralidade no embate planetário entre o capitalismo ocidental e o comunismo da União Soviética. Para o tribuno udenista, a aliança com os americanos naquele momento não significava tomar partido por uma nação e sim por uma causa, que não era dos Estados Unidos apenas, mas de todos os homens que querem ser e continuar a ser livres.

Lacerda, assim como a UDN, apresentava claro apoio aos Estados Unidos no contexto bipolar da Guerra Fria. Um dos motivos era o fato de acreditarem que a União Soviética e sua “ameaça comunista” eram perigosos para o crescimento econômico do Brasil, contra os interesses dos empresários e classe média brasileira. Exemplo disso foi o posicionamento de Lacerda, em 1957, sobre a utilização do espaço de Fernando de Noronha pelos Estados Unidos para desenvolvimento bélico. Afirmava que, enquanto aliado dos Estados Unidos, o Brasil deveria ver essa utilização como um investimento em segurança diante possíveis represálias e ataques vindos da “inimiga” União Soviética.

O governo se mostrava resistente em ceder a utilização do território. Lacerda, porém, alegava que o país não tinha motivos históricos ou naquela própria conjuntura para temer a presença dos Estados Unidos em território brasileiro. Diante disso, a utilização de Fernando de Noronha não só deveria ser vista como normal, mas como desejável, visando aumentar a segurança do Brasil diante da ameaça comunista. Em publicação na *Tribuna da Imprensa*, Lacerda apresentava sua defesa dos Estados Unidos, nesse caso alegando que:

Na Segunda Guerra Mundial, a opinião pública, no Brasil, era quase toda favorável aos americanos, à colaboração com eles, à entrada na guerra ao seu lado. [...] As bases americanas no Norte no Nordeste foram concedidas sob aplausos da opinião pública. Hoje, com um perigo muito maior a ameaçar o Brasil, essa mesma opinião popular é quase toda contrária à cessão da ilha de Fernando de Noronha para a base de observações de projéteis teleguiados.<sup>483</sup>

---

<sup>483</sup> *Tribuna da Imprensa*, 15/8/1957.

Lacerda apregoava um Brasil de relevo no mundo. Para isso, deveria estar ao lado dos Estados Unidos para somar forças contra a suposta ameaça de tirania representada pelo totalitarismo comunista. Para justificar a ênfase contra os comunistas, evocava constantemente sua própria experiência pessoal com esses, principalmente quando foi banido do convívio com o Partido Comunista. Lacerda, declarando viés patriótico, sustentava inclusive que, a despeito do poderio de caudilhos e ditadores militares em sua região, os latino-americanos teriam um temperamento natural afeiçoado a certas liberdades que o totalitarismo propriamente dito não permitiria que subsistisse<sup>484</sup>.

Observa-se que a preocupação com a moralidade se expressa também no discurso anticomunista de Lacerda, pois considerava a mediocridade dos homens um problema maior do que o comunismo em si. Nesse ponto a fé cristã seria eficiente, visto que, para que o comunismo não tomasse espaço no mundo ocidental era necessário ter o domínio sobre o mal. Ou seja, os princípios morais cristãos seriam eficazes contra o comunismo, como se pode apreender do trecho a seguir:

Eis as medidas que o Monsenhor Sheen indica, salientando que elas não são ‘exclusivas nem exaustivas’. 1 - O comunismo pode ser enfrentado politicamente escolhendo-se candidatos nas eleições não à base de partidos políticos, não tendo em vista a classe econômica, mas sobre a base de seu próprio valor moral [...] 2 – em matéria econômica. Em matéria econômica, o caminho para enfrentar o comunismo consiste em transformar os operários em capitalistas – escreve Sheen – ‘pela mais ampla difusão da propriedade privada’<sup>485</sup>.

Ao assimilar os ensinamentos de Sheen, Lacerda deduziu que o comunismo se origina de um sistema que fomenta o egoísmo humano, deixando de lado suas obrigações religiosas. Seria uma má interpretação do liberalismo, aplicado sem base moral, levando seus adeptos a não acreditarem em Deus como modelo ético de suas ações, portanto a adesão ao comunismo teria como consequência uma sociedade em crescente desigualdade e corrupção<sup>486</sup>.

Em relação ao “problema” do comunismo essa linha de raciocínio é evidente. O comunismo seria a pior consequência do mundo moderno e do liberalismo exacerbado nas relações sociais. Através da doutrina liberal, no seu sentido mais materialista, a crença em Deus teria diminuído, assim como a crença de que a religião teria um papel relevante na educação do homem. Seu papel teria sido minimizado no mundo. O comunismo seria a radicalização dessa crença no homem, no plano meramente material<sup>487</sup>.

---

<sup>484</sup> CHALOUB, Jorge. Op. Cit.

<sup>485</sup> *Correio da Manhã*, Na Tribuna da Imprensa: “Um Cristão enfrenta o Comunismo”, 11/12/1948.

<sup>486</sup> PAIVA, Adriana Gomes de. Op. Cit.

<sup>487</sup> *Ibidem*, p. 21.

Tal concepção nos faz entender que a moral está presente em Lacerda como a base da sociedade, pois a partir dos princípios éticos é que a política e a economia deveriam ser guiadas de maneira correta e eficiente. A compreensão que ele teve sobre a essência moral do comunismo foi formada a partir do momento em que passou a dar importância aos princípios morais baseados na religião, levando para o discurso político a ideia de que toda a sociedade tem obrigações religiosas e que todos devem seguir esses princípios. Desse modo, deveria acontecer uma revisão do sistema para corrigir o caminho, colocando novamente a religião, especificamente o cristianismo, como o guia seguro em detrimento do que julgava ser a busca por um progresso e liberdade como um fim em si mesmo<sup>488</sup>.

Porém, conforme afirma Chaloub<sup>489</sup>, essa recusa do mundo da economia apresentou evidentes tensões com a construção do Lacerda gestor, muito evidente em seu período frente do Governo da Guanabara, mas expressa bem o múltiplo conjunto de referências capazes de encontrar lugar na plasticidade inerente ao liberalismo. Para além de Lacerda, a retórica revela um lugar para o discurso cristão mais conservador em meio à ampla rede discursiva da Guerra Fria.

Rodeghero<sup>490</sup> adverte sobre a necessidade de perceber algumas diferenças entre eles, que significa muito na compreensão dos efeitos do anticomunismo no Brasil. O catolicismo, no período em questão, não era a religião majoritária nos Estados Unidos, já que a maioria se declarava protestante, por isso os católicos precisavam se mostrar bons cidadãos que se preocupavam com seu país para obter maior reconhecimento e aceitação. Nesse sentido, Paiva<sup>491</sup> mostra que a concepção de ser um bom cidadão e bom católico, incluía ser anticomunista, de modo que passou a existir uma vinculação entre patriotismo, catolicismo e anticomunismo nos Estados Unidos.

No Brasil, não havia essa necessidade, pois aqui o catolicismo sempre foi a religião majoritária, portanto tinha grande chance de um bom cidadão brasileiro ser católico e com grandes chances de não ser comunista<sup>492</sup>. Isso mostra que, apesar de ter existido uma rejeição à propaganda comunista no Brasil por parte dos católicos, essa rejeição não precisou ser tão ostensiva e organizada.

---

<sup>488</sup> PAIVA, Adriana Gomes de. Op. Cit.

<sup>489</sup> CHALOUB, Jorge. Op. Cit.

<sup>490</sup> RODEGHERO, Carla Simone. Op. Cit.

<sup>491</sup> PAIVA, Adriana Gomes de. Op. Cit. p.09.

<sup>492</sup> Vale ressaltar que apesar da população ser majoritariamente católica, essa relação não era automática, até por conta da rotulação de "comunista" a qualquer movimento de contestação ao *status quo*. Os trabalhistas e o movimento sindical, ainda que não fossem comunistas eram rotulados dessa forma.

É fato que o anticomunismo encontra em Lacerda seu maior expoente. Entretanto, cabe lembrar que o anticomunismo não era exclusividade de Lacerda e da UDN, mas ele era quem mais expressava aversão ao inimigo ideário. O antigo pagão que agora se convertera ao catolicismo buscou inflamar as multidões. Juntamente com sua aproximação com as Forças Armadas, sua relação com os setores mais reacionários da Igreja Católica aumentou sua popularidade, legitimando as suas frequentes soluções golpistas.

Lacerda se tornou um dos maiores inimigos do Partido Comunista após sua expulsão. No entanto, vale ressaltar que a expulsão em si não esclarece de maneira isolada o processo de formação de um anticomunista - pois esse processo passa pela sua aproximação com grupos defensores do anticomunismo como no caso dos intelectuais católicos com quem teve afinidades.

No lacerdismo, bem como em boa parte das direitas, o comunismo é visto como uma patologia, com tendência epidêmica, por isso é comum ver em seu discurso uma proposta sanitária, que mostra o tempo todo o quanto ele pode ser maléfico. Não se está diante apenas de um ator político concreto, mas de um “espírito totalitário, que em toda parte se infiltra, domina, empolga absorve, envenena, corrói para, finalmente, destruir, nas reservas morais de cada povo, as suas últimas resistências cívicas”<sup>493</sup>.

Se o comunismo possuía esse poder de uma doença perigosa que alastra com facilidade, o mais urgente seria tomar medidas que agissem como uma grande intervenção cirúrgica para a cura. Desse modo, o discurso lacerdista atuou em torno dessa intervenção política e social, estabelecendo que o “bom” político seria aquele capaz de limpar o país dos malefícios do comunismo que estariam prejudicando a saúde coletiva.

Esse discurso ganha maior ressonância diante do cenário global em tempos de Guerra Fria, no qual Lacerda sempre deixou claro estar ao lado dos norte-americanos anticomunistas, não apenas por uma questão de conveniência, uma vez que o comunismo representaria o ataque à propriedade privada, o anticatolicismo e um igualitarismo perigoso, mas porque representava real tomada de decisão existencial. Além disso, o inimigo não era visto como apenas mais um obstáculo momentâneo, mas como a negação da identidade de seu grupo.

Na concepção de Lacerda, a adesão ao comunismo afastaria os padrões de uma sociedade ocidental cristã. Sendo assim, a função dos liberais seria tomar posição e moralizar o mundo dividido na dicotomia capitalismo e comunismo. Para além de Lacerda, a retórica

---

<sup>493</sup>LACERDA, Carlos. *Discursos Parlamentares*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1982. p. 135.

revela um lugar para o discurso cristão mais conservador em meio à ampla rede discursiva da Guerra Fria<sup>494</sup>.

Ao pensar por esse viés, compreende-se porque Lacerda falava do nacionalismo com ódio. O nacionalismo, para ele, compunha um cenário de embate entre as nações, atuando como uma forma de escapar da aparência de estar nutrindo uma simpatia pelo lado soviético. No Brasil, o nacionalismo significava o pilar do getulismo e do trabalhismo e, naquele momento, servia também de abrigo para o comunismo, por isso Lacerda se declarava firmemente um antinacionalista, o que seria uma consequência de ser anticomunista. Afirmava ele: “Direi logo que não sou nacionalista e não creio que o seja a UDN, ou não estaria nesse partido. [...] Eu não coloco a Nação acima de tudo. (...) Considero o nacionalismo [...] uma noção totalitária”<sup>495</sup>. Ou seja, o nacionalismo não lhe era aceitável, por ser a ideologia de seus principais inimigos: o varguismo e o comunismo.

A questão do nacionalismo na construção do lacerdismo parte do princípio de que ser nacionalista está associado diretamente a uma “ideia-força tipicamente autoritária”<sup>496</sup>, afirmando que o nazi-fascismo assim como o comunismo se serviam do nacionalismo justamente por essa ligação com o autoritarismo. Ele notava que “totalitários” e “democratas” possuíam semânticas diferentes para as mesmas palavras<sup>497</sup>.

Lacerda não concerne distinções entre o nacionalismo como uma concepção de uma democracia em que o Estado é a própria pátria, de modo que todos os indivíduos a compõem e lutam por sua causa e estão em sua defesa<sup>498</sup>, mas como um recurso em que uma nação se sobrepõe a outras. Norberto Bobbio afirma que de fato

Existe uma relação muito estreita entre o programa político do movimento nacionalista e o do fascismo e do nazismo. O nacionalismo é um componente essencial das ideologias fascista e nazista. Porém, o movimento nacionalista nunca chegou a ser, diferentemente do fascista e do nazista, um movimento de massa. [...] O nazifascismo levou até às últimas consequências a lógica totalitária [...] <sup>499</sup>.

Para ele, portanto, nacionalismo é essência dos movimentos totalitários e não o totalitarismo é essência do nacionalismo. É nesse ponto que está a divergência de compreensão entre Lacerda e a ideologia nacionalista, tomando a mesma como o problema das práticas

---

<sup>494</sup> PAIVA, Adriana. Op. Cit.

<sup>495</sup> LACERDA, Carlos. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1962.

<sup>496</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>497</sup> LACERDA, Carlos. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1962. p. 267.

<sup>498</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Glanfranco. *Dicionário de Política*. Vol. 1. 11ª edição. Tradução Carmen C. Varriale, Gaetano Io Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

<sup>499</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Glanfranco. Op. Cit. p. 805.

autoritárias dos regimes mencionados. Além disso, Lacerda também associava o fato que no contexto da Guerra Fria, o mundo estava dividido entre a influência de duas potências, sendo que, a ideologia nacionalista estaria presente no seio da esquerda brasileira, que, na sua visão, era adepta aos comunistas.

Dessa forma, ser nacionalista significava, na perspectiva do lacerdismo, colocar a nação sob os interesses e domínio da União Soviética, tendo o comunismo como regime autoritário, uma vez que sustentava que “o comunismo não é apenas um movimento político, é uma guerra civil permanente, é uma conspiração internacional permanente”<sup>500</sup>. Lacerda, ao se denominar democrata, ressaltava que um “bom democrata jamais alegará que os comunistas podem agir porque também são brasileiros, como se o fato de serem brasileiros desse aos comunistas o direito de servir à Rússia”<sup>501</sup>.

Lacerda recorre, então, ao conceito de patriotismo para se filiar à defesa da questão nacional e classifica o nacionalismo como uma “doença” do patriotismo: “o nacionalismo é a doença do patriotismo, como 'a demagogia é a doença da democracia”<sup>502</sup>. Portanto, no lacerdismo, aquele que se diz nacionalista está “contra” o desenvolvimento do Brasil.

Para elucidar como Lacerda buscou impedir o avanço do comunismo no Brasil, principalmente durante o governo de João Goulart, na década de 1960, nos reportaremos a algumas de suas obras e colaborações em obras literárias. Segundo Eliane Euzébio<sup>503</sup>, ele não buscava fazer a simples tradução dos títulos, mas manipulava a obra traduzida para alcançar seus objetivos políticos. Traduziu obras como *Júlio César* de Shakespeare e *O triunfo* de Galbraith, bastante engajado politicamente. Além da escolha das obras que poderiam sugerir ideias sobre a situação política do Brasil, Lacerda também se valia dos materiais para textuais dos livros como prefácio, introdução, comentários onde tinha espaço para difundir suas próprias ideias.

No entanto, a escrita que mais demonstra sua aversão ao comunismo foi seu prefácio do livro *Em cima da hora: a conquista sem guerra*<sup>504</sup>, da escritora francesa, Suzanne Labin, publicado no Brasil em 1963, cuja tradução também foi feita por ele.

---

<sup>500</sup> LACERDA, Carlos. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1962. p. 286

<sup>501</sup> Ibidem p. 107.

<sup>502</sup> LACERDA, Carlos. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1962. p. 90.

<sup>503</sup> EUZÉBIO, Eliane. *O poder das Ideias: as traduções com objetivos políticos de Carlos Lacerda*. 2007. 125 f. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós- Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, 2007.

<sup>504</sup> A temática do livro é a ação do comunismo no mundo. Explica as estratégias e os meios de ação do comunismo internacional. O objetivo da autora é mostrar o quanto o comunismo estava avançando pelo mundo e atentar para a necessidade de evitar que mais pessoas fossem influenciadas por ele, é uma exposição anticomunista na versão intelectual que pudesse chegar às escolas e universidades.

Importante notar que a função do prefácio é justamente tornar pública a intenção e a interpretação de quem apresenta a obra. Pode ser representado pelo próprio autor ou por um terceiro. Algumas vertentes do estudo sobre essa categoria de escrita afirmam que funcionam como instrumentos retóricos típicos de persuasão, mais eficazes do que a introdução da obra<sup>505</sup>.

No caso do prefácio do livro de Labin, Lacerda faz uma propaganda forte do anticomunismo e alerta a todos sobre a urgência de tomar conhecimento desse livro. Porém em todo o prefácio ele se dirige ao conteúdo do livro apenas em um parágrafo, destinando suas linhas restantes para falar do “demônio” comunista que não pode chegar no Brasil.

Esse livro permitia que Lacerda difundisse uma visão oposta à política de inspiração esquerdista adotada pelo então presidente, João Goulart, como também divulgar sua ideologia política, chegando, em alguns momentos, a se utilizar das traduções para se defender de acusações que lhe foram direcionadas enquanto governador da Guanabara.

Pode-se considerar *Em cima da Hora* um exemplo típico de tradução com elementos para textuais que apresentam uma clara intenção política, embora não seja um caso único entre outras traduções levadas a efeito por Lacerda. [...] Traduções essas que apresentam igualmente grande quantidade de material para textual utilizado para a inserção das ideias políticas do tradutor<sup>506</sup>.

Na primeira edição da obra na versão para o Brasil é possível perceber na capa a sugestão da ameaça comunista representado pela cor vermelha no título e no subtítulo. A foice e o martelo são colocados no interior do mapa do Brasil em branco, com aparência de devastado, pois mostra o verde das matas à margem, indicando o avanço comunista no país.

Imagem 2 - Capa da edição brasileira do livro de Labin



Fonte: foto tirada pela autora.

<sup>505</sup> EUZÉBIO, Eliane. Op. Cit.

<sup>506</sup> Ibidem, p. 05.

Rapidamente ao olhar para a capa brasileira é possível notar que a edição francesa transmitia maior neutralidade na sugestão do que seria a proposta do livro. Nessa edição, a foice e o martelo estão mais atenuados, servindo de suporte para um relógio, encaixado em sua concavidade todos os doze algarismos que agora foram substituídos também pela foice e o martelo indicando cinco minutos para doze horas, sem se destinar a algum país em específico.

Imagem 3 - Capa da edição francesa do livro de Labin



Fonte: EUZÉBIO, Eliane. Op. Cit. p. Apêndice.

Ao ter acesso ao prefácio desse livro, entende-se que, para ele, a obra de Labin era de fato libertadora, mostrando a relevância de sua tradução por ser um compêndio e um estudo sistematizado sobre as “verdades” a respeito da ditadura Russa.

Euzébio salienta que há algumas alterações feitas por Lacerda na tradução. Existem algumas omissões e alguns acréscimos no corpo do texto e também nos elementos para textuais, com a finalidade de exemplificar a realidade brasileira. Então existem algumas inserções de palavras e frases por Lacerda, adaptando o leitor brasileiro ao conteúdo, como, por exemplo, a expressão “atos públicos” não consta no francês, quando a autora quer se referir a manifestações, greves, agitações, não utilizava esse termo, porém, para o tradutor, a expressão cabia ao contexto do Brasil, facilitando a interpretação com a troca do termo. Outra alteração que se deve ressaltar foi a inclusão do termo América Latina num trecho do livro para trazer a discussão para o lado do Brasil.

No trecho original, Labin diz:



Si on appelle “bloc” l’ensemble des nations menacées, il faut étendre le terme à la totalité du monde libre et non le restreindre aux USAA, Et dans cet ensemble, les parties les plus directement convoitées aujourd’hui ce sont l’Europe et l’Asie, non l’Amérique<sup>507</sup>.

Já na tradução lê-se:

Se se quiser chamar de “bloco” o conjunto de nações ameaçadas, é preciso estender a expressão à totalidade do mundo livre e não restringi-la aos Estados Unidos. Nesse conjunto, as partes mais diretamente cobiçadas, hoje, são a Europa, a Ásia, a América Latina, não a América Inglesa!<sup>508</sup>

Para ele, a política exterior do Brasil tinha sido modificada de acordo com os interesses da União Soviética, enfraquecendo a política norte-americana em relação ao Brasil, tornando-se evasiva e vacilante, enquanto a política europeia em relação ao Brasil já estaria inexistente. Nesse sentido afirmava que:

A colonização do Brasil pelos Soviets já começou. Colonização cultural e política, breve também econômica. A Nação está dominada por um medo intelectual, mas também psíquico; o pavor que muitos sentem de serem chamados reacionários, o horror de perder o bonde da História, o pânico de ficar à margem dessa enxurrada de estupidez que está burrificando a mocidade e degradando a velhice de tão grande parcela da *intelligentzia* brasileira<sup>509</sup>.

A edição brasileira conta com um prefácio de sete páginas em que Lacerda abre sua apresentação dizendo que “fiel à tese deste livro, creio trazer com a sua tradução uma importante contribuição à luta pela Democracia no Brasil”<sup>510</sup>. Segundo ele, as livrarias, aeroportos e bancas de jornal estavam cheios de propaganda soviética, os jornais de maior expressão estariam influenciados pela propaganda soviética, porém “disfarçada” de nacionalismo. Além disso, alegava que alguns professores estariam negando aos seus alunos a liberdade de escolha, impondo-lhes a doutrina comunista com o vírus da intolerância.

Aqui, cabe ressaltar um ponto importante no ato de Lacerda em escrever com tanto afinco o prefácio e traduzir esse livro: a questão educacional. Para ele, a possibilidade de o país viver uma democracia estava na educação e parte do princípio de que o povo brasileiro, marcado pelos anos de ditadura e pelo autoritarismo não tinham condições maduras para exercer os seus direitos políticos. Nesse sentido, ele demonstrava uma grande preocupação com a propagação

<sup>507</sup> LACERDA, Carlos. Tradução, Prefácio e Notas. In: LABIN, Suzanne. *Em cima da Hora: a conquista sem guerra*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1963. p. 76.

<sup>508</sup> Ibidem. p. 83.

<sup>509</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>510</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit, p. 11.

dos ideais comunistas nas universidades e até mesmo em monastérios, pois o país vivia tempos de liberdade de imprensa e circulação de ideias. Lacerda não defendeu censura dos livros, jornais ou qualquer meio do que chamava de propaganda comunista, na condição de livre circulação das ideias. A estratégia foi combater criticando e mostrando que o comunismo poderia comprometer a democracia brasileira.

O domínio pela coação psicológica e intelectual prepara monstros de conformismo, como os aleijões intelectuais que, mal saídos de uma universidade católica, vão dirigir a União Nacional dos Estudantes, ramo brasileiro da União Internacional com sede em Praga, ninho de filhotes da quinta-coluna; e de lá saem, pela mão do Presidente em exercício da República, para dirigir a Reforma Agrária, em cujo nome tantos crimes se cometem – crimes contra a Constituição, contra a produção, contra a educação<sup>511</sup>.

Ele expressa a preocupação de que as universidades estivessem “produzindo” aliados do comunismo que apoiariam as medidas propostas por João Goulart. Essas medidas eram avaliadas por Lacerda como antidemocráticas, havendo preocupação de que o ensino influenciado pelo comunismo pudesse chegar às escolas, local que ele chamou de “oficina de democracia”. Por esse ponto de vista seria uma ameaça ao modelo de educação que ele julgava necessário para conduzir o povo a uma real e fidedigna democracia. Criticava aqueles que tinham concluído ou estavam cursando o ensino superior para atentar para o comunismo, uma vez que, se eles que tinham conhecimento e função de o transmitir aderissem a essa ideologia, estaria atrapalhando o desenvolvimento da democracia no país. Para ele:

Não é o povo simples, o povo pobre, o povo ainda tão pouco instruído que está traindo o Brasil. Quem o está traindo, por incompreensão mais do que por intenção, são letrados. Os que têm armas e não as usam. Os que têm força e não sabem o que fazer com ela. Os que olham e não querem ver<sup>512</sup>.

Nessa perspectiva, ele vê o livro de Labin como capaz de “salvar um povo”<sup>513</sup>. Afirmava que “se todos os que sabem ler, lerem este livro, e o entendendo, derem de sua compreensão prova concreta, o Brasil estará salvo”<sup>514</sup>. Lacerda acreditava que aquele seria o momento ideal, pois um livro como o de Labin poderia salvar o povo brasileiro - ninguém escrevera tão bem sobre a Guerra Política promovido pelos Sovietes, como a autora. Acreditava que “nenhum livro, neste momento, poderia ser tão útil aos brasileiros”<sup>515</sup>.

---

<sup>511</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit, p. 12.

<sup>512</sup> Ibidem.

<sup>513</sup> LACERDA, Carlos. p. 13.

<sup>514</sup> Ibidem.

<sup>515</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 13.

No ano em que o livro foi publicado, Lacerda estava em combate com João Goulart, acusando-o de estar em aproximação com os comunistas, de modo que fica bem claro, no seu prefácio, a intenção de persuadir o leitor a crer que a “desordem” vivida no país era resultado da má administração do presidente. Com isso, leva a deduzir que os comunistas já estariam atuando no Brasil, atrapalhando a ordem política e econômica. Ele afirmava que:

Influentes no governo, os soviéticos promovem no Brasil uma revolução palaciana, oficializam a desordem, impedem a normalidade financeira e econômica, tumultuam a formação cultural, entronizam o charlatanismo, fomentam o oportunismo, conquistam o Poder por meio de crises sucessivas, as naturais desnaturadas, as artificiais, naturalizadas<sup>516</sup>.

Enquanto expunha esse pensamento, acusava o presidente de fazer alianças com os comunistas que só queriam “saquear o Brasil, privando-o da ordem democrática, da ordem com liberdade, da liberdade com responsabilidade. (...) Entregam o Brasil à força retrógrada e reacionária que é a ditadura comunista”<sup>517</sup>.

Julgava ignorantes aqueles que, ao ver a “situação” do mundo e do Brasil e ainda debatiam sobre esquerda e direita ou se mostrando contra o capitalismo e o comunismo, contra Estados Unidos ou Rússia, quando, na verdade, o perigo para a liberdade, paz e progresso do Brasil estava com os russos e não com os norte-americanos. Alegava que:

Há os que dizem: é inútil combater o comunismo, o que há a fazer é combater a miséria. Supondo que a miséria acabe no mundo antes do comunismo, temos o argumento: o comunismo só vence onde há miséria. Logo ele precisa da miséria para vencer. Portanto, toda vez que se aceita a colaboração dos comunistas e seus auxiliares na alegada luta contra a miséria, está-se trazendo um balde de gasolina para apagar o incêndio<sup>518</sup>.

Lacerda negava a ideia de que a luta de classes fosse inevitável, além disso considerava os comunistas “uns atrasados e os que descobriram, agora, que o mundo marcha para a esquerda, uns tolos”<sup>519</sup>. Para ele o mundo só poderia marchar para a esquerda por meio da força e pela traição, na sua concepção nem mesmo a Rússia, marchava para a esquerda. Ele via o Partido Comunista como o mais conservador do mundo, alegando que muitos comunistas ainda não haviam percebido isso.

Lacerda considerava que o objetivo do comunismo era tomar conta do mundo. Em suas palavras, no “dia em que desistisse de tomar conta do mundo deixaria de ser o que é”<sup>520</sup>.

---

<sup>516</sup> Ibidem.

<sup>517</sup> Ibidem.

<sup>518</sup> LACERDA, Carlos. p. 16.

<sup>519</sup> LACERDA, Carlos. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1962. p. 20.

<sup>520</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit p. 41.

Segundo ele, o comunismo era uma saída apenas para os desesperados, por isso a Rússia não nos ajudava a livrarmos de nossas dificuldades pois, se as resolvêssemos, não haveria mais desespero e, quanto menos desespero, mais nos afastaríamos do comunismo. Para ele não havia problema no fato de o Brasil tivesse relações com a União Soviética mas, sim, no fato de essa relação ser tão intensa a ponto de afastar nossos “aliados” e seus capitais. Resumia os marxistas da seguinte forma:

Todo mundo que não tem ideias próprias ou não acredita nelas, procura fazer do marxismo o seu arsenal ideológico. Porque ele, no seu atraso, no seu anacronismo, exatamente porque está ultrapassado, é o único conjunto de noções que um atrasado, um anacrônico pode assimilar<sup>521</sup>.

Ele critica o fato de se culpar os Estados Unidos pelas crises do país. De acordo com ele, os governantes colocavam nos norte-americanos a culpa pelo fracasso de seus governos, de modo que essa concepção favoreceria ao comunismo se “apossar” do Brasil, pois avaliava que, se era interesse do comunismo conquistar a América Latina, primeiro deveria conquistar o Brasil e, para conquistar o Brasil, conquistaria primeiro o Rio – Estado da Guanabara. Nesse caso “é essencial que não se deixe o comunismo tomar conta de nenhuma outra área, além daquelas que já conquistou”<sup>522</sup>. Simplesmente:

Uma posição nitidamente anticomunista, declaradamente anticomunista, sem ressalvas, sem reservas, é necessária após tanto tempo de evasivas e confusões. [...] uma posição anticomunista é a única que nos dá autoridade para termos, também, uma posição progressista<sup>523</sup>.

Lacerda afirmava que “a chamada ditadura do proletariado não aboliu a pobreza. Suprimiu, sim, a possibilidade de cada qual conquistar o seu lugar ao sol”<sup>524</sup>. Nesse sentido, o êxito da luta pelo bem-estar social estaria na eliminação do comunismo, uma vez que não é a miséria que estimula o comunismo, mas o contrário. Assim, mostrava que o livro em questão faria parte dessa luta contra um inimigo tão perigoso que precisava ser extirpado do Brasil, pois, em sua opinião, seria com livros e ideias que se faria uma Revolução Brasileira.

Aproveitando o espaço de exposição, sem perder seu estilo irônico e agressivo, Lacerda termina o prefácio deixando a seguinte recomendação: “Quem quiser entender o que se está

---

<sup>521</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>522</sup> Ibidem, p.50.

<sup>523</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit.

<sup>524</sup> Ibidem, p. 25.

passando no Brasil, e contribuir para mudar esses acontecimentos terríveis, deve ler esse livro. Os inimigos também. Ele só não adianta aos tolos”<sup>525</sup>.

#### 4.4 A questão social e os vínculos com a democracia segundo Lacerda

Aqui nos reportaremos às perspectivas abordadas por Lacerda no projeto de Reforma Democrática<sup>526</sup> no que se referem às questões sociais, analisando quais eram as mudanças que ele via como necessárias no campo social para que fosse possível o país viver a democracia de acordo com sua concepção.

Como primeiro ponto da Reforma Democrática citava a necessidade da realização urgente da Reforma Agrária, porém não concentra apenas na questão da propriedade da terra. Oferecia outras providências, como concessão de crédito agrícola intensificado de acordo com os planos regionais. Defendia que existisse uma entidade nacional para o planejamento dessas ações, mas a execução ficaria a cargo dos Estados e Municípios para fiscalizar o uso político da arma que vinha a ser a desapropriação. Também sugeria a criação de crédito à rede privada de abastecimento para racionalizar os seus métodos e garantir os preços na entressafra e um fluxo contínuo de produtos no mercado consumidor<sup>527</sup>.

Lacerda criticou a reforma agrária russa e dizia que Lênin teria se arrependido de ter feito a reforma em 1917, tanto que dez anos depois lançou a NEP (Nova Política Econômica), que permitia a propriedade privada. Considerava que não era preciso fazer reforma agrária para dar terras e concluía dizendo que a maior parte das terras pertencia a União, a estados e municípios.

Afirma que o povo queria a reforma agrária para aumentar a produção, queria justiça social, ter o que repartir e não repartir o que não havia. Considera a reforma agrária como até então era aplicada como “uma palhaçada”, porque, segundo ele, esse modelo de reforma não pretendia aumentar o número de proprietários, uma vez que a propriedade estava sendo constantemente desvalorizada.

O terceiro item da Reforma Democrática se refere às questões do trabalho: Lacerda defendia a libertação do movimento sindical de qualquer tipo de tutela, de modo que se formasse um movimento sindical autônomo. Buscava também conseguir um aumento da produtividade para elevação do padrão de vida dos trabalhadores. Pensava na universalização

---

<sup>525</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit.p. 17.

<sup>526</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit.

<sup>527</sup> Ibidem.

do concurso público e do contrato do serviço público, com a formação de especialistas e profissionais capacitados. Era uma proposta de racionalização do serviço público<sup>528</sup>.

A reforma também previa a concessão de crédito à construção civil para a construção de casas populares diante de projetos específicos que deveriam “ser aplicados com plena liberdade” em cada região de acordo com suas necessidades e preferências. No sentido em que fazia tal sugestão, traz também a perspectiva de que as empresas privadas teriam maior privilégio, pois na concepção lacerdista elas não são incompatíveis, mas complementares aos projetos nacionais, com a característica de estabelecerem prioridades bem fundamentadas para a solução dos problemas.

Lacerda apresenta a sua reforma como a verdadeira “reforma de base”, pelo fato de que acreditava ser a mudança de pensamento a reforma que o brasileiro precisava. Segundo ele “fala-se muito em reforma de base. Não se faz nenhuma. Proponho estas, que são realmente de base, porque são pontos de partida”<sup>529</sup>. Ou seja, antes de pensar numa reforma de base em aspectos econômicos, como questões financeiras, agrárias, industriais, entre outras, para ele, era necessário oferecer uma base que faria essas questões serem revistas e conseqüentemente mais eficientes, ou seja, uma mudança no pensamento popular.

Na sua concepção, o povo brasileiro:

A principal espoliação de que está sendo vítima é aquela que lhe causam os próprios brasileiros. Fomos habituados a sonhar com a riqueza fácil, de um subsolo rico, de uma terra fértil, de um clima favorecido, até de um céu privilegiado. Dificilmente nos habituamos com a ideia de uma luta severa contra a adversidade, as deficiências do meio, a carência de conhecimento, a crise de quadros dirigentes. Crismamos nosso atraso de “subdesenvolvimento” e com isso fizemos regredir o Brasil [...] <sup>530</sup>.

Como para Lacerda o problema do povo estava em “aprender”, a educação se tornou um dos centros de suas propostas e do seu discurso no que diz respeito à condução da Reforma Democrática. O governador partia do princípio de que um dos grandes problemas que encontrou ao assumir o governo foi o fato de encontrar uma população desacreditada em si mesma e em seus representantes. Segundo ele, enquanto essa não confiasse em si mesmo, não se sentiria capaz de escolher governantes confiáveis.

Dizia que “não se constrói uma democracia, nem se põe água numa cidade, nem se põe meninos nas escolas, onde o povo não tem fé em si mesmo”<sup>531</sup>. Desse modo, declarava que, enquanto líder, confiava no povo para que a democracia fosse vivida:

---

<sup>528</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit .

<sup>529</sup> Ibidem.

<sup>530</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit p. 19.

<sup>531</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 181.

Sou dos que acreditam sinceramente no povo, isto é, na sua possibilidade de melhorar pela experiência, pelo conhecimento. Por isto é que dou tão grande importância à escola, sem a qual não haverá nunca democracia. Por isto é que, em vez do voto ao analfabeto, ofereço-lhes escolas para que ele possa votar sabendo o que faz<sup>532</sup>.

Afirmava isso por acreditar que não adianta um povo ter liberdade (o que está presente na democracia) se não sabe o que fazer com ela, principalmente porque, para ele, a liberdade está associada à responsabilidade, e, na sua concepção, essa responsabilidade se aprende na escola. Por isso, acreditava ser “inútil falar em democracia, num país que ainda não tenha escolas suficientes para formar os democratas”<sup>533</sup>. Alegava que assim como os reis eram educados para essa função, o povo também precisava ser educado para a democracia. Segundo ele o Brasil era um lugar:

Onde as escolas não existem ou, pior ainda, onde elas são privilégio de alguns e fornecem um ensino precário, mal orientado e mal distribuído. Onde a educação em vez de formar o cidadão para o trabalho e para a sociedade, o prepara para ser um desajustado na vida e na produção, logo um revoltado, um ressentido<sup>534</sup>.

O plano que Lacerda tinha para atuar enquanto governador e futuro presidente incluía construir um novo pensamento, o que é um projeto de poder eficiente no que se refere a criar nos seus eleitores as mesmas perspectivas que o movem, podendo garantir o sucesso de seus projetos e a manutenção de governantes com os mesmos ideais que os seus. Ao apresentar seu projeto de educação, Lacerda o resumia da seguinte forma:

Nós defendemos o ensino público, seja ou não oficial, para todos. Defendemos a escola livre, não apenas como privilégio dos ricos, mas como direito de todos, através da multiplicação das bolsas de estudo, de modo a formar os líderes através de ensino de mais apurada qualidade, mais exigente, para todos, filhos de pobres, ricos e remediados. Defendemos a escola por todos os meios e em todas as direções, com respeito ao direito da Família e ao princípio democrático de não separar as crianças pela capacidade que tenham seus pais de pagar, além dos impostos, a mensalidade do colégio para seus filhos<sup>535</sup>.

Embora o discurso democrático se expresse em prol da igualdade, é necessário refletir que as ideias de Lacerda, nesse aspecto, não levavam em consideração a realidade do povo brasileiro, principalmente ao dizer que deseja uma escola mais exigente com todos, independente de classe social, porém não considerava que os filhos dos pobres possuíam os mesmos recursos, tempo e condições de estudo que aqueles que possuíam melhores condições financeiras. Assim poderia não perceber que, ao tentar tornar a escola mais igualitária de maneira vertical, estaria contribuindo para maior desigualdade, uma vez que os alunos mais

---

<sup>532</sup> LACERDA, Carlos. *Palavras e ação*. Distribuidora Record: Rio de Janeiro, 1965.

<sup>533</sup> *Ibidem*.

<sup>534</sup> LACERDA, Carlos. *Op. Cit.*, p. 59

<sup>535</sup> *Ibidem*.

pobres não conseguiriam acompanhar o desenvolvimento do ensino e os ricos continuariam tendo, melhores aproveitamentos, e, conseqüentemente, maiores possibilidades no futuro. O pensamento democrático presente na Reforma Democrática é genérico em alguns pontos, como no caso da educação. Democratizar para conceder acesso a todos não significa oferecer as mesmas oportunidades a todos.

O discurso de Lacerda a respeito de seu estado de espírito sobre a educação já se fazia presente no período de seu mandato como deputado federal. Em 1958, apresentou um substitutivo no contexto da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que causou impacto e mudanças no eixo das discussões. O ponto mais complexo de sua proposta era o fato de ser contra o que considerava “monopólio” estatal da educação.

No entanto, Maria Angélica Coutinho<sup>536</sup> chama atenção para o fato de que na verdade esse monopólio não havia, pois as escolas particulares sempre existiram no Brasil. Portanto, o que ele chama de monopólio trata-se de uma perspectiva na qual o Estado deveria destinar verbas não apenas para as escolas públicas, mas também para as particulares. No caso, estava se referindo a um “monopólio” das verbas. Com esse argumento, levava um substituto bem polêmico ao desejar implantar a ideia de “liberdade de ensino” associado à livre iniciativa na área da educação.

Em sua apresentação à comissão responsável pela elaboração da Lei de Diretrizes, Lacerda afirmava que a educação é um direito da família, de modo que cabia aos responsáveis escolher entre o ensino público ou privado. Dessa forma, por essa ótica, para que esse direito de escolha fosse garantido, o Estado precisava proporcionar as duas opções. Esse posicionamento se expressa nos artigos redigidos por ele<sup>537</sup>:

Art. 3o – A educação da prole é direito inalienável e imprescritível da família. Art. 4o – A escola é, fundamentalmente, prolongamento e delegação da família. Art. 5o – Para que a família, por si ou por seus mandatários, possa desobrigar-se do encargo da educar a prole, compete ao Estado oferecer-lhe os suprimentos de recursos técnicos e financeiros indispensáveis, seja estimulando a iniciativa particular, seja proporcionando ensino oficial gratuito ou de contribuição reduzida.

Os artigos explicitam o interesse de que o governo devesse garantir os recursos para as instituições privadas de ensino, mesmo que não apresentasse ideias de como o Estado destinaria

---

<sup>536</sup> COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral. *Carlos Lacerda e o projeto de educação nacional*. ACL - Fundo de Arquivo Carlos Lacerda. Disponível em:

[http://www.fundamar.com/projetos\\_itens.aspx?id=33&projeto=4](http://www.fundamar.com/projetos_itens.aspx?id=33&projeto=4).

<sup>537</sup> Substitutivo da Câmara dos Deputados e de autoria de Carlos Lacerda ao projeto nº 2.222-B/57 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Rio de Janeiro.



recursos para a rede pública. Lacerda<sup>538</sup> estabeleceu que “não cabia à União exercer monopólio sobre a oferta da educação garantindo a opção dos pais por uma das redes”, então definia nos artigos seguintes:

Art. 6o – É assegurado o direito paterno de prover, com prioridade absoluta, a educação dos filhos; e dos particulares, de comunicarem a outros os seus conhecimentos, vedado ao Estado exercer ou, de qualquer modo, favorecer o monopólio do ensino. Art. 7º – O Estado outorgará igualdade de condições às escolas oficiais e às particulares: a) pela representação adequada das instituições educacionais nos órgãos de direção de ensino; b) pela distribuição das verbas consignadas para a educação entre as escolas oficiais e as particulares proporcionalmente ao número de alunos atendidos; c) pelo conhecimento, para todos os fins, dos estudos realizados nos estabelecimentos particulares. Para que a situação de igualdade entre as redes se efetivasse, o deputado garantia no seu texto a representação das instituições privadas nos órgãos competentes como no Conselho Nacional e nos Regionais de Educação já que eram destes a prerrogativa da distribuição de verbas para o setor, como o Conselho Nacional e os Conselhos regionais de Educação.

O texto do Projeto de Substitutivo Lacerda – nome pelo qual passou a ser conhecido – estabeleceu que recursos previstos para a educação também seriam destinados aos estabelecimentos privados, como se percebe pela leitura do artigo 70 do documento:

Art. 70 – Além dos recursos orçamentários destinados a manter e expandir o ensino oficial, o Fundo Nacional de Ensino Primário, o do Ensino Médio e o do Ensino Superior proporcionarão recursos, previamente fixados, pra a cooperação financeira de União com o ensino da iniciativa privada em seus diferentes graus<sup>539</sup>.

Diante disso percebe-se que embora buscasse transparecer um discurso imparcial, a favor de todos, a visão de educação democrática de Lacerda privilegiava a educação privada. Na sua concepção, o Estado somente tinha a competência de “(...) fundar e manter escolas oficiais em caráter supletivo nos restritos limites das deficiências locais onde e quando necessário ao pleno atendimento da população em idade escolar”<sup>540</sup>.

Tal perspectiva é complexa, pois se percebe que a capacidade de educar ainda permaneceria nas mãos das elites e para as elites. As localidades em que a iniciativa privada não tinha interesse seriam abrangidas pela rede pública como função do Estado de conceder educação, porém as maiores condições de “formar cidadãos conscientes de sua liberdade” ainda estariam nas mãos das instituições privadas e ainda mais potentes com o fomento estatal<sup>541</sup>.

<sup>538</sup> Substitutivo da Câmara dos Deputados e de autoria de Carlos Lacerda ao projeto nº 2.222-B/57 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Rio de Janeiro.

<sup>539</sup> *Ibidem*.

<sup>540</sup> *Ibidem*.

<sup>541</sup> Nesse sentido, concordamos com Maria Angélica Coutinho ao afirmar que “Carlos Lacerda se credenciou junto a esses setores sociais, ligados aos interesses privatistas, fortalecendo sua imagem de homem público e relacionando-a definitivamente à educação”. Ele manteve suas convicções ideológicas e a satisfação dos grupos a que estava ligado, mas de um jeito que o aproximava das camadas populares por estabelecer metas para um princípio essencial que é a educação. Eficiente para uma futura campanha presidencial

No contexto da discussão da LDB estavam favoráveis aos substitutivos de Lacerda as escolas religiosas, principalmente pela ideia de “liberdade da família”. Vale ressaltar que para a Igreja, a participação na educação já vinha sendo discutida desde a elaboração da Constituição de 1946, quando se teve a polêmica questão sobre a existência do ensino religioso na rede pública.

A luta pela escola pública e democrática desencadeada durante a tramitação do projeto, trouxe à tona uma antiga disputa entre o Governo Brasileiro e a Igreja Católica. A educação até o estabelecimento, no Brasil, do regime republicano em 1889, sempre esteve sob a responsabilidade da Igreja, através de suas ordens religiosas - são as chamadas escolas confessionais - que vão fazer coro junto à corrente privatista apoiando o substitutivo de Lacerda. Esses entendiam que o texto em questão era democrático, pois atenderia a todos os setores da sociedade interessados em proporcionar e difundir a educação<sup>542</sup>.

Esse projeto de tendência privatista para a educação nacional acabara de se impor, sobretudo pelo empenho de Carlos Lacerda, através da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases<sup>543</sup>. Segundo Benevides<sup>544</sup>:

Do projeto inicial de 1948, apoiado pela UDN, organizado pelo Ministro da Educação, o udenista Clemente Mariani, que defendia as escolas públicas, pouco restou no texto final, de 1961 (patrocinado por Carlos Lacerda), que privilegiava o ensino particular, religioso e economicamente seletivo.

Outro ponto de crítica ao modo como Lacerda lidava com a questão educacional foi sua escolha para Secretaria de Educação: Carlos Flexa Ribeiro, proprietário do Colégio Andrews, uma escola particular, o que, para os críticos, provava a preferência do governador pelo ensino privado em detrimento do público. No entanto, Lacerda buscou manter sua imagem ligada à renovação do ensino público no estado, sendo esse um dos pontos de destaque de seu governo. A manutenção dessa imagem foi possível devido à quantidade de escolas inauguradas e à filosofia por trás da construção desses colégios.

A escolha dos nomes das escolas inauguradas ao longo do governo refletiam o ideal de Lacerda de não se homenagear ou fazer homenagens a amigos políticos ou às pessoas da sua família, pois afirmava que a obra que foi construída com dinheiro público não deveria homenagear indivíduos que não investiram na mesma. Porém, os nomes escolhidos para elas evidenciavam os exemplos que o governador indicava que deveriam ser seguidos. Segundo ele:

Nós temos procurado dar a essas escolas nomes do nosso Estado, do nosso país, do nosso mundo, como símbolos de amizade, de admiração e, sobretudo como desejo de que as crianças, ao escreverem cada dia o nome do patrono da sua Escola no alto das

<sup>542</sup> Substitutivo da Câmara dos Deputados e de autoria de Carlos Lacerda ao projeto nº 2.222-B/57 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Rio de Janeiro.p. 05.

<sup>543</sup> COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral. Op. Cit.

<sup>544</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Op. Cit. p.182.

provas ou dos seus exercícios, não tenham que perguntar quem foi ou se perguntarem, o que é natural, as professoras possam dizê-lo sem qualquer constrangimento. [...] Trata-se sempre de alguém que merece a consagração, o respeito e o amor das crianças que na escola vão se formar<sup>545</sup>.

Sobre poder falar o nome do patrono da escola sem constrangimento, o governador citou o exemplo da instituição em que estudou - José de Alencar - em que segundo ele, “as professoras nunca tiveram dificuldade de explicar quem foi o patrono da escola”<sup>546</sup>. Acrescenta que as docentes das escolas que estavam sendo inauguradas também não teriam dificuldade de explicar o nome do seu patrono.

Coerente com a ideologia anticomunista, outro nome homenageado numa escola foi do embaixador venezuelano, Rômulo Galegos, que fora professor primário, secundário e universitário, romancista e que depois se tornou presidente da Venezuela. Em seu discurso de inauguração, o governador destacou que, com essa homenagem, o povo brasileiro estava prestando solidariedade à Venezuela pela agressão de que foi vítima, perpetrada pelos agentes comunistas a serviço de Fidel Castro<sup>547</sup>. Afirma que o Brasil iria romper relações com a tirania de Fidel Castro e ficar fiel à Venezuela e a outras nações do continente. Explica que houve no Brasil uma revolução, mas não de usurpadores e sim de servidores da lei e do povo. Acredita que só quem nunca sofreu a traição poderia ser contra a posição das Forças Armadas de tomar o poder e que elas existiam para defender a população e garantir o cumprimento da lei. Segundo Lacerda, o brasileiro deveria se sentir orgulhoso por ter derrotado o comunismo internacional, sem derramar sangue<sup>548</sup>.

Também buscou homenagear George Bernamos em escola, inaugurada em abril de 1964, logo após a tomada do poder pelo militares. Naquela ocasião deixou claro que o movimento revolucionário não tinha vindo pedir desculpas a ninguém por ter vencido, que antes viera para acabar definitivamente com a corrupção e a traição comunista. Afirmava que o espírito da “Revolução” precisava continuar. Acredita que era preciso não ter medo do esforço, não ter vergonha do heroísmo e ter consciência da grandeza do país para fazer do nacionalismo uma força de construção e não de negação<sup>549</sup>.

Ainda no discurso de inauguração da escola, Lacerda afirmava que, ao entregar uma escola ao povo, estava entregando uma oficina de democracia, o que demonstra o quanto a escola era um espaço fundamental na construção do país democrático que ele pregava. O ponto

---

<sup>545</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 188.

<sup>546</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.102. faixa 4 - 19/06/1963.

<sup>547</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.002. Faixa 7 - 10/04/1964.

<sup>548</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.002. Faixa 7 - 10/04/1964.

<sup>549</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.002. Faixa 9 - 17/04/1964.

chave seria o povo “aprender” a viver a democracia, quando o governador associa a escola a uma oficina, deixa subentendido a ideia de fabricação de um conhecimento em prol dessa perspectiva. No discurso fazia um chamamento aos pais para que participassem mais das atividades escolares, de modo que esse espaço educacional se tornasse mais um elo de amizade entre ele, Carlos Lacerda, e o povo.

Acreditava que o povo deveria tomar em suas mãos a “Revolução”, uma vez que, para ele, a intervenção militar teria ocorrido para garantir a democracia “ameaçada” pelo comunismo. Ele explica que a guerra, naquela época, tinha várias modalidades: a guerra atômica, a guerra convencional, a guerra fria, a guerra civil e a guerra subversiva. Lacerda menciona que esta última era a que estava sendo feita no Brasil, por isso os militares tiveram que intervir<sup>550</sup>.

Relatava que o Brasil inteiro se uniu para restaurar a ordem, as Forças Armadas e a opinião pública. Concorde com a cassação dos mandatos dos políticos que traíram a população, mas pondera que isso não representaria falta de liberdade, porém justiça. Lacerda acha que o Brasil deveria se orgulhar de ter conseguido vencer o comunismo, sem derramar sangue. Elogia mais uma vez as Forças Armadas por terem agido na hora certa e comenta que nos últimos três anos os brasileiros estavam assustados, envergonhados. Elogia a participação de Marcílio Dias na Batalha do Riachuelo<sup>551</sup>.

Na sequência dos acontecimentos, foram inauguradas escolas que receberam o nome de Alcides Etchegoyen<sup>552</sup> e George Pfisterer. O primeiro recebeu a homenagem, pois segundo Lacerda, era uma pessoa tão simples que nem conseguia chamá-lo de Marechal. Estava representando o ideal do governo de colocar fim à corrupção na polícia da Guanabara. Já, Pfisterer, um jovem industrial, morto em um trágico acidente de avião, deveria ser referência para que a escola estimulasse os alunos a serem grandes industriais, o que reflete a ideia de que a economia do país dependia bastante do desenvolvimento e da autossuficiência dessa atividade, portanto precisava formar pessoas para tal objetivo. Segundo Lacerda, mais importante do que investir na indústria ou na agricultura era investir no homem. Por isso, era necessário investir na educação, em escolas que dessem a oportunidade do filho do trabalhador chegar mais longe do que o pai<sup>553</sup>.

---

<sup>550</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.002. Faixa 9 - 17/04/1964.

<sup>551</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.002. Faixa 9 - 17/04/1964.

<sup>552</sup> Alcides Etchegoyen foi um militar brasileiro, oficial-general do Exército. Na década de 1950, ano de sua promoção a general-de-divisão, o Brasil negociou um acordo militar com os EUA. Etchegoyen colocou-se ao lado dos defensores do acordo, exigindo ao mesmo tempo medidas mais enérgicas contra os comunistas. Morreu em 1956.

<sup>553</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.002. Faixa10 - 13/04/1964.

Ao inaugurar a escola Augusto Paulino Filho, Lacerda criticou o nível da educação no estado e disse que o mais difícil não era construir escolas, mas reformar o ensino. Afirmava que governar também é educar, daí sua preocupação em modificar a mentalidade e propor “um estado de espírito mais do que um ponto-de-vista”<sup>554</sup>. Sobre o homenageado, o governador elogiou sua devoção à medicina, sendo, portanto, um exemplo para os alunos. Além disso, aproveitava para enaltecer o papel da escola para dar voz às pessoas, pois a democracia tem necessidade de que as pessoas pensem em voz alta. Dizia que: “É na escola por cujas mãos procuramos que passe a dura argila das multidões, onde está a primeira e mais generosa manifestação da equidade social, que consagra para todos o acesso ao saber e aos meios mais eficazes de superioridade”<sup>555</sup>.

Carlos Lacerda salientou que não acreditava na democracia fora da inteligência. Disse isso quando houve a inauguração da Escola Sun-Yat-Sen, cujo homenageado era considerado por ele como um mestre da moderna democracia, o pai da democracia chinesa, que ficou conhecido por seus três princípios: independência nacional, democracia política e bem-estar social, ou seja, tinha resumido o ideário do mundo democrático moderno.

Explica que o patrono da escola tinha feito parte de uma geração de chineses que não se conformava mais com a disputa do seu país por imperialismos rivais. Discorre sobre as influências culturais da China no Brasil. Lacerda lembra que a pátria chinesa estava nas mãos de uma oligarquia corrupta, que entregava o seu país ao domínio estrangeiro e que tinha sido preciso que um homem do valor de Sun-Yat-Sen fundasse um partido e fixasse nos três princípios uma luta definida, para que a China deixasse de ser um país disputado pela Rússia e pelo Japão.

O governador alegava que a China teria conseguido se modernizar a partir do momento em que houve a queda da dinastia imperial, com o advento da República chinesa e com a democracia, o país começou a se industrializar e modernizar suas universidades. Assim, destaca que a reforma agrária realizada por Sun-Yat-Sem teria sido melhor que aquela realizada por Mao-Tse-Tung. Criticava o fato de que os brasileiros, segundo ele, conheciam muito pouco sobre a história da China e que estavam sendo enganados em relação a esse país, por causa da propaganda comunista.

As realizações de Lacerda no campo da educação acompanhadas de seus discursos nas inaugurações das escolas lhe permitiu ter o reconhecimento e a admiração pelos seus feitos

---

<sup>554</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 202.

<sup>555</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.002. Faixa 3 - 19/06/1963

mesmo que fossem claramente direcionados a um grupo específico, no caso a classe média. O reconhecimento do investimento em educação no seu governo se sustenta no número de matrículas realizadas na rede pública de ensino, pela valorização salarial dos professores e pela quantidade de escolas construídas – cerca de duzentas – todas com uma padronização na arquitetura que reforçam sua atuação<sup>556</sup>.

Dessa forma, compreende-se que o propósito da reforma educacional Ou seria levar a consciência de um tipo de concepção de liberdade defendida por Lacerda, para os pais e alunos da rede pública e privada, principalmente esta última, para compartilharem da maneira como ele considerava satisfatória a ação do Estado e o papel dos indivíduos. Lacerda, ao propor a Reforma Democrática, em 1963, abordou questões que julgava urgente no campo social, referindo-se aos trabalhadores rurais e da cidade. De início, o então governador da Guanabara se reportou à Reforma Agrária e às condições de trabalho no campo.

Em relação à Reforma Agrária, o primeiro ponto tratado por ele foi a respeito da necessidade de se instituir um Fundo de Resgate para indenizar as terras desapropriadas, oferecendo para pagamento ações em empresas estatais como a Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda de acordo com a cotação na Bolsa.

Em relação às medidas necessárias após a desapropriação, mencionava:

O crédito agrícola intensificado, diversificado, disseminado, conforme planos regionais, de acordo com o gênero da produção, capacidade de produzir, etc. Formação de uma entidade nacional para planejamento, mas entrega da execução a órgãos locais, ligados aos Estados e Municípios, mediante cautelas contra a utilização política dessa arma que é a desapropriação. Financiamento da produção de produtos de alimentação. Promoção de convênios entre regiões produtoras e consumidoras, para reduzir o número de intermediários. Crédito à rede privada de abastecimento, para racionalizar os seus métodos e assegurar, por meio de armazéns gerais, os preços na entressafra e um fluxo contínuo de produtos no mercado consumidor<sup>557</sup>.

Em 1965, durante uma entrevista cedida por Lacerda para a TV Rio<sup>558</sup>, discorreu especificamente sobre o Estatuto da Terra proposto pelo então presidente Castelo Branco, o qual ele considerava ineficiente. Naquele momento desejava que a convenção da UDN lançasse sua candidatura à Presidência da República, para que colocasse o seu projeto de reforma agrária em prática.

Alguns ministros de Castelo Branco alegaram que o presidente assumiu de surpresa, não tendo tempo para se organizar. Nesse sentido Lacerda, considerando que não gostaria de fazer

<sup>556</sup> MOTTA, Marly Silva da. Op. Cit.

<sup>557</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 17.

<sup>558</sup> Fita BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.172 1.2 Faixa 2 Entrevista de Carlos Lacerda na TV Rio sobre a Reforma Agrária. F2: 34:19min [1965]

uma sucessão que apresentasse as mesmas dificuldades, defendia que se deveria iniciar a campanha de sucessão presidencial e que se colocasse mais engajamento, trabalho e ação em prol das necessidades do país.

Ele pede que acabassem com a divisão dos brasileiros entre aqueles que eram contra e aqueles que eram a favor de reforma agrária e que se unissem os brasileiros a favor de mais comida para o povo; e de comida mais abundante, único meio de ter comida mais barata, possibilitando o acesso e poder de compra do povo e buscando reduzir as situações de miséria.

Na concepção de democracia apresentada por Lacerda, o povo precisa ter o direito de consumo garantido pelo Estado e este precisa criar condições para a manutenção desse direito. Lacerda indica a relação do Estado com a rede privada como o meio de ter a produção em dia e na quantidade necessária para que os preços pudessem ser baixos. No entanto, para que isso acontecesse, precisava estabelecer um acordo vantajoso a fim de que os proprietários de terra aceitassem a política de desapropriação. Logo, não se tratava de uma desapropriação para conceder uma terra ao povo, mas uma política econômica e social que mantinha o *status* e recursos das empresas privadas e, na medida em que os produtos chegavam ao mercado com preços mais baixos, poderia ganhar a confiança do povo em relação à possibilidade dele chegar ao cargo de presidente da República. Para que isso fosse possível, ele afirmava que “não precisava de licença de ninguém, apenas do voto de seu partido”<sup>559</sup>.

#### 4.4.1 Sobre as questões trabalhistas

No que se refere às questões trabalhistas nos centros urbanos, Lacerda mantinha o discurso sobre a libertação do movimento sindical de qualquer tutela para a formação de um movimento sindical autônomo, com vistas ao aumento da produtividade para melhoria real do padrão de vida do trabalhador.

Para Lacerda o sindicalismo tinha participação fundamental para a democracia no Brasil. Defendia a ideia da organização livre do trabalhador em sindicatos que não tivessem ligações com o Ministério do Trabalho, com o presidente, governadores ou partidos políticos. Também defendia o fim dos impostos sindicais, para que os trabalhadores contribuíssem com o valor que pudessem ou desejassem.

---

<sup>559</sup> Fita BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.172 1.2 Faixa 2 Entrevista de Carlos Lacerda na TV Rio sobre a Reforma Agrária. F2: 34:19min [1965]

No entanto, dizia que a função do sindicato único era evitar o surgimento de associações falsas, não para agir em função do autoritarismo, o que não é compatível com a democracia. Em relação a isso, Lacerda já havia apresentado um projeto de Código de Trabalho, em 1955, quando atuava como deputado federal. Esse código, segundo ele, não tinha sido sequer avaliado pela Câmara, de modo que considerava isso uma ação dos partidos políticos que desejavam manter os trabalhadores sob sua influência e não terem autonomia para lidar com as questões de seus interesses.

No entanto, o projeto foi arquivado nos termos do artigo 104 do regimento interno no mesmo dia em que foi enviado: 04 de julho de 1957. O projeto foi mencionado no diário do Congresso, porém não foi publicado<sup>560</sup>. Diante da falta de conhecimento que se teve sobre o Código, Lacerda o apresentou no seu livro “Poder das Ideias”. Segundo ele, o código incluía aperfeiçoamentos principalmente para o trabalhador rural, pois essa atividade dependia de condições de trabalho específicas.

O Código de 1955 incluía o trabalhador rural na legislação e instituía a indenização via crédito no caso do empregado ser demitido por motivo injusto, aposentadoria ou morte. Assim, garantia a estabilidade e aumentava a indenização dos trabalhadores mais antigos, além de permitir a livre associação profissional e sindical. Para Lacerda, a organização judiciária, o processo e o seguro social precisavam ser definidos em leis e códigos à parte. A orientação geral do projeto foi “conservar todos os direitos já existentes, aprimorar os incertos e criar novos”<sup>561</sup>.

De acordo com Júnior<sup>562</sup>, a estrutura proposta para o Código do Trabalho era:

TÍTULO I — Introdução;  
 TÍTULO II — Direito Individual do Trabalho, com os seguintes Capítulos: I — Da Relação de emprego, com as seguintes Secções: I — Do Contrato individual de trabalho; II — Da Remuneração;  
 III — Da Alteração;  
 IV — Da Suspensão e interrupção;  
 V — Da Rescisão;  
 VI — Do Aviso Prévio;  
 VII — Da Estabilidade;  
 VIII — Da Força Maior;  
 IX — Da Participação nos lucros; II — Das Relações especiais de emprego, com as seguintes Secções: I — Do Contrato de prova; II — Do Contrato de aprendizagem; III — Do Trabalho em domicílio; Capítulo III — Do Regulamento de empresa; Capítulo IV — Da Tutela do trabalho, com as seguintes Secções: I — Da Identificação Profissional; II — Da Jornada do Trabalho; III — Do Repouso semanal e em feriados;

<sup>560</sup> <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=176770>

<sup>561</sup> Apud JÚNIOR, A. F. Cesarino. Codificação das Leis Sociais no Brasil. Tese apresentada ao I Congresso Nacional de Direito do Trabalho e da Segurança Social realizado de 25 a 30 de abril de 1960, em Tucuman, República Argentina.

<sup>562</sup> *Ibidem*.



IV — Das Férias anuais; V — Do Salário Mínimo;. VI — Da Higiene e Segurança do Trabalho; VII — Da Nacionalização do trabalho; VIII — Do Trabalho da mulher; IX — Do Trabalho do menor;

X — Disposições finais (Referência aos Regulamentos especiais); TÍTULO III — Direito Coletivo do Trabalho, com o seguinte Capítulo: I — Da Organização sindical, com as seguintes Seções: I — Dos direitos sindicais; II — Da associação profissional; III — Da instituição do sindicato; IV — Das associações sindicais de grau superior; V — Da administração e funcionamento; VI — Das eleições sindicais; VII — Da contribuição sindical; VIII — Disposições gerais; Capítulo II — Da Convenção Coletiva do Trabalho, com as seguintes Seções: I — Disposições preliminares; II — Da Convenção de empresa; III — Da Convenção de categoria; Capítulo III — Dos Conflitos coletivos de trabalho, com as seguintes Seções: I — Dos dissídios coletivos; II — Da greve; III — Do "lock-out"; TÍTULO IV — Direito Administrativo de Trabalho, com o seguinte Capítulo: I — Da inspeção do trabalho, com as seguintes Seções: I — Da fiscalização; II — Das penalidades; III — Da autuação e aplicação de penalidades; IV — Dos recursos; V — Do depósito, inscrição e cobrança das multas; TÍTULO V — Direito Processual do Trabalho, com os seguintes Capítulos: I — Disposições Preliminares; II — Do processo em geral; III — Dos dissídios individuais; IV — Dos conflitos coletivos, com as seguintes Seções: I — Do processo de dissídio coletivo; II — Do processo de solução de greve e "lock-out"; V — Dos recursos; VI — Da Execução; VII — Penalidades; TÍTULO VI — Disposições finais e transitórias — Anexos: Regulamentações especiais.

Em relação aos sindicatos, o Código expressava a ideia do deputado de que apenas a lei civil das associações profissionais deveria regulamentar os sindicatos, que deveriam ter livre constituição e depender de só um registro, o qual o Ministério do Trabalho não poderia questionar. De acordo com ele, “o sindicato passa a servir ao trabalhador, e não estes aos que se apossam da direção do sindicato”<sup>563</sup>.

O código regulamentaria as eleições sindicais, que deveriam ser realizadas pelos próprios sindicatos, em conformidade com seus estatutos e, abolindo o imposto sindical, “garante o direito de greve e o direito de não entrar em greve. Eleva a importância das multas por infração da legislação do trabalho”<sup>564</sup>.

Ao explicar sobre as intenções do código em relação aos sindicatos, Lacerda aproveitou para criticar o modelo sindical e as leis trabalhistas vigentes que haviam sido elaboradas durante o governo de Getúlio Vargas. Para ele, o fato de existir um candidato único para cada categoria sob o controle do Ministério do Trabalho, significava que Vargas manipulava e usava de recursos autoritários para lidar com a classe trabalhadora. Dizia isso porque afirmava que a legislação do trabalho sofreu influência da Carta del Lavoro, de Mussolini, alegando que muitos artigos foram copiados na íntegra, tirando a capacidade do trabalhador de se organizar livremente.

---

<sup>563</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 29

<sup>564</sup> Ibidem.

Sabe-se que Lacerda sempre associou a imagem de Vargas à ditadura, ou seja, um grande inimigo da democracia e, portanto, seu inimigo. Logo, ao atrelar as leis trabalhistas - que tanto representavam a influência do ex-presidente - a uma ideia de autoritarismo e busca de interesses políticos, colocava a ele, Lacerda, para os trabalhadores, como um representante da democracia. Assim, expressava a ideia de que a sua concepção sobre as associações profissionais se baseavam na liberdade, portanto uma prática “mais” democrática do que a de Vargas.

Parecia uma boa tentativa de manchar a imagem de Vargas diante da população especialmente no quesito que mais o identificava com o povo, que eram as questões sobre o trabalho. Mais uma vez, então, Lacerda fazia o uso da desqualificação do outro para se mostrar como a pessoa preparada para incentivar e manter a democracia no país.

Embora tivesse um discurso em prol de um sindicato livre de interferências políticas e do Ministério do Trabalho, quando esteve à frente do governo da Guanabara, a partir de 1960, não hesitou em interferir nas questões do sindicato. Exemplo disso foi a nomeação de Carlos Flexa Ribeiro para ser secretário de educação e cultura. Flexa Ribeiro era dono de um colégio renomado na zona sul do Rio de Janeiro, possuía experiência como professor do Instituto de Belas Artes e da Faculdade Nacional de Arquitetura, além de ter sido diretor do MAM, no entanto sua aceitação entre os profissionais da educação não era boa, justamente pelo fato de se tratar de um empresário do ramo da educação que atrasava o melhoramento das relações de trabalho.

Diante disso, o sindicato dos professores, rapidamente, lançou um manifesto contra a nomeação de Flexa Ribeiro, utilizando-se de jornais e revistas de grande circulação na cidade. O manifesto solicitava bom sendo da parte do governador para lidar com a situação, porém, Lacerda preferiu usar sua influência na imprensa para atacar o Sindicato e seus diretores. Tal atitude fez com que o diretor do sindicato, Bayard Boiteaux, publicasse uma carta de repúdio à nomeação de Flexa Ribeiro e à política de Lacerda, acusando-o de ter falso patriotismo e permitir uma educação que não valorizava o professor.

O governador, por sua vez, moveu uma ação judicial contra o diretor do sindicato, alegando que este lhe proferiu injúrias num meio de comunicação. No entanto, sua atitude não teve apoio e, mantendo-se isolado, decidiu por retirar o processo.

O sindicato dos Professores tinha como um de seus propósitos defender os interesses dos docentes das repartições públicas que não possuíam qualquer tipo de organização sindical. Ao ampliar seu quadro de associados, iniciando a sindicalização dos professores do ensino superior, e ao demonstrar seu repúdio pela nomeação do novo secretário, a direção do Sindicato alinhava-se a uma grande parcela de categoria que,

mesmo recebendo os melhores salários do mercado, via-se às voltas com os problemas bem conhecidos dos docentes da rede privada<sup>565</sup>.

Como se vê, a atitude de Lacerda enquanto governador não se manteve na defesa da livre associação, ele buscou inserir pessoas de seus interesses na diretoria. Não se limitando ao interesse de nomear alguém, indicou uma pessoa que não defendia os interesses dos profissionais docentes por se tratar de um proprietário de escola, ou seja, alguém que não apoiaria críticas ou reivindicações dos trabalhadores de maneira legítima como é de função dos sindicatos.

No plano de Reforma Democrática, Lacerda apresentava ainda outro projeto social. Trata-se do crédito à construção civil e às cooperativas, a serem fomentadas, de construção de casas populares, mediante diversos projetos específicos, a serem aplicados com plena liberdade, em cada região e em cada grupo social conforme as suas características e preferências.

Fazendo jus ao modelo de descentralização administrativa, o governo, por meio da COHAB investiu no Plano de Habitação Popular que consistia na remoção das favelas da zona sul e norte para conjuntos habitacionais na zona oeste. Os recursos para a construção dos conjuntos habitacionais foram provenientes da Aliança para o Progresso e dividiu opiniões entre as esquerdas e os moradores das favelas em relação à defesa dos direitos daquelas populações. Por outro lado, essa política também colabora para a compreensão da ideia de liberdade e propriedade presentes no lacerdismo colocada em prática na construção de um governo e projeto de “democracia verdadeira”.

O projeto de remoção das favelas da cidade foi iniciado em 1962, possuindo três pilares: a construção do conjunto habitacional na Rua Álvaro Ramos, em Botafogo, a urbanização completa da Vila da Penha e a construção de um conjunto habitacional em Bangu. Com o passar dos anos, o projeto foi sendo aprimorado, alocando a população de acordo com a área das comunidades. As favelas da Zona Norte foram deslocadas para conjuntos habitacionais na Avenida Brasil, já as da Zona Sul foram para a extensão viária que leva da Zona Sul até à Barra como a Cidade de Deus, em Jacarepaguá. Dessa forma, “se antes a intenção era urbanizar as favelas e remover algumas, a linha passou para remoção de favelas com a urbanização de algumas”<sup>566</sup>.

---

<sup>565</sup> [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0610398\\_08\\_cap\\_03.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0610398_08_cap_03.pdf), p. 69.

<sup>566</sup> BRUM, Mario Sergio. Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em História Social/PPGH-UFF. Niterói, 2011. p. 76.

Uma das justificativas de Lacerda para a remoção das comunidades era que algumas não tinham condições de serem urbanizadas, como no caso da Favela Getúlio Vargas, localizada no Leblon, conforme ele cita em seu depoimento:

Ficava a dois passos do Jockey, exatamente em frente à praça onde está o campo do flamengo e ao Hospital Miguel Couto. Toda manhã, mas toda manhã – ninguém me contou, eu vi – aparecia uma criança para se tratar no hospital com a cara roída por rato. Tinha ratazanas desse tamanho, assim! Você, para chegar a um barraco, tinha que passar por dentro de outros dois ou três. A promiscuidade era total: dormia o casal com quatro ou cinco filhos pequenos na mesma cama. Como é, então, que você vai urbanizar no local um negócio desse<sup>567</sup>.

O que nos chama atenção nessa fala do governador é o motivo real de sua preocupação diante da situação descrita. É notório o tom de desconforto com que ele fala sobre a realidade dessa favela. Porém, inquieta-nos pensar qual era sua verdadeira preocupação: a realidade vivida por essas pessoas ou ver que tal realidade encontrava-se numa região tão próxima a lugares frequentados por um público de condições financeiras mais elevadas. Isso fica evidente em outra fala de Lacerda: “Tivemos que remover algumas favelas. Removemos até algumas que existiam em terrenos muito valorizados, onde fazer casinhas populares representava um tamanho desperdício que seria um crime contra o pobre”<sup>568</sup>.

Vale ressaltar que ele faz referência a locais como Jockey Club, campo do Flamengo e até mesmo o fato da favela descrita estar localizada no Leblon, bairro reconhecido por suas belezas naturais e pelo valor do metro quadrado na região que garantia *status* a quem ali reside. Outro exemplo é a favela do Pasmado que ocupava uma área de interesse para a construção de um hotel do grupo internacional Hilton. Portanto, visto que era objetivo de Lacerda incentivar a condição do Rio de Janeiro como a *Belacap*, reverteria em grande incômodo para o governo se deparar com favelas em condições tão ruins em áreas que deveriam ser apenas bonitas<sup>569</sup>.

Aqui aparece novamente a questão presente na concepção de democracia de Lacerda que o povo precisa aprender, ou seja, ele estaria promovendo uma nova realidade para o estado

---

<sup>567</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 233.

<sup>568</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 232.

<sup>569</sup> Outro ponto alegado pelo governo para as remoções era que a construção dos conjuntos habitacionais poderia reativar o setor de construção civil, muito importante para a economia da cidade. De acordo com Marly Motta, era comum ouvir dizer, na época, que Lacerda estaria agindo em função dos interesses da especulação imobiliária, pois ao retirar as favelas da Zona Sul, por exemplo, valorizaria os imóveis da área nobre dessa região. A percepção das intenções de Lacerda fica evidente na fala do advogado Magarinos Tôrres, que defendia os favelados O governo, por sua vez, se defendia alegando que não agia em função da especulação imobiliária, embora reconhecesse que se tratava de áreas nobres que seriam valorizadas com a remoção. De acordo com a secretária de serviços sociais do Estado da Guanabara, Sandra Cavalcanti, a remoção da favela era um meio de inserir o favelado na vida moderna, pois não era a favela que precisava ser urbanizada, o favelado que precisava ser urbanizado, o que só seria possível se saísse daquela entorno, da realidade que estava acostumado.

para a qual os habitantes das favelas não estariam preparados para receber. Então, vendo por este prisma, retirar as pessoas das favelas tinha como sentido levá-las a outro ambiente em que fosse possível educá-las a não serem “favelados”.

Isso explica, também, o fato de que grande parte das escolas inauguradas no governo de Lacerda se localizava nas novas comunidades habitadas pelos ex-favelados. O governador alegava que a população pedia para que as inaugurações fossem rápidas, pois agora eram tratados com dignidade tendo supridos seus direitos e deveres. Com isso procurava justificar que a ideia não era expulsar ninguém das favelas, mas trazer essas comunidades para as verdadeiras cidades novas, sendo isso uma prova de respeito à população e de confiança no futuro do país<sup>570</sup>.

Na ocasião da Escola Alcides Etchegoyen, na Vila Kennedy, Lacerda explicou que tinha planos de construir oficinas e dar financiamento para artesanato e pequenas indústrias, de forma a que os moradores da região se bastassem, ou seja, um plano para que a população se tornasse cada vez menos dependente do Estado, mas que precisasse do Estado para chegar a esse estágio<sup>571</sup>.

Durante a implementação do Plano de Habitação Popular, por diversas vezes, os favelados opuseram forte resistência à remoção, recusando-se a deixar suas casas pelos conjuntos habitacionais. A longa distância do centro da cidade, a precariedade dos transportes e a infraestrutura ainda em fase de instalação nos conjuntos habitacionais, gerariam grande descontentamento entre os moradores das favelas removidas. Além disso, a destruição da favela do morro do Pasmado por um incêndio de “causas ignoradas”, considerado por muitos como criminoso, que ocorreu ao mesmo tempo em que se processava a remoção, alcançou grande repercussão na época.

Muitos foram os conjuntos habitacionais construídos distantes da área de origem dos moradores. Por exemplo, a maioria dos funcionários dos hotéis, como copeiros, faxineiros, arrumadeiras, morava nas favelas da Zona Sul. Diante disso, era inevitável a insatisfação dos moradores dessas localidades, conforme se pode perceber no depoimento de Carlos Cardoso dos Santos, o Monega, morador da Cruzada São Sebastião, mas que esteve presente no dia em que Sandra Cavalcanti visitou a Praia do Pinto:

---

<sup>570</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.104. Faixa 2 – 13/03/1964.

<sup>571</sup> Também havia a justificativa de que a remoção das favelas traria melhorias à condição viária da cidade, questão que, segundo o governo, deveriam ter sido feitas pelas prefeituras anteriores. Dentre as melhorias viárias promovidas podemos citar os túneis Rebouças e Santa Bárbara que liga a Zona Norte à Zona Sul, o aterro do Flamengo para fazer ligação Centro-Zona Sul e a ampliação da Avenida Brasil (Subúrbio-Centro), Radial Oeste e Marechal Rondon (Zona Norte-Centro).

Todo mundo na Praia do Pinto dava como certa a remoção. E a gente sabia que mudar para a Zona Oeste não era um bom negócio. Muito pelo contrário. Aí não tem quem não se revolte. Quando o povo viu ela [sic] entrando na igreja foi aquela confusão. Quando Sandra Cavalcanti tentou fazer discurso as pessoas vaiaram com vontade. A situação definitivamente não estava boa para ela. E as vaias só aumentando. Mas o pior veio depois quando começaram a voar pedras em sua direção. Nessa hora, a polícia chegou com a cavalaria e começou aquela correria<sup>572</sup>.

A secretária se justificou diante da reação sofrida, alegando que, de acordo com a própria polícia, as pedras atiradas em sua direção não partiram de moradores, mas de integrantes do Partido Comunista, o que segundo ela, era um momento em que os opositores políticos aproveitaram para boicotar a política de reassentamento. Sandra Cavalcanti chegou a se pronunciar para os jornais da época, minimizando o apedrejamento, dizendo que se tratava de casos isolados, com pequena participação de apenas alguns garotos.

Diante da reação da população à sua política, o governo buscava atenuar a insatisfação da população afastada, alegando que mesmo morando “um pouco longe” seria muito vantajoso poder ter uma casa com infraestrutura organizada e a chance de adquirir uma propriedade a partir de um financiamento com condições fáceis para pagamento, porém essas não eram favoráveis a todos, pois ao morar nos conjuntos os moradores deveriam pagar prestações mensais à COHAB. Os que não possuíam renda para isso iriam para as casas de triagem, chamadas de Centro de Habitação Provisória, como a Nova Holanda.

Pode-se perceber, com isso, que a ideia de propriedade que era divulgada pelo governo, não tinha grandes chances de se concretizar. Elinor Ostrom<sup>573</sup>, já nos advertia que dentro da escala do direito de propriedade, a efetivação desta aparece diante da conquista do direito de alienação, ou seja, a possibilidade de vender a propriedade, por exemplo. Desse modo, como muitos moradores removidos não tinham condições de quitar suas parcelas, a realidade era que em muitos casos, tal direito não chegava a ser alcançado. Portanto, a mínima vantagem que se poderia ter com o fato de ser removido para os conjuntos habitacionais, era uma falsa esperança para a maioria.

Além disso, havia outro motivo pelo qual a ideia de vantagem não era confirmada na prática. A urgência em tirar os favelados das proximidades das áreas nobres da cidade, muitas vezes os conjuntos habitacionais já eram entregues com péssima infraestrutura, que foi se tornando mais crítica conforme o passar do tempo e abandono por parte do governo<sup>574</sup>. Este, por sua vez, se defendia através de um argumento bastante depreciativo, alegando que as

---

<sup>572</sup> MONTEIRO, Marcelo. Op. Cit. 2004, S/P.

<sup>573</sup> OSTROM, Elinor and Hess, Charlotte, *Private and Common Property Rights*. 2007.

<sup>574</sup> PERLMAN, Janice. Op. Cit.

péssimas condições dos apartamentos doados aos ex-favelados foram provocadas pelos próprios moradores, devido ao fato de não possuírem capacidade de autonomia, ou seja, não sabiam cuidar do patrimônio por serem acostumados à pobreza.

A política de remoção realizada no governo de Lacerda direcionava as pessoas para conjuntos habitacionais periféricos. No entanto, essa política se mostrava altamente contraditória, pois ele sustentava-se no déficit habitacional, oferecendo aos moradores a possibilidade da aquisição da casa própria legal nesses conjuntos, haja vista que nas favelas a maioria das posses não era legalizada. No entanto, das mais de 4 mil pessoas que foram removidas, a maioria estava na zona sul, área que não era considerada a que possuía maior quantidade de favelas. A Zona Norte, por exemplo, possuía 67,9% das favelas do município, e dessa área foram removidas apenas 25,1%, revelando a falta de proporcionalidade entre a porcentagem de favelas e o número de remoções<sup>575</sup>.

O plano de habitação estava sendo aplicado em função dos interesses do governo de construir uma imagem positiva da administração de Lacerda, afastando a população pobre da cidade, visando possibilitar a reafirmação do Rio de Janeiro como a *Belacap*. Uma vez removidos, os favelados não seriam mais um problema tão visível. Entretanto, vale ressaltar que esses moradores não estavam iludidos quanto às intenções do governo, a fala de um ex-morador da Favela do Esqueleto, removida no governo Lacerda, nos demonstra a consciência política que eles possuíam: “Foi uma jogada do Lacerda, porque ele queria se eleger presidente. Minha família foi toda para a Vila Kennedy”<sup>576</sup>.

Desse modo, estava claro para a população que antes de ser uma melhoria, a remoção era uma manobra política. Essa consciência aumentava o descontentamento dos mesmos, haja vista que nas eleições de 1958, Lacerda foi eleito deputado federal graças ao voto da maioria maciça da população carente e, agora, agia contra os direitos e interesses dos mesmos<sup>577</sup>. Em relação a essa prática contraditória de Lacerda, o padre Daniel de Castro, um dos párocos da Zona Norte, engajado na proteção aos moradores da favela de Brás de Pina, que não aceitaram a transferência forçada para a distante Vila Kennedy, demonstrou sua insatisfação numa entrevista ao jornal *Última Hora*, em 1964:

O governador Lacerda, em 1948, quando o prefeito Mendes de Moraes pretendia extinguir as favelas do Rio, tomou posição no jornal “Correio da Manhã”, dizendo-se horrorizado com a remoção da favela do Morro dos Macacos, em Vila Isabel, sem

<sup>575</sup> SILVA, J.S., BARBOSA, J.L. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

<sup>576</sup> AMOROSO, Mauro. *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2006. p.167)

<sup>577</sup> *Ibidem*.

consulta a seus moradores. Escrevia ele: “Não pode o governo desenvolver a participação dos favelados em seus planos de remoção de favelas. Por processos assim, somente se conseguirá o ódio e a revolta da população. Extinguir favelas assim seria fácil demais, uma vez que as autoridades têm armas e o povo não.”

Já no ano de 1962, continua o padre Daniel, o jornalista Lacerda escrevia na edição de 19 de abril na *Tribuna da Imprensa* que os favelados deveriam ser fixados nos bairros em que trabalham e não em subúrbios longínquos. Lacerda acenava então, com dados oficiais, mostrando que 59% dos favelados trabalhavam no próprio bairro em que residiam. Por isso, considerava então uma violência à remoção forçada para “campos de concentração” financiados pelos institutos. E lutava então o jornalista Lacerda pela fixação dos favelados próximos aos seus locais de trabalho, escrevendo que: “a urbanização das favelas era imprescindível e mostrando-se contra a remoção das famílias para lugares distantes.”<sup>578</sup>

O padre mostra como Lacerda de jornalista a governador, mudou muito de pontos de vista, após ocupar o cargo.

Lacerda agora, como governador quer transformar famílias faveladas em gado-humano, transportando-as de Brás de Pina para Bangu. É um êxodo humano em miniatura, o exílio forçado de mais de mil pessoas obrigadas a residirem num gueto de miséria.

E ressaltou o padre: Nós sacerdotes que defendemos os favelados de Brás de Pina estamos na mesma posição abandonada por Lacerda depois de 1962. Somos contra a remoção das favelas e a favor da urbanização da favela, tornando mais digna, mais habitável, com melhoramento de água, esgoto e luz<sup>579</sup>.

Diante disso, percebe-se que, agora, Lacerda via a remoção das favelas como algo indispensável à sua política, independente do que isso significava para a população. Apesar de não contar com o apoio dos moradores das favelas e de outros segmentos da sociedade, como a igreja, o plano de habitação se mantinha, pois além do interesse dos órgãos do governo, havia um amparo legal para sua aplicação que merece nossa atenção, uma vez que o direito não é um fenômeno exterior à sociedade e interage profundamente com o ambiente social em que está inserido.

A constituição do Estado da Guanabara, promulgada em 1961 criou políticas públicas para realizar o levantamento dos problemas ligados às favelas. A Constituição afirmava que essas deveriam ser assistidas, higienizadas, possuir escolas primárias, centros médicos, centros recreativos e de orientação profissional e doméstica, porém em caráter provisório, porque tal estrutura seria elaborada com total isenção de impostos, a fim de que as favelas irrecuperáveis fossem removidas, principalmente aquelas situadas nos bairros da Zona Sul.

O amparo para as remoções estava na Lei 2874, promulgada em 1956 (a Lei das favelas). A lei impedia que num período de dois anos fosse realizada expulsão de moradores das favelas,

---

<sup>578</sup> *Última Hora*, 30/ 12/1964, p. 6.

<sup>579</sup> *Última Hora*, 30/ 12/1964, p. 6.



além de conceder créditos para a construção de casas populares. No entanto, nas décadas de 1960 e 1970 a lei legitimou a política de remoção, pois, de acordo com a mesma, a partir do momento que o governo construísse casas populares, os favelados deveriam deixá-las. No entanto, não foi uma preocupação da lei criar uma alternativa juridicamente coerente para tratar de uma questão que levava à reflexão sobre problemas mais complexos do que a simples mudança física de moradia, mas todo um contexto de convivência, afetividade entre as pessoas e o local, além de interferência nos costumes dos mesmos, fazendo com que lhes fosse necessário passar por um longo e doloroso processo de adaptação, conforme mostra o depoimento a seguir:

No começo eu sentia falta da praia, da lagoa, das lojas, de tudo- eu ainda sinto- Aqui não há nada para fazer (...) Aqui eu conheço meus vizinhos de nome, mas não somos amigos- meus velhos amigos estão longe... aqui não fazemos mais passeios, como tomar a barca de Paquetá, organizar piqueniques, ir à praia. Todos vivem isolados. Aqui não há clubes atléticos juvenis, nem clubes de futebol, nem samba nem carnaval. Uma vez eles exibiram dois filmes e nunca mais (...). as pessoas não se reúnem - cada um trata da própria vida<sup>580</sup>.

Estar num lugar diferente, sem nenhuma referência pessoal, aos poucos poderia comprometer também a saúde das pessoas, conforme demonstra a fala de uma senhora que fora removida:

Ai, dona, eu nasci no chão, cresci na terra, e vivi toda vida no plano. Como é que eles querem que eu me acostume a viver numa altura de quatro andares? Eu fico toda arrepiada (...). Passo fora de casa a maior parte do tempo<sup>581</sup>.

Vale ressaltar que interferia tanto na saúde física quanto na emocional, uma vez que a tristeza e a insatisfação podem levar a pessoa a um trauma e um momento de dor, podendo perder a motivação e acabar diante do isolamento social, como fica evidente em outro depoimento: “Foi difícil me acostumar com o subúrbio. Chorei muito na hora de ir embora (...) todos meus amigos moravam na Catacumba”<sup>582</sup>.

Vale ressaltar que a lembrança exposta pelos moradores em seus depoimentos é de grande valia para a compreensão do processo político do qual se refere. De acordo com Michael Pollack<sup>583</sup>, a memória embora pareça ser um fenômeno individual, relativo ao íntimo da pessoa, demanda a necessidade de entendê-la como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente, passível de sofrer transformações constantes.

---

<sup>580</sup> PERLMAN, Janice. Op. Cit. p. 59.

<sup>581</sup> Ibidem.

<sup>582</sup> MONTEIRO, Marcelo. Op. Cit.

<sup>583</sup> POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

A memória é constituída por acontecimentos vividos pessoalmente ou por acontecimentos que o autor chamou de “vividos por tabela”, aqueles que são vividos pelo grupo à qual a pessoa pertence. São acontecimentos que nem sempre a pessoa participou, mas que tomaram um grande espaço no seu imaginário, podendo ocorrer uma projeção ou uma identificação tão forte que é quase uma memória herdada. Existem acontecimentos regionais que traumatizam tanto que marcam muito uma região ou um grupo, de modo que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com alto grau de identificação. Essa realidade é a que podemos perceber ao analisar os efeitos que a política de remoção das favelas provocou nas gerações futuras.

Em relação à interferência na vida cotidiana dos moradores removidos, pode-se compreender através de Eduard Thompson<sup>584</sup> que costume é o uso e a prática que ocorrem repetidamente até se tornar um hábito; devem ser interpretados pela percepção vulgar porque eles se desenvolvem e são criados entre as pessoas comuns. Os costumes estão intimamente ligados aos sentimentos e perspectivas de um determinado grupo social ou indivíduo, o que pode se tornar um amplo espaço para o conflito numa situação de ameaça à estrutura social, dificultando o consenso. Num caso como o da remoção das favelas, em que os interesses dos moradores são desprezados em função da efetivação de uma política arbitrária, a resistência e a luta pela manutenção de seus direitos e costumes se tornam um caminho de sobrevivência, mais do que um movimento ideológico.

O interesse pela remoção das favelas indesejadas possibilitou que a legislação fosse direcionada para a efetivação de um controle sobre as mesmas, buscando bloquear as atividades fundamentais, principalmente aquelas ligadas ao comércio. Tal prática se justifica pelo fato de muitos favelados resistirem à mudança de endereço por desenvolverem relações sociais importantes naquela localidade. Portanto, uma vez que os lugares considerados foco dessas relações fossem proibidos, os favelados ficariam cada vez menos motivados a resistir.

Com intenção de limitar a resistência dos moradores, em 1963 foi elaborado o Decreto N° 1668 que tinha como objetivo controlar e colocar taxas sobre as atividades comerciais das favelas, mesmo que tais atividades não fossem previamente regulamentadas, o que impossibilitaria taxar as mesmas, pois isso seria uma forma de reconhecer os comércios da favela, porém algumas manobras na lei permitiram realizar essa fiscalização de forma satisfatória. Segundo esse decreto, os comércios crescentes nos núcleos das favelas

---

<sup>584</sup> THOMPSON, Eduard. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

contrariavam ou ignoravam as leis e portarias a que deveriam se sujeitar. Dessa forma, cabia ao Estado organizar a fiscalização.

O artigo 1º do dito Decreto estabeleceu a solução jurídica para o problema, afirmando que a licença de comércio outorgada a comerciantes é “a título precário, pois se trata de favelas”. O ponto principal da ação dessa fiscalização foi a proibição da venda de bebidas alcoólicas, produto fundamental vendido nas biroskas que sempre foram muito influentes na localidade. Porém, essa fiscalização ignorava um fator de grande importância para os moradores dali, pois as biroskas - como os comércios eram conhecidos - possuíam uma influência não apenas em relação à circulação financeira, mas também uma importante função social, uma vez que era ponto de encontro, em que se estabeleciam as relações sociais internas.

Em segundo lugar, a criação da Comissão Estadual de Energia (CEE), em 1963, também foi fundamental para assegurar o controle público nas favelas. Essa comissão foi encarregada de organizar comissões locais de energia que deveriam administrar a comercialização de energia interna, pondo fim ao controle exercido por particulares. Tais comissões visavam disciplinar o caótico acesso à energia elétrica, porém, postas sob um rígido controle dos poderes públicos<sup>585</sup>.

Apesar das intervenções políticas e jurídicas, a população das favelas não assistiu passivamente à remoção. Os moradores das favelas foram em busca de uma situação na qual se sentissem mais confortáveis e satisfeitos, para isso foi necessário que se inclinasse à organização política. O resultado dessa conscientização foi consolidado em 12 de junho de 1963, com a criação da sociedade civil Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). Agindo de acordo com as necessidades dos moradores, essa sociedade atuou em defesa da urbanização e contra as remoções. A FAFEG reunia associações de diversas favelas, alcançando a margem de 73 filiados das 132 associações existentes na Guanabara naquela época, com isso representou uma importante frente de articulação política de reivindicação<sup>586</sup>.

A atuação da FAFEG junto aos favelados se fazia necessária principalmente diante da brutalidade e violência com as quais o governo atuava durante as remoções. Os agentes do governo declaravam estar cumprindo ordens expressas do governador, sem levar em consideração as necessidades e até mesmo o desespero da população que se via na obrigação

---

<sup>585</sup> LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

<sup>586</sup> MELLO, Juliana Oakin Bandeira de. *Urbanização sim, remoção não: a atuação da Federação das Associações de Favelas no Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970*. Dissertação de mestrado. 211 fl. Niterói. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2014.

de abandonar suas casas, suas memórias e seus laços afetivos. Em janeiro de 1962, logo na fase inicial das remoções, o jornal *Última Hora*, trazia notícias a respeito de um momento angustiante vivido por moradores da antiga favela da Maré, dizendo:

Moradores do Bairro Desembargador Magarinos Tôrres (antiga Favela da Maré), Av. Brasil, próximo à ponte da ilha do Governador, viveram ontem momentos de justificada apreensão e revolta, com a chegada do Sr. Honório Mantel, responsável pelo posto central do Serviço de Fiscalização e remoção de favelas do SERPHA, que ali chegou, com um choque da Polícia Militar, com a incumbência de arrastar todos os barracões. Liderados pelo operário João Alexandrino da Silva, presidente local da União dos Trabalhadores Favelados, os moradores se reuniram na praça, protestando contra a violência da medida tentada.

“Toda e qualquer reclamação deve ser feita ao Governador da cidade, que foi quem mandou destruir a favela”, gritou para os favelados o Sr. Honório Mantel, frisando para a reportagem que agia em nome do Chefe do Executivo e do diretor do Serviço Social, Sr. Arthur Rios. O advogado Magarino Tôrres Filho, que assumiu a defesa dos favelados, declarou que esta é a segunda vez que o governador investe contra aquele reduto, cujo terreno não pertencia ao Estado, mas à Marinha desde 1888<sup>587</sup>.

Em oposição à atitude violenta dos agentes do governo, a Igreja Católica se manifestava, na figura de sacerdotes como o Padre Saenz Artola, vigário de Santa Edwirges, que alegava, juntamente com os favelados, que suas indignações não eram de ordem política, mas de uma posição baseada no evangelho. Recusavam a remoção forçada porque enquanto cristãos, não deveriam se conformar com a violência, já que remover as pessoas sob a mira de armas se configurava num atentado à dignidade humana<sup>588</sup>.

Diante disso, compreende-se que a política de remoção das favelas levou consigo a expressão e criatividade das relações sociais, por um motivo que não se consolidou perfeitamente, visto que em muitos casos, as habitações dessas localidades eram de melhor qualidade do que as dos conjuntos habitacionais construídos. Utilizou-se dos piores materiais para fazer tais casas, que as pessoas tiveram que aceitar comprar, sem terem a menor condição para isso.

Como consequência, portanto, alguns se endividaram consideravelmente para conseguirem dar conta das mensalidades e das despesas como luz, água, condomínio e taxas. Aqueles que não conseguiram condições para tal ou não se adaptaram a rotina de trabalhar tão longe e estar distante de seus vínculos afetivos, decidiram abandonar os conjuntos habitacionais e ir para comunidades localizadas mais próximas aos seus empregos.

---

<sup>587</sup> *Última Hora*, 23/01/1962, p.14.

<sup>588</sup> *Última Hora*, 23/01/1962, p.14.

De acordo com Maurício Perez<sup>589</sup>, a questão da remoção de favelas foi um grande tabu entre as décadas de 1970 e 1980. Porém, as crises na administração ao longo dos anos 1990 retomaram a imagem positiva de Lacerda como administrador. Já nos anos 2000, a questão das remoções voltou à discussão devido ao aumento da violência na cidade do Rio de Janeiro, quando novamente se tem favelas próximas à Zona Sul. As obras e ações de Lacerda como governador afirmam o caráter elitista de seu governo, evidenciando o aspecto social que envolvia tais obras. No entanto, na perspectiva de Marly Motta as obras foram importantes na sua candidatura à presidência, mas não suficiente para a ampliação do seu eleitorado<sup>590</sup>.

Dessa forma, compreende-se o governo de Lacerda como responsável por uma máquina administrativa, com um sistema racional, baseado nos méritos, configurando-se como impessoal por isso, ao mesmo tempo em que mantinha uma linha personalista que se destacava em seu governo. Quando se referia à política de remoção de favelas, o governador alegava que nunca foi utilizada a força para remover alguma família e, na sua perspectiva, essas remoções traziam a possibilidade para que o morador pudesse alcançar, por seus próprios meios, a propriedade de sua casa. Para ele, muitos políticos não concediam essa oportunidade ao povo para mantê-lo sob sua dependência e assim manter-se como eleitorado.

Lacerda diz que teve a oportunidade de conhecer favelas em Paris, Londres, Nova York e que não havia motivos para nos envergonharmos, por isso resolveu “encarar” o problema. Muitas críticas foram feitas a ele por não ter entregado algumas casas completas, mas com um terreno para que a casa pudesse ser, posteriormente, ampliada. Porém, o governador não via isso como ponto negativo, pois alegava que, devido ao baixo valor das prestações que tinham que pagar pela casa, com cerca de dez anos de prazo, os moradores conseguiam ampliar suas habitações sem grandes dificuldades, como, segundo ele, já havia acontecido com 40% dos moradores da Vila Kennedy<sup>591</sup>.

Para combater as críticas sobre a insatisfação do povo, Lacerda divulgou dados de que o processo de urbanização de muitas favelas recebeu ajuda dos próprios moradores de maneira voluntária, o que gerou uma economia de 30 milhões de cruzeiros na Favela do Vintém, reforçando sua ideia de que o indivíduo deve fazer algo se pode colaborar com o governo e de que quando o povo percebe isso, liberta-se dos políticos interesseiros. O governador salientou que:

---

<sup>589</sup> PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit.

<sup>590</sup> MOTTA, Marly Silva da. Op. Cit.

<sup>591</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.104. Faixa 2 – 13/03/1964.

Chegou à conclusão de que era preciso haver um financiador para a construção de casas populares. Explica que não era o estado o responsável por resolver o problema de habitação, mas que deveria criar condições para que as pessoas construíssem a sua própria casa ou construíssem casas para outras pessoas comprarem<sup>592</sup>.

Diante disso, fica evidente que o plano de remoção das favelas se colocou como prática da ideia de democracia defendida por Lacerda que envolve o que ele chama de uma real reforma de base, pois oferece condições para uma mudança de mentalidade no povo brasileiro – a princípio carioca – em prol da viabilidade do país viver uma democracia cristã, com o princípio de que o Estado deve ser um provedor de infraestrutura e condições iniciais para o desenvolvimento econômico e social das pessoas que teriam o privilégio da conquista por seus méritos, de modo que o Estado fosse perdendo a função de conceder “tudo”. Portanto, apesar de sua prática não ser aprovada de maneira unânime, até mesmo por desconsiderar muitos fatores importantes inerentes às condições e possibilidades do povo, pode-se perceber que é uma prática coerente com a proposta de reforma democrática concebida pelo governador.

---

<sup>592</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.104. Faixa 2 – 13/03/1964.

## 5 LACERDA NO PODER E A PROPOSTA DE REFORMA DEMOCRÁTICA

Este capítulo tem como objetivo analisar a prática política de Lacerda e seu projeto democrático para o Brasil entre os anos 1960 e 1965, considerando sua atuação desde as eleições para governador da Guanabara até quando esteve ocupando esse cargo.

A intenção é perceber como as características que nós já avaliamos no primeiro capítulo são percebidas em seu governo, bem como de que maneira suas ideias se transformaram em prática com vistas a um possível governo da República nas eleições de 1965 que acabaram não ocorrendo, em virtude do golpe, apoiado por ele, em 1964.

Nesse contexto, abordaremos o programa de governo de Lacerda apresentado durante a campanha para a eleição da Guanabara e o detalhado projeto apresentado por ele, no qual aponta os caminhos para a realização da Reforma Democrática. Na sua concepção, as medidas propostas, permitiriam que o Brasil vivesse a “verdadeira e pura” democracia. A eleição para o governo da Guanabara significou a possibilidade de Lacerda aumentar sua influência em um estado de grande visibilidade nacional e possuía a maior participação eleitoral, detentor do quarto lugar no *ranking* de maior colégio eleitoral do país.

Após dois mandatos como deputado (1954-1958 e 1958-1960), sendo o candidato com a maior soma de votos, Lacerda, em seu discurso carismático e radical alcançou o cargo de primeiro governador do novo Estado da Guanabara, exercendo agora uma função no Executivo, que ainda não tinha experimentado. No entanto, aspectos típicos de sua atuação política geraram algumas dificuldades para ele no exercício do governo de um estado que até então havia sido a capital do país e carregava grandes problemas, principalmente no que se referia à infraestrutura.

Dentre esses aspectos pode-se destacar a dificuldade em conduzir negociações com o Poder Legislativo local; os permanentes conflitos com o Governo Federal, mesmo se declarando um apoiador de Jânio Quadros; o discurso golpista em defesa da intervenção militar no país, a partir da década de 50 e o fato de conduzir a organização do governo com um secretariado fundamentalmente tecnocrático<sup>593</sup>.

### 5.1 Plano de governo para o estado da Guanabara e a ideia de democracia

---

<sup>593</sup> SANTOS, Giordano Bruno Reis dos. Lacerda por Lacerda: a construção de uma imagem política no governo da Guanabara. *XXVII Simpósio Nacional de História*. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN 22 a 26 de julho de 2013.

Lacerda, enquanto representante das classes médias, precisou se dedicar em atrair as camadas mais baixas durante a campanha para o governo da Guanabara. Aquele era um bom momento para que seu pensamento pudesse ser propagado diretamente ao povo, pois naquelas eleições ele poderia analisar como seria o seu desempenho no pleito para um cargo Executivo - seu objetivo maior era concorrer às próximas eleições – que deveriam ocorrer em 1965- diretamente para o cargo de presidente da República. Precisava, porém, para isso, alcançar repercussão nacional que pudesse ser revertida em votos<sup>594</sup>.

Seu nome foi o mais cotado, dentro da UDN, para representar o partido nas eleições para governador do estado da Guanabara. Lacerda, então, anunciou sua candidatura, afirmando de imediato que um dos objetivos de sua campanha seria visitar as favelas, respondendo, assim, àqueles que acreditavam que ele estava distante dos que "mais precisam do nosso esforço e da nossa compreensão" <sup>595</sup>. Pretendia, com isso, responder àqueles que consideravam estar ele separado desse setor da população. Alguns de seus apoiadores, inclusive, ressaltaram que seu discurso de estilo agressivo não seria mais adequado, que precisava forjar uma imagem de administrador competente, de um governante que investiria na construção de uma cidade moderna, uma vitrine do país. Nas palavras do colega Emil Farhat, por exemplo, ele deveria “largar o bordão, pegar um tijolo e dizer: Vou construir!”.

Para Lacerda, seu governo representava a consolidação da primeira “revolução” <sup>596</sup> feita pelo voto e o que teria possibilitado isso seria “uma mudança completa de mentalidade” <sup>597</sup>. Essa mudança significava muito para ele, pois seu governo se mostraria como fruto da democracia para aperfeiçoá-la com o trabalho que pretendia fazer e as mudanças que pretendia provocar.

Com a mudança de mentalidade, uma administração revolucionária deverá promover no Brasil, em primeiro lugar, uma reforma administrativa, verdadeira, que simplifique, descentralize, humanize e acelere o funcionamento da máquina administrativa. Temos de promover a mudança de mentalidade para atender às exigências de uma sociedade em mudança. O Brasil é uma sociedade entreaberta, cujos esforços para atingir a maturidade devem ser estimulados por uma política que depende exatamente da mobilização, de um ímpeto criador que não se confunde com a agitação subversiva. O que mais devemos temer é o marasmo, a rotina, a mediocridade, o excesso de prazer com as amenidades do poder, a vagar em esclarecer

---

<sup>594</sup> PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit.

<sup>595</sup> DULLES, John W. F. Op. Cit, p. 362.

<sup>596</sup> Sobre a ideia de Revolução no seio das direitas, Ricardo Mendes assinala que: “Em vez de falar em golpes ou de articulações palacianas para a deposição pura e simples de governantes teriam optado pela afirmação de uma denominação que pudesse lhes conferir legitimidade, posto que revolucionária. Utilizavam, assim, as ferramentas e argumentos adotados pelas esquerdas para justificar uma ação contra as democracias ou, segundo alguns, “semi-democracias”. MENDES, Ricardo Antonio Souza. “Direitas Revolucionárias No Cone Sul”. *Locus: Revista De História* 27 (1):365-89, 2021, p.385.

<sup>597</sup> DULLES, John W. F. Op. Cit, p. 362.



e a precipitação no afirmar. Neste sentido devo dizer que me parece necessário façam cessar a máquina de intriga que constantemente procura nos dividir<sup>598</sup>.

Lacerda afirmava que iria interferir na própria dinâmica da administração do estado:

“Realmente uma cidade roubada, saqueada, cidade de negociatas... Isso tudo vai acabar. Vai acabar esse negócio de funcionário não trabalhar, funcionário foi feito para trabalhar, tem que cumprir o seu dever, vou tratar muito bem os funcionários, mas eles têm que saber que estão aqui para servir ao povo, não para se servirem...”. essas coisas parecem frases, mas davam ao povo uma sensação de, pelo menos, esperança<sup>599</sup>.

Essa fala expressa o discurso moralista na política característico do lacerdismo, o discurso anticorrupção, anticlientelismo e antifavoritismo que foi bem explorado para dar impacto e convencer aqueles que ainda não tinham “comprado” a de que ele seria um bom governador<sup>600</sup>. A ideia de democracia defendida por Lacerda, tendo como principais críticas a antiga tendência ao autoritarismo dos políticos brasileiros, o despreparo do povo para exercer o voto, bem como a crença nas classes médias para guiar o povo à democracia por meio da educação, interferiu na dinâmica administrativa desse político. Primeiro porque, uma vez no cargo Executivo, conseguiria colocar em prática as medidas e estratégias que julgava corretas e eficientes numa proposta de levar o país rumo à efetivação do regime democrático.

Sendo assim, Lacerda prometeu um governo racional e honrado - que fosse “atribuir à iniciativa privada o que ela tem de fazer e pode fazer” em vez do “delírio de tudo atribuir ao Estado, para que o Estado afinal se ocupe de tudo e nada faça”<sup>601</sup>. De acordo com Perez<sup>602</sup>, o programa de governo apresentado por Lacerda em sua campanha baseava-se no tripé: educação, serviços públicos e desenvolvimento econômico, levando em consideração a modernização administrativa e tributária como meios de garantir a execução de seus projetos.

Para o governo da Guanabara Lacerda prometia revitalizar a Guanabara promovendo-se como político capaz de resolver os problemas da falta d’água, esgoto, escolas, habitação etc. logicamente, seu discurso preservava o seu estilo e a identidade dos bacharéis udenistas, com o tradicional apelo à moralização político-administrativa, prometendo uma gestão que conjugaria sobriedade com competência técnica<sup>603</sup>.

No discurso feito na ocasião em que foi apresentado como candidato para as eleições de 1960, Lacerda expôs seu plano de governo:

<sup>598</sup> Acervo Carlos Lacerda, BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.008. p. 28

<sup>599</sup> Ibidem.

<sup>600</sup> PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit.

<sup>601</sup> Ibidem, p. 365.

<sup>602</sup> PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit.

<sup>603</sup> PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit., p. 43.

A UDN promoverá a revolução da educação.

A primeira preocupação é elaborar um programa mínimo de investimentos para restituir o Rio à condição de cidade. Esse programa de investimentos constituirá a base do plano de ação do nosso governo. O trabalho terá o seguinte desdobramento: Definir com precisão os objetivos a alcançar (água, transporte, esgotos, escolas, telefones, etc.) [...]; o estabelecimento de condições favoráveis à fixação e expansão de indústrias no estado [...] mediante um plano de zoneamento industrial, uma política tributária racional e apoio de crédito para a instalação e expansão industrial<sup>604</sup>.

Em sua fala, Lacerda denota uma de suas propostas. Para ele, as questões práticas necessárias à melhoria de vida para a população estão associadas aos direitos e garantias que somente um regime democrático proporciona. Também pode-se apreender de seu discurso, de forma sublinear, sua concepção de que se as pessoas compreendessem a dinâmica da associação entre esses fatores, entenderiam que deveriam lutar pela manutenção desse regime.

Ao assumir o governo do novo estado, Lacerda pretendia manter a capitalidade<sup>605</sup> do Rio de Janeiro, principalmente porque uma cidade-estado era fundamental para ampliar suas pretensões e possibilidades de um futuro cargo na Presidência da República. Então, busca equilibrar a influência nas esferas local e nacional. Com isso, procura manter o Rio de Janeiro como centro político do país, mesmo após a transferência da capital. No entanto, não pretendia se prender a questões locais aspiradas pelos membros do segundo polo, mas realizar transformações que fossem adquirir proporção de uma máquina administrativa de maior repercussão e que mostrasse a cidade como um estado dinâmico.

Em defesa de uma democracia “cristã”, chamava seus apoiadores a uma nova luta em prol dessa ideologia, dizendo: “Vamos lutar agora no governo, como lutamos desde 1947 na oposição, para que se promova no Rio o direito à saúde como um direito básico do cidadão, tal como o direito à educação”<sup>606</sup>. O governo estava empenhado não apenas nas mudanças relativas à infraestrutura do estado, mas em transformar a Guanabara em um modelo de administração eficiente, guiada por critérios técnicos e impessoais, que pudesse ser adotado em todo o país.

A rejeição ao clientelismo e ao compadrio aparecia como o elemento de sustentação dessa política de governo que Lacerda pretendia apresentar na campanha como a mais importante conquista do novo estado. Ao defender a ideia de que a administração deveria ser uma área neutra, infensa às pressões políticas e ideológicas, Lacerda buscava, sem dúvida, firmar uma imagem de governante para onde convergiam o político carismático, de oratória engajada, que sentia e despertava violentas paixões -

<sup>604</sup> Ibidem, p. 202.

<sup>605</sup> A palavra expressa a função de capital da cidade do Rio de Janeiro. Para Lacerda, o Rio de Janeiro deveria manter seu status e influência como se ainda fosse capital do país, pois apesar da transferência da capital para Brasília, ainda era muito presente a referência do Rio como sede dos principais acontecimentos e propostas para o Brasil.

<sup>606</sup> PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit., p. 366.

e o administrador - amante das decisões técnicas, que colocava a razão acima da emoção<sup>607</sup>.

Lacerda defendia que a democracia deveria garantir os direitos do cidadão e, nesse aspecto, estão inclusos educação, moradia, atendimento à saúde e, no caso específico da Guanabara, naquele momento, saneamento, melhorias nas condições do transporte público. Portanto, estruturas que permitissem ao cidadão exercer seu trabalho e, por meio dele, ter poder de compra. Além disso, o viver numa democracia desenvolveria sua capacidade de praticar o exercício de seus direitos, como o de cobrar ações dos governantes em prol de seu bem-estar.

Porém, Lacerda via obstáculos para que os direitos e a própria democracia fossem alcançados. Entre eles, indica a demora em tomar decisões, a corrupção, o interesse de políticos e servidores públicos em trabalhar para si e não para as necessidades do povo. Em contrapartida, assinala que os governantes deveriam, por sua vez, cobrar maior eficiência e compromisso de todos os setores. Para ele, o governante deveria adotar uma presença ativa, fosse vigiando o serviço público, fosse promovendo a capacitação de pessoas para atuarem nesses serviços. Sua ideia era criar uma dinâmica em que o povo, os políticos e os servidores estivessem conscientes de seus papéis no contexto do regime democrático.

Segundo Lacerda, aqueles que exerciam cargos políticos deveriam apresentar produtividade em seu trabalho. Assim, seu compromisso com a população e com a coisa pública estaria evidente. Para ele, quando se trabalha não se tem “tempo” para agir em prol de seus próprios interesses, portanto não há espaço para a corrupção. Porém, aponta que, na luta pela anticorrupção, não basta garantir eleições ou trocar os políticos: é necessário “mudar a mentalidade”. Em seu livro de memórias, explicita que mais do que obras realizadas, seu governo propôs um “estado de espírito” - a intenção maior era conseguir que os cidadãos entendessem suas funções, a fim de que a democracia existisse e fosse mantida. E ressalta o ex-governador a importância da mudança de mentalidade, afirmando que, sem ela, o cidadão brasileiro estaria sempre aberto a propostas não democráticas.

Na perspectiva de Lacerda, os órgãos servidores do povo não deveriam estar associados a quaisquer ideologias e/ou partidos para que, desse modo, atuassem de maneira neutra, sem troca de favores ou cargos políticos ou, ainda, escolha arbitrária de servidores. Nesse aspecto, Lacerda estendeu a ideia de educação como valor fundamental para a garantia da democracia aos setores ligados à política, buscando colocar fim à prática de troca de favores e cargos políticos ou que as escolhas dos servidores fossem arbitrárias, pois isso manteria os velhos

---

<sup>607</sup> Ibidem, p. 83.

hábitos da velha política sobre a qual ele buscou mostrar a urgência em combatê-los. Lacerda afirmava que:

Não nos livramos ainda, é certo, da mania do pistolão, do vício da carta de recomendação, hábito em que não incorre apenas o humilde, mas igualmente e ainda mais o importante, o figurão. Usa-se, ainda, recorrer até a mãe do governador para obter alguma coisa no serviço público. e se ele não atende, dir-se-á até que é mau filho. Não menos grave e, o contrário, muito mais, é o hábito de intimidar o servidor público por meio de ameaças claras ou veladas, na imprensa. Assim muitos abusos eram cometidos<sup>608</sup>.

Durante o governo, optou por não ceder “favores” a algum deputado que, por exemplo, pudesse dar-lhe um voto favorável em troca de um emprego para um parente. Com essa postura, adquiriu muitos desafetos, mas ganhou credibilidade daqueles que se consideravam cidadãos cumpridores de seus deveres, pagavam seus impostos, mas não tinham retorno, que além de verem os políticos como pessoas que agiam em benefício próprio, com facilidade de caírem na desonestidade.

Para Lacerda, era necessário agilizar as ações que levariam o povo a melhores condições de vida. Esses viam os políticos como pessoas que agiam em benefício próprio, presas fáceis da desonestidade e, portanto, da corrupção. Ao apresentar os benefícios em realizar os concursos públicos, Lacerda mencionou três aspectos:

- 1 ele garantia que somente pessoas com um mínimo de conhecimento técnico teriam acesso a esses cargos;
- 2 mantinha as classes médias como condutora desse projeto de levar o Brasil à democracia, uma vez que essa classe tinha, naquele momento, melhores condições de estudos, principalmente em relação ao Ensino Superior;
3. conseguia, pelo menos por um tempo, a colaboração de um grupo de funcionários que, junto com o povo, poderia se não impedir, pelo menos amenizar a ideia de Lacerda de que o serviço público deveria ser objetivo em atender as necessidades do povo<sup>609</sup>.

Associada à ideia da agilidade das ações do governo, tem-se a defesa e mobilização do governador em prol da descentralização política<sup>610</sup>. Para Lacerda, este era um meio de desburocratizar as decisões, permitindo que as necessidades do povo pudessem ser atendidas mais rápido, assim esclarecia:

Por que precisava ser rápido? Porque o quanto antes a população se livrasse das mazelas que afetavam a cidade, agora estado, mais rápido entenderiam a importância e o conceito de governo que Lacerda se dedicava a apregoar.

---

<sup>608</sup> LACERDA, Carlos. *Palavras e ação*. Distribuidora Record: Rio de Janeiro, 1965, p. 53.

<sup>609</sup> Acervo Carlos Lacerda, BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.008

<sup>610</sup> Acervo Carlos Lacerda, BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.008

Na sua perspectiva, com essa prática, o povo entenderia que somente o regime democrático garante a liberdade e o acesso ao consumo e promove a “melhoria de vida”. Para Lacerda, ao associarem um fator ao outro, os cidadãos poderiam vir a confiar mais nele e em seu possível mandato na Presidência. Segundo Lacerda, a descentralização era muito fácil de ser feita no plano nacional, porque já existiam os estados e municípios, faltava apenas que os governantes percebessem que o poder não era deles, que eles exerciam o poder em nome do povo. Propõe que as soluções para os problemas do Brasil começassem pelos municípios, porém deveria haver cooperação entre o governo federal e estadual<sup>611</sup>, da seguinte forma:

A descentralização, segredo que decifrei para o êxito da Guanabara, ali apenas iniciada, a substituição do sistema rotineiro e asfixiante da centralização, dará ao Brasil, em nosso governo, na vida real ao velho ideal do municipalismo. Os municípios como órgãos do poder local poderão assim ter recursos para ação executiva, porque a União lhes delegará poderes para fazer tudo o que estiver ao alcance deles<sup>612</sup>.

Lacerda considerava que o antigo Distrito Federal era a maior vítima da centralização do poder, o que, segundo ele, era o pior problema administrativo do Brasil. Ele acreditava que sua proposta de descentralização na Guanabara possibilitaria a mudança da burocracia brasileira, que achava inútil, devido à experiência que adquiriu durante o governo. Ele conta que “recebia decretos com oito vias para assinar, e passou a assinar apenas a primeira para ver o que acontecia e não aconteceu nada”<sup>613</sup>. Portanto, assinalava que procedimentos administrativos como esse, só contribuía para o atraso na tomada de decisões ou liberação de alguma obra, sendo, pois, necessário mudar o modelo de gerenciamento, substituindo-o por um mais eficiente. Ele explicava, também, que a política de descentralização favorecia as autoridades públicas a estarem mais próximas do contribuinte, o que garantiria maior contato com o povo e transparência nas ações. Logo, a descentralização se apresentava como uma parte do caminho necessário para a democracia<sup>614</sup>.

A defesa pela política descentralizada juntamente com seu estilo crítico e pragmático de fazer política acabaram por ressaltar a dificuldade que Lacerda teve, enquanto governador, em realizar diálogos e negociações políticas. Segundo Mauro Magalhães<sup>615</sup>, Lacerda:

Era um trator, que passava por cima, que atropelava quem estivesse na sua frente, que fazia grandes e memoráveis campanhas, detestava fazer o que se chama de política.

---

<sup>611</sup> Acervo Carlos Lacerda, BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.008

<sup>612</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 33.

<sup>613</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit.

<sup>614</sup> Acervo Carlos Lacerda, BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.008

<sup>615</sup> MAGALHÃES, Mauro. *Carlos Lacerda: o Sonhador Pragmático*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1993.

Nunca, aliás, escondeu isso de ninguém. Não era uma postura da boca para fora; ele não dizia isso apenas para fazer tipo. O fato é que nunca fez essa política de conversa, do disse-que-disse. O desprezo que Lacerda nutria pela "política de conversa" foi certamente um dos fatores explicativos do tenso relacionamento que manteve com o Poder Legislativo. O primeiro teste se deu logo nos primeiros dias de instalação da Assembleia Constituinte, eleita em 3 de outubro de 1960 junto com O governador. Dos 30 deputados então eleitos, a UDN (nove) e O PTB (seis) fizeram 50% das cadeiras, ficando as 15 vagas restantes com sete partidos, cabendo ao PSD o terceiro lugar, com quatro constituintes<sup>616</sup>.

Lacerda afirmava saber que teria muito mais dificuldades de relacionamento com a antiga Câmara, não só pelo maior peso dos partidos de oposição, mas principalmente porque o combate à "corrupção" havia sido um dos principais alvos da sua campanha ao governo do estado<sup>617</sup>. Segundo Maurício Perez<sup>618</sup>, durante o governo Lacerda procurou afirmar uma imagem de construtor de um estado recém-criado, sendo um bom administrador, preservando o estilo carismático no modo de governar. O forte viés personalista do governador foi intensificado pela escolha de um secretariado que não possuía grande renome na política carioca e nacional, de modo que a personalização se mostrava na presença física e a personalidade no trato com a coisa pública, investindo numa equipe técnica que julgasse capaz de realizar as obras e planos estabelecidos, a fim de que sua administração levasse maior visibilidade ao seu nome.

Diante dos posicionamentos assumidos pelo governador, um dos principais polos da sua luta política foi o anticomunismo que levou para a Assembleia Legislativa (ALEG) o debate com forte carga ideológica que orientavam o andamento do trabalho legislativo. A falta de disposição de Lacerda para a negociação política e o desgaste que se estabeleceu entre ele e a ALEG, além da polarização ideológica, dificultou, em parte, a execução de projetos que ele considerava fundamentais, devido à demora da Assembleia em aprová-los. O relacionamento com os deputados ficou ainda pior quando Lacerda rompeu com o presidente Jânio Quadros, colocando-se no centro dos desdobramentos que levaram o presidente à renúncia. Esse rompimento vinculou mais uma vez a figura de Lacerda à liderança de um golpe contra as instituições democráticas – imagem já formada quando ele apoiou a resistência militar à posse de João Goulart.

A pressão contra o governador se acirrou após esses episódios, levando-o a manifestação de seu estilo agressivo para a manutenção do poder, lembrando até mesmo a fala do seu maior desafeto: o ex-presidente Getúlio Vargas.

---

<sup>616</sup> MAGALHÃES, Mauro. Op. Cit., p. 80.

<sup>617</sup> Ibidem.

<sup>618</sup> PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit.

Ameaçado de impeachment, sob a acusação de ter agido "fora dos padrões democráticos" durante a crise da posse de João Goulart, Lacerda reagiu no melhor estilo de tribuno da capital. Qualificando a Guanabara de "cidadela da democracia no Brasil", declarou enfaticamente que defenderia seu mandato "à bala": "Terão que retirar da Guanabara um governador morto"<sup>619</sup>.

Lacerda era chamado por muitos membros da Assembleia de reacionário Tal colocação se associava à sua forte ideologia anticomunista às ações que culminaram na crise do governo Jânio Quadros e à passagem do cargo para João Goulart. Porém, Lacerda atribuía as críticas a sua pessoa ao fato de que os adversários estariam incomodados com o "sucesso" do seu governo. Em relação a isso ele indagava:

Reacionários porque fazemos escolas? Porque construímos hospitais? Reacionários porque damos água que faltava? Reacionários porque, construindo esgotos, diminuimos a mortalidade infantil e as doenças infecciosas? Reacionários porque pagamos às professoras do nosso estado o que não se paga em nenhuma outra parte do Brasil? Reacionários porque dobramos a capacidade do ensino normal? Reacionários porque multiplicamos por 300 a capacidade dos ginásios públicos? Reacionários porque encontramos 110 mil crianças sem escolas? Reacionários porque não roubamos? Reacionários porque não deixamos roubar?<sup>620</sup>

Com esse discurso o governador conseguia atacar seus adversários, pois alegava que estes estariam contra o desenvolvimento da ex-capital e, também, aumentava a repercussão de sua vitrine da nação, que agora tinha um governo capaz de gerar um governante para o país. Os conflitos entre o governo federal e o estadual foram se acirrando de acordo com a sequência de acontecimentos em que a intervenção foi acionada na Guanabara. A saber: em março de 1961, Lacerda proibiu a realização do Congresso de Solidariedade a Cuba; em julho houve maior controle do governo federal sobre os empréstimos externos feitos pelos estados, o que afetava diretamente nos investimentos para as obras de Lacerda; em agosto o governo federal tentou federalizar a Polícia Militar da Guanabara e em outubro Lacerda deu uma entrevista a um jornal norte-americano em que previa a iminência da queda de João Goulart.

No início de julho de 1963, Lacerda "denunciou o decreto do governo federal determinando o controle dos empréstimos externos aos estados, o qual, segundo ele, visava a "alvejar" a Guanabara "<sup>621</sup>. A *Tribuna da Imprensa* tratou a questão como "sabotagem" para prejudicar a campanha próxima de Lacerda para a presidência como também parar as obras que estava realizando no seu governo.

---

<sup>619</sup> MOTTA, Marly Silva da. Op. Cit., p. 82.

<sup>620</sup> Ibidem.

<sup>621</sup> MOTTA, Marly Silva da. Op. Cit., p. 92.

Marly Motta nos adverte que Lacerda não deveria reclamar da ingerência do governo federal, uma vez que dependia dele para resolver as questões que não conseguia. A União possuía forte interferência na ex-capital. Segundo a autora:

Se Lacerda tinha objetivos políticos claros ao anunciar com estardalhaço as seguidas ameaças de intervenção na Guanabara, o governo federal também obtinha dividendos dessa pressão que exercia sobre o governador carioca. Primeiro, deixava evidente que a Guanabara ainda não era um estado de fato, já que dependia da União para tudo. Nesse caso, seria possível colocar em dúvida a capacidade administrativa de Lacerda, que não teria conseguido, apesar de toda a propaganda, transformar a ex-capital em um "verdadeiro" estado. Para o governo federal, também, a Guanabara era um estado-capital; aliás, mais capital que estado<sup>622</sup>.

“Desprezando a rotina da articulação política, Lacerda não foi capaz de acumular capital suficiente para se tornar o mediador dos conflitos políticos locais, preferindo se manter na posição de livre atirador, onde melhor sabia atuar”<sup>623</sup>. Por outro lado o estilo personalista de Lacerda lhe rendeu a autonomia das decisões a serem tomadas no governo, proporcionando a rapidez na execução de seus projetos, o que lhe rendeu alguns admiradores. Isso se mostra no fato de que adquiriu o hábito de visitar as obras em andamento, muitas vezes tomando decisões ali mesmo onde essas se realizavam. Manteve-se em posição de ataque em relação à Assembleia Legislativa, utilizando-se dos meios de comunicação, principalmente a TV para fazer pronunciamentos contundentes<sup>624</sup>.

Maurício Perez esclarece que a cultura política<sup>625</sup> brasileira em relação à administração pública influenciou na construção dessa burocracia enfatizada por Lacerda. De acordo com Bernstein<sup>626</sup>, a cultura política fornece recursos para compreender a organização dos partidos de acordo com seus valores, normas e crenças. Além disso, permite entender como os políticos veem o passado e projetam a imagem que ocupam na sociedade.

No caso do Brasil, Martins<sup>627</sup> afirma que a cultura política do Brasil possui suas raízes na herança colonial paternalista, de modo que práticas como o clientelismo, o nepotismo, o favoritismo persistiram e moldaram a percepção da sociedade a respeito do Estado e da administração pública. Tratando-se do clientelismo, percebe-se uma política que possui a

---

<sup>622</sup> Ibidem.

<sup>623</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>624</sup> PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit.

<sup>625</sup> Cultura política pode ser definida como um tipo de código e um conjunto de referências formalizadas no seio de um partido ou, mais amplamente, difusas no seio de um grupo ou de uma tradição política. BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, JeanFrançois (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 372.

<sup>626</sup> Ibidem.

<sup>627</sup> MARTINS, Luciano. *Reforma da administração pública e cultura política no Brasil: uma visão geral*. Cadernos ENAP, nº 8. Brasília, 1997.



capacidade de manipular os recursos públicos para seu interesse pessoal ou de algum grupo, garantindo os votos necessários para que o político se eleja e divida com seus colaboradores o controle da máquina pública<sup>628</sup>.

Portanto, uma administração pública no contexto democrático entre 1946 e 1964 que aborda a redução de gastos, que possui um discurso inibidor da corrupção ao negar o nepotismo, o favoritismo e propõe a melhor qualidade dos serviços públicos contou com certo apoio da opinião pública. Porém isso não ocorre, pois existe uma complexidade em compreender o conceito de reforma administrativa, principalmente pelo fato de que existe uma distância entre os eleitores e os parlamentares. Geddes mostra que muitas vezes os eleitores não possuem as informações necessárias para cobrar as ações dos parlamentares para verificar se estão cumprindo suas promessas de campanha, desse modo os parlamentares gozam de uma autonomia para as decisões políticas, então:

Uma vez que lhes faltam meios para monitorar o desempenho dos parlamentares nas políticas públicas, os eleitores usam como indicador de desempenho a capacidade parlamentar de proporcionar benefícios particulares. Por isso, as máquinas eleitorais tornaram-se essenciais para o sucesso da mobilização do voto: elas distribuem benefícios individuais e favores que afetam as decisões de voto de uma parcela significativa da população<sup>629</sup>.

Compreendendo essa questão entende-se que Lacerda acompanhava a ideia de que os políticos trabalhavam, na maioria das vezes, por interesse próprio, sendo responsabilidade dos partidos controlarem esse tipo de ação. Em seu livro de memórias, ao retomar esse assunto, alegou:

Falo do político em geral, do chamado político profissional, do que não sabe fazer outra coisa, sobretudo desse tipo que vai ser político porque não tem outra profissão ou porque fracassou na que tinha [...] que vai ser político porque isso lhe garante importância – não tanto dinheiro -, mas a importância que não teria se não tivesse na vida pública<sup>630</sup>.

Tendo crescido em um contexto em que se viu a atuação dos tenentistas e do Estado Novo, a visão de Lacerda se formou com a ideia de que a República era uma oligarquia que se mantinha com posturas sórdidas, como o clientelismo, por isso aprovava soluções não democráticas para algumas decisões, o que resultou nos seus conhecidos golpes como o de 1954, 1955 e 1961.

No combate ao clientelismo e diante de sua preocupação com a moralidade na condução da coisa pública, Lacerda chegou a criticar fortemente os membros do seu partido que aceitaram

---

<sup>628</sup> PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit.

<sup>629</sup> Apud PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit., p. 64.

<sup>630</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 280.

ministérios durante os governos de Dutra e Vargas se servindo, assim, de nomeações para amigos e parentes ou possuindo algum favoritismo.

Como já foi assinalado no primeiro capítulo, Lacerda era avesso ao diálogo político, à conhecida “política de conversa”. Tal aversão fez parte da construção de sua burocracia moderna, conduzida pela dinâmica da prática, uma vez que ele considerava a conversa política “extremamente monótona”<sup>631</sup>, provocando, de certa forma, o atraso nas tomadas de decisões ou a perda de tempo dedicado a esse diálogo. Para ele, uma boa oratória usada com maestria seria suficiente para que pudesse se projetar no cenário nacional.

Sobre sua maneira direta de governar, sem espaço para longas discussões, Lacerda já alertava em seu discurso de posse:

Se não me derem os recursos de que careço para fazer escolas, fazer funcionar devidamente os hospitais, atrair e fixar indústrias dentro de um plano de fomento da iniciativa privada e de planejamento da administração pública, assegurar o abastecimento, dotar a cidade de água suficiente, de energia bastante, de telefones, de transportes, restar-me-á sempre um serviço do qual ninguém me pode privar senão Deus, e não hesitarei em lançar mão dele: concentrar-se por inteiro numa só tarefa, transformar o governo numa labareda para atear fogo aos castelos de papelão dos políticos desonestos<sup>632</sup>.

Observa-se com essa fala que, como governador, manteria a linha de atuação que seguiu desde o início de sua carreira política: a denúncia e ataque aos políticos que julgava corruptos, mantendo o tom agressivo e, se necessário, enfrentá-los de modo a manter os ideais do lacerdismo como prioridade. Perez<sup>633</sup> esclarece que, para o então governador, a ação de governar estava essencialmente ligada a administrar, pois seria uma boa administração a possibilidade para impedir a corrupção e oferecer estrutura para uma máquina pública racional e eficiente. Lacerda acreditava que a política é a mais digna atividade que o cidadão exerce em seu país, portanto ela não se apresentava no discurso e, sim, na prática com uma boa administração. Segundo ele: “[...] a política é a escola, a política é o hospital, a política é o viaduto, a política é a água, a política é o esgoto, a política é a prática da justiça. A política, inspirada no amor à justiça, é a prática da justiça por amor”<sup>634</sup>.

No entanto, vale ressaltar que mesmo que quisesse “despolitizar” o governo, a sua atuação na política nacional, num contexto de polarização ideológica, não tornava possível esse interesse. “Na verdade, o próprio discurso “antipolítica, pró-administração” fazia parte do seu

---

<sup>631</sup> Ibidem.

<sup>632</sup> Apud PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit., p. 70.

<sup>633</sup> PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit.

<sup>634</sup> Apud PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit., p. 70.

projeto político rumo à presidência”<sup>635</sup>. Junto à questão da aversão à negociação estava sempre em destaque o temperamento do governador que, com seu jeito radical, deixava alguns em dúvida sobre como ele lidaria com suas emoções caso chegasse à presidência. Em 1963, Lacerda já era um dos principais candidatos para presidente e o jornalista Hermano Alves deixou seu parecer na Folha de São Paulo:

O governador estava conquistando, gradativamente, o apoio dos setores conservadores mais influentes por vários motivos. Por um lado, conseguira a idoneidade da constância, teical do anticomunismo e da luta contra a corrupção. Por outro lado, ganhava prestígio por estar fazendo obras públicas, na Guanabara. Ou seja: conquistava a idoneidade da eficiência. Faltava-lhe, apenas, dar plenas garantias de estabilidade emocional [...] <sup>636</sup>.

Lacerda estava preocupado com sua estabilidade emocional desde o mandato de Jânio Quadros, pois percebeu que este também era bem visto pelos conservadores por seus ideais anticorrupção, mas não conseguia controlar seus impulsos, o que configurou pontos negativos em seu curto governo. Dessa forma, o risco de Lacerda tomar decisões com base no seu temperamento era um ponto a ser levado em consideração, pois em alguns casos, ele precisou consertar os estragos dessas impulsividades, trazendo consequências desagradáveis. Entretanto, deve-se atentar para um lado positivo de seu temperamento intransigente - pois quando o radicalismo se configura no lacerdismo, como não compactuar com o clientelismo, ser intolerante com o favoritismo na política pessoal, chamava a atenção dos conservadores para além de seu temperamento.

Devido ao alinhamento econômico de Lacerda aos Estados Unidos, foi deste país que vieram os principais recursos para as obras, por meio da Aliança para o Progresso. Tal apoio dos EUA se explica pelo fato de reconhecerem em Lacerda um governador que liderava a oposição a João Goulart, evitando a vitória da esquerda “comunista”.

De acordo com Giordano Bruno “todo o discurso de Lacerda é construído com um tom *denuncista*, ou mesmo incendiário, buscando criticar acidamente a tática de ação dos comunistas pela ilegalidade<sup>637</sup>”. Esse tom denunciante foi demonstrado em uma entrevista concedida por Lacerda para o programa de televisão apresentado por Esdras Leonor, onde acusava o presidente João Goulart de não ter competência para combater o “perigo comunista”. Atribuía a isso, o fato do então presidente se manter como uma herança refém de Getúlio Vargas, sendo, portanto, um governo sem originalidade e que aceitava as ideias comunistas.

---

<sup>635</sup> *Ibidem*, p. 71.

<sup>636</sup> *Folha de São Paulo*, 13 de agosto de 1963.

<sup>637</sup> *Folha de São Paulo*, 13 de agosto de 1963, p. 6.

O trabalho de Lacerda em torno da construção de um perfil para as futuras eleições presidenciais incluía mais do que valores e ideais apresentados no projeto de Reforma Democrática para o Brasil. Os elementos apontados nessa reforma deixavam claro o que seria o caminho a ser seguido pelo país em prol do que chamava de uma verdadeira democracia.

## 5.2 Perspectivas de Lacerda sobre sua candidatura à presidência

Na concepção de Lacerda, governar é a oportunidade de fazer as coisas. A essência do ex-governador de ter apreço pela prática refletiu na construção de sua visão sobre a política, que se fundamentava na ação mais do que nas concessões e diálogos. No entanto, pode-se dizer que havia um sentido ou um pensamento norteador dessas ações. Conforme já mencionamos, Lacerda recebeu um conjunto de influências ideológicas que nos esclarece as motivações de suas ações durante sua carreira, principalmente enquanto governador. Ao comentar sobre o que representou o seu governo Lacerda disse:

[...] aquele período foi marcado por uma filosofia, um espírito, uma ideia de governo. Foi sobretudo uma ideia que de certo modo era nova no Brasil. Muita gente falou nisso antes: o Rui Barbosa, meu pai, muitos outros, evidentemente. Mas nenhum deles teve oportunidade de realizar o que pregava. Esse governo com quem sonhou tanta gente, tive a chance de realizar<sup>638</sup>.

Lacerda se mostrava engajado numa missão de realizar o que esses homens nos quais se inspirava não tiveram “tempo” de implementar. Logo, seu discurso esteve ligado a uma ideia de alcançar a verdadeira democracia, demandava muito sacrifício. Sacrifício este, que se estendia não só ao governo, mas aos cidadãos também, daí advir a concepção de que o indivíduo deveria cooperar com o Estado. Para ele, a ideia de um Estado que “oferece tudo” tira do cidadão a sua capacidade de se esforçar para realizar “coisas”<sup>639</sup>. Em seu livro “Palavras e ação” declarou: “o desafio é que me trouxe para a vida pública. A resposta a uma inquietação interior, o desejo de ser útil, de fazer, de acontecer”<sup>640</sup>.

Inclusive acusava muitos políticos de não cumprirem sua “missão” após serem eleitos, pois buscavam satisfazer apenas o ego. Tal pensamento explica, pois, tanto seu desprezo pela conversa política quanto sua consideração de que a convivência com os políticos era, no mínimo, desagradável. Para ele: “a conversa política brasileira era exaustiva pela pobreza das ideias, pela monotonia dos temas e pela mediocridade dos interlocutores. Daí o meu tédio

---

<sup>638</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit.p. 235.

<sup>639</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit.

<sup>640</sup> Ibidem, p. 18.

enorme pela política”. Quando concedeu entrevista para seu livro de memórias, na década de 1970, já cassado pelo regime militar, reafirmou que o seu gosto pela política combinava com as fases de crise, embates, onde de fato, para ele, podia-se ver acontecer a democracia. Já afastado dos cargos políticos, após ser cassado pelo regime militar, afirmou:

Não tenho nenhuma saudade da vida pública “democrática”. Tenho, sim, certo orgulho daqueles momentos de crise, quando então a democracia funcionava e a opinião pública existia. Então aí a gente sentia a grandeza do processo democrático. Mas nos momentos em que não havia crises, a rotina da vida democrática era monótona, triste, melancólica, a um ponto quase exasperante. Havia a pobreza das ideias, a incultura, a falta de leitura, a falta de interesse pelos assuntos e pelos problemas.

Lacerda considerava que as crises colaboravam para o desenvolvimento dos líderes políticos que, diante delas, precisavam se reinventar. Portanto, na medida em que se assumia como um político que não só sabia se posicionar diante das crises, como preferia lidar com elas. Assim, colocava-se na condição de merecer ser considerado um líder para, além de carismático, um líder democrático. Em sua obra “Palavras e ação”, publicada em 1965, já durante o regime militar, ele aponta as condições em que se forma uma liderança democrática.

O líder carismático, o líder autoritário, e sua moderna versão que é uma caricatura de liderança, com seus esgares e suas objurgatórias, é ainda fácil de improvisar. O falso líder depende mais da temeridade do que da coragem, vive mais da petulância do que da Constância, se afirma na ignorância audaciosa mais do que pela reflexão corajosa. O falso líder não sobrevive a uma crise. O líder carismático só sabe viver dentro dela. Quanto ao líder democrático autêntico não se faz só por si, não surge com aparência de perfeição, forma-se ao longo de uma penosa seleção<sup>641</sup>.

Assim como a construção da liderança democrática fazia parte de um processo de desenvolvimento e adaptação, Lacerda também considerava a democracia como um regime político a ser construído que ainda dependia de algumas condições para ser realmente vivido no país. Segundo ele:

A Revolução exige uma política de transformações do Brasil. Essa transformação não pode ser apenas nos fins, mas igualmente nos meios, no estilo e até nos personagens. Ela se processa a partir de certas verificações. A democracia não é um regime pronto, que se possa encomendar aos juristas e entregar aos políticos, para simplesmente vesti-la, como roupa feita. A democracia é um processo de constante aperfeiçoamento ao qual o povo ascende à medida que se educa e adquire condições para se governar<sup>642</sup>.

---

<sup>641</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 15.

<sup>642</sup> Ibidem, p. 19-20.

Ele defendia a ideia de que a imagem que se criou no Brasil inteiro sobre seu governo na Guanabara foi a de um “governo honrado e trabalhador”<sup>643</sup> e, por isso, seus adversários procuravam a destruir. Em entrevista à TV Itapoã, na Bahia<sup>644</sup>, em março de 1964, falava sobre o que significava a sua presença na vida pública. Considerava que seu estilo combativo no jornalismo o encaminhou naturalmente para a carreira política. Além disso, dizia que, assim como Rui Barbosa, um de seus inspiradores, ele era injustiçado pelos seus opositores. Assinala que criaram uma imagem falsa a seu respeito, de que só guardaria ódio, que era um destruidor, incapaz de construir qualquer coisa duradoura, incapaz de afeto, de amor<sup>645</sup>. Atribuía a essas críticas o fato de seus opositores não estarem satisfeitos por ele combater a corrupção e a demagogia.

No entanto, afirma que, apesar disso, decidiu aceitar a oportunidade de governar o Estado da Guanabara que, segundo ele, estava abandonado e que se orgulhava de ter realizado uma reforma administrativa que lhe permitiu aumentar de 3 para 30 bilhões os fundos do Banco do Estado da Guanabara. Alegava que havia cerca de um milhão de favelados, mas que algumas favelas foram removidas e outras melhoradas, sem o uso da força e, na sua concepção, isso teria sido uma mudança que proporcionava ao morador a possibilidade de ser proprietário da casa. Ele admitiu que não seria possível resolver o problema da existência das favelas, porém era possível resolver o problema de habitação, o que, segundo ele, era o que seu governo estava mostrando.

Lacerda pautava sua candidatura para as eleições de 1965 no discurso de que a democracia é um regime de ordem e segurança e, em um estado de direito, a lei tem que ser respeitada. Considerava que não existe liberdade onde não existe direito, por isso a autoridade tinha que cumprir o seu dever, fazer a lei ser respeitada, mesmo que fosse necessário usar a força<sup>646</sup>. Esse discurso colocava sob crítica o governo do presidente João Goulart, em 1964, que era acusado pelo então governador da Guanabara de ter aproximação com comunistas, colocando em risco a democracia, além de levar o país ao caos econômico e social.

Nesse contexto, Lacerda defendia a ação dessas forças para proteger a pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem e, por isso, deveria ser dado um basta às manobras desagregadoras e subversivas. Diante disso, o Exército brasileiro deveria cerrar fileiras em nome da segurança nacional, para a salvaguarda das Forças Armadas, gravemente ameaçadas.

---

<sup>643</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 69.

<sup>644</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.002. Faixa 5 – 19/06/1963.

<sup>645</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.002. Faixa 5 – 19/06/1963.

<sup>646</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.002. Faixa 5 – 19/06/1963.

Os militares prometiam restaurar a legalidade e garantir a democracia e Lacerda se dizia ser necessário que o povo confiasse nas Forças Armadas, pois isso era garantia de liberdade<sup>647</sup>. Quando os militares tomaram o poder, Lacerda falou que “todos deveriam agradecer a Deus, pois pela primeira vez ocorrera uma vitória sem guerra sobre o comunismo”<sup>648</sup>.

Em 1964, Lacerda fez a leitura do manifesto do Golpe militar<sup>649</sup>, no qual propagava que a aproximação do presidente João Goulart com notórios comunistas punha em risco a democracia no Brasil, acusando-o de pressionar o Congresso e de levar o Brasil ao caos econômico e social. Difundia que a liberdade estava ameaçada e que, quando havia subversão da democracia, as Forças Armadas eram destruídas. Veiculava que as Forças Armadas deveriam proteger a pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem e, por isso, deveria ser dado um basta às manobras desagregadoras e subversivas. Segundo o documento, os manifestantes conclamavam a todos os camaradas do Exército brasileiro a cerrar fileiras em nome da segurança nacional, para a salvaguarda das Forças Armadas, gravemente ameaçadas. O documento se estendia à Marinha, à Aeronáutica e às Forças Auxiliares estaduais, prometendo restaurar a legalidade e garantir a democracia<sup>650</sup>.

Após a vitória dos militares, Lacerda concentrou todos os esforços em ressaltar que aquele era o momento que garantiria a democracia que seria consolidada com as eleições de 1965, para as quais, segundo ele, já se encontrava preparado. Em seu discurso intitulado “Vitória da ‘Revolução’”<sup>651</sup>, afirmava que na democracia não havia lugar para quem a traísse. Ressaltava que a tarefa de defender a democracia era de todo o povo brasileiro. Falava que os estudantes deveriam fazer renascer a UNE. Comentava que se alguma coisa era altamente animadora no Brasil, era a politização do povo brasileiro.

Considerava que já havia esclarecido ao povo sobre a diferença entre democracia e demagogia, de modo que esse passou a desejar a reforma agrária para aumentar a produção, justiça social, ter o que repartir e não repartir o que não havia. Trazia, assim, a crítica sobre a questão de que não adianta ter liberdade se não há pão para comer, mas por outro lado, a falta de liberdade não dava pão a ninguém. Para ele, só existiria progresso social onde há liberdade e afirmava que: “Não basta povo para que haja democracia. É preciso que haja povo livre, consciente e capaz e decidido a usar a cabeça!”<sup>652</sup>.

---

<sup>647</sup> Ibidem.

<sup>648</sup> Ibidem.

<sup>649</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.002. Faixa 3 – 02/04/1964.

<sup>650</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.002. Faixa 3 – 02/04/1964.

<sup>651</sup> Ibidem.

<sup>652</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.002. Faixa 5 – 19/06/1963.

Lacerda elogiou o General Mourão Filho que precipitara a “Revolução” evitando, assim, derramamento de sangue. Porém, deixava claro que caberia ao Congresso eleger o presidente e o vice-presidente até que houvesse a eleição, em 1965, da qual pretendia participar. Ele acrescentou que a reconstrução do Brasil não poderia esperar 1965, deveria ser imediata. Acrescenta que tal reconstrução do Brasil teria que começar imediatamente. Dizia que não se poderia confundir generosidade com leniência e que na democracia não havia lugar para quem a traísse. Ressaltava que a tarefa de defender a democracia era de todo o povo brasileiro e que ele, apesar de já ter sido chamado de nazista e comunista, denominava-se um democrata apenas<sup>653</sup>.

Diante da urgência que apresentava em realizar seu projeto democrático, Lacerda se colocou à disposição para as eleições que seriam realizadas em 1965. Segundo ele, vinha candidato pois suas ideias e métodos já haviam sido experimentados no governo da Guanabara. Considerava que havia apoio popular para estender a todo o Brasil o que havia feito no Estado. Seria, portanto, mais do que democrático, seria uma covardia, tendo essa possibilidade, fugir dela. Com esse pensamento, afirmava:

Só haverá um perigo de voltarmos a ter uma ditadura no Brasil, é o de não usarmos com suficiente vigor as armas da democracia para evitar que ela degenera. E a democracia só se arma quando o povo está na rua, do seu lado, esclarecido, vigilante, mobilizado. Foi assim que nós o preparamos para a ação militar. É assim que o vamos preparar para a eleição<sup>654</sup>.

Garantia que sua intenção com as eleições de 1965 era possibilitar que o país vivesse a democracia, reiterando que o tempo em que governou a Guanabara era um exemplo do que seria realizado caso fosse eleito presidente. Nesse sentido, expôs alguns motivos pelo qual se apresentava como candidato:

Sou candidato porque entendo que a revolução ou não tem programa, ou tem o meu programa, que não é só meu, porque é nosso, do povo. Não inventei nada, não descobri a pólvora, não fiz a reforma agrária nem a quadratura do círculo. Apenas comecei a fazer uma coisa que não fazia há muito tempo no Brasil: governar.[...] Sou candidato porque conheço minha especialidade. Sou político. Não sou oficial de artilharia nem entendido em economia dos países subdesenvolvidos. Nem sequer sou bacharel. Sou especialista em Brasil. Esta é a minha matéria. E aprendi que governar é comandar os outros de maneira que os outros façam e a gente veja que eles estão fazendo certo<sup>655</sup>.

Lacerda afirmava que o Brasil sempre sofreu nos períodos em que não houve eleições e, mesmo, quando essas existiam por não haver candidatos verdadeiramente democráticos, mas

<sup>653</sup> BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.002. Faixa 5 – 19/06/1963.

<sup>654</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit, p. 21.

<sup>655</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 67.



políticos demagógicos almejando o poder. Para ele, essa realidade deseducou e despreparou o Brasil, entregando-o à demagogia. Então, alegava que a realização de eleições também era um dos motivos de sua candidatura:

Sou candidato porque quero eleições. Quero eleições porque quero que o povo tenha ocasião de fazer valer a revolução. A revolução com medo do povo tem outro nome – chama-se reação. Povo com medo da revolução tem outro destino: a escravidão. Para evitar isso, e para realizar aquilo é que sou candidato até o dia da eleição, quando espero deixar de ser candidato para ser o presidente do Brasil<sup>656</sup>.

Após os anos de governo da Guanabara, Lacerda apresentava, para sua campanha para a presidência, o conceito que tinha sobre o que é “governar”: “Governar quer dizer planejar e executar as obras e empreendimentos ordenados segundo prioridades reais, em face dos recursos efetivamente disponíveis”<sup>657</sup>. Diante disso, afirmava que podem ser considerados como princípios de seu governo: “lei e paz, liberdade e trabalho”<sup>658</sup>.

Sobre as suas expectativas com a candidatura para a presidência, Lacerda esclarecia:

A campanha que pretendo fazer não consiste em slogans e em gestos históricos. Entendo que, nesta altura da vida brasileira, uma campanha presidencial é uma excelente oportunidade para um encontro com o povo, cada dia mais preparado para a democracia, e uma revisão do conceito e do poderio das elites políticas, cada dia mais despreparadas para a democracia. O povo – civis e militares- já entendeu o que é democracia. Os seus dirigentes, nem tanto<sup>659</sup>.

Com isso, mostrava seu pensamento de que, para alcançar a democracia, seria preciso tomar providências começando pela cúpula, pois aqueles que já estavam no poder é que precisavam de reformas urgentes para que o povo tivesse quem o defendesse. Lacerda afirmava que os brasileiros tinham consciência de que, naquele momento, era necessário ter posicionamentos nítidos de seus governantes e providenciar as eleições. Segundo ele:

Só um obstinado não vê que o povo tem esperança e, mais do que nunca, quer definições. Só um tolo acredita que o povo quer promessas ou as aceita sem pensar. O que o povo que são posições nítidas que alimentem a sua esperança – a esperança de que nem tudo está perdido. E é por causa dessa esperança que ele ainda trabalha e o país, apesar de tudo, caminha para 65. A mensagem que tenho recebido do povo, em todos os lugares por onde tenho andado, para mim, tem um só significado: a de que ele agarra esse fato anormal que é a antecipação do processo eleitoral como a única maneira legítima e legal de se livrar dos seus inimigos<sup>660</sup>.

---

<sup>656</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit p. 72.

<sup>657</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit p 191.

<sup>658</sup> Ibidem, p. 192

<sup>659</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>660</sup> Ibidem, p. 74

Inspirado no que considerava a vontade do povo, explicava que sua proposta de reforma democrática consistia “substancialmente, neste esforço sincero, neste empenho apaixonado, nesta decisão inabalável de realizar no governo esta façanha: governar”<sup>661</sup>. Em visita à França, Lacerda foi entrevistado e perguntado se iria se candidatar à presidência, ele respondeu positivamente, alegando que sua plataforma seria “a de um democrata que quer fazer uma reforma democrática no seu país e que fará como já vem fazendo, com os meios modestos do estado que governa”<sup>662</sup>.

Lacerda afirmava que no seu possível governo seria estabelecida no Brasil a doutrina democrática cristã, deixando claro que não acreditava haver compatibilidade entre democracia e ideologia, e sustentava a ideia de que um verdadeiro democrata não possui ideologia, esclarecia que:

Pode-se ter uma doutrina, deve-se ter um programa, mas é necessário guardar, diante dos problemas, uma disponibilidade em relação às soluções, sejam elas socializantes ou liberais, de acordo com os dados do problema específico, de acordo com a conjuntura, e visando ao bem público e não segundo premissas ideológicas que nos prendam ou nos tolham os movimentos<sup>663</sup>.

Na condição de democrata, na qual se colocava, afirmava:

Tenho, sim, uma doutrina. E um programa. Tenho ideias. Mas não uma ideologia. A diferença está em que não sou escravo de nenhum sistema, não preciso optar segundo ideias preconcebidas, e, sim, na medida das necessidades, conforme os interesses reais do povo e as imposições do bem comum<sup>664</sup>.

Lacerda entendia que a ideologia é limitante na tomada de decisões, por isso defende que essa é dispensável para a democracia, de modo que importa mais a doutrina e sua consequência direta: um programa. Segundo ele:

Um programa importa em opções, em prioridades, escolhas enérgicas e decisivas. Que fazer primeiro? O que deve ser feito primeiro. Que deve ser feito primeiro? O que pode melhorar a vida do maior número<sup>665</sup>.

Importante ressaltar que Lacerda via a ideologia como limitante não só na questão de agilizar as tomadas de decisões, mas também pelo fato de que ela dita o que deve ser feito e de que maneira deve ser feito, o que lhe soava autoritário. Lembrava dos regimes totalitários da

---

<sup>661</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 68. p. 78.

<sup>662</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit, p. 138.

<sup>663</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit, p. 140.

<sup>664</sup> Ibidem, p. 178.

<sup>665</sup> Ibidem, p. 183.

Europa como exemplo de governantes que mantiveram uma ideologia para além de considerar a vontade ou necessidade da sua população, provocando muitos dos males vistos no século XX.

Tendo isso por princípio, o ex-governador ratificou sua aversão à ideologia, afirmando que é decididamente “uma impostura na democracia. É um flagelo vindo do mundo totalitário. A ideologia é responsável pela fome, pela guerra e pela tirania. Ideias, sim. Ideologia não”<sup>666</sup>. Para Lacerda, não se prender a alguma ideologia não se trata de uma plataforma, mas de uma definição sobre sua posição. Sobre sua definição ele compreende ser: “deliberadamente, um idealista pragmático. Um democrata cristão que confia no processo de ascensão social dos trabalhadores pelo aperfeiçoamento do processo democrático de preparação para o exercício responsável da cidadania”<sup>667</sup>.

Mostrando-se exigente no cumprimento da lei na sucessão do poder, Lacerda lutou pela manutenção de uma conjuntura que permitisse a eleição de 1965. Segundo Marina Mendonça<sup>668</sup>, ele se preocupou mais com essa questão do que com a manutenção da legalidade, o que nos mostra que o governador já havia começado a perceber que o sistema com o qual colaborara a chegar ao poder estava lhe fadando ao ocaso.

O cenário pós-golpe militar significou um período de grande inquietação para Lacerda, pois todo o contexto que levou à deposição de Goulart contribuía para que em breve seu objetivo de chegar à presidência fosse alcançado. A crença na transitoriedade do governo militar e no apoio incondicional da UDN à sua candidatura era muito forte, porém, aos poucos, as novas circunstâncias foram lhe mostrando que os planos da “Revolução” mudaram ou, na verdade, nunca estiveram no mesmo sentido que os seus, apesar de terem se beneficiado de sua ação em prol da efetivação da mesma. Diante disso, a decepção com os rumos do novo governo e a chance de não realizar a reforma desejada com a presidência foram se mostrando mais claras nas suas correspondências, entrevistas e depoimentos.

Lacerda esteve entre os cabeças do golpe de 1964 e defendeu a manutenção das eleições presidenciais de 1965. Também se apresentava como o candidato da UDN, “muito mais pela sua pressão do que pela vontade do diretório nacional do partido”<sup>669</sup>. Ele se declarava o candidato do partido antes mesmo da realização da convenção que lançaria oficialmente o candidato, até mesmo para que a convenção representasse apenas a confirmação do que estava “decidido”.

---

<sup>666</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit , p.189

<sup>667</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit , p.188.

<sup>668</sup> MENDONÇA, Marina. Op. Cit.

<sup>669</sup> HIGA, Carlos. Op. Cit. p. 36.

Segundo Mendonça<sup>670</sup>, após a efetivação da tomada do poder pelos militares, Lacerda considerava-se o “Chefe Civil da Revolução”, pois a derrubada de João Goulart representaria a vitória de uma guerra travada há cerca de vinte anos contra Vargas e seus herdeiros políticos. Além, claro, de vencer aqueles que considerava seus maiores inimigos: os comunistas. Tal acontecimento pode ter despertado um forte sentimento de invencibilidade em Lacerda, fazendo-o persistir no seu propósito e chegar à Presidência da República. No entanto, seu *status* de “Chefe Civil da Revolução” foi se desvanecendo conforme a junta militar organizada por Costa e Silva manipulava o governo provisório de Ranieri Mazzili. Embora a Constituição previsse a escolha do novo presidente em 30 dias, pelo Congresso, a presença dos militares no governo tornava difícil a chegada de um civil à Presidência.

Diante dessa situação, Lacerda se mostrou contrário às posições de Costa e Silva e do Congresso em apresentar somente militares para o cargo. Para Lacerda essa postura se mostrava manipuladora, na medida em que, ao invés de declarar que as eleições de 1965 estariam mantidas, caucionava Mazzilli no poder até quando fosse conveniente. Por causa desse posicionamento, Lacerda escreveu uma carta a Costa e Silva acusando-o de “ditador” e “usurpador”. Na carta, julgava as intenções de Costa e Silva em realizar uma reunião com os governadores acerca dos rumos políticos após a deposição de Goulart, dizendo:

A sugestão que esta noite os governadores lhe foram levar era inspirada nos melhores propósitos: eleições, já, de um general à Presidência da República. V. Excia recebeu-a com hostilidade, considerando-a capaz de dividir o Exército e julga que a Presidência como está, e como ficará daqui a vinte e poucos dias, quando o Congresso eleger outro, é melhor para o Exército. Numa palavra: V. Excia prefere ser ditador por intermédio do dr. Mazzilli a ter o comando revolucionário na Presidência da República. (...) Mas também não quero participar da ditadura não declarada, exercida por V. Excia por intermédio do presidente Mazzilli. Esta fórmula, sr. general, é bem pior e nem sequer original. Amanhã, tão logo haja comunicado esta decisão ao meu secretariado, retirar-me-ei do governo da Guanabara e da vida pública. (...) Não o aceito como ditador. Fui falar ao libertador, não ao usurpador (...) <sup>671</sup>.

Essa missiva não chegou às mãos de Costa e Silva, mas revela os primeiros momentos de divergência de Lacerda com a nova realidade para a qual contribuía - percebia que começara a perder o controle sobre o que os novos líderes faziam. Apesar da grande influência do general, a imagem de Lacerda como líder era reconhecida para além das fronteiras do Brasil. Alinhado à política de “operação limpeza” dos Estados Unidos em relação à cassação das lideranças

---

<sup>670</sup> MENDONÇA, Marina. Op. Cit.

<sup>671</sup> LACERDA, Carlos. *Minhas cartas e as dos outros*. 2 vol. Brasília: Editora UnB; Belo Horizonte, Fundamar, 2005.

comunistas ou atreladas a Goulart, as chances de Lacerda ser o “nome” das eleições de 1965 eram muito grandes, possibilitando chegar ao seu momento mais desejado. No entanto, o Congresso elegeu, de maneira indireta para presidente, o general Castelo Branco, deixando claro que a maneira intempestiva com que Lacerda tentava resolver as coisas, ameaçando deixar seu cargo de governador, não teve pertinência nesse contexto.

Apesar de sua candidatura ter sido articulada e escolhida quase que por unanimidade pela UDN Nacional, logo Lacerda começou a perceber que os rumos que o país estava tomando após a “Revolução” não estavam tão alinhados ao seu plano de convocação urgente de eleições e de implantar sua reforma democrática. Após Castelo Branco ter assumido a presidência, Bilac Pinto, presidente da UDN, propôs ao ainda governador da Guanabara que abrisse mão da sua candidatura, pois ela não era mais cabível diante do processo de “Revolução” que tinha se estabelecido no país. No entanto, Lacerda defendia a ideia de que a “Revolução” foi fruto dos esforços feitos para mostrar à população e ao Exército que João Goulart não era capaz de garantir a democracia. Desse modo, colocou em xeque a opinião do presidente do partido, afirmando só desistir da candidatura se o partido o orientasse a tal atitude.

Com a escolha de Castelo Branco, as notícias sobre o golpe foram se tornando negativas na imprensa internacional, beneficiando-se da credibilidade que Lacerda ainda usufruía como jornalista e, agora, construtor de estados, o presidente solicitou que o governador fosse à Europa e aos Estados Unidos esclarecer o que estava acontecendo no Brasil. Segundo Dulles<sup>672</sup>, para ir nessa missão, foi necessária a aprovação da Assembleia da Guanabara, tendo sido concedida por dois terços dos parlamentares. A viagem foi financiada pelo Banco do Brasil, no valor de 2 mil dólares para Lacerda e para Antônio Carlos de Almeida Braga, Presidente do Banco do Estado da Guanabara S.A, que foi em sua companhia. O argumento para o financiamento era que a viagem permitiria fazer acordos que gerariam empréstimos para a Guanabara<sup>673</sup>, pois uma vez que Lacerda acreditava ainda na manutenção das eleições de 1965, esperava conseguir mais recursos para a Guanabara e, assim, maior visibilidade como candidato.

Antes da sua posse, Castelo Branco fez uma reunião com Lacerda em seu apartamento e lhe mostrou a lista de ministros que cogitava para seu governo, dentre os quais estavam para o Ministério do Planejamento e da Fazenda, respectivamente, Roberto Campos e Otávio Bulhões. Esses nomes não agradaram Lacerda nem um pouco, pois considerava um ministério

---

<sup>672</sup> DULLES, John Foster. Op. Cit.

<sup>673</sup> HIGA, Carlos. Op. Cit.

conservador e clássico, com pontos questionáveis sobre as empresas estrangeiras, então considerava que esses nomes não eram “revolucionários”.

Mesmo não aprovando as escolhas de Castelo, Lacerda se manteve confiante na palavra do presidente sobre as eleições, por isso seguiu viagem para o exterior. Além disso, fazer contatos sobre recursos e verbas estrangeiras seria útil para Lacerda finalizar suas obras e seguir com sua visibilidade para a Presidência, já que a presença desses ministros que julgava serem conservadores limitava o oferecimento de recursos do governo federal para a Guanabara. Importante notar que os interesses do presidente e de Lacerda eram divergentes também com essa viagem. Para o primeiro a ideia era que o jornalista pudesse:

Esclarecer devidamente as autoridades e altas personalidades influentes e a opinião pública dos países a serem visitados sobre a origem, motivações, o preparo e o desfecho da revolução, passarei a fornecer-lhe elemento informativo apenas relativamente ao presente quadro das nossas relações com os referidos países e as iniciativas aprovadas e programas aprovadas pelo governo<sup>674</sup>.

Já para Lacerda, o interesse era buscar visibilidade e apoio para que sua candidatura se consolidasse também no campo internacional, de modo que as eleições de 1965 fossem possíveis com sua vitória. Um dos principais assuntos que o governador tratou com os europeus, enquanto esteve em viagem, foi sobre a participação e organização das comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro<sup>675</sup>. Diante da possibilidade de se candidatar à presidência nas de 1965, sua missão foi destinada a esclarecer questões sobre seu governo, mais do que as questões do novo governo do Brasil, até porque, se fossem mantidas as eleições, a “Revolução” teria alcançado seu propósito de tirar Goulart e estabelecer eleições diretas afastando a “ameaça comunista”. Então, nada teria a esclarecer. Entretanto, já não era do interesse do novo governo manter as eleições, por isso se adiantaram em querer se explicar.

Estando ainda em viagem, Lacerda soube que o Congresso já estudava a aprovação da emenda constitucional que aprovaria a prorrogação do mandato de Castelo Branco, suspendendo, então, as eleições que seriam em outubro. Como havia saído do país sob a garantia de que o calendário eleitoral seria garantido e com todos os passos de sua candidatura estabelecidos, voltar ao Brasil com essa notícia foi bastante decepcionante. Em um dos telegramas que costumava enviar para seu vice, Rafael de Almeida Magalhães, deixou claro que não concordava com a decisão e que não pretendia perder a chance de sua candidatura. Ele

---

<sup>674</sup> Apud HIGA, Carlos. Op. Cit. p. 102.

<sup>675</sup> DULLES, John Foster. Op. Cit.

disse: “acho que essa atitude é uma traição à revolução. Não estou disposto a aceitar isso de nenhuma maneira. Não abro mão da minha candidatura”<sup>676</sup>.

Apesar dos indícios que já vinham se mostrando, o governador da Guanabara teve noção mais clara do novo processo que havia se iniciado no Brasil, quando houve a prorrogação do mandato de Castelo Branco, cuja atitude foi avaliada por Lacerda como uma “fraqueza deplorável”. Por conta disso ele afirmou em suas memórias: “Eu rompi DEFINITIVAMENTE com o Castelo [...] eu senti, repito, a certa altura, que o Castelo estava dentro da jogada. Que ele não prorrogou, não deixou prorrogar o mandato dele inocentemente”<sup>677</sup>.

Diante desse acontecimento, Lacerda buscou encontrar apoio no seu partido para que as eleições fossem realizadas pelo voto direto e na data marcada<sup>678</sup>. Até então, não havia sido dito que não haveria mais eleições diretas, porém as desconfianças e o desespero em não se ver candidato e possível vencedor das eleições, fizeram com que o governador da Guanabara tivesse pressa em garantir as eleições no ano de 1965 antes que perdesse todo o destaque que conseguira até essa data. Inclusive, foi pensando nessas eleições, que ele aceitou a viagem internacional para representar Castelo Branco e seu governo. Ele chamava a atenção do seu partido para o fato de que ele juntamente com a UDN seria capaz de “aprofundar e completar uma obra revolucionária de reforma democrática do Brasil sem tibiezas nem desfigurações”<sup>679</sup>.

Àquela altura, o líder da UDN, Bilac Pinto, já havia percebido que a conjuntura não favorecia a tomada de decisões intempestivas e questionadoras do governo. Então, embora reconhecesse Lacerda como uma liderança no partido, inferindo que este desejava aplicar os métodos contestadores que usou com seus adversários até 1964, começou a deixar mais explícita a separação entre a visão do partido e a de Lacerda, a fim de não gerar desavenças com o novo regime. Bilac Pinto expressou seu pensamento e orientações a Lacerda na carta que lhe enviou em julho de 1964:

A UDN é um partido cujos quadros são constituídos de homens dignos, dentre eles figurando nomes ilustres, de respeitável tradição política, que nem se intimidam nem se submetem a tipo de liderança carismática que procure afirmar-se à custa de ataques injustos à sua conduta política. Ninguém, nem mesmo V. Excia, com seu fulgurante talento, será capaz de liderar o nosso partido e captar seu apoio, mediante táticas terroristas<sup>680</sup>.

---

<sup>676</sup> HIGA, Carlos. Op. Cit., p. 272.

<sup>677</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 344.

<sup>678</sup> HIGA, Carlos. Op. Cit.

<sup>679</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 62.

<sup>680</sup> LACERDA, Carlos. Op. Cit.

Como presidente do partido e aliado ao governo, Bilac Pinto defendia a unidade do partido, não considerando a candidatura de Lacerda algo primordial para que suas reivindicações fossem aceitas ou que o partido devesse consultá-lo antes de alguma decisão. Com a marginalização que ganhou dentro do próprio partido, já ficava claro para Lacerda que seu papel na “Revolução” havia se encerrado na madrugada de 31 de março para primeiro de abril de 1964, no entanto, optou por seguir na defesa de sua candidatura por seus próprios meios e sozinho.

Ele começou a se utilizar de críticas à UDN, aos rumos da “revolução” e aos parlamentares da UDN, com a diferença de que essa técnica não funcionava mais como antes, principalmente aquelas feitas publicamente que poderia lhe render problemas com o governo federal. Lacerda percebeu que o novo governo andou na direção diferente da que ele apoiou e acreditava dever à população uma explicação, para diferenciar-se desse grupo agora e manter suas possibilidades de ser presidente se as eleições acontecessem. Entretanto, a liberdade crítica também não era prioridade do governo.

De acordo com Carlos Higa<sup>681</sup>, em 1966, quando Lacerda já havia rompido com Castelo Branco, escreveu uma carta intitulada “Carta a um amigo fardado”<sup>682</sup> na qual lembra aos militares de que eles saíram dos batalhões, em 1964, para garantir a realização de eleições diretas e livres e a existência de um Congresso que pudesse representar o governo sem coações e sem ditadura. No entanto, naquela conjuntura, o país se via sem eleições e com um Congresso inutilizado, ou seja, em plena ditadura. A constatação da carta nos permite compreender que “em pouco mais de dois anos, Lacerda deixou de ser o “líder civil da revolução” e tornou-se uma liderança ressentida”<sup>683</sup>. Com o tempo, percebeu que tanto seus adversários históricos e/ou comunistas como aquele que seria seu mais provável oponente nas eleições presidenciais estavam todos cassados e enfraquecidos politicamente, chegando à penosa conclusão de que o governo que ele tanto ajudou se estabelecer com vistas a realizar seu desejo pela presidência, foi o mesmo que lhe tirou os direitos políticos e o delegou ao ostracismo.

---

<sup>681</sup> HIGA, Carlos. Op. Cit.

<sup>682</sup> LACERDA, Carlos. Crítica e autocrítica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1966.

<sup>683</sup> HIGA, Carlos. Op. Cit., p. 65.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para este trabalho, interessou-nos delinear e compreender o que Carlos Lacerda entendia como democracia, por que ele considerava que o regime pós-1945 não se configurava como democrático e de que maneira ele considerava possível levar o Brasil à “verdadeira” democracia. Para ele, a democracia seria um processo ainda em construção. O fim do Estado Novo e a volta das eleições por si só não colocava, na sua visão, automaticamente o Brasil num regime democrático. Nesse contexto de redemocratização, ele buscou apresentar os elementos, principalmente, as ações que deveriam existir para que fosse possível a democracia no país.

Para elucidar essas questões, primeiramente buscou-se entender as bases fundamentais de seu pensamento, sua formação, construção familiar e carreira para identificar as influências que colaboraram para sua concepção de democracia. Foi identificado que a sua aproximação com o catolicismo e com figuras influentes nessa religião foi fundamental para a afirmação dos valores morais que julgava necessário incentivar para que houvesse democracia. As ideias de verdade, liberdade, trabalho, esforço e recompensa e, até mesmo, alguns aspectos do anticomunismo defendido por ele foram moldados pela perspectiva de segmentos conservadores da Igreja Católica. A aproximação específica com o catolicismo norte americano, na pessoa de Fulton Sheen, colaborou com a relação que fazia entre cristianismo e liberalismo, de modo que teve posicionamentos claros para si sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais que seriam colocados em prática numa democracia.

Posteriormente buscou-se atentar para a trajetória de Carlos Lacerda e sua vinculação com as direitas, analisando seu crescimento e liderança na UDN. A partir disso, foi possível compreender suas propostas e relação que estabeleceu com seu partido. A análise dos programas de governo da UDN, que tiveram a participação de Lacerda, nos permitiu elucidar os princípios que estavam presentes na ideia de democracia que mais tarde foi apresentada no projeto de Reforma Democrática elaborado por Lacerda.

O político foi uma liderança influente no Brasil, dotado de carisma e habilidade com as palavras. Seus principais meios de propagação de ideias foram a mídia, a tribuna do Congresso e o partido do qual fazia parte, a UDN. No partido, Lacerda buscou estabelecer diretrizes para que uma frente política de oposição se configurasse como defensora da democracia no cenário nacional. Ele criticava o passado de autoritarismo dos governos e dos partidos políticos e propunha um modelo de democracia para que a UDN rompesse com esse passado, atuando em um novo cenário, no qual povo e políticos aprendessem a exercê-la. Nesse sentido, foi de grande importância para esse trabalho buscar compreender a construção de uma liderança carismática

em Lacerda, bem como a maneira como essa liderança se colocou na UDN, haja vista que, assim como o Brasil passava por uma transição, a agremiação também passava por uma fase transitória na qual precisava se consolidar como um partido com valores definidos para além de uma frente antigetulista como fora criada, em 1945.

Também foi estabelecido um levantamento mais específico das ideias de Lacerda sobre política, economia, questões sociais e o anticomunismo. Tal estudo permitiu ampliar o conhecimento sobre suas ações na política, especialmente em seu governo na Guanabara, em função de implantar, no Brasil, o que chamava de verdadeira democracia. Assim, compreende-se que o sentido dessas ideias e ações não estava em atuarem como setores independentes, mas como complementares do principal projeto empreendido por Lacerda que ele denominava por “Reforma” / “Revolução” democrática. Foi possível chegar a essa concepção, pois as ideias centrais de Lacerda, nesses âmbitos, caminham para o mesmo destino: mostrar-se como capaz de implantar uma democracia por meio de uma administração prática, eficiente e com função esclarecedora sobre os desafios que o país enfrentava naquela fase pós-ditadura.

As ações de Lacerda ao longo do período pós-45 e pré-64 puderam ser analisadas e confrontadas com suas ideias, principalmente quando se trata dos momentos de alternância dos presidentes, momento em que se dedicava a criticar com maior ênfase os governantes escolhidos e a desprezar o sistema eleitoral como instrumento de afirmação democrática. Dessa maneira, esses eram os momentos em que Lacerda se apresentava como a melhor opção para o governo do Brasil.

Nesse sentido, Lacerda buscou impedir que os herdeiros políticos de Vargas continuassem no poder ou que aqueles que ele considerava comunistas o tomassem e, para isso, usou todos os recursos necessários. Com base nisso é que o regime de exceção foi defendido por ele muitas vezes no período entre 1945 e 1964. Para ele, se a exceção deve ser usada em casos de emergência, aquele seria o momento para isso, já que, na sua perspectiva, deveriam ser empregados procedimentos para defender a democracia dos supostos perigos que se apresentavam a ela.

Suas ações em torno de afastar a influência de Vargas da política brasileira para que sua ideia de democracia fosse alcançasse espaço no cenário nacional, foram exploradas nesse trabalho no capítulo que analisa de que maneira o político e jornalista buscou intervir nos resultados eleitorais durante o período estudado. A desqualificação das eleições e dos políticos que assumiram a presidência pôde ser compreendida como a expressão de que a realidade política daquele tempo ainda estava bem distante do que era idealizado por Lacerda. Compreender isso é fundamental para que se esclareça que o golpe e/ou defesa de intervenção

pela força não significa uma contradição do que Lacerda defendia, mas a manifestação do que ele considerava impedimento para que o país alcançasse a democracia, enquanto apresentava o que considerava como correto.

Buscando compreender melhor quais eram as propostas de Lacerda para um governo na Presidência da República, foi de grande valia analisar a visão que ele teve sobre seu governo e quais ações e diretrizes praticadas nessa experiência colaboravam para a construção de sua imagem como possível salvador do país e detentor do ideal “correto” de democracia. Procurou-se compreender as propostas apresentadas por ele com vistas a alcançar a presidência da República, nas eleições previstas para 1965. Apesar dos esforços em preparar um caminho para a presidência, o golpe civil-militar de 1964 interrompeu os planos de Lacerda de modo que, foi possível perceber como direcionou as críticas ao novo regime, mantendo seu discurso de defensor da democracia mesmo que fadado ao ostracismo.

O que se pôde identificar na análise geral do pensamento e ações de Lacerda é que existe uma relação muito forte entre democracia e educação. Guita Grin Debert<sup>684</sup> destaca que, para Lacerda “a democracia é vista como algo que só pode ser atingido através da educação do povo”. Aprender seria a palavra chave na ideia de democracia que Lacerda apresentava para o contexto brasileiro. Na sua perspectiva, os brasileiros não estavam preparados para viver esse regime, pois não estavam acostumados e nem haviam sido ensinados a vivê-lo, uma vez que o país estivera sob o autoritarismo durante a República Velha e sob uma ditadura, durante o Estado Novo.

Lacerda alegava emergência em impedir que as forças, que julgava autoritárias, mantivessem o poder, pois levaria certo tempo até o povo estar preparado. Enquanto isso, as classes médias que, na sua concepção já estavam aptas, guiariam o país até a democracia. Ele compreendia que existiria um abismo no caminho que possibilitava a transição de um regime ditatorial para um democrático. Esse abismo seria a falta de preparo dos políticos e do povo e que tal abismo seria eliminado por meio da educação. Lacerda acreditava que essa capacitaria o indivíduo para o exercício das liberdades e lhe concederia a capacidade de participar e exigir seus direitos enquanto cidadão.

A importância da educação ficou ainda mais evidente quando Lacerda teve a oportunidade de exercer o governo do estado da Guanabara, quando suas ideias e diretrizes

---

<sup>684</sup> DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. P. 118.

puderam ser colocadas em prática de maneira mais abrangente. Ao longo do governo, ele se dedicou em elaborar escritos mais claros e significativos sobre o que considerava como verdadeira democracia e o que faria quando fosse eleito presidente do Brasil, visto que as eleições estavam previstas para 1965, logo seus escritos somados ao seu desempenho como governador cooperava para maior destaque de sua candidatura. Assim, Lacerda apresentou uma ideia sobre o que seria democracia, como ela deveria ser vivida e o caminho para alcançá-la, colocando-se, assim, como uma pessoa preparada para governar o país de maneira verdadeiramente democrática. Diante disso, apresentou-se como um “salvador” do país, principalmente a partir de seu governo na Guanabara, no qual mostrou, além de sua concepção de democracia, habilidade na realização de obras na área de infraestrutura e políticas sociais.

Todo seu esforço em se apresentar como paladino da democracia e provedor do desenvolvimento poderia ser muito útil para sua pretensão de chegar à Presidência da República nas eleições que deveriam ocorrer em 1965. Lacerda foi um dos políticos que mais planejou e preparou o caminho para chegar à Presidência da República numa ainda frágil democracia. Estabeleceu metas, expressou pensamentos, agiu de maneira direta e incisiva, pouco tolerante ao que não se aproximava de seus ideais ou opiniões. Como ele afirmava, não gostava do jogo político, da “política de conversa” e exclusividades partidárias, mesmo que essas questões influenciassem bastante para chegar ao cargo de presidente. O seu interesse era construir uma liderança que o levasse ao poder para realizar o que ele chamava de “Revolução” pelo fato de que pretendia mudar o país, partindo de sua concepção de democracia. Não era de grande interesse, para Lacerda, apoiar algum governo, pois no seu planejamento só havia lugar para ele realizar as mudanças necessárias, não havia governo que pudesse levar o país à democracia que não fosse o dele, pois, para ele, o seu conceito de democracia é que era o verdadeiro.

Diante da análise do pensamento de Lacerda e das suas realizações no governo da Guanabara, com vistas a instaurar a democracia no Brasil, percebe-se que em muitos momentos ele conseguiu “ler” o cenário político como se apresentava e como se seguiria, o que lhe permitia analisar qual seria a melhor atitude a ser tomada em cada situação que surgia. A conjuntura da década de 1960 se mostrava favorável aos seus planos, sua candidatura era quase certa, o conteúdo da sua campanha estava sistematizado no plano de Reforma Democrática, publicado em 1963. Porém, apesar de sua visão política muito estratégica, não foi possível prever a realidade após o golpe civil-militar que inviabilizou a execução de seus projetos e até mesmo seu direito de contestar abertamente o novo regime, como costumava fazer até então.

Ao fim das análises e conclusão da pesquisa, chega-se ao resultado esperado quando partimos da perspectiva que motivou a escrita desta tese: compreender a ideia de democracia

defendida por Carlos Lacerda. A novidade deste trabalho foi buscar esclarecer o que motivava as ações, de certo modo, intrigantes de Lacerda ao longo de sua vivência política, de modo que não o enquadrasse em rótulos ou construísse uma visão que reproduzisse a polêmica entre seus defensores apaixonados e seus opositores ferrenhos.

Conseguimos compreender a causa pela qual ele se dedicou e o motivo de defendê-la com tanta veemência, também conseguimos encontrar sentido nas suas palavras e ações. Lacerda se dedicou a apresentar ao Brasil uma ideia de democracia, para que fosse vivida após o que considerava como um longo período de regime ditatorial e se colocou como a pessoa capaz de colocá-la em prática. Defendeu sua ideia com veemência, pois julgava urgentes as mudanças que pretendia fazer, e o sentido de suas palavras e ações está no fato de que elas estão amparadas nos princípios que ele julgava necessários para que houvesse democracia.

A discussão bibliográfica e análise das fontes utilizadas para essa pesquisa nos possibilitou identificar que a “verdadeira democracia” defendida por Lacerda é um regime em construção, sempre em progresso, tendo como princípios: o liberalismo; a defesa dos valores cristãos, educação e trabalho como meio de garantir aos cidadãos a capacidade de exercer os direitos políticos, principalmente o voto; o anticomunismo e o antinacionalismo. Ele apresenta a democracia como um regime que deve possuir uma doutrina e um programa a serem estabelecidos, porém sem seguir uma ideologia específica. Para ele, esse regime deve estar voltado para a prática, em detrimento das burocracias da centralização administrativa.

A presente tese buscou apresentar um novo olhar sobre a História do Brasil durante o período de 1945 a 1964, pois buscamos identificar a perspectiva de democracia de um dos políticos com maior destaque naquele tempo. Lacerda construiu um modelo de Brasil que julgava ser o ideal para transformá-lo e suas ações seguiam em função da conclusão desse modelo, portanto mais do que discutir o que ele fez, nos coube conhecer por que e como ele fez.

Elaborar essa pesquisa sobre Carlos Lacerda foi de grande importância para levantar questionamentos que muito nos inquieta na atualidade sobre os rumos políticos do Brasil. Tempos de incerteza, desafios e adversidades movimentam ainda mais a reflexão sobre o passado e sua relação com o presente e o futuro. É necessário pensar na construção da democracia tão recente no Brasil, refletir sobre as maneiras como ela já foi e tem sido vivida e, principalmente, assim como buscamos entender o que é democracia para Lacerda, entender o que ela significa para o povo brasileiro. Acredito que essa seja uma das questões mais importantes desse trabalho: provocar, no leitor, o interesse em compreender o que a democracia significa para nosso país e por que lutar por ela em tempos tão sombrios.

## REFERÊNCIAS

Acervo Carlos Lacerda – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/acervo-carlos-lacerda>.

AGUIAR, Mônica Hein Zelmann Portella de. *Carlos Lacerda*. Penápolis: Editora FUNEPE, 2019. 70 p.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res) sentimento*. Campinas: Unicamp, 2004. p. 15-36.

ARQUIVO UDN, IHGB.

AULER, Isabel C. F. As memórias de Carlos Lacerda: só sei que não vou por aí. *Revista Escrita*, Número 11, Ano 2010. 15 p.

AZEVEDO, Luiz Vitor Tavares. “A voz do dono” – Tribuna da Imprensa: análise da ideologia de um discurso de oposição (1953/1955). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7 n° 13, pp. 63-76, set. 86/fev. 87.

BALEEIRO, Aliomar 1946 . *Aliomar Baleeiro, Barbosa Lima Sobrinho*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 121 p.

BATISTELLA, Alessandro. Um conceito em reflexão: o “populismo” e a sua operacionalidade. *Revista Latino-Americana de História*. v. 1, n. 3, mar. 2012. p. 473.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 34.

BERLANZA, Lucas. Moralista, Graças a Deus: A “Revolução” conservadora pelo voto. *Insigth Inteligência*. Ano XXI, n. 84. Jan/fev/mar de 2019.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol. 1. 11ª edição. Tradução Carmen C. Varriale, Gaetano lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 1622 p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 159 p.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.

BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 542 p.

\_\_\_\_\_. *Quem foi quem na Assembléia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998. 791 p.

BRUM, Mario Sergio. *Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. 2011. 361 fls. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

CANETTI, Elias. *A consciência das palavras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 323 p.

CAÓ, Epitácio. *Carreirista da traição*. 2ª ed. (revista e aumentada). Gernasa, 1964. 237 p.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. O liberalismo de Carlos Lacerda. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, 2018, p. 385- 428.

\_\_\_\_\_. A economia política dos bacharéis udenistas. *RBCS* Vol. 32 n° 94 junho/2017.

COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral. *Carlos Lacerda e o projeto de educação nacional*. ACL - Fundo de Arquivo Carlos Lacerda. Disponível em:

[http://www.fundamar.com/projetos\\_itens.aspx?id=33&projeto=4](http://www.fundamar.com/projetos_itens.aspx?id=33&projeto=4).

CUNHA, Thársyla Glessa Lacerda da. *A imprensa como instrumento político: uma análise sobre a atuação dos jornais Tribuna da Imprensa e Última Hora no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954)*. 2017. 140f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 196 p.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 113 p.

DELGADO, Márcio de Paiva. *O Golpismo Democrático: Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da ilegalidade (1949-1964)*. 2006. 161 fls. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2006.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS- 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

DINES, Alberto; FERNANDES JUNIOR, Florestan; SALOMÃO, Nelma. (coords.) *Histórias do Poder: 100 anos de Política no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000. 404 p.

DULCI, Octávio. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1986. 230 p.

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda - A Vida de um Lutador*. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 512 p.

DUQUE, Paulo. *Coordenação de Carlos Eduardo Sarmiento*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

EUZÉBIO, Eliane. *O poder das Ideias: as traduções com objetivos políticos de Carlos Lacerda*. 2007. 125 f. Dissertação (Mestrando em Letras). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, 2007.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 390 p.

\_\_\_\_\_. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: \_\_\_\_\_. *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 390 p.

\_\_\_\_\_.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática*. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira República (1945-1964), coleção O Brasil Republicano. 8ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. 520 p.

\_\_\_\_\_.; GOMES, Angela de Castro. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 251-275, 2018.

FERREIRA, Jorge. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos. In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo. *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados*. Coimbra: [s.n.], 2013. 396 p.



FIGUEIREDO, A. *Democracia ou Reformas?* Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 37.

GENTILI, Fábio. A apropriação do corporativismo fascista no “autoritarismo instrumental” de Oliveira Vianna. *Tempo* 25 (1) Jan-Abr 2019. p. 110-131.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 208 p.

GOMES, Ângela de Castro (Org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 378 p.

HARTOG, François. *Regimes d'historicité : présentisme et expériences du temps*. Paris : Seuil, 1997. 272 p.

HIPPOLITO, Lucia. Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 21-47, jan./dez. 2004.

IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. 84 p.

JAGUARIBE, Hélio. “O moralismo e a alienação das classes médias”. In: SCHWARTZMANN, Simon. *O pensamento nacionalista e os cadernos de nosso tempo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

\_\_\_\_\_. *A democracia grega*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1981, 149p.

JÚNIOR, A. F. Cesarino. Codificação das Leis Sociais no Brasil. In: *I Congresso Nacional de Direito do Trabalho e da Segurança Social* . 25 a 30 de abril de 1960, Tucuman, República Argentina.

LACERDA, Carlos. *A missão da imprensa*. São Paulo: Edusp, 1990, 88p.

\_\_\_\_\_. *Depoimento*. Organização de texto de Claudio Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, 469 p.

\_\_\_\_\_. *O caminho da liberdade*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1957, 254 p.

\_\_\_\_\_. *Discursos Parlamentares*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1982, 808 p.

\_\_\_\_\_. “O inquérito e o governo”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20 abril, 1948.

\_\_\_\_\_. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1962, 128p.

LACERDA, Carlos. “Ação, reação: transação nunca – 14/03/1946”. In: BRAGA, Sergio Soares (ed.), *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a constituinte de 1946*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000. 542 p.

\_\_\_\_\_. “O pão de cada dia – 31/03/1946”. In: BRAGA, Sergio Soares (org.), *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a constituinte de 1946*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000, 542 p.

\_\_\_\_\_. Tradução, Prefácio e Notas. In: LABIN, Suzanne. *Em cima da Hora: a conquista sem guerra*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1963, 84 p.

\_\_\_\_\_. *A casa do meu avô*. Ed. Comemorativa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. \_\_\_\_\_. *21 contos inéditos de Carlos Lacerda*. 1ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. *Rosas e pedras de meu caminho*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. *Minhas cartas e as dos outros*. Cartas coligidas e ordenadas por Túlio Vieira da Costa. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Belo Horizonte: Fundamar, 2005.

\_\_\_\_\_. “Discurso de agradecimento”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. “Os fosséis do demagodonte”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. “Ação e reação – transação, nunca”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. “Na Tribuna da Imprensa”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. “O tamborzinho sardo”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000

\_\_\_\_\_. “Bases para um Partido seincero, parte I”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LACERDA, Carlos. “Correm as árvores atrás dos cachorrinhos”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. “Papa defunto”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. “A revolta das gueixas”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. “O noivado do sepulcro e a criancice da verdade”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. “Era uma vez um prisioneiro”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. “O exemplo do Conde D’Abranhos”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. “Constituição e Convenção”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. “A longa viagem de ida”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. “Bases para um Partido sincero, parte I”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. “A mosca no chope”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. “Era uma vez um prisioneiro”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.89-90.

\_\_\_\_\_. “O exemplo do Conde D’Abranhos”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LACERDA, Carlos. “Constituição e Convenção”. In: BRAGA, Sergio. Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LATTANZI, José Renato. Carlos Lacerda: a democracia vista por um radical. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2005.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda X Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp 1994.

LIMA, Wagner Correa de. Debatendo a legalidade: a crise da renúncia, o Congresso Nacional e a solução parlamentarista (agosto/setembro de 1961). (Dissertação). Niterói, 2018. 125f.

LOPES, Bruna Pimentel. *O fenômeno da biblioteca como colecionadora: o caso do Arquivo Carlos Lacerda na Biblioteca Central da Universidade de Brasília*. 2015. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MAGALHÃES, Mauro. *Carlos Lacerda, o sonhador pragmático: recordações na perspectiva do tempo, do líder do Governo na Assembleia Legislativa da Guanabara*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

MAGALHÃES, Otávio Luciano Camargo Sales de. Hamilton Lacerda de Nogueira, o senador, pensador católico e médico que viveu em Muzambinho. *365 dias de história de Muzambinho*. Edição 21, 21/1/2015.

MAGRI, Ramonn Rodrigues. Os passos iniciais: o nascimento da UDN e o primeiro mandato de Afonso Arinos no partido (1945-1951). *Revista de História da UEG*, Anápolis, v.5, n. 1, p. 219-246, jan/jul. 2016.

MCCANN, Bryan. Carlos Lacerda: The Rise and Fall of a Middle-Class Populist in 1950s Brazil. *Hispanic American Historical Review*, v. 83, n. 4, p. 661-696, 2003.

MELLO, Guilherme Pires de. Oposição Demolidora: a formação do lacerdismo. *Anais da IV Semana Discente do IESP-UERJ* - Rio de Janeiro, 2018.

MELLO, Juliana Oakin Bandeira de. *Urbanização sim, remoção não: a atuação da Federação das Associações de Favelas no Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970*. 2014. 211 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. *Visões das direitas no Brasil*. 2003. 289 f. Tese (Doutor em História Moderna e Contemporânea) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. Memória, história e novas identidades: representações dos regimes civil-militares na América Latina. *Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 183-202, 2009.

\_\_\_\_\_. *Visões das Direitas no Brasil (1961-1965)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020.

\_\_\_\_\_. “Direitas Revolucionárias No Cone Sul”. *Locus: Revista De História* 27 (1):365-89, 2021.

MENDONÇA, Marina Gusmão. *O demolidor de presidentes*. São Paulo: Editora Códex. 2002.

\_\_\_\_\_. Imprensa e política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da *Última Hora*. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 31, 2008.

Disponível em:

<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia04/>> acesso em 18 mai. 2015.

MONTEIRO, Marcelo Monteiro. *Sob vaias e pedras*. Disponível em:

<<http://favelatemmemoria.com.br/sob-vaias-e-pedras/>> acesso em junho de 2018.

MOTTA, Marly Silva da. As bases mitológicas do lacerdismo. *XX Encontro Nacional da ANPOCS*, Caxambu, 22-26 de outubro de 1996.

\_\_\_\_\_. Frente e verso da política carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo. *Estudos Históricos - Cultura Política*, Rio de Janeiro, v.13, nº 24, p.351-376, 1999.

MOTTA, Marly Silva da. Carlos Lacerda, o tribuno da capital. In: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo e MOTTA, Marly Silva da. *O Rio de Janeiro em três perfis*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1999.

\_\_\_\_\_. *O Rio de Janeiro continua sendo...de cidade-capital a estado da Guanabara*. 1997. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

MOTTA, Rodrigo Sá. Anticomunismo, Antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Sá; BOISARD, Stéphane (org.). *Pensar as Direitas na América Latina*. Alameda: São Paulo, 2019.

NORA, Pierre (org.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

PAIM, Antonio. *História do liberalismo brasileiro*. Mandarin: São Paulo, 1998.

PAIVA, Adriana Gomes de. *Religião e Política na trajetória de Carlos Lacerda*. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). Disponível em: < <https://unig.br/wp-content/uploads/2018/06/RELIGI%C3%83O-E-POL%C3%8DTICA-NA-TRAJET%C3%93RIA-DE-CARLOS-LACERDA.pdf>>

PEREZ, Maurício Dominguez. *Lacerda na Guanabara*. A reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial, 2007. p. 55.

PERLMAN, Janice. *Marginalidade: do mito à realidade nas favelas do Rio de Janeiro (1969-2002)*. Coleção Estudos da Cidade. Rio de Janeiro: IPP, 2003.

PICALUGA, Izabel Fontenelle. *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Editora Vozes: Petrópolis, 1980.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

QUELER, Jefferson José. Tensões entre memória e história em testemunhos: Getúlio Vargas e seu legado político nos relatos de Samuel Wainer e Carlos Lacerda. *Revista Tempo e Argumento*, vol. 2, núm. 1, enero-junio, 2010, pp. 52-70.

RIBEIRO, Marcos Abraão. O americanismo em Tavares Bastos e a crítica ao liberalismo brasileiro. Agenda Social. *Revista do PPGPS / UENF*. Campos dos Goytacazes, v.2, n.3, outubro / 2008, p.44-65.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp. 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. “Religião e Patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, 2002, p. 463-488.

RODRIGUES, José Honório. Introdução. In: LACERDA, Carlos. *Discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

SANTOS, Giordano Bruno Reis dos. Lacerda por Lacerda: a construção de uma imagem política no governo da Guanabara. *XXVII Simpósio Nacional de História*. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN 22 a 26 de julho de 2013

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Antonio Marcelo J.F. da. *Tavares Bastos: Biografia do Liberalismo Brasileiro*. Tese (doutorado em Ciência Política) - IUPERJ, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, José Ramiro Alves da. *A legitimação da ordem autoritária: Gustavo Corção nas páginas do Correio do Povo (1964 – 1969)*. 2004. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. As bases ideológicas do lacerdismo. Rio de Janeiro: *Revista Civilização Brasileira*. n.1, v.4, p. 49-70, 1965.

SOUZA, Claudio Mello e; COELHO, Eduardo (org.). *Carlos Lacerda/Cartas 1933-1976: família, amigos, autores e livros, política*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2014.

SOUZA, Denaldo Alchorne. O colapso teórico do populismo. *Intellèctus*. v. 9, n. 1, 2010.

SOUZA, Thiago Nogueira de. Ação Democrática Parlamentar: anticomunismo e democracia no debate político brasileiro (1961-1965). *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh – Rio: Saberes e práticas científicas*, 28 de julho a 1 de agosto de 2014.

THOMPSON, Eduard. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. Inventário do Fundo Carlos Lacerda. Universidade de Brasília. - Brasília: UnB, 2000.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3 ed.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil* (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999.